

Textos

José Ernani de Almeida

Coleção de artigos do Autor, colhidos de forma livre nos meios eletrônicos e redes sociais, jornais, revistas e livros diversos.

Todos estes trabalhos foram colhidos de forma eletrônica, já publicados e disponíveis livremente.

Esta coleção não é um livro, apenas um apanhado para registrar os trabalhos de sua autoria e/ou de sua preferência, publicados por ele, sobre temas diversos.

A critério do Autor poderá ser transformado em livro.

O ProjetoPF pode ajudar nesta tarefa. Contate-nos.

Data : 23/09/2009

Título : O estado palestino

Categoria: Artigos

Descrição: O Oriente vive, desde o início deste ano, um período de grande agitação por conta da chamada “Primavera Árabe”.

O ESTADO PALESTINO

por José Ernani de Almeida

O Oriente vive, desde o início deste ano, um período de grande agitação por conta da chamada “Primavera Árabe”. Agora, a questão é a reivindicação do reconhecimento do Estado Palestino que será apresentada na Assembléia Geral da ONU nesta sexta-feira. Representados pela Autoridade Nacional Palestina, os palestinos há tempos tentam estabelecer um Estado independente e soberano na Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, ocupados por Israel desde a guerra de 1967. Negociações de paz realizadas ao longo de duas décadas, entretanto, não conseguiram produzir um acordo. A aceitação da Palestina na ONU teria implicações políticas e daria aos palestinos acesso aos tribunais internacionais onde eles poderiam, em tese, abrir processos contra a ocupação israelense de seu território. Em 2010 as lideranças palestinas passaram a pedir que países reconheçam, individualmente, um Estado Palestino com as fronteiras de 1967.

Agora, eles querem que a ONU faça o mesmo. Querem representatividade integral como país-membro da entidade, e, não apenas como observador, que é a situação atual da OLP. Para a votação da admissão de um Estado Palestino, os 15 membros do Conselho de Segurança devem aprovar a iniciativa. Já a aprovação da decisão, exige nove votos entre os quinze e que nenhum membro-permanente vete o pedido. Este é o problema para os palestinos, uma vez que, os Estados Unidos, já deixaram claro que usariam seu poder de veto. Uma das saídas dos palestinos seria usar um mecanismo criado pela ONU em 1950 (Unidos pela Paz), pelo qual uma maioria de dois terços da Assembléia Geral pode substituir o Conselho de Segurança nesta questão, se ele falhar na tarefa de manter a paz e a segurança internacional. Se escolherem este caminho os palestinos teriam o apoio de 150 dos 193 países membros. Outra alternativa, é pedir a Assembléia a adotar uma resolução clara, pedindo o apoio para a admissão dos palestinos na ONU como um Estado “observador não membro”, status que tem atualmente o Vaticano.

Isso daria aos palestinos ingresso em entidades da ONU, mas não um caminho direto ao Tribunal Penal Internacional. Outra dúvida é se o eventual Estado da Palestina, a condição de observador, pode representar a comunidade de refugiados da diáspora da mesma forma que faz a ANP. A verdade é que a comunidade internacional, o Brasil, inclusive, defende a tese de que as fronteiras anteriores ao conflito de 1967 devem ser a base de um acordo. O próprio presidente Obama apóia a idéia, ressaltando, entretanto, que não pode abandonar Israel, um velho aliado e amigo dos Estados Unidos. Há também a questão da eleição presidencial. Obama não pode perder o apoio da comunidade judaica em seu país. Já o governo de Israel classifica o pedido de “irreal” e “indefensável”. Quase meio milhão de israelenses vivem em 200 assentamentos e postos na Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Trocas de terras concordadas mutuamente foram sugeridas como forma de resolver a questão e podem ser viabilizadas apenas por meio de negociações.

Os palestinos dizem que o reconhecimento de um Estado palestino fortalecerá seu poder de barganha nas negociações de paz com Israel. Estados Unidos, União Européia, Rússia e ONU, se comprometeram a atingir uma solução de dois Estados até setembro deste ano. A autoridade palestina alega que foi bem sucedida em constituir instituições estatais e está pronta para ter seu próprio Estado. Os palestinos certamente percebem que o momento não é favorável a Israel que vive um momento de isolamento. Com a Turquia, que reconheceu Israel em 1949, há um forte desgaste desde o ano passado, quando uma operação israelense para bloquear uma frota humanitária rumo a Gaza deixou oito turcos e um americano de origem turca mortos. O embaixador de Israel foi expulso de Ancara. Com o Egito, país com o qual os judeus mantêm relações diplomáticas normais desde a assinatura de um tratado de paz em 1979, as relações estão estremecidas desde agosto, quando israelenses mataram, por equívoco, cinco policiais egípcios na fronteira. A Síria, exige a devolução das Colinas de Golan, conquistadas por Israel na Guerra dos Seis Dias em 1967. Um veto do Conselho de Segurança poderá desencadear um novo ciclo de violência no Oriente Médio, coisa comum na região.

O Nacional

Sexta-Feira, 23/09/2011

Data : 06/10/2009

Título : Música, Educação e História

Categoria: Artigos

Descrição: O inesquecível Herbert de Souza, o Betinho, disse certa vez: “eu acredito muito nas formas de educação política.

MÚSICA, EDUCAÇÃO E HISTÓRIA.

por José Ernani de Almeida

O inesquecível Herbert de Souza, o Betinho, disse certa vez: “eu acredito muito nas formas de educação política. Imagino que muitas vezes uma música educa muito mais que trinta aulas de história, quarenta discursos, dez passeatas”. Assim, em minhas aulas no pré-vestibular MediSchool, uso com frequência canções, para mostrar aos vestibulandos períodos e episódios de nossa história. A música nos leva ao encontro de nós mesmos para descobrir nossa identidade, a conhecer a nossa própria história. Tudo o que se faça sobre Música Popular Brasileira é oportuno e importante. Nas aulas trabalho a evolução da MPB, através de uma estirpe rara de compositores e intérpretes sensíveis e inventivos, modelar para as gerações que vieram depois deles. Apresento artistas e canções que de alguma maneira estiveram presentes em momentos fundamentais da história brasileira do século 20. Dos primórdios da fonografia, com o gramofone, aos sofisticados CDs, MP3 da era digital, a música foi parte decisiva na construção da nossa cultura e da nossa história. O fazer musical de uma forma ou de outra, sempre esteve presente nas sociedades, desde as mais primitivas até as atuais. Ela é uma das mais antigas e valiosas formas de expressão da humanidade e está sempre presente em nossas vidas. Na Antiguidade, filósofos gregos consideravam a música como uma “dádiva divina para o homem”.

Não tenho dúvida que os “especialistas” neoliberais em educação da revista Veja, por exemplo, discordariam de tal metodologia. Em recente artigo um deles chegou a defender a extinção das cadeiras de Filosofia e Sociologia dos currículos! Claro. Pensar é perigoso, ser crítico não faz parte do modelo neoliberal. O importante é o lucro e o consumismo. Trata-se de um modelo social e político que tem recursos para resgatar bancos falidos, mas não os tem para resgatar a juventude de uma vida sem esperança, do pesadelo de uma educação cada vez mais cara e mais irrelevante. O individualismo foi elevado à categoria de valor absoluto. A ausência de políticas sociais, consideradas anacrônicas pelos neoliberais de plantão, transformou comunidades em campos de treino da raiva, da anomia e da revolta. Um exemplo é a Europa dos dias atuais. Foi em

2008, que entrou em vigor a lei 11.769, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de música no Brasil. O prazo para que as escolas se adaptem às exigências termina este ano. A lei coloca que “a música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo” do ensino das artes. A ideia não é formar musicistas, mas despertar habilidades como coordenação motora, disciplina e sensibilidade artística. Esta lei veio para acabar com o vazio deixado pelas leis de ensino das últimas décadas. É comum ainda ouvir de gerações anteriores sobre o entusiasmo que tinham com o ensino de música na escola. A globalização das indústrias culturais e dos sistemas de ensino nunca deixou de acreditar no poder da música como produtora de significados, como um recurso de cidadania, ou até mesmo, como objeto de mero consumo. A música sempre teve a capacidade de aglutinar crianças, jovens e adultos, para cantar, tocar um instrumento ou ambas. Rodas cantadas, corais, bandas marciais, conjuntos musicais, festivais de canções precisam voltar urgentemente.

Os jovens se identificam por um mesmo gênero musical, o que lhes dá e reforça a sensação de pertencerem a um grupo, de possuírem uma afinidade, um mesmo conhecimento. Por outro lado, será fundamental para resgatar a qualidade da nossa música que, convenhamos, passa por uma crise de criatividade abismal. É preciso que os jovens conheçam o que é a verdadeira música sul-riograndense, a verdadeira música sertaneja, o verdadeiro samba, o rock verdadeiro e não os gaitaços, os pagodinhos e os miados das duplas que proliferam como praga e agridem nossos ouvidos através de algumas FMs, tudo em nome do lucro rápido e fácil. Música é cultura e, portanto, cabe a escola mostrar ao seu aluno a sua evolução, ao mesmo tempo em que estará ajudando a afinar a sua sensibilidade. Enfim, educar os ouvidos. Para Arthur da Távola, “a música é vida interior. E quem tem vida interior, jamais padecerá de solidão.

O Nacional

Quinta-Feira, 06/10/2011

Data : 15/04/2010

Título : Eleições brasileiras - parte 01

Categoria: Artigos

Descrição: Como estamos em um ano eleitoral, com campanhas que foram iniciadas mesmo antes da desincompatibilização dos candidatos e das respectivas convenções partidárias...

Eleições brasileiras - parte 1

por José Ernani de Almeida

Como estamos em um ano eleitoral, com campanhas que foram iniciadas mesmo antes da desincompatibilização dos candidatos e das respectivas convenções partidárias, creio que vale a pena uma reflexão sobre a história das eleições brasileiras e da nossa política. A palavra política tem muitos significados: posição ideológica a respeito dos fins do Estado, atividade exercida na disputa dos cargos de governo ou no proselitismo partidário, habilidade no trato das relações humanas, com vista à obtenção dos resultados desejados, sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos, astúcia, artil, artifício, esperteza, arte de bem governar os povos. Na Grécia coube aos sofistas a tarefa de ensinar a "arte política" - capacidade de dotar as cidades de leis justas e de uma administração eficiente e a arte da eloquência e da persuasão. Os sofistas aplicaram a razão à lei e ensinaram que cada comunidade deveria escolher os seus governantes e administradores. Na mesma Grécia, Platão apontou as fraquezas da democracia e, entre elas, estava o fato de os seus líderes serem escolhidos e seguidos por razões não essenciais, tais como discurso persuasivo, boa aparência, riqueza e tradição familiar. Agora, quando nos aproximamos de mais uma eleição, é preciso resgatar a memória da nossa tradição cultural política.

Não podemos esquecer que a sociedade brasileira, antes do Estado, é baseada no favor, na prepotência, na violência. Dessa situação tivemos a passagem para o político. No Império o voto era aberto e indireto (os votantes, correspondentes hoje à massa de eleitores), votavam em um corpo eleitoral, nas eleições chamadas de primárias, esse corpo eleitoral é que elegia os deputados. Era também censitário, porque só podia ser votante, fazer parte do colégio eleitoral, ser deputado ou senador quem atendesse a alguns requisitos, inclusive de natureza econômica. Assim só votava quem tinha dinheiro e só era eleito quem tinha muito dinheiro. Também havia a exigência de ser católico. Até 1882 era comum admitir o voto de analfabetos, tendo em vista a omissão da Constituição de 1824. Aqui no Rio Grande do Sul, na Constituição da República Rio-Grandense, os direitos políticos eram mais restritivos que dos expressos na Carta Imperial. Adotou-se também o voto censitário. O requisito para votar ou se candidatar para o cargo de vereador e juiz de paz, prefeitos, deputado, senador, membro do Tribunal de Apelação e Superior Tribunal de Justiça, conselheiro de Estado e presidente, era comprovar uma determinada renda. Não se tratava, portanto, de uma República da igualdade, fraternidade e do humanismo como alardeia o Movimento Tradicionalista Gaúcho a cada Semana Farroupilha. Era, na verdade, uma "república de estancieiros".

Com a proclamação da República em 1889, fixou-se o sistema do voto direto e universal, ou seja, suprimiu-se o censo econômico. Foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídas certas categorias, como os analfabetos, os mendigos, os praças militares. A Constituição de 1891 não fez referência às mulheres, mas considerou-se implicitamente que elas estavam impedidas de votar. O voto continuou, igualmente, sendo aberto e não era obrigatório. Controlados por uma elite reduzida, os partidos republicanos decidiam os destinos da política nacional e fechavam os acordos para a indicação de candidatos à Presidência da República. A elite política dos grandes estados, com São Paulo à frente, criou

um instrumento para que a república oligárquica, ou seja, a república de uns poucos, pudesse se assentar em um sistema político estável. Foi assim que surgiu a política dos governadores no mandato do presidente Campos Sales, cujos objetivos eram reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes, chegar a um acordo básico entre a União e os estados, pôr fim às hostilidades entre Executivo e Legislativo, domesticando a escolha dos deputados. O governo central sustentaria assim os grupos dominantes nos estados, enquanto esses, em troca, apoiariam a política do presidente da República. Para ajustar a Câmara dos Deputados a esses fins, foi criada a comissão de verificação de poderes, de modo a garantir o mandato de deputados que representassem os grupos dominantes nos estados e tendesse a ser fiel ao governo federal. Os deputados eleitos nos estados, via de regra, com o emprego de todo o tipo de ilegalidade, recebiam um diploma. Na falta de uma justiça eleitoral como existe hoje, a validade do diploma dependia de exame por parte de uma comissão verificadora de poderes. Os não merecedores desse tipo de confiança eram excluídos, ou "degolados", como se dizia na gíria política da época. Assim funcionou a política na República Velha.

O Nacional

Quinta-Feira, 15/04/2010

Data : 15/04/2010

Título : Eleições brasileiras - parte 02

Categoria: Artigos

Descrição: O processo político da década de 1920 foi condicionado pelas mudanças na estrutura socioeconômica do país, embora não possa ser reduzido somente a elas.

Eleições brasileiras - parte 2

por José Ernani de Almeida

O processo político da década de 1920 foi condicionado pelas mudanças na estrutura socioeconômica do país, embora não possa ser reduzido somente a elas. Após a 1ª Guerra Mundial, a presença da classe média urbana na cena política tornou-se mais visível. De um modo geral, esse setor da sociedade tendia a apoiar figuras e movimentos que levantassem a bandeira de um liberalismo autêntico. Ou seja, a defesa de um governo capaz de levar à prática as normas da Constituição e das leis do país, transformando a República oligárquica em República liberal. Isso significava, entre outras coisas, eleições

limpas e respeito aos direitos individuais. Falava-se em reforma social, mas a maior esperança era depositada na educação do povo, no voto secreto, na criação de uma Justiça Eleitoral.

Um indício da maior participação política da população urbana foi a eleição de 1919. Rui Barbosa, candidato derrotado em 1910 e 1914, apresentou-se à eleição, enfrentando Epiácio Pessoa, para realizar um protesto. Ele não tinha apoio de qualquer máquina eleitoral. Mesmo assim, obteve cerca de um terço dos votos e venceu no Distrito Federal. Os ajustes e desgastes entre as oligarquias, nas sucessões presidenciais, ganharam novos contornos.

Um bom exemplo foi a disputa pela sucessão de Epiácio Pessoa. O eixo São Paulo-Minas lançou como candidato, nos primeiros meses de 1921, o governador mineiro Artur Bernardes. Contra essa candidatura levantou-se o Rio Grande do Sul, liderado por Borges de Medeiros que denunciou o arranjo político São Paulo-Minas como uma forma de garantir recursos para os esquemas de valorização do café, quando o país necessitava de finanças equilibradas. Os gaúchos temiam também que se concretizasse uma revisão constitucional - realizada efetivamente por Bernardes em 1926 - limitando a autonomia do Estado.

Uniram-se ao Rio Grande do Sul a Bahia, Pernambuco, Estado do Rio - terceiro, quarto, quinto e sexto Estados em importância eleitoral na época -, formando a Reação Republicana que apresentou o nome de Nilo Peçanha. Anteriormente, ele fora eleito vice-presidente da República (1906) e ocupara por alguns meses a Presidência, após a morte de Afonso Pena; na chefia do governo, contribuiria decisivamente para o triunfo de Hermes da Fonseca. A oposição tentou realizar uma campanha "à americana", como de dizia na época, percorrendo boa parte do país e procurando atrair o voto urbano. A plataforma da Reação Republicana, inspirada diretamente pelos gaúchos, se pronunciava no plano financeiro contra a inflação, a favor da conversibilidade da moeda, dos orçamentos equilibrados, da política, em suma, inaugurada pelo paulista Campos Sales em um momento muito difícil e mais tarde abandonada.

Na campanha, surgiram ataques ao imperialismo dos grandes Estados e pediu-se a proteção para os produtos brasileiros de exportação em geral e não apenas para o café. Nilo Peçanha não se opôs à valorização cafeeira em curso, de que o Estado do Rio também se beneficiava, mas atacou o tratamento especial dado ao produto. Esse era um tema de especial predileção dos gaúchos. Foi no curso da disputa eleitoral que veio à tona a insatisfação militar. A impressão corrente nos meios do Exército de que a candidatura de Artur Bernardes era antimilitar ganhou dramaticidade com cartas publicadas no jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro, em outubro de 1921, nas quais Bernardes fazia duras críticas ao Marechal Hermes da Fonseca.

As cartas falsas puseram lenha na fogueira. A situação continuou a se complicar e, em junho de 1922, com Artur Bernardes já vitorioso, o Clube Militar lançou um protesto contra a utilização, pelo governo, de tropas do Exército para intervir na política local de Pernambuco. Como resposta, o governo determinou a repreensão e a seguir a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Todos esses fatos precipitaram a eclosão do movimento tenentista. Os militares iniciaram um movimento que, entre outras, coisa visava mudar o quadro político do país, controlado por uma elite reduzida, onde os partidos republicanos

estaduais continuavam decidindo os destinos da política nacional e fechando os acordos para a indicação de candidatos à presidência da República. Os resultados eleitorais não espelhavam a realidade. A fraude era feita através de falsificação de atas, do voto dos mortos, dos estrangeiros, etc. Alguns resultados demonstravam sobejamente a manipulação: Afonso Pena em 1905, obteve 97,9% dos votos; Rodrigues Alves, em 1918, 99,1% dos votos; Washington Luis, em 1926, 98% dos votos!

O Nacional

Quinta-Feira, 15/04/2010

Data : 22/04/2010

Título : Eleições brasileiras - parte 03

Categoria: Artigos

Descrição: No final de 1919, já havia quase 2 milhões de desempregados em todo o Brasil.

Eleições brasileiras - parte 3

por José Ernani de Almeida

No final de 1919, já havia quase 2 milhões de desempregados em todo o Brasil. A profunda crise mundial deflagrada pelo crash da Bolsa de Nova Iorque, com graves consequências para a economia brasileira, tinha deixado um triste saldo: mais de 500 fábricas haviam fechado as portas em São Paulo e no Rio de Janeiro, por falta de compradores para os seus produtos. Muitas indústrias procediam a demissões em massa. O salário dos trabalhadores diminuiu de 40% a 50% na cidade e no campo. As cotações do café no mercado internacional iam por água abaixo, enquanto havia mais de 27 milhões de sacas estocadas: de 200 mil réis a saca em agosto de 1929, o preço caiu para 21 mil réis em janeiro de 1930. O "general café" - que representava mais de 50% das exportações brasileiras com poder para eleger presidentes da República - colocava o governo do presidente Washington Luis na maior crise da história da República.

O pânico se alastrava entre os fazendeiros; a fome e o desemprego assombravam o povo. É nesse clima que as eleições de 1º de março de 1930 coincidem com o primeiro dia de carnaval. Os candidatos eram Getúlio Vargas, líder da Aliança Liberal, e o paulista Júlio Prestes. Desde o governo de Campos Sales (1898-1902), São Paulo e Minas Gerais alternavam-se quase sempre no poder. Era a conhecida política do "café com leite". (O Nacional, 9 de abril, p. 15) Pela lógica dessa política, o sucessor de W. Luis - representante dos paulistas - deveria ser um mineiro. Mas o presidente mudou as regras do jogo ao lançar,

em 1929, a candidatura do paulista Júlio Prestes, apoiado pelo Partido Republicano de São Paulo e pela maioria dos PRs dos outros estados. A máquina eleitoral, liderada pelos cafeicultores em crise, preparava-se para manter os paulistas no poder. Ter o comando do governo federal era uma garantia de sobrevivência. Com a séria crise que atravessava o país e o intenso descontentamento da população, existiam todas as condições para outro partido político disputar o poder com o PR paulista.

Assim, importantes setores dos PRs de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba insurgiram-se contra o governo. Surgiu a Aliança Liberal, lançada pelos oligarcas descontentes desses estados, com Getúlio Vargas e João Pessoa (paraibano), candidatos respectivamente a presidente e vice-presidente. A Aliança Liberal recebeu o apoio das classes médias urbanas e de oligarcas insatisfeitos. A ala jovem da oficialidade jovem - os tenentes - também passam a apoiar o projeto da oposição. Devido à importância da Escola Militar do Rio Grande do Sul, onde cadetes de todo o Brasil faziam carreira, a ligação com os militares ganhou adeptos em todo o país. A violência marcou o clima das eleições. Apuradas as urnas, venceu o candidato governista Júlio Prestes com mais de um milhão de votos, contra 737 mil para Getúlio Vargas. O slogan O programa é mais do povo do que do candidato não conseguiu desmontar a máquina eleitoral montada pelo governo em 17 estados. A fraude, uma praxe na época, dominou o pleito de parte a parte. Com as eleições definitivamente perdidas nas urnas, restou à Aliança Liberal apenas um caminho: a revolução.

Vargas deixou claro a disposição dos aliancistas ao afirmar: "com o pleito de 1º de março, encerrou-se a fase da propaganda eleitoral. Tanto aquele como as depurações levadas a efeito pelo Congresso Nacional constituíram a maior farsa de que há memória nos anais políticos do Brasil. (...) A ideia revolucionária espalha-se dominadora por todo o país, empolgando a grande maioria das consciências, e o movimento de revolta é irresistível". O assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, pôs termo as últimas vacilações da Aliança Liberal quanto a uma ação revolucionária. Com a morte do presidente da Paraíba, ficou claro que não havia mais campo para uma eventual composição com o governo federal. Assim, após sucessivas protelações, no dia 3 de outubro de 1930, em manobra conjunta articulada entre o Rio Grande do Sul, a Paraíba e Minas Gerais, estourou a inevitável insurreição.

Em 3 de novembro, um mês depois de iniciada a insurreição aliancista, Getúlio Vargas tomou posse "provisoriamente" do governo federal. O vitorioso na eleição - Júlio Prestes - não assumia e o poder era passado para o derrotado nas urnas. Era o crepúsculo da República Velha. Com a Revolução de 1930 o Brasil vai entrar no século 20. O Estado fragmentário criado pela Constituição de 1891, no qual cada unidade gozava de autonomia, vai desaparecer. Sobre suas ruínas se erguerá um poder centralizado que vai desenvolver mudanças importantes no corpo social, econômico e político do país.

O Nacional

Quinta-Feira, 22/04/2010

Data : 29/04/2010

Título : Eleições brasileiras - parte 04

Categoria: Artigos

Descrição: Subindo ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu por quinze anos, sucessivamente, como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador.

Eleições brasileiras - parte 4

por José Ernani de Almeida

Subindo ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu por quinze anos, sucessivamente, como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador. As medidas centralizadoras do governo provisório surgiram desde cedo. Em novembro de 1930. Ele assumiu não só o poder Executivo como o Legislativo, ao dissolver o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais. Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos e, em seu lugar, nomeados interventores federais. Em agosto de 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Aqui no Rio Grande do Sul, o general José Antonio Flores da Cunha foi nomeado Interventor Federal. Dois pontos inter-relacionados foram importantes na definição do processo político entre 1930 e 1934: a questão do tenentismo e a luta entre o poder central e os grupos regionais. Os tenentes, com a vitória da revolução, passaram a fazer parte do governo e formularam um programa mais claro do que até então tinham expresso.

Dissociando-se claramente dos pontos de vista liberais, defendiam o prolongamento do governo provisório de Vargas e a elaboração de uma Constituição que estabelecesse a representação por classe, isto é, a representação de empregadores e empregados, ao lado dos deputados eleitos. Na última hipótese, haveria o mesmo número de representantes para cada Estado. Em fevereiro de 1932, foi promulgado o Código Eleitoral, que introduzia importantes inovações com relação à República Velha. Pela primeira vez em nossa História, as mulheres teriam direito a voto, e o limite de idade para ser eleitor passou de 21 para 18 anos. A criação da Justiça Eleitoral foi um passo importante para a moralização do voto, mas a inovação mais importante nesse sentido foi a instituição do voto secreto, que pelo menos nos centros urbanos reduziria o poder de corrupção eleitoral. Getúlio cometeu um erro ao marginalizar a elite paulista, nomeando interventor o tenente João Alberto. Por essa época, segundo o historiador Boris Fausto, cresceu o preconceito contra os nordestinos, de onde se originavam muitos tenentes e o próprio João Alberto, que era pernambucano. A inabilidade do governo federal concorreu, assim, para a deflagração de uma guerra civil, a Revolução Constitucionalista de 1932. São

Paulo ficou praticamente sozinho, contando sobretudo com sua Força Pública e uma intensa mobilização popular para enfrentar as forças federais. Apesar do desequilíbrio de forças, a luta durou quase três meses. Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central. Em agosto de 1933, Getúlio nomeou afinal um interventor civil e paulista. Após o conflito o governo provisório decidiu constitucionalizar o país.

Assim, as eleições para a Assembléia Constituinte foram realizadas em maio de 1933, por voto direto proporcional. A campanha eleitoral revelou um impulso na participação popular e na organização partidária. Muitos partidos, das mais diferentes tendências, surgiram nos estados; alguns com bases reais e outros sem qualquer consistência. Com exceção dos comunistas na ilegalidade e da Ação Integralista (fascista), não se chegou a formar partidos nacionais. O resultado das urnas mostrou a força das elites regionais. Aqui no Rio Grande, por exemplo, os eleitos foram em sua maioria partidários de Flores da Cunha. Os tenentes, em contra-partida, obtiveram magros resultados. Os trabalhos da constituinte foram tumultuados. Até mesmo uma ameaça de golpe militar surgiu, liderada por Góis Monteiro, militar autoritário e inimigo da democracia liberal. O peso majoritário entre os deputados era o da representação das oligarquias, rearticuladas e recompostas através de inúmeros pequenos partidos regionais. A influência dos setores populares era pequena, e da classe operária praticamente nula. Contavam-se nos dedos de uma mão os deputados simpáticos à causa dos trabalhadores. A Constituição que resultou dessa Assembléia foi promulgada em 16 de julho de 1934, tinha um teor liberal-democrático. Ampliava a participação dos eleitores, apesar de proibir o voto aos analfabetos e assegurava maior poder ao governo central. Na verdade, preparava-se o caminho para a centralização política que iria caracterizar o Estado Novo. A Carta de 1934, não chegaria a completar um ano e meio de vigência.

O Nacional

Quinta-Feira, 29/04/2010

Data : 07/05/2010

Título : Eleições brasileiras - parte 05

Categoria: Artigos

Descrição: Nos anos 1930 ganhou força no Brasil a corrente autoritária. Na verdade, o padrão autoritário era e é um marca da cultura política do país.

Eleições brasileiras - parte 5

por José Ernani de Almeida

Nos anos 1930 ganhou força no Brasil a corrente autoritária. Na verdade, o padrão autoritário era e é uma marca da cultura política do país. A dificuldade de organização das classes, da formação de associações representativas e de partidos fez das soluções autoritárias uma atração constante. Isso ocorria não só entre os conservadores convictos como entre os liberais e a esquerda. Essa tendia a associar liberalismo com o domínio das oligarquias. A partir daí, não dava muito valor à chamada democracia formal. Os liberais contribuíam para justificar essa visão. Temiam as reformas sociais e aceitavam, ou até mesmo incentivavam, a interrupção do jogo democrático toda vez que ele parecesse ameaçado pelas forças subversivas. Assim, quando em 1935 explodiu a Intentona Comunista, demonstrando que os conflitos sociais no Brasil haviam atingido o nível de propiciar a formação de ideologias políticas radicais e de esquerda a ponto de se manifestar ostensivamente em busca de transformações mais profundas, foi aberto o caminho para amplas medidas repressivas e para a escalada autoritária.

O fantasma do comunismo internacional ganhou enormes proporções. As eleições para a sucessão presidencial passaram a ser vistas como inviáveis naquele momento. Em fins de 1936 e nos primeiros meses de 1937, definiram-se as candidaturas à sucessão presidencial, nas eleições previstas para janeiro de 1938 e que nunca se realizaram. Foi escolhido como candidato governista o paraibano José Américo de Almeida - inclinado a um populismo retórico e inconsequente, no dizer de Bóris Fausto - que contava com o apoio da maioria dos Estados do Nordeste e de Minas Gerais, além dos setores pró-Vargas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. O Partido Constitucionalista lançou Armando Salles de Oliveira, candidato de São Paulo e, os integralistas, a candidatura de Plínio Salgado. A abertura da disputa política facilitou um certo afrouxamento das medidas repressivas. Por ordem do ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, cerca de 300 pessoas foram soltas em junho de 1937 e, o estado de guerra que havia sido decretado pelo governo, não foi prorrogado pelo Congresso.

Entretanto, Getúlio e o círculo dos íntimos não se dispunham a abandonar o poder, tanto mais que nenhuma das três candidaturas tinha sua confiança. Um obstáculo à interrupção do processo eleitoral vinha de uma parte das elites regionais. Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia tinham firmado um pacto para garantir a legalidade, mas isso não representava muita coisa. Não era possível - como no passado - organizar os estados como blocos até certo ponto coesos, pois suas forças internas estavam divididas. A disposição em oferecer resistência armada contra um golpe, a respeito do qual se falava abertamente, restringia-se a Flores da Cunha, aqui no Rio Grande do Sul. Assim, à medida que o ano de 1937 se aproximava do fim, a ditadura ia ganhando contornos nítidos. Em determinado momento, o governo anunciou ter "descoberto" um plano comunista de subversão - o Plano Cohen.

Na verdade, esse plano foi uma fraude do governo para manter acesa a chama anticomunista, o suporte principal do golpe que se tramava. Depois de assegurar o apoio dos integralistas, que esperavam a médio prazo tomar o poder, das altas

cúpulas militares, que desejavam um regime forte, anticomunista e que pudesse patrocinar a modernização econômica, dos governadores estaduais, que desejavam continuar em seus cargos, e das classes ricas, ansiosas por garantir a continuidade de seus privilégios, Getúlio Vargas marcou o dia do golpe - 15 de novembro de 1937. Por outro lado, a oposição estava presa, amordaçada pelo medo ou tinha sido simplesmente suprimida. Os grupos populares, por sua vez, não tinham condições de se mobilizarem. O Congresso sofria o mal da desmoralização. O golpe foi antecipado para o dia 10 de novembro, ocorrendo pacificamente e no meio da indiferença geral.

Implantado o Estado Novo, uma nova Constituição foi publicada no Diário Oficial. Era o coroamento da falência da política aberta que tinha começado a partir da Revolução de 1930. As eleições presidenciais foram suspensas bem como para o parlamento. Os governadores dos estados transformaram-se em interventores. O Estado Novo, por oito anos, concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente. A inclinação autoritária, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente.

O Nacional

Sexta-Feira, 07/05/2010

Data : 13/05/2010

Título : Eleições brasileiras - parte 06

Categoria: Artigos

Descrição: O Estado Novo implantado por Vargas em 1937 concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente (O Nacional, 7 de maio, p. 15).

Eleições brasileiras - parte 6

por José Ernani de Almeida

O Estado Novo implantado por Vargas em 1937 concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente (O Nacional, 7 de maio, p. 15). Os estados passaram a ser governados por interventores, eles próprios controlados por um decreto-lei de abril de 1939, por um departamento administrativo. Esse departamento era uma espécie de substituto das assembleias estaduais, pois o orçamento e todos os decretos-leis dos interventores dependiam de sua aprovação para serem expedidos. A escolha

dos interventores obedecia a diferentes critérios. Parentes de Getúlio, militares, receberam a designação de um modo geral, porém, nos maiores estados algum setor da oligarquia regional foi contemplado. O processo eleitoral estava sepultado.

O Estado Novo tratou de formar uma ampla opinião pública a seu favor, pela censura aos meios de comunicação e pela elaboração de sua própria versão da fase histórica que o país vivia. Ele foi arquitetado como um Estado autoritário e modernizador que deveria durar muitos anos, entretanto, acabou tendo um tempo de vida curto, pois não chegou a oito anos. Os seus problemas resultaram mais da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país. Essa inserção impulsionou as oposições e abriu caminho a divergências no interior do governo. Após a entrada do Brasil na guerra e os preparativos para enviar a FEB à Itália, personalidades da oposição começaram a explorar a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas.

A primeira manifestação ostensiva nesse sentido foi o Manifesto dos Mineiros, de outubro de 1943, no qual os assinantes do manifesto demonstravam que não pretendiam voltar às práticas políticas existentes na República Velha, assinalando ao mesmo tempo sua percepção de que a Revolução de 1930 fora desviada de seus objetivos democráticos. No âmbito do governo, pelo menos uma figura mostrou-se francamente favorável a uma abertura democrática. Era o ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, um íntimo de Getúlio Vargas.

Em torno de 1943, um grupo social importante emergiu na luta pela democratização, ele era importante não por seu número, mas por seu prestígio e expressão simbólica. Os estudantes universitários começaram a se mobilizar contra a ditadura, organizando a União Nacional dos Estudantes e suas seções estaduais. Lentamente a imprensa foi burlando a censura e divulgando notícias sobre prováveis candidatos à sucessão de Vargas.

A partir desse quadro, em fevereiro de 1945, Vargas baixou o chamado Ato Adicional à Carta de 1937, fixando, entre outros pontos, um prazo de 90 dias para a marcação da data das eleições gerais. Exatamente 90 dias depois, era decretado o novo Código Eleitoral, que regulava o alistamento eleitoral e as eleições. Estabelecia a data de 2 de dezembro de 1945 para a eleição do presidente e de uma Assembleia Constituinte e 6 de maio de 1946 para a realização dos pleitos estaduais. Assim, em 1945, surgiram também os três principais partidos que iriam existir no período 1945-1964. A UDN (União Democrática Nacional), antiga oposição liberal, herdeira da tradição dos partidos democráticos estaduais, adversária do Estado Novo e que reuniu também o reduzido grupo dos socialistas democráticos e uns poucos comunistas. Da máquina do Estado, por iniciativa do próprio Getúlio e dos interventores nos estados, surgiu o PSD (Partido Social Democrático) e, finalmente, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), sob a inspiração também de Vargas, cujo objetivo era de reunir as massas trabalhadoras urbanas sob a bandeira getulista.

O calendário eleitoral seria atropelado pelo "queremismo", assim chamado porque seu objetivo se sintetizava na palavra de ordem "queremos Getúlio", isto é, Vargas deveria concorrer às eleições. O "queremismo" foi repudiado e Vargas derrubado do poder. Forçado a renunciar, ele se retirou para São Borja, sua

cidade natal. As eleições de 1945 despertaram um grande interesse na população. Depois de anos de ditadura, pacientemente os brasileiros formaram longas filas para votar. Em uma época em que não existiam pesquisas eleitorais, a oposição foi surpreendida pela nítida vitória do candidato de Vargas, Eurico Gaspar Dutra. Pessoalmente, Getúlio foi um dos grandes vencedores das eleições de 1945. Elegeu seu candidato à Presidência e, beneficiado pela lei eleitoral, concorreu ao mesmo tempo ao Senado em cinco estados e a deputado em nove. Elegeu-se senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo e deputado em sete estados.

O Nacional

Quinta-Feira, 13/05/2010

Data : 20/05/2010

Título : Eleições brasileiras - parte 07

Categoria: Artigos

Descrição: Embora a historiografia oficial tenha consagrado Eurico Dutra, eleito presidente em 1945, como um governante profundamente apegado ao texto constitucional...

Eleições brasileiras - parte 7

por José Ernani de Almeida

Embora a historiografia oficial tenha consagrado Eurico Dutra, eleito presidente em 1945, como um governante profundamente apegado ao texto constitucional (o Livrinho, como dizia), na verdade sua gestão foi um das mais repressivas de nossa história com relação ao movimento operário e popular. Quando se tratava dos comunistas e dos trabalhadores organizados, o legalismo era, via de regra, esquecido. Aliás, nos anos 1940, o comunismo assustava a nossa conservadora sociedade. Um exemplo foi o que aconteceu aqui em Passo Fundo na eleição para a prefeitura municipal em 1946. Os candidatos eram Armando Annes, egresso da UDN e apoiado pelo PTB, e Dionísio Lângaro do PSD. Às vésperas do pleito, as lideranças pró-Annes observaram que a campanha estava perdida, pois no distrito de Marau, hoje município, que era na época sólido baluarte do PSD, Dionísio Lângaro tiraria facilmente a diferença que perderia na cidade. Então foi chamado Eduardo Barreiro, líder do emergente Partido Comunista

Brasileiro em Passo Fundo, e descobriu-se uma solução "mágica": os comunistas deveriam divulgar apoio ao candidato do PSD para impedir uma vitória avassaladora de Dionísio Lângaro em Marau, onde os padres dominavam. Assim, O Nacional publicou uma edição especial que circulou horas antes da eleição em Marau apavorando padres e pedessistas. Como resultado, a diferença, conforme o previsto, foi mínima e Armando Annes ganhou a eleição.

Em nível nacional a repressão ao Partido Comunista foi intensa no governo Dutra. Ela derivou do peso das concepções conservadoras, do crescimento desse partido e da modificação das relações internacionais entre as grandes potências. Era o início da chamada "guerra fria". O PCB surgia em 1946 como o quarto partido do país. Calcula-se que o partido contava, em 1946, com cerca de 180 a 200 mil militantes. Em maio de 1947, a partir de denúncias apresentadas por dois obscuros deputados do PTB, o Supremo Tribunal Federal decidiu cassar o registro do Partido Comunista.

Em janeiro de 1948, os deputados, senadores e vereadores eleitos pela legenda do partido foram cassados, remetendo o PCB à clandestinidade. Foi nesse ambiente que as manobras da sucessão presidencial começaram antes de Dutra completar a metade de seu mandato. Getúlio aparecia como um polo de atração. Praticamente ausente do Senado, fazia algumas viagens estratégicas aos Estados e recebia em São Borja o beija-mão dos políticos. Vargas baseou sua campanha na defesa da industrialização e na necessidade de se ampliar a legislação trabalhista. Modulou seu discurso de acordo com cada Estado que percorria. No Rio de Janeiro, onde a influência comunista era real, chegou a dizer que, se fosse eleito, o povo subiria com ele os degraus do Palácio do Catete e ficaria no poder. Além de contar com o PTB e o PSP, Getúlio teve o apoio aberto ou velado de uma parte do PSD. Em alguns estados, a própria UDN - sua tradicional adversária -, o apoiou. Assim, nas eleições realizadas em 3 de outubro de 1950, obteve uma grande vitória. Alcançou 48,7% do total de votos, enquanto o candidato da UDN, o brigadeiro Eduardo Gomes não passou de 29,7% e Cristiano Machado do PSD, de 21,5%. Depois de quase seis anos afastado do Catete, Getúlio Vargas conquistou novamente, pela força do voto e com a confiança das massas trabalhadoras a cadeira presidencial.

Vargas tomou posse a 31 de janeiro de 1951. Seu retrato, que fora retirado provisoriamente, voltou a decorar suntuosos gabinetes, repartições públicas de todo o país, casas de famílias, paredes de botequins, padarias, escolas, barbearias e todo o tipo de estabelecimentos comerciais. Estampado em folhinhas, capaz de revistas, livros, moedas menores de dez, vinte e cinquenta centavos, e nas notas verdes de 10 cruzeiros, a figura do presidente dava um "close", de todo o processo histórico de fundamental importância para a História do Brasil contemporâneo.

A UDN tentou sem êxito impugnar sua eleição, alegando que só poderia ser considerado vencedor o candidato que obtivesse maioria absoluta, ou seja, metade mais um dos votos. Essa exigência não existia na legislação da época. Desse modo, os liberais punham a nu suas contradições. Defensores, em princípio, da legalidade democrática, não conseguiram atrair o voto da grande massa, nas eleições mais importantes. A partir daí, passaram a contestar os resultados eleitorais com argumentos duvidosos ou, cada vez mais, a apelar para a intervenção das Forças Armadas. Estava aberto o caminho para a crise que levaria Vargas ao suicídio em 1954 e ao golpe militar de 1964.

O Nacional

Quinta-Feira, 20/05/2010

Data : 27/05/2010

Título : Eleições brasileiras - parte 08

Categoria: Artigos

Descrição: Dia 24 de agosto de 1954: Getúlio Vargas está morto, e o país em plena crise.

Eleições brasileiras - parte 8

por José Ernani de Almeida

Dia 24 de agosto de 1954: Getúlio Vargas está morto, e o país em plena crise. Ainda pela manhã, o poder passa para as mãos do vice-presidente da República Café Filho. Homem do PSP, ligado ao populismo ademarista, o novo chefe da nação sabia que a máquina do PSD, partido majoritário, estava desgastada pela crise de agosto e tentou uma recomposição partidária no governo, abrindo espaço para a UDN, que ganhou maior peso no novo ministério. Para "evitar o acirramento das paixões (...) e restabelecer a tranquilidade geral, (...) criar condições favoráveis ao advento de uma era de recuperação", Café Filho compromete-se a fazer cumprir o calendário eleitoral, que, previsto pela Constituição, estabelece eleições para Câmara, Senado e governo dos Estados em outubro de 1954.

O pleito presidencial também está marcado: outubro do ano seguinte. Mas a UDN, o PL (Partido Libertador, do Rio Grande do Sul) e o PR (Partido Republicano, de Artur Bernardes), alguns setores do PSD e um grupo atuante das Forças Armadas divergiam do presidente. Logo depois da posse, Café Filho recebeu uma comissão dissidente do PSD, que propunha o adiamento das eleições, pois temia que a vitória da máquina getulista acirrasse os ânimos, "provocando uma guerra civil".

Essa posição era também adotada pelo udenista Carlos Lacerda, que ia ainda mais longe: implantar "um regime de exceção" que "fizesse reformas", cujo objetivo seria impedir o retorno do espectro varguista. O fantasma de Getúlio rondava, pois, a vida política.

A despeito disso, as eleições se realizaram no dia marcado: 3 de outubro de 1954. Foram renovados a Câmara e dois terços do Senado, em 11 estados

houve eleições também para governador. Já a realização das eleições presidenciais, previstas para outubro de 1955, foram garantidas pelo vice-presidente Café Filho. O primeiro partido a apresentar candidato foi o PSD. Em fevereiro de 1955, o partido lançou a candidatura de Juscelino Kubitschek, um político que fizera carreira nos quadros do PSD de Minas e se elegera governador daquele Estado. Ele encarnava bem uma das vertentes do getulismo e tinha condições de obter o apoio do PTB, como de fato aconteceu.

Restaurava-se assim a aliança PSD-PTB que, em 1945, dera a Dutra uma extraordinária votação. A UDN lançou a candidatura do militar Juarez Távora e o PSP a de Ademar de Barros. Não faltaram jogadas sujas na campanha. Os adversários de João Goulart (candidato a vice) e Juscelino utilizaram um recurso que lembrava, em outro contexto, um episódio dos anos 1920 - o das cartas falsas contra Artur Bernardes (O Nacional, 16 de abril, p. 15). Em setembro de 1955, foi publicada nos jornais a chamada carta Brandi, supostamente enviada a João Goulart em 1953, quando era ministro do Trabalho de Getúlio, pelo deputado argentino Antonio Jesús Brandi. A carta referia-se a articulações entre Jango e Perón para deflagrar no Brasil um movimento armado, que instalaria uma república sindicalista. Uma investigação realizada pelo Exército comprovou logo após as eleições ter sido a carta forjada por falsários argentinos e vendida aos opositores de Jango.

A 3 de outubro de 1955, as urnas deram a vitória a Juscelino, mas por margem estreita. Ele obteve 36% dos votos, enquanto Juarez Távora alcançou 30% e Ademar 26%. Após a vitória de Juscelino, desencadeou-se uma campanha contra a posse. A UDN defendia a tese da maioria absoluta, reforçada com o argumento de que os vencedores haviam recebido votos dos comunistas. Para complicar ainda mais o quadro político, Café Filho sofreu, em novembro, um ataque cardíaco, que o obrigou a abandonar provisoriamente o poder. Assumiu o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, que também contestava a eleição de Juscelino. A partir daí, ocorreu o chamado "golpe preventivo", ou seja, uma intervenção militar para garantir a posse do presidente eleito e não para impedi-la. A principal personagem da ação ocorrida em novembro de 1955 foi o general Lott, que mobilizou as tropas do Exército no Rio de Janeiro. Carlos Luz foi deposto da Presidência, refugiando-se no cruzador Tamandaré, ao lado de lideranças da UDN. Café Filho pretendeu retornar à Presidência, mas foi considerado impedido pelo Congresso, que confirmou Nereu Ramos na chefia do Executivo. O Estado de sítio foi decretado por 30 dias, depois prorrogado por igual período. Essa série de medidas excepcionais garantiu a posse de JK e Jango em 31 de janeiro de 1956. Coisas da política brasileira.

O Nacional

Quinta-Feira, 27/05/2010

Data : 02/06/2010

Título : Eleições brasileiras - parte 09

Categoria: Artigos

Descrição: O esforço desenvolvimentista do período JK gerou um panorama de inflação e crise econômica.

Eleições brasileiras - parte 9

por José Ernani de Almeida

O esforço desenvolvimentista do período JK gerou um panorama de inflação e crise econômica. Para os nacionalistas, a iniciativa privada brasileira estava ameaçada de estrangulamento, pois a Instrução 113, da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), permitia que as empresas estrangeiras instaladas no Brasil importassem tecnologia e maquinário com isenção de impostos, o que era vedado às similares nacionais. Assim, se essa medida fazia surgir no Brasil indústrias de tecnologia mais avançada, como a automobilística, ela ao mesmo tempo prejudicava o empresariado nacional, que, sufocado pela concorrência, era obrigado a se associar a firmas estrangeiras. Abria-se para o país a era dos capitais associados.

Esta questão foi destaque no embate entre os candidatos à sucessão de JK. Assim, a retórica do mal. Lott, candidato da dobradinha PTB/PSD - seu vice era João Goulart -, repercutiu favoravelmente junto às áreas nacionalistas em geral, angariando inclusive o apoio explícito dos comunistas, então envolvidos na luta antiimperialista. Tais idéias, contudo, não sensibilizaram as massas populares, descontentes com a carestia, que preferiam ir beber as águas populistas de Jânio Quadros, que após ter sido eleito governador de São Paulo, foi lançado em abril por um pequeno partido - o PTN - com o apoio da UDN de Carlos Lacerda. Aliás, a UDN hesitava entre o lançamento de uma candidatura própria e o apoio a Jânio. Jânio corria em faixa própria, criticando a corrupção do governo e a desordem financeira. Sem ter um programa definido e desprezando os partidos políticos, atraía o voto com a sua figura popularesca e ameaçadora que prometia castigo implacável aos beneficiários de negociatas e de qualquer tipo de corrupção. Ele estava longe do figurino bem-comportado da UDN, mas ao mesmo tempo, incorporava a seu modo algo do discurso udenista. Representava, sobretudo, uma grande oportunidade de o partido chegar afinal ao poder, embora por um atalho desconhecido.

Assim, na convenção realizada pela UDN em novembro de 1959, o apoio a Jânio acabou por prevalecer, com a derrota da corrente partidária de uma candidatura própria. Para Lacerda, quem tinha mais "cheiro de povo" era Jânio. As relações entre a UDN e seu candidato foram pontilhadas de atritos. O motivo principal da discórdia era a disputa entre o PDC (partido que o lançou) e a UDN pela participação de seus candidatos à vice-presidência nos comícios de Jânio. A questão acabou sendo contornada, mas Jânio deixou bem clara, tanto à UDN quanto aos demais partidos que o apoiavam, sua posição extremamente personalista e autoritária, alheia aos partidos, os quais ignorava até o desprezo. Sobretudo porque, percebendo a fragilidade das plataformas partidárias do

momento (compostas de coligações entre partidos "esfacelados"), Jânio foi capaz de aglutinar setores militares e de classe média (com promessas de "limpeza" na administração e estabilização na economia), elites empresariais (com a afirmação de fé na livre iniciativa) e os trabalhadores (com promessas de uma ordem social mais justa). Disputando com ele a mesma fatia do eleitorado estava Ademar de Barros, fundador do PSP. Mas a estrela de Ademar, que já o fizera galgar postos como a prefeitura de São Paulo e o governo do estado mais rico da federação, estava em franco declínio: em 1954, perdera o governo de São Paulo para Jânio Quadros e, em 1955, a presidência para Juscelino. Desde os primeiros tempos da campanha, o favoritismo de Jânio se tornou evidente. Para Afonso Arinos, Jânio conseguia efetuar o encontro do desespero com a esperança, pela antevisão de uma nova era de austeridade e reformas".

Lott foi um candidato desastroso. O general tivera um papel importante nos círculos restritos do poder, onde personificavam a garantia de continuidade do regime democrático. Exposto a uma audiência mais ampla, suas fraquezas se tornaram evidentes. Falava mal em público e tentava assumir artificialmente o discurso getulista. Desagradava ao PDS com sua defesa sincera da concessão de voto aos analfabetos; desagradava ao PTB e principalmente à esquerda com suas críticas também sinceras a Cuba e ao comunismo. Como era esperado Jânio venceu as eleições de outubro de 1960, com 48% dos votos, enquanto Lott obteve 28% e Ademar, 23%. João Goulart elegeu-se vice-presidente apesar da nítida derrota de Lott. Isso foi possível porque, na época, o eleitor podia votar no candidato a presidente de uma chapa e no candidato a vice de outra. Em pouco tempo, os acontecimentos políticos iriam demonstrar os riscos da combinação inesperada - UDN-PTB - no governo. Uma nova eleição direta para presidente só voltaria a acontecer 29 anos depois.

O Nacional

Quarta-Feira, 02/06/2010

Data : 11/06/2010

Título : Eleições brasileiras - parte 10

Categoria: Artigos

Descrição: O golpe militar de abril de 1964 afastou João Goulart da Presidência da República, cujo cargo passou a ser ocupado provisoriamente pelo deputado Ranieri Mazzili.

Eleições brasileiras - parte 10

por José Ernani de Almeida

O golpe militar de abril de 1964 afastou João Goulart da Presidência da República, cujo cargo passou a ser ocupado provisoriamente pelo deputado Ranieri Mazzili. Ainda em abril, foi baixado o AI 1 pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Formalmente, manteve a Constituição de 1946 com várias modificações. Uma delas estabeleceu a eleição de um novo presidente da República, por votação indireta do Congresso Nacional.

Os candidatos para concluir o mandato, que se estenderia até janeiro de 1966, eram o general Amauri Krueel (lançado pelo PTB), o ex-presidente marechal Eurico Gaspar Dutra (parte do PSD) e o general Humberto de Alencar Castelo Branco (mediador entre os militares de "linha dura" e as facções tradicionais de cunho liberal, apoiado pelos generais Golbery do Couto e Silva e Aurélio de Lira Tavares). Um acordo entre a Escola Superior de Guerra, amplos setores do PSD e outros partidos (como a UDN) acabou sacramentando o nome de Castelo Branco, eleito no dia 11 de abril de 1964 por 361 votos de um Congresso já expurgado.

O AI-1 não tocou no calendário das eleições ao governo dos estados. Assim, em outubro de 1965, realizaram-se eleições diretas em 11 deles. A essa altura, grande parte do entusiasmo pela revolução, entre seus próprios adeptos, tinha declinado. Era difícil iludir-se com a propaganda sobre o fim da corrupção, e os bolsos da classe média estavam vazios. Apesar do veto a determinados candidatos por parte da chamada linha dura das Forças Armadas, a oposição triunfou em estados importantes.

O resultado das urnas alarmou os meios militares. Os grupos de linha dura, adversários dos castelistas, viram nele a prova de que o governo era muito complacente com seus inimigos. Eles pregavam a implantação de um regime autoritário com controle militar estrito ao sistema de decisões para levar mais longe a luta contra o comunismo e a corrupção. Sob pressão desses setores, Castelo baixou o AI-2 em outubro de 1965, apenas 24 dias após as eleições estaduais. O AI-2 estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública e com votação nominal. Evitava-se assim o voto secreto para prevenir surpresas. Mas a medida mais importante do AI-2 foi a extinção dos partidos políticos existentes. Os militares consideravam que o sistema multipartidário era um dos fatores responsáveis pelas crises políticas. Desse modo, deixaram de existir os partidos criados no fim do Estado Novo que, bem ou mal, exprimiam diferentes correntes da opinião pública.

A legislação partidária forçou na prática a organização de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que agrupava os partidários do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição. Diga-se de passagem que, em fevereiro de 1966, o AI-3 estabeleceu também o princípio da eleição indireta para os governadores dos estados por meio das respectivas assembleias estaduais. Era a vitória da linha dura.

O grupo castelista não conseguiu fazer o sucessor de Castelo. Foi eleito em 1967 um gaúcho, o general Arthur da Costa e Silva e para vice-presidente um civil, o udenista Pedro Aleixo. Costa Silva não completaria o seu mandato por questões

de saúde e, em 1969, outro gaúcho assumiu o poder, o general Emilio Garrastazu Médici. Tal como acontecera com Castelo Branco, Médici não conseguiu fazer seu sucessor. O nome escolhido pelas Forças Armadas para lhe suceder, em meados de 1973, foi o do general Ernesto Geisel, também gaúcho.

A fama de ser o Rio Grande do Sul uma verdadeira "fábrica de ditadores" confirmava-se. Geisel iniciou o processo de abertura e, assim, as eleições legislativas de 1974 ocorreram em clima de relativa liberdade, com acesso dos partidos ao rádio e à televisão. Os resultados surpreenderam o governo. O MDB ganhou nos grandes centros urbanos e nos estados mais desenvolvidos, onde a independência do eleitorado era maior. Geisel conseguiu fazer o seu sucessor. Foi ele o general João Batista Figueiredo, tendo como vice-presidente, Aureliano Chaves. Essa chapa derrotou o MDB, formada pelo general Euler Bento Monteiro e o senador gaúcho Paulo Brossard, na reunião do colégio eleitoral em outubro de 1978. A vitória mais importante de Geisel não foi, entretanto, alcançada com o êxito previsível de seu candidato, e sim no interior das Forças Armadas, já que o então ministro do Exército Sylvio Frota lançara sua própria candidatura como porta-voz da linha dura. Frota acusava Geisel de ser complacente com os subversivos. O presidente o demitiu do ministério e cortou sua escalada. Figueiredo seria a garantia da continuidade do processo de abertura lenta, gradual e segura.

O Nacional

Sexta-Feira, 11/06/2010

Data : 18/06/2010

Título : Eleições brasileiras - parte 11

Categoria: Artigos

Descrição: A legislação eleitoral aprovada em 1965 tinha-se convertido em armadilha para os detentores do poder.

Eleições brasileiras - parte 11

por José Ernani de Almeida

A legislação eleitoral aprovada em 1965 tinha-se convertido em armadilha para os detentores do poder. Cada vez mais, as eleições estavam se transformando em plebiscitos em que se votava pró ou contra o governo. O voto contra conferido ao MDB abrigava diferentes ideologias e refletia descontentamentos de todo o

tipo. Assim, para tentar quebrar a força da oposição, o governo obteve do Congresso em dezembro de 1979, a aprovação da Lei Orgânica dos Partidos. A lei extinguiu o bipartidarismo e gerou um cacho de previsões que o ano de 1980 se encarregou de desbastar. O MDB jurou que permaneceria unido - mas partiu-se em muitas bandas.

O governo, que patrocinou a ressurreição do pluripartidarismo só para extinguir o MDB, calculou que, além da Arena, rebatizada de PDS, só haveria lugar para mais três partidos: um, forte, de centro, comandado pelo senador Tancredo Neves; outro, com o nome de PTB, organizado por Leonel Brizola; e o último, que reuniria os radicais da oposição sob a liderança de Miguel Arraes. Os cálculos deram com os burros nágua: o PP de Tancredo saiu, mas não saiu tão forte, Brizola perdeu a sigla PTB para a ex-deputada Ivete Vargas e inventou o PDT, gordas fatias da ala liberal do ex-MDB permaneceram com os radicais do recém-criado PMDB e o PT do metalúrgico Luiz Inácio da Silva, o Lula, que era desdenhado nas antecâmaras do Palácio do Planalto, saiu do papel e ganhou as ruas com o apoio das comunidades eclesiais de base.

Com esse quadro partidário foram realizadas eleições de vereadores a governadores dos estados em 1982. Esses últimos seriam eleitos pelo voto direto pela primeira vez desde 1965. Os resultados para o Congresso marcaram a vitória do PDS no Senado e na Câmara na eleição para governador, as oposições conseguiram algumas vitórias expressivas em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e no Rio de Janeiro. No Rio, Brizola conseguiu eleger-se, dando continuidade a um prestígio que vinha dos anos 1960. Uma tentativa de roubar-lhe a vitória, por meio da falsificação da contagem de votos processada pelos computadores, foi desvendada pelo PDT e fracassou. No Rio Grande do Sul a vitória do PDS foi facilitada pela divisão entre PMDB e PDT.

No curso de 1983, o PT assumiu como uma de suas prioridades promover uma campanha pelas eleições diretas para a presidência da República. Pela primeira vez o partido dispôs-se a entrar em uma frente com outros partidos para alcançar esse objetivo. Por sua parte, em junho daquele ano, o PMDB decidiu lançar uma campanha no mesmo sentido. Rapidamente, o movimento pelas diretas foi além das organizações partidárias, convertendo-se em uma quase unanimidade nacional. Milhões de pessoas encheram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com um entusiasmo raramente visto no país. A campanha Diretas já expressava ao mesmo tempo a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salário baixo, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar.

A emenda constitucional que pretendia introduzir as eleições diretas ficou conhecida como Emenda Dante de Oliveira, nome do deputado do PMDB que a apresentou. Ela foi votada sob grande expectativa popular. Entretanto, como havia uma distância entre a manifestação de rua e o Congresso com maioria do PDS, a emenda não foi aprovada. Faltaram na Câmara dos Deputados apenas 22 votos para a sua aprovação. Assim, a batalha sucessória fixou-se no Colégio Eleitoral. O PDS apontou como candidato Paulo Maluf, que atropelou os rivais e obteve a indicação. Sua vitória na convenção provocou a cisão final das forças do PDS que apoiavam os outros candidatos. Os insurgentes do PDS uniram-se

ao PMDB, formando a Aliança Democrática, em oposição a Maluf. Tancredo Neves foi indicado à Presidência e José Sarney para a vice-presidência.

A 15 de janeiro de 1985, Tancredo e Sarney obtiveram uma vitória nítida no Colégio Eleitoral, batendo Maluf por 480 votos contra 180. Por caminhos complicados e utilizando-se do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chegava ao poder. Entretanto, a transição para o regime democrático não terminou com a eleição de Tancredo e estaria sujeita ainda a imprevistos. Tancredo sequer assumiu. Doente, passou por uma série de cirurgias e morreu em 21 de abril de 1985. José Sarney, um opositorista de última hora, chegava à Presidência para a frustração da maioria da população.

O Nacional

Sexta-Feira, 18/06/2010

Data : 24/06/2010

Título : Eleições brasileiras - parte 12

Categoria: Artigos

Descrição: O governo Sarney convocou “as brasileiras e os brasileiros” a colaborar na execução de planos econômicos e a travar uma guerra de vida ou morte contra a inflação.

Eleições brasileiras - parte 12

por José Ernani de Almeida

O governo Sarney convocou “as brasileiras e os brasileiros” a colaborar na execução de planos econômicos e a travar uma guerra de vida ou morte contra a inflação. Foram muitos os planos: plano Cruzado, plano Bresser, plano verão. À euforia de cada um deles seguia-se um clima de decepção e de desconfiança por parte da população quanto aos rumos da economia. As eleições de novembro de 1986 mostraram que o PMDB e o governo mantinha ainda àquela altura, apesar das decepções do eleitorado, um grande prestígio. O partido obteve a maioria absoluta das cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado e elegeu os governadores de todos os Estados, menos o de Sergipe. Naquele momento, chegou-se a dizer que o Brasil corria o risco de uma “mexicanização”. O PMDB poderia vir a ser uma espécie de PRI – Partido Revolucionário Institucional –, que alcançou praticamente o monopólio do poder, por longos anos, no México. No final do governo Sarney, foram realizadas as primeiras eleições diretas para a presidência da República desde 1960. A esquerda,

representada principalmente por Luis Inácio Lula da Silva, do PT, e por Leonel Brizola, do PDT, surgia com considerável potencial de vitória, ameaçando a continuidade das forças conservadoras do governo. Ulysses Guimarães, consagrado no movimento das Diretas Já, saiu candidato pelo PMDB, mas pagou o preço de sua participação no governo Sarney. Paulo Maluf, ainda sem projeção nacional e recuperando-se do fiasco da campanha indireta de 1985, não representava uma candidatura viável. No recém-criado PSDB, foi lançado o nome de Mário Covas, prejudicado pela ausência de estrutura partidária nacional, além do seu passado peemedebista. Os outros 15 candidatos presidenciais que se apresentaram eram, em sua maioria, politicamente inexpressivos e buscavam apenas espaço nos meios de comunicação. Até o conhecido apresentador e proprietário de rede de televisão Silvio Santos chegou a articular sua candidatura, abandonando-a logo em seguida. A situação refletia o quadro de desorientação da sociedade brasileira em meio a uma das maiores crises pelas quais o país já havia passado. Nesse contexto, surgiu a candidatura de Fernando Collor de Mello, governador de Alagoas, ex-integrante do PDS e do PMDB, contava com o apoio de consideráveis setores conservadores, temerosos diante da possibilidade de um governo de esquerda e da ausência de um candidato que pudesse proteger seus interesses. Num momento de profunda desconfiança e quase hostilidade para com os políticos em geral, Collor lançou-se como um candidato apolítico. Denunciava a corrupção, apresentando-se como “caçador de marajás”, que se fartavam do dinheiro público. Dizia representar o povo humilde e sofrido do Brasil, os “descamisados”, e o fato de ter 40 anos na época, enquanto Sarney tinha 59 e Ulysses Guimarães, 73, de apresentar estilo agressivo e virtualmente desconhecido no país – portanto, supostamente desvinculado dos tradicionais esquemas de poder – contribuiu para engrossar sua candidatura. Na verdade, seu discurso era uma falácia, pois contava com o apoio (ainda que disfarçado) de diversas figuras participantes do governo Sarney, como Antonio Carlos Magalhães, e ligadas àquilo que de mais arcaico existia na política brasileira. Foi esse discurso, no entanto, que lhe abriu maior espaço na imprensa, com alguns veículos aderindo abertamente à sua campanha, como foi o caso das Organizações Globo. O partido de Collor, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), criado exclusivamente para apoiar sua candidatura, passava a receber imensas doações de empresários interessados na vitória do conservadorismo. Como Jânio Quadros, Fernando Collor reconheceu o poder da imprensa, principalmente o poder da imagem, e soube moldar a sua exatamente de acordo com as expectativas populares. A campanha resumia-se a aparições breves, discursos inflamados e exibição de gesticulação agressiva, tudo isso cercado de grande expectativa criada pela televisão. Durante todo o período que antecedeu o primeiro turno das eleições de 15 de novembro de 1989, o candidato evitou o debate, recusando-se ao enfrentamento público com os demais. Após o primeiro turno, polarizou-se a disputa entre Collor e Lula. No segundo turno, que teve número bastante expressivo de votos branco, nulos e abstenções, Collor, “o caçador de marajás”, de forte apelo junto aos segmentos mais humildes e desarticulados da sociedade, com acesso aos cofres do grande capital, obteve 42,75% de votos, e Lula, um líder operário, representante dos setores populares mais organizados, 37,86%. Iniciava-se a breve Era Collor.

O Nacional

Quinta-Feira, 24/06/2010

Data : 01/07/2010

Título : Eleições brasileiras - parte 13

Categoria: Artigos

Descrição: A Era Collor foi meteórica. O descaso do governo com o dinheiro público, manifestado pela concessão de benefícios a grupos privados e ao próprio presidente da República logo ficou claro.

Eleições brasileiras - parte 13

por José Ernani de Almeida

A Era Collor foi meteórica. O descaso do governo com o dinheiro público, manifestado pela concessão de benefícios a grupos privados e ao próprio presidente da República logo ficou claro. Em 1991 denúncias surgiram envolvendo o amigo pessoal de Collor e tesoureiro da campanha presidencial, Paulo Cesar Farias. Em maio de 1992, surpreendentes declarações de Pedro Collor, irmão do presidente, revelaram que o ocupante do mais alto cargo executivo nacional seria o beneficiário de operações financeiras obscuras coordenadas por seu ex-tesoureiro. O presidente que pregava austeridade, cortava gastos do governo, arrocha salários e ampliava o número de desempregados, vivia luxuosamente de dinheiro sujo. O "caçador de marajás" revelava-se o maior de todos eles. Iludido pelos milhões de votos obtidos nas eleições de 1989 e vítima do mito que ele mesmo havia criado, Collor, ignorava a crescente mobilização popular que pedia o seu afastamento. Quando o presidente pediu, em seu apoio, que as pessoas saíssem às ruas vestidas de verde a amarelo, milhões saíram às ruas, mas de preto, pedindo o impeachment.

Esse se concretizou em setembro de 1992, quando assumiu o vice Itamar Franco, cuja grande realização foi, sem dúvida, o Plano Real, tendo à frente então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Com o sucesso econômico do plano e o respaldo político generalizado, nas eleições de outubro de 1994, Fernando Henrique foi eleito presidente da República com maioria absoluta em um único turno. Obteve quase 55% dos votos válidos, enquanto o segundo colocado, Lula, atingiu pouco mais de 27% dos votos.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994 foi resultado da aliança PSDB-PFL, que se manteve ao longo dos dois mandatos. O governo também atraiu o apoio do PTB e as simpatias do PMDB, resultando na formação de um poderoso bloco no Congresso, seguramente majoritário. Por trás dessas

alianças - entre um partido supostamente ético e ideológico, o PSDB, e outros partidos supostamente fisiológicos, PFL, PMDB e PTB - estava a ideia de garantir a governabilidade por meio do apoio às reformas propostas.

Apesar dos compromissos com grupos fisiológicos, os oito anos do governo Fernando Henrique foram um período relativamente longo de normalidade democrática, em que as instituições (partidos, Judiciário, eleições) funcionaram sem grandes sobressaltos ou rupturas. De fato, trata-se de situação bem rara na história republicana. Os únicos abalos surgiram da tendência ao autoritarismo (visível na multiplicação das afamadas medidas provisórias) e da forma nebulosa como se alterou a Constituição, permitindo a reeleição do presidente.

Em 1998 ocorreram eleições, e Fernando Henrique encabeçou mais uma vez a aliança PSDB-PFL, tendo como principal concorrente, mais uma vez, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. O presidente habilmente vendeu sua imagem de "criador" do Plano Real, o homem que venceu a tão odiada inflação, portanto uma pessoa particularmente habilidosa para enfrentar a crise que se avizinhava. Ao candidato do PT coube enfrentar novamente a acusação de despreparado. Em pleito marcado pelo pessimismo, pouca mobilização e medo da crise, Fernando Henrique Cardoso foi vencedor já no primeiro turno, com 53% dos votos.

Em 2001, na frente oposicionista, Luiz Inácio Lula da Silva mais uma vez (a quarta) era candidato a presidente da República. Ciro Gomes, jovem liderança ascendente, porém sem vínculos partidários mais sólidos, lançou-se candidato pelo PPS e, após rápida subida nas pesquisas eleitorais no início de 2002, amargou forte queda, fruto de seu destempero e descuido no uso de uma linguagem forte, quase arrogante. O governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, do PSB, surgiu como franco-atirador, talvez pensando em afirmar seu nome para projetos futuros. Ao final, a campanha foi entre José Serra e Lula, ambos indicados para segundo turno.

Em meio a crescente apoio e a um clima de otimismo generalizado, Lula foi eleito no segundo turno com 61% dos votos válidos. E, no seu primeiro pronunciamento como presidente eleito, pôde afirmar, triunfante: "A esperança venceu o medo!". Apesar do bombardeio de denúncias promovido pela oposição e pela grande imprensa (mensalão, entre outras), Lula conseguiu reeleger-se em 2006. Para muitos a vitória foi uma demonstração de que a maior parte do eleitorado ainda considerava Lula um político comprometido com as causas populares. Outros atribuíram a reeleição ao Bolsa Família.

O Nacional

Quinta-Feira, 01/07/2010

Data : 08/07/2010

Título : Trinta anos sem o poeinha

Categoria: Artigos

Descrição: Foi em 9 de julho de 1980 que o Brasil perdeu uma das maiores expressões da sua cultura em todos os tempos, Vinicius de Moraes...

Trinta anos sem o poetinha

por José Ernani de Almeida

Foi em 9 de julho de 1980 que o Brasil perdeu uma das maiores expressões da sua cultura em todos os tempos, Vinicius de Moraes, que disse de si mesmo no Samba da bênção: "Eu, por exemplo, o capitão do mato Vinicius de Moraes, poeta e diplomata, o branco mais preto do Brasil, na linha direta de Xangô. Saravá!". Múltiplo a partir do nome (fosse uma criatura só e seria Vinício de Moral, brincava Sérgio Porto), Vinicius de Moraes também se multiplicou em obras musicais. Tem uma das mais extensas discografias da MPB: perto de 300 músicas gravadas - algumas, como Garota de Ipanema, mais de cem vezes.

Diante de trabalho tão vasto quanto heterogêneo, exercido com assiduidade apenas a partir da parceria com Tom Jobim, pode-se defini-lo como alguém que demoliu o muro que separava a dita poesia culta da música popular, transformando a barreira em uma via de mão dupla: tanto popularizou essa poesia culta quanto possibilitou a eruditos chegarem ao assobio de rua. Sem Vinicius de Moraes, os poetas concretistas teriam influenciado tão decisivamente o Tropicalismo? Vinicius seria também pioneiro das reivindicações feministas na MPB, em que sempre campeou o machismo. O mesmo poeta descrevia a namorada ideal, "essa coisa toda minha", que só deve ter um pensamento: "ser só minha até morrer".

Seu Samba da bênção via a mulher como "feita para amar / para sofrer pelo seu amor / e pra ser só perdão". No entanto, dialeticamente, lembra que "o perdão também cansa de perdoar" (em Regra três) e se autocrítica na canção Testamento de 1971: "A mulher foi feita pro amor e pro perdão / cai nessa não!". Versos consagradores e definitivos marcaram o trabalho sólido do poetinha, "A felicidade é como a gota de orvalho numa pétala de flor: / brilha tranquila / depois de leve oscila / e cai como uma lágrima de amor" (A felicidade), ou "É no entanto é preciso cantar" (Marcha da Quarta-Feira de Cinzas), ou ainda "A vida é a arte do encontro / embora haja tanto desencontro pela vida" (Samba da bênção).

Como caudaloso letrista, não escolheu parceiros. Mas os músicos básicos de suas letras formam um quarteto com poucas variações: Tom Jobim (canção e bossa nova românticas), Carlos Lyra (regionalismo participante e romantismo urbano), Baden Powell (afrossambas) e Toquinho, com quem revisitou todas essas vertentes. Embora tenha colecionado títulos marcantes com peças políticas de alguma contundência, o poeta de Operário em construção era antes de tudo um lírico. Sentimentos de compaixão cristã perpassam sua obra. Ao mesmo tempo, sua relação com as incontáveis musas e amadas - Vinicius casou-se nove vezes - teve sempre "um molejo de amor machucado". O poeta sabe que vai sofrer "a eterna desventura de viver", na travessia que - de acordo

com o escritor Antonio Carlos Vilaça - Vinicius faz "do poema solitário ao canto coletivo".

Seus sambas receitam a vida em lugar da passividade: "É melhor ser alegre que ser triste / alegria é a melhor coisa que existe" ("Mas para fazer um samba de verdade / é preciso um bocado de tristeza / senão não se faz um samba, não"). A maior parte de suas letras, antítese da dor-de-cotovelo convencional, prosaica, deixam sempre a porta aberta à musa infiel, dentro do preceito estabelecido no célebre soneto que resguarda o amor efêmero como a chama mas "infinito enquanto dure".

Em 1969, com base no famigerado AI-5, Vinicius foi expulso do Itamaraty, onde ele era servidor de carreira. Ele foi uma das vítimas da maior caça às bruxas da história da diplomacia brasileira. Os pretextos foram desde simpatias esquerdistas a homossexualismo, boemia e alcoolismo (o poeta teria sido enquadrado nos dois últimos). Agora, a Câmara dos Deputados aprovou a promoção póstuma de Vinicius a ministro de primeira classe, equivalente a embaixador, auge da carreira, em uma iniciativa que uniu governistas e opositores. É uma justa reparação a esse Vinicius eterno, inseparável do discurso lírico, apóstolo e pregador existencialista, com sua múltipla fecundidade que deixou, em vez de lacunas, estradas e janelas abertas. Vinicius fez canções, escreveu poemas, fez música para cinema, teatro e televisão; também escreveu e cantou para as crianças. Percorreu o Brasil, prestigiando os circuitos universitários - quando tive o privilégio de ouvi-lo, ao lado de Toquinho, no teatro da PUC em Porto Alegre - e realizou turnês pela Europa.

Mas um dia, há 30 anos, morreu. Deixou um vazio irremediável na música popular brasileira, deixou também irremediavelmente vazia uma cadeira nos bares habituais, com o copo em uma das mãos e o cigarro na outra, era quase uma identidade; era muitos e, por isso, único. O poeta que, segundo Drummond, "ousou viver sob o signo da paixão". Era Vinicius, para o qual, "no tempo do quando, poesia é fundamental: é preciso que haja qualquer coisa de louco e lírico em tudo. Uma saudade inesperada, um escocês ao alcance da mão e uma larga esperança de mundo mais decente".

O Nacional

Quinta-Feira, 08/07/2010

Data : 15/07/2010

Título : Adolescentes e o toque de recolher

Categoria: Artigos

Descrição: A aprovação na Câmara de Vereadores do projeto de lei que veta a entrada e permanência de crianças e adolescentes menores de 16 anos a partir da meia-noite em casas de diversões...

Adolescentes e o toque de recolher

por José Ernani de Almeida

A aprovação na Câmara de Vereadores do projeto de lei que veta a entrada e permanência de crianças e adolescentes menores de 16 anos a partir da meia-noite em casas de diversões, onde é comercializada bebida alcoólica, verdadeiro toque de recolher, leva-nos a refletir sobre a verdadeira crise de autoridade que vive a família nos dias atuais. Os especialistas nos ensinam que a introdução do homem na sociedade é realizada de forma primária dentro da família. O adolescente passa a ter uma dimensão da sociedade a partir da percepção que seus pais possuem do mundo e do próprio caráter institucional da família. Como a família é a primeira instituição socializadora do adolescente, é ela que desempenha o papel de organizadora primária da sua sociabilidade, do respeito aos valores, do reconhecimento da existência de uma autoridade e dos limites que devem ser respeitados. É bem verdade que hoje a sequência nascer, crescer, estudar, iniciar a vida profissional, casar, ter filhos e assim perpetuar o ciclo está profundamente alterada.

Há 50 anos essa noção de ciclo de vida era bem clara e definida. A preparação para a vida adulta é cada vez mais complexa e exigente, consumindo mais tempo, fazendo com que o tempo de estudo prolongue-se na maioria dos casos bem para lá dos 18 anos. Como professor de adolescentes há mais de 30 anos percebo que estamos assistindo a uma espécie de prolongamento da adolescência. A transição para a vida adulta está acontecendo em ritmo mais lento. Há também um outro fator: os papéis cada vez menos definidos entre adultos e adolescentes que dificultam a criação de uma identidade adulta.

Nos dias de hoje pais querem ser adolescentes. Professores que, para captar a simpatia da galera, se comportam como apenas mais um do grupo. Com isto há uma hesitação sobre os verdadeiros valores morais, em impor a autoridade, em estabelecer os limites para seus filhos e alunos adolescentes. No processo de estabelecimento da identidade do adolescente, pede-se a ele independência em relação à família, ao mesmo tempo em que se espera dele comportamento de obediência e submissão. Em nossa sociedade, no geral, adolescência se caracteriza por uma condição que não é mais a de criança, mas nem deve ser ainda a do adulto. É a condição de adolescente, selada pela provisoriedade.

A professora Maria Paro Forte, da USP, em esclarecedor artigo sobre o tema ensina que "os filhos lutam pela independência de modo ambivalente (querendo e não querendo) e os pais também se comportam de modo ambivalente, pois ao exigirem a independência de seus filhos com relação a eles mesmos também o fazem de modo ambíguo, comportando-se como bloqueadores da independência dos filhos. Muitos pais atuam com rigidez intensa frente aos filhos, gerando conflitos. Outros atuam com permissividade extrema, deixando de orientar o filho em um momento tão importante de estruturação de sua

personalidade. O adolescente quer independência, mas também quer e precisa de limites".

O ideal, sem dúvida, é buscar compreender a adolescência como um processo na vida dos jovens. Aos adultos cabe agir como facilitadores da vivência desse processo, ou seja, mantendo postura de diálogo, de abertura para com os mesmos. E quando os pais não têm o que dizer, como educar pelo diálogo? Há um outro e decisivo fator. Os pais de hoje têm uma tarefa impossível: a filtração da informação. Por meio da mídia e da internet, tudo chega aos olhos e cérebros dos adolescentes. Hoje o jovem em muitos casos passa mais tempo na frente do computador do que na companhia dos pais. Como lidar com todas essas mudanças? Os adolescentes precisam construir sua identidade de forma segura, na família e também na escola. É muito perigoso que ele construa seu processo de identificação de forma coletiva que, atualmente, é trazida pelos meios de comunicação e pela publicidade. É fundamental desmistificar o rótulo do adolescente como problema e refletir com a família e com a escola sobre situações específicas. No caso do "toque de recolher" é fazer com que o adolescente sintam-se preso. Uma democracia exige o estabelecimento da ordem sem o recurso ao arbítrio. O "recolhimento" deve acontecer no seio da família que precisa urgentemente revisar sua postura e seus valores.

Gilberto Gil na canção Os pais, gravada no CD Banda larga cordel, de 2009, traduz a questão com muita objetividade e clareza: "Os pais, os pais / estão preocupados demais / com medo que seus filhos caiam nas mãos dos narcomarginais / ou então na mão dos molestadores sexuais / e, no entanto, ao mesmo tempo são a favor das liberdades atuais / Por isso não acham nada demais / na seminudez de todos os carnavais / na beleza estonteante e tão natural / da moça que expressa no andar provocante / a força ondulante da sua moral (...) Por isso não podem fugir do problema / maior liberdade ou maior repressão / Dilema central dessa tal de civilização / aqui no Brasil, sob o sol de Ipanem / na tela do cinema transcendental / mantém-se a moral por um fio / um fio-dental!"

O Nacional

Quinta-Feira, 15/07/2010

Data : 22/07/2010

Título : Um Gil junino

Categoria: Artigos

Descrição: As festas juninas ou festas dos santos populares são celebrações que acontecem em vários países historicamente relacionadas com a festa pagã do solstício de verão...

Um Gil junino

por José Ernani de Almeida

As festas juninas ou festas dos santos populares são celebrações que acontecem em vários países historicamente relacionadas com a festa pagã do solstício de verão, que era celebrada no dia 24 de junho, segundo o calendário (pré-gregoriano) e cristianizada na Idade Média como "festa de São João". Essas celebrações são particularmente importantes no Norte da Europa, mas são encontradas também na Irlanda, partes da Grã-Bretanha, França, Itália, Malta, Portugal, Espanha, Ucrânia e em outros países, como Canadá, Estados Unidos, Porto Rico, Austrália e Brasil. Entre nós as festas juninas são na sua essência multicurais, embora o formato que hoje conhecemos tenha origem nas festas dos santos populares em Portugal: Santo Antônio, São João e São Pedro, principalmente. A música e os instrumentos usados, cavaquinho, sanfona, triângulo, ferrinhos, reco-reco, etc., estão na base da música popular e folclórica portuguesa e foram trazidos para o Brasil pelos povoadores e imigrantes do país-irmão. No Brasil, recebeu o nome de junina (chamada inicialmente de joanina, de São João), porque acontece no mês de junho. Além de Portugal, a tradição veio de outros países europeus cristianizados dos quais são oriundas as comunidades de imigrantes, chegados a partir de meados do século 19. Ainda antes, porém, a festa já tinha sido trazida para o Brasil pelos portugueses e logo foi incorporada aos costumes das populações indígenas e afro-brasileiras. E é exatamente a música junina o tema do 56º disco da carreira de Gilberto Gil, chamado "Fé na Festa". Gil faz parte de uma extirpe rara de compositores-letristas e letristas brasileiros que, na década de 1960, alterou o conceito estético que se fazia da letra de música entre nós, alçando esse gênero ao status de poesia - cantada e popular: um patamar pouco alcançado, mesmo que de nossa perspectiva tenhamos pela frente o panorama da música popular mundial e de todos os tempos. Gil foi uma das figuras máximas daquela geração de artistas, entre os quais se mantém como um de seus mais sensíveis e inventivos músicos-poetas, modelar para as gerações que depois dele vieram, e para as vindouras. Ao longo de mais de 40 anos de carreira, aprimorou a sua arte a ponto de torná-la uma das mais fortes expressões da nossa época, em nosso país, bem como da moderna música-poesia brasileira. Nesse universo - para cuja expansão a sua contribuição tem sido fundamental - ele consolidou com brilhantismo uma obra de durabilidade, na qual, para nos limitarmos às canções com letras de sua autoria, clássicos como "Lunik-9", "Domingo no Parque", "Procissão", "Aquele Abraço", "Retiros Espirituais", "Lugar Comum", "Refazenda", "Super-homem, a canção", "Se eu quiser falar com Deus" e "Palco" são apenas os pontos luminosos mais imediatamente identificáveis. Enfim, Gil escreveu seu nome na história da música popular brasileira. Dos anos de parceria com Caetano Veloso na Tropicália, passando pelo exílio, a carreira solo de sucesso até chegar a ministro da Cultura do governo Lula. Agora, aos 68 anos de idade, Gil está lançando um disco com composições simples, alegres, festeiras, bem no espírito das festas juninas do Nordeste. As letras mais ricas e complexas, que mais lembram o compositor de "Domingo no Parque",

são justamente as que mais se afastam desse espírito de baião, forró e festa junina nordestina: "Não tenho medo da vida" (Não tenho medo da vida, mas, sim medo de viver / Eis a loucura assumida, você há de imaginar) e a parceria de Gil com Vanessa Mata em "Lá vem ela" (Quando ela aponta na ponta da esquina / Fico cor de Deus, a cor sem cor). O disco é rico do ponto de vista lírico, apesar de sua simplicidade. Simplicidade que combina com o próprio baião e o forró que permeiam o espírito de festa junina do nordeste brasileiro. No disco Gil traz as letras dúbias, característica que era comum nos clássicos do gênero de Luiz Gonzaga, que preservam um clima e uma sexualidade nos forrós e baiões de "Fé na Festa". O universo dos ritmos nordestinos sempre esteve presente no trabalho de Gil. Neste novo disco apenas três temas não são do baiano. O repertório quase todo autoral inclui nove músicas inéditas. Atualmente Gil faz uma turnê pela Europa mostrando este novo trabalho na França, Itália, Bélgica, Suíça, Alemanha, Inglaterra, Holanda e Portugal. Vale a pena ouvir "Fé na Festa" que é, sem dúvida, um disco perfeito e inesperado, apresentando Gil como um músico revigorado, do qual, mais uma vez, aflora toda a sua genialidade, sua versatilidade em procurar múltiplos caminhos em sua expressão musical e o confirmando como um emérito estudioso de ritmos brasileiros. Gil consegue como ninguém promover misturas geniais, seguindo os mandamentos do movimento que ele ajudou a criar nos anos 1960, o Tropicalismo.

O Nacional

Quinta-Feira, 22/07/2010

Data : 30/07/2010

Título : As religiões e as mulheres

Categoria: Artigos

Descrição: A condenação por um tribunal teocrático iraniano de Sakined Mohammadi, de 43 anos, por adultério na província de Azerbaijão Oriental...

AS RELIGIÕES E AS MULHERES - 30/07/2010

por José Ernani de Almeida

A condenação por um tribunal teocrático iraniano de Sakined Mohammadi, de 43 anos, por adultério na província de Azerbaijão Oriental, à pena de lapidação, isto é, apedrejamento até a morte, está provocando uma reação mundial contra a atitude do judiciário iraniano, onde as normas do Corão predominam. Aliás, nenhuma das principais religiões do mundo tem sido boas para as mulheres. Mesmo que nos primórdios, algumas tenham se mostrado generosas com as

mulheres, como o cristianismo ou o islamismo, em poucas gerações os homens as transformaram num patriarcado. À medida que o sistema patriarcal foi se estabelecendo, as doutrinas religiosas que acordavam suas crenças na supremacia masculina foram se solidificando.

Somente um Deus seria adorado e, logicamente, do sexo masculino. Interpretando o primeiro livro de Moisés – Gênesis – a mulher passou a ser elucidada sob a forma de Eva, a encarnação da sedução, cuja curiosidade e desobediência trouxeram ruína ao homem. Eva, fêmea insaciável, principal responsável pela ruptura de Deus com os homens. Sua simples existência era advertência para os desejos carnis, os quais o homem deveria evitar. As mesmas qualidades pelas quais as mulheres foram enaltecidas na sociedade matriarcal degradavam-nas na sociedade patriarcal. O ser feminino incomodava e, para ser integrado à sociedade vigente da época, precisava ser redimido e submetido a uma ordem masculina já definida. Portadoras da culpa original de Eva, as mulheres assumiram, resignadas, seus papéis sociais diminutivos. Na Idade Média, durante quase dez séculos, misoginia e machismo, ao interagirem no sistema patriarcal, potencializaram-se. Por decisão masculina e com a intenção de assegurar a castidade feminina, ficou determinado que a mulher permaneceria definitivamente restrita a um espaço privado: o lar. Assim ficaria mais fácil para o patriarca assegurar-se da virgindade de suas mulheres. Oficializou-se, então, a inferioridade feminina jurídica e social. A mulher era educada, preparada, condicionada e instigada a servir. Quando não aceitava sua condição social de subordinação ao sexo masculino, era marginalizada, perseguida e castigada, ou acabava envolvida em movimentos heréticos e, na maioria das vezes, sentenciada à morte.

Durante séculos as mulheres ouviram de seus pais, clérigos, mestres e esposos a repetição dos mesmos princípios que asseguravam a submissão feminina: castidade, humildade, silêncio e trabalho. Esses princípios fortificavam a ideologia da Igreja e mantinha intacta a estrutura do considerado bom casamento: homens governavam e mulheres obedeciam incondicionalmente. O conceito da mulher deste período oscilou diante de imagens antagônicas entre si: ou se assemelha à Eva ou à Virgem Maria. Como Eva, nascida da costela de Adão, a mulher desobedeceu a Deus, traiu e condenou a humanidade. Eva retratou a mulher como fonte de todos os males e símbolo maior do pecado. Textos produzidos na época por teólogos, filósofos e cientistas insistem no suposto efeito maléfico causado pela condição feminina. Santo Agostinho, grande teólogo e pensador da Igreja Católica, escreveu um texto no qual podemos perceber como a mulher foi injustamente interpretada, perseguida e castigada: “A mulher é um animal que não é seguro nem estável, é odienta para tormento do marido, é cheia de maldade e é o principio de todas as demandas e disputas, via e caminho de todas as iniquidades”. Durante os quatro séculos da Inquisição promovida pela Igreja, milhares de mulheres foram assassinadas. O período de caça às bruxas foi o apogeu da discriminação feminina. As mulheres foram afastadas das universidades, as parteiras foram interditas em seu ofício e qualquer prática realizada por elas que objetivasse algum tratamento (remédios caseiros, poções) era considerada ato de bruxaria.

Em todas as épocas todo Deus manipulado pelas ideias humanas foi nocivo para as minorias, em especial as mulheres. Um dos espetáculos mais tristes de nossas ruas de hoje em dia é a imagem de uma mulher encoberta por uma

forma negra dos pés à cabeça, espiando o mundo através de uma nesga minúscula. A burca não é só um instrumento de opressão das mulheres e de repressão de sua liberdade e de sua beleza; é o símbolo da crueldade flagrante masculina. Tudo em nome da religião. Uma das maiores conquistas da modernidade ocidental foi a emancipação feminina. Mas os fundamentalistas, em sua luta contra o espírito contemporâneo, tendem a enfatizar a igualdade de gêneros como uma ameaça a repelir. Parece ter surtido efeito. Onde quer que governantes modernizadores tenham tentado banir o uso do véu em países islâmicos, as próprias mulheres passaram a adotá-lo em maior número, com fervor redobrado. John Lennon tinha razão, quando na antológica canção, imaginou um mundo sem religiões.

O Nacional

Sexta-Feira, 30/07/2010

Data : 05/08/2010

Título : Dilma ou Serra?

Categoria: Artigos

Descrição: Qual o significado da palavra política? Muitos. Posição ideológica a respeito dos fins do Estado;

Dilma ou Serra?

por José Ernani de Almeida

Qual o significado da palavra política? Muitos. Posição ideológica a respeito dos fins do Estado; atividade exercida na disputa dos cargos de governo ou no proselitismo partidário; habilidade no trato das relações humanas, com vista à obtenção dos resultados desejados; sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos; astúcia, ardil, artifício, esperteza ou, ainda, a arte de bem governar os povos.

Na Grécia, coube aos sofistas a tarefa de ensinar a "aretê política" - capacidade de dotar as cidades de leis justas e de uma administração eficiente e a arte da eloquência e da persuasão. Os sofistas aplicaram a razão à lei e ensinaram que cada comunidade deveria escolher os seus governantes e administradores. Na mesma Grécia, Platão apontou as fraquezas da democracia e, entre elas, estava o fato de os seus líderes serem escolhidos e seguidos por razões não essenciais, tais como discurso persuasivo, boa aparência, riqueza e tradição familiar. Portanto, a preocupação com a escolha do governante, do administrador, do

político esteve presente já nos primeiros momentos daquilo que nós conhecemos por civilização ocidental.

Nós brasileiros estamos às vésperas de escolher o novo dirigente da nação. Nossa política é extremamente personalista porque ela é ligada a nomes. Nomes são programas por aqui. É uma tradição. É difícil imaginar a cultura política brasileira sem a importância dos nomes. É cristalizada em torno de nomes. Entretanto, na atual eleição, nenhum dos candidatos com reais possibilidades de vencer o pleito possui o predicado do carisma e da popularidade espontânea. A grande novidade desta eleição é a candidata Dilma Rousseff, que é uma candidata sem experiência eleitoral, que está construindo a sua imagem política e que chega à disputa eleitoral com muita força. As últimas pesquisas mostram que Dilma está com cinco pontos à frente do candidato da oposição, José Serra.

O consenso é que Dilma está em trajetória ascendente e, por outro lado, Serra perde pontos. A segunda grande novidade é que o grande protagonista deste processo vai ser alguém que não é candidato, que é o presidente da República e que tem índices de aprovação, de avaliação positiva, jamais vistos na história brasileira, desde quando se faz pesquisa de opinião. A terceira novidade é que pela primeira vez temos duas mulheres disputando a presidência da República. Se lembrarmos que até 1934 as mulheres sequer tinham o direito de votar, isso representa um avanço extraordinário. Estamos, sem dúvida, quebrando paradigmas.

Ao lado das novidades, mantém-se o quadro que marcou as eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006, isto é, o confronto entre PSDB e PT. Os tucanos ganharam duas eleições com Fernando Henrique Cardoso e o PT ganhou duas com Lula. Quem ganhou, ganhou com cerca de 2/3 dos votos válidos e quem ficou em segundo lugar, ficou com cerca de 1/3 dos votos válidos, sendo que as duas vitórias de Lula foram praticamente idênticas.

O quadro entre Dilma e Serra se encaminha muito para isso. Os dois estão se consolidando em torno de 1/3 dos votos nas pesquisas. O crescimento de Dilma nas pesquisas vem provocando pavor nas hostes da oposição. Talvez seja o fenômeno da transferência de votos. A campanha começa a mostrar aos eleitores que Dilma representa a continuidade de um governo bem avaliado e que melhorou a vida das pessoas, principalmente, das mais humildes. É preciso também considerar que a campanha só agora vai começar na mídia eletrônica.

Com o início do horário eleitoral, Dilma ficará tão conhecida como Serra, até porque, mesmo com esse tempo todo de campanha, há ainda eleitores que não a conhecem e que não sabem que é a candidata do presidente. A figura de Lula no horário eleitoral será outro ponto a favor de Dilma. Há, portanto, um potencial imenso. Além disso, tomando-se a experiência histórica, percebe-se que desde que se adotou o instituto da reeleição, a regra é o candidato ser reeleito, ou, quando ele não pode se reeleger ou opta por não fazê-lo, ele eleger o seu sucessor. São raríssimos os casos em que o prefeito, o governador, não fez o seu sucessor ou não se reelegeu. Isso é tanto mais verdade, quanto mais se trabalha com um quadro de crescimento econômico e crescimento de receita de estados e de municípios.

Já se disse que o maior eleitor do Brasil é o bolso. Nesse sentido a popularidade que o governo Lula desfruta, não é só uma popularidade que se atribua ao carisma de Lula, que é muito forte, mas à situação econômica do país que

melhorou muito para as classes B, C, D e E. Essas classes fatalmente apoiarão a candidata do presidente. Serra, por outro lado, tem um potencial muito grande. É bem verdade que o período de indecisão na escolha do vice o prejudicou. O sonho de Serra é que o eleitor cisme, compare a sua pessoa, a sua experiência, sua história de vida com a da candidata do PT. Serra também tem ao seu lado a grande imprensa paulista, tendo à frente a revista Veja, que a cada edição, como uma verdadeira CIA, descobre fatos escabrosos contra o governo e sua candidata, demonstrando uma "isenção" exemplar. A propaganda eleitoral que agora começa será, sem dúvida, decisiva.

O Nacional

Quinta-Feira, 05/08/2010

Data : 12/08/2010

Título : O Terrível início da era nuclear há 65

Categoria: Artigos

Descrição: Esta semana o mundo lembrou os 65 anos dos ataques nucleares contra o Japão em agosto de 1945, pelos Estados Unidos.

O Terrível início da era nuclear há 65 anos

por José Ernani de Almeida

Esta semana o mundo lembrou os 65 anos dos ataques nucleares contra o Japão em agosto de 1945, pelos Estados Unidos. Em 6 de agosto, a primeira bomba atômica feita pelo homem e usada contra própria humanidade explodiu na cidade japonesa de Hisoshima. Em 9 de agosto, foi a vez de outra cidade: Nagasaki – a maior comunidade cristã do Japão. Estima-se que 70 mil pessoas morreram na hora ou poucas horas depois das explosões.

Outras 130 mil morreram nos 5 anos subseqüentes, em função de ferimentos e doenças causadas pela exposição à radiação. Assim, calcula-se que 200 mil pessoas teriam sido o custo pago pela passagem da humanidade para a Era Nuclear, mas estas são cifras mínimas estimadas. A verdade é que nunca se saberá ao certo quantas centenas de milhares de vidas foram tomadas ou afetadas para sempre com apenas duas explosões. Qual foi a justificativa para os ataques nucleares ? É preciso lembrar que em 1942, os Estados Unidos conseguiram o domínio da divisão nuclear, mas ainda havia um longo caminho de experiências e pesquisas a ser percorrido. A Alemanha foi derrotada em 1945, antes de os Estados Unidos estarem prontos para testar sua primeira bomba

atômica. Mesmo assim, o governo americano continuou incentivando suas pesquisas, pois ainda restava o Japão para ser derrotado. Em julho de 1945, a primeira bomba foi testada no deserto do Novo México; a explosão gerou tanto calor que a superfície do deserto, num raio de aproximadamente um quilômetro, foi derretida, transformando-se em vidro. Esta surgindo a arma mais extraordinária da história dos conflitos de guerra. O uso da bomba contra o Japão ainda provoca polêmica até hoje.

Não podemos esquecer que o ataque japonês a Pearl Harbour, gerava entre as lideranças americanas um forte desejo de vingança. Os cientistas, por sua vez, queriam comprovar a eficiência da arma pela qual eles haviam trabalhado tanto. Na mente do alto comando militar americano, havia o medo de que o Japão lutasse até o fim e de que, talvez, meio milhão de vidas americanas se perdessem antes de o Japão ser finalmente derrotado. Em julho de 1945, cinco milhões de soldados japoneses estavam prontos para defender muitas de suas conquistas iniciais, incluindo a maior parte da China, o arquipélago da Indonésia, a Península da Malásia, Taiwan e o atual Vietnã. O poder de fogo dos japoneses ainda era respeitável. Os japoneses mantinham mais de cinco mil aviões camicases, com pilotos corajosos dispostos a sacrificar suas vidas chocando-se contra os porta-aviões e as bases aéreas inimigas, e, além disso, ainda não estavam querendo admitir a derrota. Ataques aéreos sobre cidades alemãs e japonesas com bombas convencionais já produziam milhares de vítimas.

Quanto mais tarde a rendição, maior seria o número de vítimas. Todos esses argumentos foram amplamente discutidos com o presidente americano Truman. Um elemento crucial, entretanto, não foi percebido. A bomba atômica, quando lançada, fazia o que nenhuma outra bomba normal podia fazer: sua radiação criaria danos genéticos, punindo assim as crianças ainda não nascidas pelos fracassos e pecados da geração japonesa na guerra. Mas mesmo que a radiação tivesse sido inteiramente compreendida pelos cientistas – as evidências históricas comprovam – eles teriam chegado à conclusão de que a bomba atômica deveria ser usada contra os japoneses. A vitória não deveria ser adiada. Na cultura japonesa o sol exerce uma fascínio especial. Foi assim que, supõe-se, muitos habitantes interpretaram, nos segundos que antecederam as suas mortes, aquele clarão imenso, cegante, que se expandiu frente a seus olhos. Para eles, o Sol revoltara-se contra o Japão. Os físicos calcularam depois que, nas proximidades da explosão da primeira Bomba Atômica, a temperatura oscilou entre 3 a 4 mil graus, o suficiente para fundir o ferro duas ou três vezes. Pelas ruas de Hiroshima, que, em 1945, abrigava não mais de 350 mil habitantes, cavalos e bois enlouquecidos pelas queimaduras disparavam em todas as direções.

Os humanos viam desprender-se a pele, o descarnar-se das suas mãos, enquanto seus cabelos pulverizavam-se em milésimos de segundos. De outros, os olhos simplesmente saltavam das órbitas. A nuvem que os cobriu em apenas 30 segundos avançou por 11 quilômetros, devorando, insaciável, tudo que encontrou pelo caminho, fosse humano ou material. Hoje quando há a ameaça de que a tecnologia das armas nucleares possa cair em mãos de grupos extremistas, e, um crescente número de nações almeja a posse de tal tecnologia, apesar dos já conhecidos enormes riscos e poucos benefícios que a energia nuclear oferece, é essencial lembrar Hiroshima e Nagasaki. Paz

mundial não é uma utopia, mas uma necessidade para a sobrevivência da humanidade.

O Nacional

Quinta-Feira, 12/08/2010

Data : 19/08/2010

Título : Os malabaristas do sinal vermelho

Categoria: Artigos

Descrição: Eles já fazem parte do nosso cotidiano. Estão diariamente nas principais esquinas de Passo Fundo aproveitando o tempo do sinal vermelho para oferecer o seu show.

Os malabaristas do sinal vermelho

por José Ernani de Almeida

Eles já fazem parte do nosso cotidiano. Estão diariamente nas principais esquinas de Passo Fundo aproveitando o tempo do sinal vermelho para oferecer o seu show. Fazem malabarismos, engolem fogo, equilibram bolinhas, jogam cones para o alto e os acolhem nos braços com rara habilidade, equilibram-se em pernas de paus, vestidos com roupas coloridas. Verdadeiros palhaços das ruas: os malabaristas do sinal vermelho. João Bosco e seu filho Francisco retrataram com rara inspiração esses personagens do nosso dia a dia na canção Malabaristas do sinal vermelho, composta em 2003: "Daqui de cima da laje / se vê a cidade / Como quem vê por um vidro / O que escapa da mão / Uns exilados de um lado da realidade / Outros reféns sem resgate da própria tensão / Quando de noite as pupilas da pedra dilatam / Os anjos partem armados / Em bondes do mal / Penso naqueles que rezam / E nesses que matam / Deus e o diabo disputam a terra do sol / Penso nos malabaristas do sinal vermelho / Que nos vidros dos carros / Descubrem quem são / Uns, justiceiros, reclamam o seu quinhão / Outros pagam com a vida sua porção / Todos são excluídos na grande cidade".

Depois do rápido espetáculo, que precisa ser cronometrado ao tempo do sinal vermelho, eles passam entre os carros para colher o pagamento pelo que ofereceram. São movimentos rápidos, cronometrados e arriscados. É a busca pela sobrevivência no modelo capitalista neoliberal. E, aí, como diz a letra da canção - nos vidros dos carros, descubrem quem são -, são os verdadeiros mendigos contemporâneos. E nós, acomodados em nossos carros, com ar-

condicionado, ouvindo uma boa música, também descobrimos naquele pequeno tempo do sinal vermelho os graves problemas sociais que ainda nos rodeiam.

Dias atrás, fiquei observando que, diante da abordagem do malabarista, que era um adolescente de no máximo uns 18 anos, a maioria fingiu não ver o que acontecia a sua frente. Nada, ninguém se abalou, nenhuma moeda. A maioria ignorou o seu trabalho. As janelas dos carros permaneceram fechadas. Os motoristas nem olhavam nem reconheciam a existência daquele artista. A questão que talvez poucos perceberam é que não se tratava de circo ou de teatro, era realidade. Realidade social exposta, jogada na nossa frente.

Lembrei que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente rezam que viver não é apenas respirar, mas a participação em todos os direitos da cidadania bem como a proteção contra as agressões, danos físicos, emocionais, sociais, etc. Sou sempre receptivo e lhe dei uma pequena recompensa pelo breve show. Quando o sinal abriu, ele voltou para a calçada, contou os trocados até então arrecadados e começou a se preparar para o próximo número do seu repertório. Até imaginei que a Secretaria de Mobilidade Urbana poderia remunerá-los por aliviar, por breve instantes, a tensão dos estressados motoristas diante dos problemas do nosso conturbado trânsito. Na verdade andamos todos apressados. Afinal, tempo é dinheiro.

Paulinho da Viola, em uma antológica canção de 1967, retratou essa realidade em Sinal fechado: "Eu vou indo correndo / pegar meu lugar no futuro / me perdoe a pressa / é a alma dos nossos negócios". Muitas vezes, ficamos contrariados por sermos obrigados a frear e esperar o interminável tempo de um sinal vermelho. O correto, sem dúvida, é encaminhá-los para os órgãos assistenciais. É difícil, entretanto, não ajudá-los. Ao vê-los não tem como não se recordar de outra canção sobre essa verdadeira saga de nossas esquinas. Chico Buarque e Francis Hime já cantavam em 1993: "No sinal fechado / Ele vende chiclete / Capricha na flanela / E se chama Pelé / Pinta na janela / Batalha algum trocado". A verdade é que hoje eles fazem parte do cenário urbano das nossas cidades. São o retrato das desigualdades sociais que ainda nos atormentam e que possuem raízes históricas como a forma de colonização, a profunda dependência externa do país, a acumulação de riqueza pelas camadas mais favorecidas da população, a marginalização histórica de parcelas significativas da nossa gente, aliadas às práticas administrativas que privilegiam o apadrinhamento político e favorecem o desvio de verbas, podem explicar a situação de segmentos como destes malabaristas do sinal vermelho.

O Nacional

Quinta-Feira, 19/08/2010

Data : 27/08/2010

Título : Uma noite em 1967

Categoria: Artigos

Descrição: Em 1967, os festivais de música popular transformaram-se em mania nacional.

Uma noite em 1967

por José Ernani de Almeida

Em 1967, os festivais de música popular transformaram-se em mania nacional. Nas noites de setembro e outubro, em que os artistas se apresentavam no Teatro Paramount, em São Paulo, o país parava para acompanhar pela televisão o show apresentado por Sônia Ribeiro e Blota Jr. No teatro, gritos, palmas, assobios, vaias, flores, confetes e serpentina. Na frente da televisão, que ainda era em preto e branco, se torcia como se fosse uma final de Copa do Mundo. É preciso lembrar que, na década de 1960, a televisão brasileira já não era um veículo restrito a uma pequena camada da população. Boa parte do país já estava coberta por redes de TV e a audiência aumentara consideravelmente. Nos bastidores do festival, uma luta feroz era travada entre os conservadores e os defensores de uma música inovadora. Segundo Augusto de Campos, "o público dos festivais deveria ser dividido em duas correntes, uma parte que entendia de música e outra parte de torcedores hipno-Tv-tizados". No histórico festival, o sucesso obtido por Caetano Veloso com a música Alegria, Alegria, que conquistou o quarto lugar, iniciava uma nova revolução: a do Tropicalismo.

A crítica tradicional, no entanto, chocada com o fato de Caetano apresentar sua composição com acompanhamento de guitarras elétricas - guitarra, naqueles tempos de Guerra Fria, era vista como parte do imperialismo norte-americano - o acusava de violar a integridade da música brasileira. E também não via com bons olhos aquela letra feita de retalhos de jornal (com clara influência concretista), que dizia: "O Sol se reparte em crimes/Espaçonaves, guerrilhas,/Em Cardinales bonitas./Eu vou./Em caras de presidentes./Em grandes beijos de amor/Em dentes, pernas, bandeiras,/Bomba e Brigitte Bardot". Ao mesmo tempo, Gilberto Gil conquistava, com uma história de amor e crime (Domingo no Parque), o segundo lugar no III Festival da TV Record. Sua música foi acompanhada pelos Mutantes, o que mais uma vez deixou os críticos ortodoxos de cabelo em pé. Contra a opinião dos conservadores, no entanto, levantaram-se o artista plástico Hélio Oiticica, os compositores Gilberto Gil e Caetano Veloso, o cineasta Glauber Rocha e o teatrólogo José Celso Martinez Corrêa, gritando novas palavras de ordem e conclamando para a "guerrilha cultural": "Abaixo o Preconceito", "Por uma nova estética", "Por uma nova moral" e "A imaginação no poder". O Tropicalismo não se restringiria apenas à música. Em setembro de 1967, o teatrólogo José Celso Martinez estreava a peça O Rei da Vela, escrita por Oswald de Andrade, no Teatro Oficina, em São Paulo.

E no cinema, também no ano de 1967, Glauber Rocha conquistava dois prêmios no Festival Internacional de Cannes, com o filme Terra em Transe. Mas, na verdade, a tônica de 67 foi a revolução na música brasileira, provocada pelo III Festival da Record que teve como música vencedora, Ponteio, de Edu Lobo e

Capinam, cantada por Marília Medalha e por Edu Lobo. O choque maior aconteceu no último dia do festival, quando o público não deixou Sérgio Ricardo interpretar a canção Beto Bom de Bola. O compositor tentou encarar a coisa com bom humor, em seguida apelou à inteligência da plateia, mas nada adiantou: finalmente, perdendo as estribeiras, Sérgio Ricardo gritou: "Vocês são uns animais!"; arreventou o violão num banquinho e atirou-o ao público, em desespero. Foi também no mesmo festival que Chico Buarque defendeu, ao lado do MPB-4, a canção "Roda Viva", que acabou se transformando num hino de resistência à ditadura militar. A canção, que ficou no terceiro lugar, tinha uma letra contundente: "Tem dias que a gente se sente/Como quem partiu ou morreu/A gente estancou de repente/ Ou foi o mundo então que cresceu/A gente quer ter voz ativa/No nosso destino mandar/ Mas eis que chega a roda viva/E carrega o destino pra lá".

Roberto Carlos, sim Roberto Carlos, também estava no festival. Ele cantou uma linda canção, chamada Maria, carnaval e cinzas, de Luis Carlos Paraná, que ficou no quinto lugar. Foi, portanto, um festival que reuniu verdadeiros titãs da música brasileira dos últimos cinquenta anos: Gil, Caetano, Chico, Roberto, Mutantes, Edu Lobo, MPB-4. O clima político vigente na época no país fez com que o embate entre a MPB tradicional, representada por Edu Lobo e Chico Buarque e o uso da guitarra, como nas músicas de Gil e Caetano, ganhasse um tom quase político entre esquerda e direita. Agora este histórico momento da música brasileira está sendo resgatado no documentário "Uma noite em 67" de Renato Terra e Ricardo Calil, que já está sendo exibido nas capitais brasileiras. Vamos torcer para que Passo Fundo, que no último fim de semana foi brindado com a qualidade da música de Alegre Correa e Zeca Baleiro, entre no circuito deste imperdível documentário, que registra um momento histórico da nossa cultura. Quero aproveitar para agradecer a senhora Selma Costamilan pelo carinhoso telefonema em que se manifestou como admiradora e atenta leitora semanal deste modesto espaço. É uma responsabilidade e, ao mesmo tempo, um incentivo saber que possuímos leitores de tal gabarito. Um carinhoso beijo, dona Selma.

O Nacional

Sexta-Feira, 27/08/2010

Data : 02/09/2010

Título : Reforma política

Categoria: Artigos

Descrição: "Vote em Tiririca, pior que tá, não fica". Este é o slogan da campanha de Francisco Everaldo Oliveira Silva, candidato a deputado federal pelo PR, por São Paulo.

Reforma política

por José Ernani de Almeida

"Vote em Tiririca, pior que tá, não fica". Este é o slogan da campanha de Francisco Everaldo Oliveira Silva, candidato a deputado federal pelo PR, por São Paulo. O bizarro slogan do candidato paulista é um dos tantos que estão sendo veiculados pela televisão e pelo rádio na atual campanha para os cargos proporcionais. Como o sistema adotado baseia-se no sistema proporcional com voto nominal, aliado ao voto de legenda, temos a sistemática também conhecida como "voto em lista aberta", que permite a livre escolha do eleitor ao candidato de sua preferência. Assim, o partido oferece uma lista de nomes sem uma ordem pré-estabelecida, de modo que o cidadão possa votar no nome que melhor lhe aprouver, fazendo com que - o que é uma tradição brasileira - o foco da política repouse na figura do candidato, ficando a solidez da agremiação relegada a um segundo plano. São poucos os países no mundo que adotam sistema de listas abertas. Além do Brasil, apenas Finlândia, Peru, Polônia e Chile, adotam esse sistema, com diferenças substanciais entre si.

No Chile, por exemplo, o sistema proporcional de listas abertas, que foi aprovado na reforma eleitoral de 1989, é um sistema chamado de binomial, ou seja, o país é dividido em distritos eleitorais e cada distrito elege dois representantes para Câmara dos Deputados e dois para o Senado (cada partido ou coligação apresenta dois nomes, e o eleitor vota em apenas um). Para um partido eleger os dois representantes de cada distrito, é necessário obter mais do dobro da votação do segundo partido (ou coligação) mais votado. Caso isso não ocorra, a segunda vaga é do partido (ou coligação) que obteve a segunda maior votação. Entre nós, desde a Constituição de 1934, está em vigor o sistema proporcional de listas abertas. Isto é, um tipo de eleição onde se pede aos cidadãos e cidadãs que escolham pessoas, ficando a solidez da agremiação partidária relegada a um segundo plano.

Assim os partidos privilegiam comunicadores de rádio e TV, pastores, ex-jogadores, artistas da música, enfim, candidatos populares. Capacidade intelectual, formação ética e moral, fidelidade às ideias do partido passaram a ser meros e desprezados detalhes. Na verdade, na maioria dos casos os candidatos sequer sabem qual a plataforma do seu partido. Cada sociedade pode criar a sua versão de democracia. A nossa é uma democracia representativa. Nesse sistema, o povo escolhe seus governantes e estes, por sua vez, recebem uma delegação de poderes para tomar todas as decisões necessárias. As políticas e propostas são apresentadas pelos candidatos, e, ao votarem, os eleitores decidem que rumos querem dar para o estado e o país, como é o caso das atuais eleições.

O sistema de lista aberta propicia, entre outros problemas, o desenvolvimento de pleitos clientelistas e a intromissão de interesses particulares, por via da atuação política do candidato favorecido, nas questões públicas fundamentais. Não podemos ignorar o peso da tradição patriarcal e seus desdobramentos no patrimonialismo da política brasileira. Ancorado na tradição ibérica, o patrimonialismo transposto para as terras americanas confundiu família e ordem

pública, interesse privado e Estado. As distorções patrimonialista estiolaram a ação do povo, da "sociedade civil", na busca da democracia. Durante muito tempo o voto foi verdadeira mercadoria de troca de favores. Os defensores da lista aberta argumentam que tal modelo retira do eleitor o tradicional direito de escolher uma pessoa e o substitui pelo de escolher uma organização impessoal e intangível. Com isso, se o eleitor se identificar especialmente com um candidato, deverá suportar a possibilidade de contribuir com a eleição de outros candidatos, da mesma sigla, que considere inidôneos. É um problema que não pode ser ignorado.

Entretanto, é preciso ressaltar que as listas fechadas de candidatos apresentam aspectos positivos como o fortalecimento das organizações partidárias, com o que as propostas por elas apresentadas se elevam ao principal critério de votação. Isto faz com que os partidos se tornem disciplinados bem como formem uma base ideológica sólida e sensível às aspirações sociais, desestimulando, entre outras coisas, as coligações partidárias oportunistas e fortalecendo a fidelidade partidária.

Por outro lado, não podemos deixar de considerar, que com a lista fechada, há uma ruptura muito forte entre eleitores e eleitos. O eleitor passa a ter uma relação muito abstrata com os partidos e as elites partidárias ganham muito poder, ao comandar o ordenamento da lista. Enfim, não há um modelo perfeito. A esperança é que a cada eleição possamos avançar na direção do melhor sistema eleitoral e que a reforma política tão almejada se transforme em realidade.

O Nacional

Quinta-Feira, 02/09/2010

Data : 09/09/2010

Título : Rato de redação

Categoria: Artigos

Descrição: Tarso de Castro estaria completando neste sábado 69 anos de idade. Morreu prematuramente aos 49 anos.

Rato de redação

por José Ernani de Almeida

Numa época em que estamos perdendo a memória histórica e cultural, para as fontes visuais, este livro é um verdadeiro achado. No seu prefácio Luis Augusto Fischer, ao mencionar a geração nascida nos anos da Segunda Guerra Mundial, ficou adulta na virada dos anos 50 para os 60, que viveu a Bossa Nova, Brasília,

Concretismo, Cinema Novo, Golpe de 64, AI-5, Tropicalismo, etc, pergunta: quais foram os personagens gaúchos que participaram dessa verdadeira revolução? E a resposta é: Elis Regina e Tarso de Castro, para concluir que se faltasse um motivo de orgulho local, não falta mais. Em seu texto, a professora e psicóloga Maria Isabel Bristott, resgata a história do guri Tarso de Castro, as reminiscências do convívio com seu pai Múcio e com a mãe dona Ada. Tragos, mulheres e palavras do professor João Carlos Tiburski é o texto que retrata o Tarso desafiador da moral e dos bons costumes. Como diz o autor, "viveu sempre à beira dos abismos ou no fundo deles.

Assim, o romantismo e o cavalheirismo cresceram em Passo Fundo e tiveram em Tarso seu mais legítimo representante. Além dos aqui citados o leitor encontrará textos de João Vicente Ribas, Tânia Carvalho, Barbara Abramo, Marina de Campos, Carla Rodrigues, Melchiades Cunha Jr., Sérgio Vaz, Silvia Brugnera, Roberto José Ramos, Bibiana Friderichs e Alessandro Batistella. Também dou minha modesta contribuição. Este livro é um convite ao reconhecimento do trabalho de um jornalista que ousou enfrentar o arbítrio, que tinha como máxima "deu na telha, escreveu", e, ao mesmo tempo, é mais um passo para a certeza de que com situações de cerceamento de expressão e seus desdobramentos não queremos viver nunca mais.

O Nacional

Quinta-Feira, 09/09/2010

Data : 17/09/2010

Título : Os oitenta anos da Revolução de 30 - parte 1

Categoria: Artigos

Descrição: A revolução de 1930 estará completando 80 anos no próximo dia 3 de outubro. Já se disse que o Brasil entrou para o século 20 com ela.

Os oitenta anos da Revolução de 30 - parte 1

por José Ernani de Almeida

A revolução de 1930 estará completando 80 anos no próximo dia 3 de outubro. Já se disse que o Brasil entrou para o século 20 com ela. O estado fragmentário criado pela Constituição de 1891, no qual cada unidade gozava de autonomia, vai desaparecer. Sobre suas ruínas se erguerá um poder centralizado que vai desenvolver mudanças importantes no corpo social, político e econômico da

nação. A autonomia dos Estados será coisa do passado. O mercado nacional será unificado, o que abrirá o caminho para o desenvolvimento industrial substituidor de produtos importados. Uma nova ótica será inaugurada em relação aos problemas sociais, que deixarão de ser "um caso de polícia" para ingressar no rol de questões urgentes a serem resolvidas. O novo governo criará o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que será entregue ao gaúcho Lindolfo Collor (avô de Fernando Collor).

E a partir daí o Estado procurará ser o árbitro dos conflitos entre patrões e empregados, segundo a fórmula positivista, que tanta influência exerceu na formação dos tenentes e dos políticos gaúchos. Mas, vamos aos antecedentes da revolução. Na década de 1920, a evolução política do Rio Grande do Sul e de São Paulo teve sentidos opostos. Enquanto aqui no Rio Grande a elite tendeu à aproximação depois de um grande confronto armado, em São Paulo deu-se a ruptura do monopólio partidário detido pelo Partido Republicano Paulista (PRP). A derrota dos federalistas no período Floriano não representou o fim das oposições no Rio Grande do Sul. O Partido Republicano Riograndense (PRR) dominava o Estado, mas os opositores continuavam a agir, legal e ilegalmente. Por vários anos, eles não se entenderam. De um lado, estavam os antigos federalistas; de outro, dissidentes republicanos desgostosos com medidas tomadas pelos chefões do PRR. As feridas abertas pela guerra civil demoraram a cicatrizar. Afinal, em 1922, os dois grupos se uniram formando a Aliança Libertadora, com o propósito de impedir mais uma reeleição de Borges de Medeiros ao governo do Estado.

A Aliança iria se converter no Partido Libertador, em 1928. A nível político, o processo revolucionário expressava duas formas diferentes de condução da máquina política estadual: uma, libertadora, pugnando pelo liberalismo e democracia; outra, dos "chimangos" (partidários de Borges de Medeiros), defendendo formas centralizadas e autoritárias de governo. O candidato da oposição era Assis Brasil, velha figura liberal, cunhado de Júlio de Castilhos, conhecido por seu talento oratório, desde os tempos em que frequentara os bancos da Faculdade de Direito em São Paulo. A derrota da Aliança Libertadora e as acusações de fraude eleitoral levaram a uma nova guerra civil em janeiro de 1923. Após onze meses de confronto, o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, enviado ao Rio Grande do Sul como mediador pelo presidente Arthur Bernardes, conseguiu pôr fim à luta. Borges se manteve no cargo, mas seu poder foi limitado. Até 1927, apesar do Acordo de Pedras Altas (dezembro de 1923), ocorreram choques no Estado. Naquele ano de 1927, elegeu-se governador do estado um ex-ministro da Fazenda de Washington Luis: Getúlio Vargas. Getúlio, que segundo Sandra Jatáhy Pesavento, em seu livro História do Rio grande do Sul, ao lado de Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Firmino Paim Filho "fazia parte de uma nova geração de políticos republicanos que os combates da revolução de 1923 revelaram" incentivou um acordo entre o PRR e os libertadores.

Esse entendimento teria repercussões na presença gaúcha no plano federal. Ela se reforçaria bastante, como os acontecimentos de 1929-1930 iriam demonstrar. Vargas no governo estadual empreendeu uma política orientada para o atendimento direto e imediato dos interesses dos produtores estaduais. Em especial, sua política orientou-se para a salvação da pecuária gaúcha. Criou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, que concedeu aos pecuaristas crédito

fácil, a juro baixo e prazo longo; conseguiu redução das tarifas ferroviárias; coibiu o contrabando de charque pelo Uruguai e apoiou o renascimento da ideia de criar um frigorífico nacional. Uma vez atendidos os interesses de ambas as facções políticas da classe dominante estadual, tornou-se mais fácil uni-las, o que se concretizou na formação da Frente Única Rio-Grandense em 1928.

A Frente Única reunia o PRR e o Partido Libertador, fruto, este último, da antiga Aliança Libertadora que fora às armas contra Borges de Medeiros na Revolução de 1923. O atendimento pelo governo aos interesses econômicos da classe dominante atenuou, em parte, o antigo problema da não circulação do poder político no interior daquela classe. Unidos politicamente, os sul-rio-grandenses lideraram a dissidência oligárquica que se opôs ao governo central nas eleições sucessórias de Washington Luis em 1930, tema que, entre outros, vamos tratar no próximo artigo.

O Nacional

Sexta-Feira, 17/09/2010

Data : 23/09/2010

Título : Os oitenta anos da Revolução de 30 - parte 2

Categoria: Artigos

Descrição: A unificação dos gaúchos em torno da Frente Única Rio-Grandense foi fundamental na construção da oposição ao governo central...

Os 80 anos da Revolução de 1930 - parte 2

por José Ernani de Almeida

A unificação dos gaúchos em torno da Frente Única Rio-Grandense foi fundamental na construção da oposição ao governo central nas eleições sucessórias de Washington Luis em 1930, como vimos no artigo da última semana. É importante destacar, para um melhor entendimento do processo político do final dos anos 1930, a estrutura socioeconômica do estado na década de 1920.

O estado ocupava, segundo Boris Fausto em seu livro A Revolução de 1930, "o terceiro lugar na produção do país, com cerca de 11% do valor da produção. Analisando o quadro da indústria de Porto Alegre, já então a primeira cidade industrial gaúcha, para o ano de 1927, Paul Singer mostra a superioridade qualitativa do ramo de alimentos e bebidas, assinalando que tudo leva a crer ser o único (talvez ao lado dos produtos químico, têxteis e couros e peles) que tinha

atingido características verdadeiramente fabris. Observe-se também a importância considerável da indústria do frio, amplamente dominada pelos frigoríficos estrangeiros: Anglo, instalado em Pelotas; a Companhia Swift do Brasil, em Rio Grande; a Armour, em Livramento". No período de recessão que se seguiu, fecharam-se as pequenas indústrias absorvidas pelas de maior porte. Paralelamente a este processo, as indústrias que subsistiram aplicaram em modernização os lucros obtidos no período da primeira guerra.

O aumento de capital das empresas pode ser apreciado através da intensificação do uso de tecnologia. Por outro lado, como assevera Santra J. Pesavento, no livro História do Rio Grande do Sul, "acirrou-se a competição entre as empresas, na disputa pelo mercado nacional e regional. Neste momento é que ficou evidente a capacidade de concorrência da economia paulista. São Paulo, no decorrer da década de 1920, tivera um crescimento industrial acelerado evidenciando uma maior capacidade de acumulação e distanciamento dos demais estados. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os tecidos de lã da indústria Renner encontravam dificuldades para ampliar seu mercado fora do estado. Com relação à lavoura colonial, a década de 1920 anunciou tanto o fim da conjuntura favorável de mercado quanto o esgotamento das terras disponíveis para agricultura. Neste momento, os fatores de crise evidenciados no período pré-guerra acentuaram-se. No final dos anos vinte, o espírito associativo floresceu no estado, através do qual os produtores procuravam encaminhar e resolver problemas não superados. Borges de Medeiros, que vivenciava seu último mandato presidencial, deu força ao movimento. O governo estadual, ao apoiar o movimento de sindicalização dos produtores, procurava defender os setores que, de um lado, tinham condições de acumular capital e, de outro, serviam como importante base de apoio político. Embora cada sindicato apresentasse particularidades de cada setor, de um modo geral estas entidades se notabilizavam por serem controladas pelos comerciantes e grandes produtores. Assim, os quadros jovens, que iriam preparar a Revolução de 1930 e arrastar os antigos nomes para a conspiração, não estavam ligados a setores industriais, seja por suas origens seja por influência do meio cultural em que viviam. Getúlio era filho do general Manuel do Nascimento Vargas, combatente da guerra do Paraguai, estancieiro e chefe republicano de São Borja.

Oswaldo Aranha estava vinculado, por vários laços, aos núcleos tradicionais paulistas. Sua família, do lado paterno, deitava raízes no interior do estado, onde, aliás, nascera seu pai, o "cel." Euclides Aranha; o tio materno de Oswaldo - senador Freitas Vale - foi do Rio Grande do Sul para São Paulo, tornando-se figura de projeção, amigo de Washington Luis e proprietário da famosa Vila Kirial, centro de reunião dos meios literários e artísticos da época. Lindolfo Collor provinha de meio mais modesto, descende de imigrantes alemães, tendo-se formado na pouco prestigiosa Escola de Farmácia de Porto Alegre, provavelmente por dificuldades financeiras. João Neves da Fontoura e Batista Luzardo eram filhos de fazendeiros. Maurício Cardoso era filho do sergipano Melquisedec Cardoso, que veio muito cedo para o Rio Grande do Sul, onde fez carreira na magistratura, chegando a desembargador, além de ter sido professor da Faculdade de Direito.

O comportamento político destes homens, nos anos vinte, revela uma atitude de indiferença, senão de hostilidade, às reivindicações específicas dos industriais. Já em São Paulo, conforme destaca Boris Fausto, "é importante examinar a

eventual conexão entre o Partido Democrático, constituído em fevereiro de 1926, e setores industriais. O Partido foi adversário irreduzível de Washington Luis, integrou-se na oposição ao seu governo e, embora estivesse praticamente afastado das articulações desenvolvidas entre março/outubro de 1930, não deixou de demonstrar simpatia pelos revolucionários". No próximo artigo vamos tratar da eleição que irá decidir os destinos da República.

O Nacional

Quinta-Feira, 23/09/2010

Data : 30/09/2010

Título : Os oitenta anos da Revolução de 30 - parte 3

Categoria: Artigos

Descrição: No final de 1929, já havia quase dois milhões de desempregados por todo o país.

Os oitenta anos da Revolução de 30 - parte 3

por José Ernani de Almeida

No final de 1929, já havia quase dois milhões de desempregados por todo o país. A profunda crise mundial deflagrada pelo crash da Bolsa de Nova Iorque, com graves consequências para a economia brasileira, tinha deixado um triste saldo: 579 fábricas haviam fechado as portas em São Paulo e Rio de Janeiro, por falta de compradores para os seus produtos. Muitas indústrias procediam a demissões em massa, funcionando apenas dois ou três dias por semana. Nessa época, o salário dos trabalhadores diminuiu em 40 a 50% na cidade e no campo. As cotações do café no mercado internacional iam por água abaixo, enquanto havia mais de 27 milhões de sacas estocadas: de 200 mil réis a saca em agosto de 1929, o preço caiu para 21 mil réis em janeiro de 1930. O "general café" – que representava mais de 50% das exportações brasileiras com poder para eleger presidentes da República – colocava o governo de Washington Luiz na maior crise da história da República.

O pânico se alastrava entre os fazendeiros; a fome e o desemprego assombravam o povo. É nesse clima que as eleições de 1º de março de 1930 coincidem com o primeiro dia de carnaval. É importante lembrar que desde o governo Campos Salles (1898-1902), São Paulo e Minas alternavam-se quase sempre no poder. Era a conhecida política do "café-com-leite". Pela "lógica"

dessa política, o sucessor de Washington Luiz – representante dos interesses paulistas – deveria ser um mineiro. Mas o presidente muda as regras do jogo ao lançar, em 1929, a candidatura do paulista Júlio Prestes, apoiado pelo Partido Republicano de São Paulo e pela maioria dos PRs dos outros estados.

A máquina eleitoral, liderada pelos cafeicultores em crise, preparava-se para manter os paulistas no poder. Ter o comando do governo federal era uma garantia de sobrevivência. Com a séria crise que atravessa o país e o intenso descontentamento da população, existiam todas as condições para outro partido político disputar o poder com o PR paulista. Importantes setores dos PRs de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, opunham-se à situação. Surge, assim, a Aliança Liberal, lançada pelos oligarcas descontentes desses estados, com Getúlio Vargas e João Pessoa (paraibano), candidatos respectivamente a presidente e vice-presidente. Nos anos 20, setores da oposição gaúcha e paulista já haviam estabelecido vínculos com a ala jovem da oficialidade jovem – os tenentes. Protagonistas de levantes armados em prol da “moralização do regime”, esses tenentes são chamados a apoiar a Aliança Liberal. Devido a importância da Escola Militar do Rio Grande do Sul, onde cadetes de todo o Brasil faziam carreira, a ligação com os militares ganhou adeptos até no Nordeste.

A Aliança Liberal também recebe apoio das classes médias urbanas e de oligarcas insatisfeitos. Porém, se os tenentes pretendiam reformas sociais e econômicas que melhorassem as condições de vida dos brasileiros, para os oligarcas era apenas uma questão de mudança dos grupos no poder e a tentativa de evitar uma revolução. A violência marcou o clima das eleições: em Montes Claros, Minas, morrem 4 pessoas e 14 são feridas em um comício da Concentração Conservadora. Em Vitória, com a chegada da Caravana Liberal, morrem 7 pessoas. Apuradas as urnas, vence o candidato governista Júlio Prestes com mais de um milhão de votos, contra 737 mil para Getúlio Vargas.

Aqui no estado Vargas obteve 228 mil votos e Júlio Prestes 929. Em Passo Fundo, segundo O Nacional, de 3 de março de 1930, na edição número 558, Vargas obteve 10.618 votos. Já o candidato paulista obteve 2 votos. Sim, Júlio Prestes ganhou apenas 2 votos em Passo Fundo! A verdade é que o slogan “O Programa é mais do povo do que do candidato” não conseguiu desbancar a máquina eleitoral montada pelo governo em 17 estados. A fraude, praxe da época, dominou o pleito de parte a parte. Falando sobre o tema disse Vargas na época: “com o pleito de 1º. de março, encerrou-se a fase da propaganda eleitoral. Tanto aquele como as depurações levadas a efeito pelo Congresso Nacional constituíram a maior farsa de que há memória nos anais políticos do Brasil.

(...) Já então, a idéia revolucionária espalhará-se dominante por todo o país, empolgando a grande maioria das consciências, e o movimento de revolta tornará-se nacional, irresistível”. Com as eleições perdidas nas urnas, restava à Aliança Liberal apenas um caminho: a Revolução. Porém, não são todos que querem palmilhar as trilhas conspiratórias. Falsa ou verdadeira, a frase atribuída a João Pessoa é característica dessa perspectiva: “Nunca contarão comigo para um movimento armado. Prefiro dez (Júlio) Prestes a uma revolução”. Entretanto, líderes políticos de Minas Gerais (Antonio Carlos), do Rio Grande do Sul (Getúlio Vargas), os tenentes revolucionários da Coluna Prestes-Miguel Costa e chefes dos levantes de 1922 e 1924 – Juarez Távora, João Alberto, Siqueira

Campos, Cordeiro de Farias – já conspiravam contra o governo federal. Um assassinato será o estopim do levante que começará no dia 3 de outubro. Sobre ele trataremos no próximo artigo.

O Nacional

Quinta-Feira, 30/09/2010

Data : 08/10/2010

Título : Os oitenta anos da Revolução de 30 - parte 4

Categoria: Artigos

Descrição: Em 16 de julho de 1930, quando conversava com amigos na Confeitaria Glória, na rua Nova de Recife...

Os oitenta anos da Revolução de 30 - parte 4

por José Ernani de Almeida

Em 16 de julho de 1930, quando conversava com amigos na Confeitaria Glória, na rua Nova de Recife, João Pessoa, candidato derrotado à vice-presidência pela Aliança Liberal, foi assassinado a tiros. O assassino João Dantas, membro de família tradicional da Paraíba e cunhado do deputado federal João Suassuna. O crime prendia-se a questões familiares, mas naquele momento serviu para aglutinar a oposição. Segundo o historiador Barbosa Lima Sobrinho, "nenhuma caravana política, de tantas que percorreram o Brasil das candidaturas aliancistas, pôde fazer pela causa o que esse cortejo fúnebre vai conseguindo. (...) João Pessoa vivo foi uma voz contra a revolução. Mas João Pessoa morto foi o verdadeiro articulador do movimento revolucionário".

Esfacelada pelas lutas internas, a Aliança Liberal novamente se mobiliza e por todo o país realizam-se manifestações contra o assassinato. Reuniões se sucedem em Minas e Rio Grande do Sul. Delas participam João Neves, Oswaldo Aranha, Batista Luzardo, Francisco Campos, Virgílio Mello Franco, Flores da Cunha. Os chefes militares espalham-se pelo país: Juarez Távora, João Alberto, Cordeiro de Farias, entre outros. Oswaldo Aranha encomenda armas na Tchecoslováquia e, em discurso de 29 de julho, em Porto Alegre, diz que "está na hora em que o povo do Rio Grande há de redimir-se dos insultos com que o poder central nos tem procurado diminuir". Getúlio Vargas será, na verdade, o grande aglutinador do movimento. É dele a declaração, "Rio Grande do Sul de pé pelo Brasil! Não podereis iludir o teu destino heróico!". Assim, após sucessivas protelações no dia 3 de outubro de 1930, em manobra conjunta

articulada entre o Rio Grande do Sul, a Paraíba e Minas Gerais, estoura a inevitável insurreição.

Em seu diário Vargas fez a seguinte anotação, no dia 3 de outubro, revelando todas as suas inquietações e dúvidas: "Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranquilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu estado. A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais saudios, vigorosos e ativos. Não terei depois um grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como o responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso." Às 17h30, os combates começam em Porto Alegre, com bombardeios e assaltos a unidades militares. Até as 2 horas do dia 4, todos os quartéis estavam tomados e a revolução dominava a Capital. Vargas em seu diário relata no dia 4: "Aderiram ao movimento as guarnições de Cachoeira, Pelotas, Livramento, Santa Maria. Ainda discutiam ou recalcitravam - Rio Grande, Bagé, Uruguaiana, Rosário, São Gabriel, Passo Fundo, Cruz Alta e Santo Ângelo". Entretanto, entre os dias 4 e 5, o estado se encontrava sob controle revolucionário. Em Minas o movimento irrompe à mesma hora que em Porto Alegre com idêntico sucesso.

Na Paraíba, a ação é retardada de algumas horas, mas, ao raiar de 4 de outubro, os tenentes tinham o controle civil e militar de todo o Estado. Consolidada essas posições, a sublevação se irradia. Do Rio Grande do Sul, no dia 5, parte uma ofensiva em direção a Santa Catarina e Paraná. Em Santa Catarina esboça-se uma pequena reação, logo superada com a debandada das tropas do Exército. No Paraná, o Exército depõe o governo constituído. No Norte, a maioria dos governadores foge à simples aproximação das forças rebeldes. Aqui no estado Vargas, que havia deixado Porto Alegre no dia 11, faz uma peregrinação por várias cidades, chegando a Passo Fundo, à meia-noite do dia 13. Ele registra o fato em seu diário: "Converso com Vergueiro, que articula queixas contra a conduta de João Francisco (coronel que comandara ações de cavalaria ligeira, na zona do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, com cerca de dois mil homens), requisições, Mena Barreto, (?), etc., os adesistas preferidos etc.

No dia 14 Vargas anota no diário "após essa palestra com Vergueiro, prometo providências e, pelas 9 horas da manhã, prosseguimos viagem. Aglomeração de gente festiva na gare de Passo Fundo, grande vivacidade das mulheres, recebo um lenço branco de pescoço, com a bandeira rio-grandense pintada e dístico - "Rio Grande, de pé, pelo Brasil". No próximo artigo. Um imenso contingente mobilizado em Itararé, para a batalha que não houve. Ponchos, bombachas e chimarrão acantonados em São Paulo e Vargas no Catete.

O Nacional

Sexta-Feira, 08/10/2010

Data : 15/10/2010

Título : Os oitenta anos da Revolução de 30 - parte 5

Categoria: Artigos

Descrição: Foi em Itararé, cidade paulista limítrofe com o Paraná, que as forças revolucionárias que subiam do sul, comandadas por Miguel Costa...

Os oitenta anos da Revolução de 30 - parte 5

por José Ernani de Almeida

Foi em Itararé, cidade paulista limítrofe com o Paraná, que as forças revolucionárias que subiam do sul, comandadas por Miguel Costa, viram-se diante de uma das maiores concentrações militares articuladas pelos governistas: 3.600 soldados da Força Pública de São Paulo, 1.600 do exército e 1.000 voluntários, apoiados por aviões e quatro canhões. Seu comandante era o coronel Paes de Andrade, que tinha a seu favor a posição logística, já que a cidade que defendia ficava sobre um alto penhasco de granito escavado pelo rio Itararé. Do outro lado, porém, havia uma massacrante superioridade em efetivos e poder de fogo. Sob as ordens de Miguel Costa marchavam 7.800 homens apoiados por 18 canhões mais poderosos e mais modernos do que os dos governistas. Após quase vinte dias de tensão e algumas escaramuças, as tropas de Miguel Costa dominam a fazenda Morungava (distante 8 km de Itararé), onde se haviam aquartelado os governistas, que recuam para a cidade.

A essa altura, dia 14 de outubro de 1930, parecia eminente a destruição de Itararé. Prevendo um massacre, Paes de Andrade consulta seus superiores que exigem a defesa da cidade "a todo transe". E ele marca a tentativa desesperada para o meio-dia do dia seguinte, 25 de outubro. Logo pela manhã, porém, um emissário dos revolucionários, portando uma bandeira branca, pede para falar com Paes de Andrade. Traz um ultimato: exige rendição incondicional. Paes de Andrade recusa.

O emissário argumenta que há fatos novos, vindos do Rio de Janeiro: o presidente Washington Luiz fora deposto no dia 24, não havendo mais razão para o confronto. Incrédulo, Paes de Andrade vai parlamentar com Miguel Costa, onde confirma a veracidade do informe. O país está sob o comando de uma Junta Governativa composta pelos ministros militares. Acabou a batalha de Itararé, que a partir desse desfecho ficou sendo conhecida como "a que não houve". Pela cidade disputada ferrenhamente durante 19 dias, passará o trem conduzindo a vitoriosa comitiva de Vargas, no dia 28 de outubro. Em seu diário, escreve ele, "à tarde em território paulista, chegando a Itararé - terreno acidentado onde as forças reacionárias se entrincheiraram para conter o avanço das tropas do sul, comandadas por Miguel Costa, sendo, porém constantemente batidas e postas em fuga. Na cidade de Itararé, grande aglomeração de trens e

de tropas que nos festejam, com escassa população civil. Discursos de civis e de soldados, respondidos pelo deputado Maciel".

Em São Paulo, tão logo começaram a chegar as primeiras notícias sobre o sucesso da insurreição aliancista, populares tomaram as ruas para fazer o que supunham ser justiça com as próprias mãos. Casas lotéricas, onde também se apostava no jogo do bicho, foram incendiadas, depredadas e saqueadas: em geral, elas eram vinculadas aos dirigentes do Partido Republicano Paulista, o partido dos oligarcas de São Paulo, o partido de Washington Luiz. A mesma sorte tiveram as redações dos jornais perrepistas, como A Gazeta e O Correio Paulistano. Prudentemente, o próprio Júlio Prestes, presidente eleito e que jamais tomaria posse, seguiu para o protetor caminho do asilo no Consulado da Inglaterra. Assim, foi num clima de liberação de velhas frustrações que, no dia 29 de outubro, com a Revolução já vitoriosa, chegou a São Paulo o comboio que conduzia Getúlio Vargas e seus companheiros de armas.

Em seu diário, escreve ele, "chegamos à noite a São Paulo, onde sou recebido com carinho pelas principais autoridades do novo governo. Chegamos à capital paulista cerca de 11 horas da noite, levado em triunfo da gare até o automóvel. Este percorre as ruas no meio de verdadeiro delírio popular. Parece que toda a população de São Paulo comungava com a Revolução". Durante as 24 horas que permaneceu em São Paulo, Vargas tomou uma providência fulminante, ferindo as suscetibilidades dos políticos locais: nomeou o coronel João Alberto, "plebeu e forasteiro", para as funções de delegado executivo da Revolução no Estado. Assim, a adesão seria efêmera. Em 1932, os paulistas tentariam apertar Vargas do poder, sem sucesso. No dia 30, sempre aclamadíssimo, Getúlio retomava o trem que o conduziria ao Rio onde uma Junta Militar assumiria o poder.

A esta junta Vargas já alertara que seus membros "seriam aceitos como colaboradores, porém não como dirigentes, uma vez que seus elementos participaram da Revolução quando esta já estava virtualmente vitoriosa". Com a revolução vitoriosa os gaúchos amarram seus cavalos no obelisco da avenida Rio Branco, e Vargas conquista o Catete. O compositor Lamartine Babo compôs na época uma marchinha inspirado no evento, "Dr. Barbado (W. Luiz) foi-se embora, deu o fora/ Não volta mais, não volta mais./A mineirada, lá da terra da coalhada/Vai prender a carneirada nos sertões da Mantiqueira/ O Rio Grande, sem correr o menor risco,/Amarrou, por telegrama, os cavalos no obelisco". No próximo artigo: Os resultados da Revolução de 1930.

O Nacional

Sexta-Feira, 15/10/2010

Data : 21/10/2010

Título : Os oitenta anos da Revolução de 30 - Parte 6

Categoria: Artigos

Descrição: Em 3 de novembro, um mês depois de iniciada a insurreição aliancista no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, Getúlio Vargas tomava posse “provisoriamente” do Governo federal.

Os oitenta anos da Revolução de 30 - Parte 6

por José Ernani de Almeida

Em 3 de novembro, um mês depois de iniciada a insurreição aliancista no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, Getúlio Vargas tomava posse “provisoriamente” do Governo federal. Às 16h, os salões do Palácio do Catete já estão lotados de pessoas que foram assistir à cerimônia de entrega do poder ao chefe da revolução vitoriosa. A imprensa da época assim registrou: “No salão pompeano: altas autoridades da guerra, comissões de corpos e estabelecimentos militares; no salão amarelo: altas autoridades navais, comissões de navios, corpos de estabelecimentos navais; no salão mourisco: comando e comissões de corpos e estabelecimentos da polícia e corpo de bombeiros; no salão nobre: a Junta Governativa com seu ministério e membros de seu gabinete; no saguão do palácio: uma banda de música tocava à entrada e à saída de altas autoridades; no salão Silva Jardim: em espaço mínimo, comprimiam-se os populares que queriam cumprimentar o presidente. “Ao entregar o governo para Vargas, o general Tasso Fragoso, membro da Junta Governativa, discursa, fazendo críticas ao autoritarismo de Washington Luiz: “O orgulho, a vaidade e a prepotência de um homem acabaram provocando um movimento revolucionário (...) Durante o governo do Dr. Washington.

Luiz a violação dos princípios fundamentais do regime republicando, os atentados contra a liberdade, chegaram ao auge”. Para o historiador Bóris Fausto, “vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazão de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo. O Estado de compromisso é a resposta para esta situação. Embora os limites da ação do Estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob o impacto da crise econômica, o novo governo representa mais uma transação no interior das classes dominantes, tão bem expressa na intocabilidade sagrada das relações sociais no campo”. A verdade é que a Revolução comandada por Vargas vai acabar com o estado fragmentado criado pela Carta de 1891. Sobre suas ruínas se erguerá um poder centralizado que vai desenvolver mudanças importantes no corpo social, político e econômico da nação. A autonomia dos Estados será coisa do passado. O mercado nacional será unificado, o que abrirá caminho para o desenvolvimento industrial substituidor de produtos importados. Uma nova ótica inaugurada em relação aos problemas sociais, que deixarão de ser “um caso de polícia” para ingressar no rol de questões urgentes a serem resolvidas.

O novo governo criará o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que será entregue a Lindolfo Collor. E a partir daí, o Estado procurará ser o árbitro dos

conflitos entre patrões e empregados, segundo a fórmula positivista, que tanta influência exerceu na formação dos tenentes e dos políticos gaúchos. Segundo esses ideais, os desamparados pela fortuna precisam ser integrados á sociedade e, embora ocupando posição inferior, devem ter asseguradas condições mínimas de sobrevivência. Sem participação na política, os operários serão “protegidos” por um governo forte, autoritário e paternalista. Essa diretriz política passa a refletir-se na estrutura social – e nas elites surgem mecenas e senhoras dedicadas às associações de caridade. “O Brasil é o melhor mercado para o Brasil”, proclamará Lindolfo Collor, anunciando que a nova política econômica dará mais importância ao mercado interno. Medidas serão tomadas para proteger a indústria dos competidores internacionais.

O governo proíbe a importação de máquinas e limita as compras de artigos de luxo, em 1931, e começa a intervir na agricultura criando, nesse mesmo ano, o Conselho Nacional do Café e a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar. Em 1933, será criado o Instituto do Açúcar e do Alcool . E, como consequência dessa função do Estado, a burocracia governamental terá papel cada vez mais importante. As classes trabalhadoras serão agraciadas com algumas concessões como a regulamentação, em 1931, do trabalho feminino e dos menores, proibindo-se a demissão de mulheres grávidas. No ano seguinte, é regulamentado o trabalho na indústria e no comércio e a jornada de oito horas – velha aspiração dos trabalhadores – é fixada por lei. De toda essa gama de medidas, surgirá um novo país. A “política dos governadores” e o “eixo café com leite” estão mortos para sempre.

A Revolução de 1930 pôs fim à hegemonia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil, no sistema capitalista internacional. Sem ser um produto mecânico da dependência externa, o episódio revolucionário expressou a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se tornara cada vez mais precário.

O Nacional

Quinta-Feira, 21/10/2010

Data : 05/11/2010

Título : Paul McCartney

Categoria: Artigos

Descrição: Quando Paul McCartney pisar no palco montado no Beira-Rio neste domingo, nós “sessentões” que lá estaremos, obviamente emocionados...

Paul McCartney

por José Ernani de Almeida

Quando Paul McCartney pisar no palco montado no Beira-Rio neste domingo, nós “sessentões” que lá estaremos, obviamente emocionados, e as gerações atuais que também amam sua música, estaremos vendo e ouvindo um dos inventores do gênero pop. Um mito que ditou grande parte do comportamento e da moda dos anos 60. O escritor Luiz Antonio Assis Brasil, com muita propriedade, definiu a vinda de Paul: “ Quem vem a Porto Alegre não é Paul McCartney, não é a música dos Beatles. Quem vem a Porto Alegre é uma era, um estilo, um modo de entender a vida”. Paul foi, sem dúvida, um dos paradigmas da cultura dos anos 1960, uma década inigualável e inesquecível. Ao lado de John, George e Ringo, ele traduziu a inquietação e a criatividade de uma geração que ousou buscar a liberdade plena.

Os Beatles foram o referencial maior de uma época de contestação, de revolução social. As palavras de ordem eram “ Paz e Amor”, havia música – a música dos Beatles –, a idéia de viver de forma natural com liberdade. Era a juventude anti-horário, anti-guerra, anti-terno e gravata, sem pressa e sem destino. Ser jovem era ser progressista. Ter mais de 30 anos era decadente e reacionário. Para a legião mundial de fãs dos Beatles, o sonho continua até hoje, retratado na figura de Paul, dono da carreira-solo mais bem sucedida entre os ex-beatles. Ele atravessou gerações da música pop.

Assistiu à explosão do rock progressivo, do punk, da new wave e chegou intacto – e competitivo – à era dos mega-shows do fim dos anos 80. Paul sobreviveu a Lennon (assassinado em 1980 em Nova Iorque), George Harrison (vitimado por um câncer em 2001) e Ringo Starr (que artisticamente pouco representa). Paul e John Lennon compuseram canções que colaram em nossos ouvidos como All My Loving, I Wanna Hold Your Hand, Yesterday, Eleanor Rigby, Hey Jude e discos que ainda hoje soam inovadores como Stg. Pepper’s Lonely Hearts Club Band, (1967) o primeiro disco conceitual da história, em que todas as canções estavam subordinadas a uma mesma idéia – um espetáculo da banda do Sargento Pimenta. Na etapa final do grupo as relações entre os dois grandes compositores não foram amistosas e isso continuou quando ambos enveredaram por carreiras solo. Hoje, McCartney vem incluindo em seus discos e shows canções de Lennon.

No livro John Lennon – A Vida, de Philip Norman, este mostra como Lennon e McCartney desde o momento em que se conheceram seriam pólos opostos em quase todos os aspectos. No entanto, em suas origens e no histórico familiar eram notavelmente semelhantes. Como o avô de Lennon, o pai de Paul, ocupava uma posição de extrema respeitabilidade no mundo mercantil de Liverpool. Como John, Paul cresceu numa atmosfera de aspiração social. Sua mãe, Mary, era uma enfermeira formada que depois se tornaria uma parteira da prefeitura local, cuidando do grande número de mulheres que ainda preferiam dar à luz em casa. Paul, como John, descende de irlandeses, com todo o lirismo e encanto que isso implica, já tinha desde jovem nos genes a música e o instinto de artista. Muito antes do rock-‘n’-roll atingir a Grã-Bretanha, ele tinha começado a “tirar” canções no piano da família e, incetivado por seu pai Jim, começou a aprender trompete, até então o instrumento mais glamoroso no palco. Assim

que ouviu Elvis Presley e viu Lonnie Donegan, levou seu trompete de volta para a loja de departamentos em Liverpool, e o trocou por uma guitarra Zenith de quinze libras.

Sendo canhoto, verificou que tinha de tocar o instrumento ao reverso, tangendo com a mão esquerda e formando os acordes no braço da guitarra com a mão direita. Na viagem de ônibus diária até a escola, fez amizade com outro garoto do Liverpool Institute, - onde também conhecera Lennon - George Harrison, que compartilhava sua fascinação por guitarras e rock-'n'-roll. O destino começava a dar forma ao mais importante grupo de rock de todos os tempos. A idéia de compor canções originais para interpretar, em vez de apenas reciclar canções alheias, esteve firmemente arraigado no espírito de Paul muito antes de conhecer John. Quando ingressou no Quarrymen – primeiro nome do grupo – tinha cerca de uma dúzia de composições prontas, a maioria “tirada” no piano de armário da família e incluindo um esboço do que se tornaria “When I’m Sixty Four”, gravada pelos Beatles no antológico álbum Sgt. Pepper’s, na qual Paul canta: “Quando eu tiver 64 anos, você ainda precisará de mim?”. Paul, aos 68 anos, continua na ativa e, não é exagero dizer, que a cultura pop ainda precisa muito dele, como o grande remanescente de uma época inolvidável. Domingo será, sem dúvida, um dia histórico e de muitas emoções!

O Nacional

Sexta-Feira, 05/11/2010

Data : 12/11/2010

Título : Um show histórico

Categoria: Artigos

Descrição: Quando deixei o Beira-Rio no último domingo, ainda extasia do e hipnotizado pelo histórico show de Paul McCartney...

Um show histórico

por José Ernani de Almeida

Quando deixei o Beira-Rio no último domingo, ainda extasia do e hipnotizado pelo histórico show de Paul McCartney, combinei com meu parceiro de página, Dr. Jorge Assunção, que hoje teríamos obrigatoriamente de tratar do inesquecível espetáculo que havíamos presenciado. Afinal havíamos tido o privilégio de ficar diante de um homem que é um verdadeiro mito. Seria

inevitável. Afinal foram mais de 40 anos aguardando para ver ao vivo um dos inventores do pop.

Por meio século acompanhamos sua carreira e curtimos suas canções que tocaram nossos corações e os corações de milhões pelo mundo inteiro. Paul, ao lado de seus parceiros do famoso quarteto, ajudou a moldar a música que você, leitor, ouve hoje no rádio. Ele foi um dos inventores do gênero pop, com seus concertos para multidões de fãs que não se limitam a ouvir a música dos seus ídolos, mas também querem emulá-los. O show do último domingo foi uma prova. Foi um encontro de gerações. Lado a lado, em muitos casos, pais e filhos. Lá estavam crianças, jovens e velhos emocionados ao ouvir canções antológicas – verdadeiros patrimônios da humanidade - como All my Loving, Let it Be, Hey Jude, Something, My Love, The Long and Winding Road, Yesterday, Eleanor Rigby. A cada canção uma torrente de emoção desceu sobre o estádio fazendo com que mais de 50 mil fãs se deixasse levar pela leveza e suavidade do ex-beatle, que elegantemente vestido e interagindo com a platéia, falando um português recheado de sotaque britânico, encantasse ainda mais a todos.

Algumas das canções foram escritas há mais de 40 anos, mas continuam exercendo um fascínio inigualável sobre os velhos e novos fãs. Lembrei-me dos versos daquela canção de Belchior, “você diz que depois deles não apareceu mais ninguém (...) mas é você que ama o passado e que não vê que o novo sempre vem”. Aqui é realmente o caso de amar o passado e, também simplesmente reconhecer, que a música dos Beatles e a de Paul se renovam constantemente. Paul no palco, esbanjando vitalidade aos 68 anos, nos levou a lembrar de que ele, ao lado de John, George e Ringo, ditou grande parte do comportamento e da moda dos anos 60. Eles assombraram o mundo com o cabelo comprido e o iê-iê-iê contagiante, levando o rock’n’roll a um patamar nunca imaginado pelos pioneiros do estilo.

Durante quase uma década, foram mesmo, como John Lennon disse numa entrevista polêmica em 1966, mais famosos do que Jesus Cristo. Paul no palco ao piano, no baixo, ao violão demonstrou toda a genialidade de um artista multiinstrumentista e refinado, que toca com uma leveza extraordinária. Numa época em que a música é orientada para a venda e não para a qualidade, ouvir a música de McCartney foi um lenitivo. Na música o que se ouve hoje, independentemente do gênero, sequer a letra parece ter alguma importância. Há uma verdadeira miséria estética, uma degeneração alarmante. Qual seria a razão do sucesso desse verdadeiro lixo sonoro que as rádios tocam sem parar? A professora Márcia Tiburi, da Universidade Mackenzie de São Paulo, afirma que “a felicidade oferecida pela indústria cultural, está ao alcance do cartão de crédito, ou dada de graça em rádios e tevês, e, hoje em dia, dada a qualquer um que aceite a publicidade, basta um pouco de prostituição ou aluguel dos seus sentidos”.

Como toda a indústria há a produção em série com vistas ao lucro e, para tanto, necessita de escravização em graus variados. Se o objetivo é reprodução e distribuição, nada mais óbvio prever quem será o destinatário, seja do produto, seja da mensagem. O sistema chama de consumidor. Será que alguém ainda pode ser romântico diante da indústria? Com certeza, quem conseguir se salvar do ideal do lucro é o único que terá vivido uma vida justa como artista. Mas a quem ela ainda pode interessar em termos estéticos e éticos? É claro que o artista não deve ser pobre apenas para garantir seu lugar no céu da ideologia da

arte. Entretanto, a qualidade e a inspiração continuam indispensáveis. E foi o que nós tivemos o privilégio de constatar no último domingo. Paul, o roqueiro romântico é um dos melhores do planeta, senão o melhor, e ao cantar 22 canções dos Beatles e mais 18 de sua carreira solo, fez um show histórico.

O Nacional

Sexta-Feira, 12/11/2010

Data : 18/11/2010

Título : Os cem anos da Revolta da Chibata - parte 1

Categoria: Artigos

Descrição: Na próxima segunda-feira, dia 22, serão lembrados os cem anos da Revolta da Chibata, um extraordinário acontecimento político e social ainda quase desconhecido do povo brasileiro.

Os cem anos da Revolta da Chibata - parte 1

por José Ernani de Almeida

Na próxima segunda-feira, dia 22, serão lembrados os cem anos da Revolta da Chibata, um extraordinário acontecimento político e social ainda quase desconhecido do povo brasileiro. E é fácil de compreender a razão. Foi uma rebelião liderada por um marinheiro negro, gaúcho, João Cândido Felisberto, filho de escravos, que morreu como pária em 1969, em plena vigência do AI 5. Ela ganhou da história oficial o mesmo tratamento dado, por exemplo, à Traição de Porongos, - sórdido episódio da Revolução Farroupilha - que os historiadores a serviço do tradicionalismo, sempre buscaram esconder ou deturpar. Somente em obras de Tau Golin, Mário Maestri e Juremir Machado da Silva a verdade foi e continua sendo escancarada, fruto de profundas pesquisas. Ocorrida em 22 novembro de 1910, a Revolta da Chibata foi uma das mais surpreendentes da história do país. É preciso lembrar que no início do século 20, a modernização chegara também às Forças Armadas brasileiras.

Durante a presidência de Afonso Pena (1906-1910), a Marinha Brasileira tornou-se uma das mais poderosas do mundo ao comprar dos estaleiros ingleses dois formidáveis encouraçados: o Minas Gerais, um dos três navios de guerra mais poderosos do mundo, e o São Paulo, o outro encouraçado comprado da Inglaterra a peso de ouro. Os dois juntos poderiam derrotar, sozinhos, um país inteiro. Somente os ingleses possuíam um navio igual. Entretanto, os marinheiros brasileiros que operavam as duas maravilhas da técnica naval continuavam a

receber um tipo de tratamento abolido havia muito tempo, nas marinhas da maioria dos países.

O recrutamento era feito mediante verdadeiro sequestro ou, então, como castigo. Quando se desejava acabar com a rebeldia, a "falta de juízo" de algum jovem, ele era mandado para a Marinha, onde a disciplina era das mais rígidas e mantida com terríveis castigos, um dos quais a chibata. Isto é, o moderno misturava-se ao arcaico. O marinheiro faltoso era açoitado com uma corda grossa, mergulhada em água para endurecer e cheia de pequenas agulhas. Ela conhecida como "o gato de nove caudas". O código disciplinar estabelecia "para faltas leves, prisão a ferro e solitária, de um a cinco dias, a pão e água; faltas leves repetidas, idem, por seis dias, no mínimo; nas faltas graves, 25 chibatadas, no mínimo".

No início de novembro de 1910, o Mal. Hermes da Fonseca tomara posse após uma eleição muito disputada, em que o militar vencera Rui Barbosa. Na mesma época aportaram no Rio de Janeiro os navios Minas Gerais e São Paulo, e a situação era extremamente tensa em função do castigo que havia sido imposto ao marinheiro Marcelino Rodrigues, no Minas Gerais, que, desrespeitando o código disciplinar, recebera 250 chibatadas. Dez vezes mais do que permitia a Marinha de Guerra, limite que nenhum comandante, por mais insensível e cruel, jamais ousava ultrapassar. Depois de alguns dias de sigilosa preparação, na noite de 22 de novembro, a revolta explodiu liderada por João Cândido, o Almirante Negro, que do Minas Gerais passou a comandar a esquadra, com um total de 2.379 praças, e dominar a cidade, com seus 900 mil habitantes, quase todos em pânico.

Em seu livro João Cândido, o Almirante Negro, Alcy Cheuiche, conta que Cândido, nascido no seio de uma família de oito irmãos, havia deixado o Rio Grande do Sul por volta de 1890 e ingressara na Escola de Aprendizes Marinheiros. Lia com dificuldades, mas com gosto, sempre que podia. Já havia participado da Revolta da Armada contra o presidente Floriano Peixoto, a bordo do navio Ondina. Logo percebeu que na Marinha de Guerra brasileira, quase todos os marujos eram negros ou mulatos e apanhavam de chibata como no tempo do seu avô. No início do século 20, João Cândido foi enviado para a região Amazônica, onde participou de combates nos rios Purus e Abunã, na chamada Questão do Acre, com a Bolívia. No outono de 1909 João Cândido estava entre os brasileiros enviados à Inglaterra, recebendo aulas, preparando-os para todas as tarefas de navegação do Minas Gerais.

Segundo Cheuiche, "as aulas noturnas foram abrindo suas mentes para a necessidade de reagir. De levar de volta para casa, junto com aquele navio, a coragem para a conquista de seus direitos". Os brasileiros logo perceberam que os trabalhadores da Inglaterra, tanto operários como marujos, estavam muito adiantados em seus direitos. Salários dignos, alimentação decente, horários de trabalho controlados. "O gato de nove caudas", a chibata que ainda envergonhava a Marinha Brasileira, nem os mais velhos por ali a tinham conhecido. E olhavam, horrorizados para João Cândido e seus companheiros. Perguntavam as razões da permanência desse castigo que os aviltava diante dos colegas ingleses. Por que não reagiam? Por que não se uniam aos operários anarquistas? A passividade dos brasileiros estava prestes a terminar. É o que trataremos no próximo artigo.

O Nacional

Quinta-Feira, 18/11/2010

Data : 26/11/2010

Título : Os cem anos da Revolta da Chibata - parte 2

Categoria: Artigos

Descrição: Em seu livro João Cândido, o Almirante Negro, Alcy Cheuchi descreve assim, o que aconteceu na noite de 22 de novembro de 1910, no Rio de Janeiro...

Os cem anos da Revolta da Chibata - parte 2

Em seu livro João Cândido, o Almirante Negro, Alcy Cheuchi descreve assim, o que aconteceu na noite de 22 de novembro de 1910, no Rio de Janeiro: "No Clube da Tijuca, com seus salões iluminados, os dois tiros causaram imensa comoção. O Mal. Hermes da Fonseca, seus ministros e um imenso séquito ouviam a ópera Tannhauser de Wagner. A música parou e alguns oficiais jovens correram para junto das autoridades, buscando protegê-las. Em poucos minutos, o caos generalizou-se. Correria e cadeiras derrubadas. (...) Floriano retirou-se imediatamente seguindo para o Palácio do Catete, onde recebeu do Ministro da Guerra uma mensagem captada pela estação de rádio do morro da Babilônia. Era a primeira explicação para o movimento rebelde dos navios de guerra: "Não queremos a volta da chibata. Isso pedimos ao Presidente da República e ao Ministro da Marinha. Queremos resposta já e já. Caso não tenhamos, bombardearemos cidade e navios que não se revoltarem. Guarnições Minas Gerais, São Paulo e Bahia".

Coube ao Congresso da época avaliar a reivindicação dos marinheiros. Rui Barbosa foi um dos mais ardorosos defensores da concessão da anistia argumentando, segundo narra Cheuiche, que "acostumando a não chibatar os seus comandados habitua-se a medir o que pedem; habitua-se a não se exceder ao que lhe cumpre; habitua-se a governar-se para saber governar; habitua-se a poder ser chefe sem ser escravo. A escravidão começa por desmoralizar e aviltar o senhor, antes de desmoralizar e aviltar o escravo". Finalmente, em 25 de novembro foi concedido o pedido pelo governo pondo termo à rebelião da Marinha. Entretanto, a anistia durou três dias.

João Cândido foi absolvido em 1912, mas continuou banido. Viveu o resto da sua vida no Rio de Janeiro, como vendedor de peixe "nas pedras pisadas do caís", como diz a música feita em sua homenagem por Aldir Blanc e João Bosco (O mestre-sala dos mares). Morreu em 1969, após conhecer todas as etapas do

sofrimento: prisão, tortura, descrédito, internação em hospital psiquiátrico e miséria. Em 2008, finalmente foi anistiado por ato do presidente Lula, após iniciativa do senador Paulo Paim. João Cândido lentamente vai saindo da masmorra do esquecimento.

O Nacional

Sexta-Feira, 26/11/2010

Data : 02/12/2010

Título : 30 anos sem Cartola

Categoria: Artigos

Descrição: No último dia 30 de novembro foram lembrados os 30 anos da morte de Cartola, um dos mais importantes nomes da música popular brasileira do século 20.

30 ANOS SEM CARTOLA

por José Ernani de Almeida

No último dia 30 de novembro foram lembrados os 30 anos da morte de Cartola, um dos mais importantes nomes da música popular brasileira do século 20. Cartola deixou um legado intangível não apenas para o samba, mas para a música brasileira em geral. Cartola foi um sonho que a gente teve. Esta máxima do sambista Nelson Sargento define perfeitamente a trajetória do compositor. Angenor de Oliveira, o Cartola, representa dentro da história da música popular brasileira um dos mais surpreendentes exemplos das alturas a que o puro talento instintivo e a sensibilidade natural podem conduzir um artista do povo, apesar de todas as barreiras que a nossa sociedade levanta ante os humildes. Negro, pobre, desprovido de beleza física, educação escolar limitada ao primeiro grau e jamais integrado de forma duradoura a estrutura do trabalho (foi aprendiz de tipografia, pedreiro, pintor de paredes, guardador e lavador de carros, vigia de edifícios e contínuo de repartição pública), o compositor do morro e fundador da Estação Primeira de Mangueira parece ter tirado exatamente de todas essas desvantagens o vigor da sua criação. Foi uma espécie de Machado de Assis da nossa música.

Poeta, além de músico, Cartola demonstrou ter aprendido em cinquenta anos de carreira o segredo da melhor adaptação à realidade de cada uma das fases de sua vida, muitas delas duríssimas. A marginalidade marcou a vida de Cartola até os 65 anos, quando gravou seu primeiro LP. Até aí, foi favelado, dormiu nos trens

da Central do Brasil, trabalhou como lavador de automóveis. Aveso às tentações da moda musical do momento – sem prejuízo da atualização constante de suas criações – Cartola teve a sabedoria de evoluir mantendo-se em absoluta coerência com as condições não apenas da sua realidade pessoal, mas também da cultura média dos seus iguais. Em nome dessa coerência, por exemplo, deixaria de compor sambas de enredo para a Mangueira quando percebeu que as expectativas dos líderes de sua comunidade, voltavam-se ingenuamente para fora, isto é, para aceitação de valores que não correspondiam à realidade de sua gente. Em 1964, Cartola e sua esposa, dona Zica, criaram o restaurante Zicartola, o que lhe permitiu a oportunidade de entrar em contato com o público de classe média. Na mesma época, a UNE promoveu uma série de espetáculos da obra do compósito, até então restrita ao público do morro. Na verdade, como um mágico capaz de sacar surpresas inesgotáveis da cartola, Angenor de Oliveira não apenas continuava a renovar sem alarde sua melódica e sua poética, mas também surpreendia a todos, em 1974, com uma revelação: o Cartola cantor. Na gravadora Marcus Pereira gravou seu primeiro disco solo, como cantor das próprias músicas, revelando desde logo um sentido de interpretação por tal forma apurado que passou a ser visto como um dos melhores intérpretes de suas próprias canções.

E, foi em 1975, que vivi um momento inesquecível na minha trajetória como radialista ao entrevistá-lo em Porto Alegre, quando ele e João Nogueira lá estiveram para um show no teatro da PUC. Cartola dava, aos que tinha a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente – e tive este privilégio – a impressão de um artista que, por trás dos gestos calmos e da falta mansa, carregava uma certeza muito profunda do seu talento e valor. Isso se traduzia, por sinal, na sua postura sempre discreta, por trás dos grandes óculos escuros, cheia de dignidade e seriedade. Cartola, ao morrer em 1980, deixou canções antológicas como O Mundo é um Moinho (ainda é cedo amor/mal começaste a conhecer a vida/ já anuncias a hora da partida/ sem saber mesmo o rumo que irás tomar/ preste atenção querida/ embora eu saiba que estás resolvida/ cai um pouco a tua vida/ e em pouco tempo não serás mais o que és/ ouça-me bem amor/ preste atenção, o mundo é um moinho/vai triturar teus sonhos tão mesquinhos/vai reduzir as ilusões a pó). Ele teve temas regravados por uma lista infindável de artistas respeitados, como Elis Regina, Paulinho da Viola, Cazuza, Eumir Deodato, Beth Carvalho, Joel Nascimento, Zeca Pagodinho, etc. Suas músicas continuam atuais. Recentemente, para minha surpresa, dois jovens alunos do pré-vestibular MediSchool, ao conversarmos sobre MPB, se revelaram fãs ardorosos da obra de Cartola.

É sinal de quem nem todos se deixaram tomar pelos sertanejos universitários e os gaitaços que a mídia impõe. Outra obra prima do compositor foi As Rosas Não Falam (bate outra vez/ com esperanças o meu coração/ pois já vai terminado o verão/enfim/volto ao jardim/ com a certeza que devo chorar/pois bem sei que não queres voltar para mim/queixo-me as rosas/mas que bobagem/ as rosas não falam/simplesmente as rosas exala/ o perfume que roubam de ti) Enfim, a obra de Cartola é uma prova viva e irrefutável de que um gênero musical pode evoluir sem perder suas características básicas: sempre fiel às suas raízes populares, esse genial compositor demonstrou que o samba pode extrapolar seu “primitivismo” rítmico e alcançar insuspeitada riqueza melódica, aliada a letras que são obras-primas poéticas.

O Nacional

Quinta-Feira, 02/12/2010

Data : 10/12/2010

Título : John Lennon

Categoria: Artigos

Descrição: Mesmo após 30 anos de sua morte, ocorrida a 8 de dezembro de 1980, John Lennon conseguiu a proeza de continuar influente no mundo pop.

JOHN LENNON

por José Ernani de Almeida

Mesmo após 30 anos de sua morte, ocorrida a 8 de dezembro de 1980, John Lennon conseguiu a proeza de continuar influente no mundo pop. Uma das personalidades mais marcantes da segunda metade do século 20, seu assassinato chocou o mundo, pondo fim trágico à retomada de uma carreira solo brilhante e ao sonho eterno de milhões de ver John, Paul, George e Ringo juntos outra vez. A verdade é que o mundo perdeu muito com a sua prematura morte. Lennon era contraditório, mordaz, provocador, mas ao mesmo tempo alguém sempre em busca de um mundo ideal – pacífico, justo para todos – e da felicidade pessoal. Músico e escritor, ativista e defensor da paz, Lennon foi um eterno inconformado. Começou com a família. Abandonado pela mãe, foi criado por uma tia desde os seis anos. Lennon perdeu a mãe, Julia, aos dezessete, no exato momento em que mais se aproximava dela.

Três anos depois, em 1961, perderia Brian Epstein, figura central não apenas na ascensão, mas também na estabilidade individual e coletiva dos Beatles. E, no ano seguinte, a morte de Stu Sutcliffe, colega de faculdade e amigo por quem nutria enorme admiração, abalou-o profundamente. Assim, num período de apenas quatro anos, Lennon sofreu ao menos duas perdas que, mais tarde, reconheceria como irreparáveis: as de Julia e Stu. Sua inconformidade se estendeu também às artes, à política, e a partir de 1966, até com Paul McCartney, George Harrison e Ringo Starr, os utopicamente inseparáveis companheiros de banda. Os atritos maiores sempre foram com Paul McCartney, que em sua autobiografia de 1997, *Many Years from Now*, descreve como os dois opostos aparentes ofereciam uma imagem de espelho em muitos outros aspectos além daquele da posição dos acordes nos braços de suas guitarras: “John, por causa de sua educação e vida familiar instável, tinha de ser

duro, perspicaz, sempre pronto para dissimular, pronto para a resposta espirituosa, o pequeno chiste aguçado.

Enquanto eu, com minha criação bastante confortável, cercado de um monte de parentes, um monte de gente, muito do Norte, tinha um jeito superficial descontraído.(...) Mas não teríamos engrenado um com o outro se tivéssemos apenas esse jeito superficial. Muitas vez eu lhe dizia o que fazer, e ele deve ter apreciado o meu lado mais duro ou não teria funcionado; inversamente, eu apreciava muito o lado suave dele. (...) A parceria, a mistura foi incrível. Ambos tínhamos qualidades submersas que cada um de nós viu e reconheceu. Nunca teríamos agüentado um ao outro aquele tempo todo se fôssemos apenas unidimensionais”. A verdade é que depois de trocar farpas, de haver muito animosidade antes e nos momentos seguintes à dissolução dos Beatles, por questões criativas, divergências administrativas, e egos inflados, eles passaram a ter, segundo foi revelado agora, animados encontros familiares. Até a morte de Lennon, a convivência entre ele e Paul, foi como nos velhos tempos de Liverpool, então com filhos e amenidades da vida familiar dividindo o tempo com a música.

Em seu inesquecível show no Beira-Rio, Paul cantou Here Today, que ele compôs em homenagem a Lennon, o que levou a todos que estavam no estádio a imaginar que os dois poderiam estar ali no palco, por que não? Musicalmente acho que ele teria retomado a parceria com Paul. Uma reunião dos Beatles também seria uma consequência natural disso. John sempre seguiu uma postura política clara.Quando o mundo pedia o fim da Guerra do Vietnã, já no fim da década de 1970, ele usou sua fama para protestar também, com canções (Give Peace a Chance, de 1969), e intervenções mais ousadas, como a que ocorreu em Amsterdã, quando ele e Yoko permaneceram por uma semana na cama de um quarto de hotel. Yoko, aliás, é outra prova do passo a frente de John, já que a japonesa, na época, foi tratada como uma artista plástica incompreensível.. A língua ferina e o sarcasmo corrosivo de John Lennon o notabilizaram como um dos grandes frasistas e, na mesma proporção, polemistas da crepitante cultura contemporânea.

Em 1966,provocou a ira dos católicos, no auge do ardor planetário da beatlemania, ao dizer que os “Beatles eram mais populares do que Cristo”, enfrentando o establishment cristão. E soube se valer muito disso para construir a mítica dos Beatles e, claro, a sua. Agora mesmo, está entrando em cartaz nos cinemas O Garoto de Liverpool, filme que presta um emocionante tributo a Lennon retratando um período conturbado de sua vida e que foi determinante na sua formação como homem e artista: a traumática relação com a mãe que o abandonou quando criança. Também CDs e DVDs estão sendo relançados resgatando a obra de Lennon. Tenho certeza que se estivesse vivo Lennon fatalmente estaria ainda envolvido com a causa da paz e escrevendo grandes e inspiradas canções para a gente ouvir.

O Nacional

Sexta-Feira, 10/12/2010

Data : 17/12/2010

Título : Reencontro

Categoria: Artigos

Descrição: A mitologia da saudade foi consagrada por Camões, palavra criada para expressar o sentimento dos familiares e dos navegadores portugueses...

REENCONTRO

por José Ernani de Almeida

A mitologia da saudade foi consagrada por Camões, palavra criada para expressar o sentimento dos familiares e dos navegadores portugueses pelas longas separações no período das grandes navegações. Ter saudade é a prova de que o passado continua presente, mesmo tendo passado. É amar um passado que ainda não passou. Quando a saudade aperta, aumenta, a solução é buscar reviver aquilo que nos leva à nostalgia. Para Fernando Pessoa, “o valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”. Os reencontros de amigos, de ex-colegas servem para aplacar a saudade, reviver os momentos que não se apagaram e ver novamente pessoas que marcaram nossas vidas. E foi exatamente o que aconteceu no último sábado, dia 11, quando do reencontro daqueles que formaram a primeira equipe da Rádio Planalto.

Nem todos é verdade. Muitos não puderam comparecer e outros já faleceram. Foi um momento de emoção, de abraços, de alegria indescritíveis. Foi um doce regresso ao passado, no qual a memória nos tornou a trazer sentimentos, estórias, histórias e acontecimentos que julgávamos perdidos para sempre. Nos transportamos para os inesquecíveis corredores da primeira sede da Planalto-AM quando esta começou suas atividades em abril de 1969, para quebrar paradigmas e modernizar o rádio regional, com uma programação que privilegiava a música nativista, a música popular brasileira, a internacional de qualidade e a informação. A programação musical passou a ser a marca registrada da Planalto com programas de grande audiência, onde os ouvintes tomavam conhecimento dos grandes sucessos da MPB e da música mundial. A Planalto ousou e, por isso, ganhou destaque. Grandes orquestras, jazz e música clássica também faziam parte do cardápio de sua arrojada programação.

Era uma época de efervescência na cultura, na política, na forma de comportamento: os acontecimentos de 1968 – o ano que não terminou – ainda ecoavam, o tropicalismo, a música de protesto, o fim dos Beatles - “o sonho acabou”, havia decretado John Lennon. Sem os xenofobismos culturais atuais, que privilegiam um só tipo de música, e sem fundamentalismos ideológicos a Rádio Planalto tinha uma programação plural, como deve ser uma fundação cultural. E eram tempos difíceis. Tempos de censura, de repressão, de atos

institucionais como o AI-5. Tempos em que a qualquer momento, senhores fardados podiam entrar na emissora para confiscar discos, como aconteceu com os Lps e compactos (sim, na época eram Lps e compactos) de Geraldo Vandré, que foram levados por um grupo de militares. A canção “Pra’ não dizer que não falei das flores” incomodava e ainda incomoda alguns remanescentes da ditadura. Tempos em que vários integrantes da emissora foram acusados de comunistas. Aliás, se via comunista em toda a parte. Havia um patrulhamento muito grande. Se você tocava Wilson Simonal, era acusado de divulgar um apoiador do regime. Se, por outro lado, tocava Chico Buarque, era visto como subversivo de carteirinha. O diretor da rádio Pe. Farina, muito pragmático, encontrou uma forma de aplacar, em parte, a ira dos representantes locais do governo militar.

Durante um bom tempo o aniversário da rádio era comemorado em conjunto com o aniversário do comandante da unidade da Brigada Militar. Assim, a Planalto entrava no clima da abertura “lenta, gradual e segura”, prometida pelo Presidente Geisel. A verdade, é que com o comando democrático, seguro, pragmático, humano do Pe. Paulo Augusto Farina a Planalto venceu os turbulentos anos de 1970 e sua programação tornou-se referencial no interior do estado. Programas como “Show da Manhã”, “O programador do Dia”, “Vanguarda”, “A Grande Parada”, “De Gente e de Música”, “Especial”, “Noturno”, “Música Maravilhosa”, ainda hoje são lembrados com saudade por seus antigos ouvintes. A linha noticiosa isenta, qualificada e crítica da emissora foi outra de suas grandes qualidades. No último sábado todo este contexto foi lembrado com emoção, com saudade e com o sentimento do dever cumprido e de que fizemos história. Não é à toa que hoje há um site “Armazém da Saudade” que recriou o estilo Planalto de Rádio na internet. Que trabalhos de mestrado, como o do publicitário e mestre em História Cleber Nelson Dalbosco, transformado em um livro - A Felicidade Propagada -, destaca a programação musical da Planalto dos anos 1970/1980.

No reencontro estavam Pe. Farina, Marisa Piana, Pedro Martins (estes dois os grandes responsáveis pelo acontecimento) Marcos Martinelli, Maristela Martinelli, Sueli Bonfanti, Márcia Martinelli, Carlos Alberto Romero, Celestino Meneghini, Paulo Ricardo Santos, Luiz Carlos Scheneider, José Belém de Carvalho, Telmo Camargo, Rogério Silva, Paulo Fernando Oliveira, Ivo Souza, Leno Bonfante, Altair Colussi, Adelaide Santos, Carlos Alberto Fonseca, Jocelina Almeida, Erich Preissler, Luis Carlos Rech, Vanderlez Bonfante e Nilson Labs. Tive o privilégio de fazer parte desta equipe de verdadeiros amigos, que num futuro não muito distante se reunirá novamente, até porque, como diz aquela canção de Milton Nascimento e Fernando Brandt, “amigo é coisa pra se guardar/debaixo de sete chaves/dentro do coração/amigo é coisa para se guardar/no lado esquerdo do peito/mesmo que o tempo e a distância digam não.

O Nacional

Sexta-Feira, 17/12/2010

Data : 23/12/2010

Título : O que é o exatamente chamado -espírito natalino-?

Categoria: Artigos

Descrição: Sempre se fala nestas datas de encerramento de ano do “espírito natalino”, do real significado desta data, dos valores cristãos...

O que é o exatamente chamado “espírito natalino”?

por José Ernani de Almeida

Sempre se fala nestas datas de encerramento de ano do “espírito natalino”, do real significado desta data, dos valores cristãos, da introspecção, do abuso da materialidade, do lance marqueteiro de vender e o escambau. Nós, adultos, condenamos a exploração comercial da data, mas não vivemos sem dar e receber presentes. Falamos, em tom de reprovação, que natal não é nada disso e que seria bom que todos, a exemplo de nós, vivêssemos a data com o “espírito natalino” que ela merece.

Talvez, projetemos uma interiorização para buscar a centelha de humanização e doação que tenha nos faltado durante o ano. Talvez, desejássemos que o mundo fosse mais consistente de ressonâncias de sentimentos que carnês de pagamentos. Neste dia, e somente neste dia, no dia de natal, somos atacados por uma espécie de remorso por não termos sido tudo o que poderíamos ser. Neste dia, ficamos melancólicos porque os presentinhos não nos confortam e nem nos alegam como nos tempos em que crianças não pensávamos e nem conjecturávamos sobre o sentido das coisas, de todas elas. Naqueles bons tempos o “espírito de natal” era receber a visita do bom velhinho. Se havia presentes havia natal. Era simples, comercial ou não, mas era alegre, principalmente se o presente solicitado era o recebido.

Porém, desagradavelmente, ficamos adultos e a materialização de nossos anseios em forma de presentes, não nos basta. Queremos significados, queremos justificativas de existências. Melancolicamente percebemos ser menores que nossos anseios ou os nossos anseios talvez nem sejam tão grandiosos assim. Introspectivos e derrotados pelas limitações de nossas ações cristãs, de doação e da vida boa, a vida digna, culpamos o consumo e salientamos a falta do “verdadeiro espírito cristão”. Aqueles que o tem, o tem em algumas horas e o abandonam para somente conjecturar dentro um ano, quando novamente, tocado pela melancolia-remorso, diremos novamente e, ad eternum, que “natal não é nada disso!”.

Se natal não é isso, o que é então? Se não for reconforto de dar e receber presentes deve ser um realinhamento de vida e ações. Só que tal realinhamento dura apenas algumas horas e recompostos e sóbrios desses pequenos “deslizes” de nos tornarmos melhores do que somos, retornamos à planura das limitações, as quais julgamos insuperáveis. Talvez numa outra vida, numa nova

chance. Será que o Criador, tal qual um treinador de futebol, outorga nova chance aos limitados de ações humanitárias?

Há histórias que devemos seguir como, por exemplo, do seu Tapejara, gentil e eficiente zelador do edifício Unimed, cujas histórias de intenso valor social deveriam virar livros. A ele, seu Tapejara, homem humilde e prestativo, porém detentor dos verdadeiros valores e de intenso “espírito cristão”, vai essa crônica.

Outra pessoa que gostaria de prestar homenagem nesta data é o Dr. Fernando Viegas, ginecologista da vizinha Tapejara (coincidentemente), cuja devoção e amor a sua mãe Marlene me fez mais uma vez imaginar que o mundo tem chance de ser melhor do que é. Homens de sensibilidade e caráter tal qual este cara deveriam ser copiados, assim como as histórias do seu Tapejara.

A estes gigantes minhas homenagens. À Marlene, cuja missão terrena findou anteontem, boa travessia e obrigado por tudo que deu a oportunidade de viver embora tenhamos tido convivência tão curta. Que continue a iluminar a todos, especialmente a seu filho terreno, o qual amou todos os dias de seus setenta e cinco anos.

O Nacional

Quinta-Feira, 23/12/2010

Data : 23/12/2010

Título : Noel Rosa, uma figura ímpar na MPB

Categoria: Artigos

Descrição: Noel de Medeiros Rosa, nasceu a 11 de dezembro de 1910, em Vila Isabel, bairro carioca de classe média.

Noel Rosa, uma figura ímpar na MPB

por José Ernani de Almeida

Noel de Medeiros Rosa, nasceu a 11 de dezembro de 1910, em Vila Isabel, bairro carioca de classe média. Baixo e magro, doentio, carregando estoicamente uma deformação facial, Noel era um descuidado em si, avesso a formalidades. Brilhava, porém, sua aguda inteligência, que o imortalizou em figura ímpar da MPB. Agora, quando estão sendo lembrados os cem anos do seu nascimento e, respeitosamente, ele é citado como um dos monstros sagrados da música popular brasileira, muita gente imagina que o legendário personagem de Vila Isabel foi o compositor mais popular do seu tempo. No entanto, a verdade é que – a não ser por seus sambas e marchas de carnaval,

esses realmente de sucesso nacional –, Noel foi muito mais conhecido no Rio de sua época como figura dos meios boêmios e do rádio do que propriamente por sua produção musical.

O estudioso de música popular carioca Lúcio Rangel em artigo intitulado Os intérpretes de Noel, lembrou que o hoje clássico Feitio de Oração, composto em 1933 com música de Védico, não chegou a vender duzentos discos. E, tal como esse samba-canção – tão popular agora, mais de setenta anos depois – também o célebre Feitiço da Vila, lançado pela mesma parceria um ano depois, não alcançaria a menor repercussão. A explicação está no fato que ele ter sido um artista boêmio e em seus sambas-canções de cunho romântico, de adiantar-se muito a seu tempo. Porque Noel Rosa deveria ficar, principalmente, como um precursor. Na verdade, segundo crítico musical José Ramos Tinhorão, “a produção romântica e algo documental da vida carioca de Noel Rosa, composta sob a forma de “músicas de meio de ano” (como se chamavam então, os gêneros que fugiam ao estilo carnavalesco), só ia ficar realmente conhecido mais de dez anos depois da morte do autor, quando a diversificação social, efetuada no bojo da concentração urbana posterior à Segunda Guerra Mundial, evidenciou as nuances psicológicas tipicamente de classe média já anunciadas nos sambas de Noel”.

Nos seus 26 anos de vida, o poeta da Vila compôs quase 300 músicas e, numa delas, advertiu que “batuque é um privilégio/ninguém aprende samba no colégio”. Nem na faculdade de Medicina... Em 1932, o boêmio, despreocupado com a própria saúde, abdicou do curso no segundo ano em favor do samba e não conseguiu aproveitá-lo direito nem pra escrever a letra de Coração, “samba anatômico”, em que se atrapalha com a Fisiologia: “Coração/Grande órgão propulsor/Transformador do sangue venoso em arterial”. O primeiro samba de Noel foi Com que roupa? de 1930: Agora vou mudar minha conduta/eu vou pra luta/ pois eu quero me aprumar/vou tratar você na força bruta/pra poder me reabilitar/pois essa vida não está sopa/ e eu pergunto: com que roupa?/com que roupa eu vou/pro samba que você me convidou....” Era um plágio distraído do hino nacional, problema resolvido com uma alteração no compasso da primeira frase.

O plágio pode inclusive ter sido intencional, pois Noel teria revelado a seu tio Eduardo que fizera o samba para falar do “Brasil de tanga” diante da crise com a bolsa de Nova Iorque. No livro Brasil Século XX, Ao Pé da Letra da Canção Popular, de Luciana Worms e Wellington Costa, há um depoimento de Tom Jobim sobre Noel. Para Tom, “ninguém cantou melhor o Rio que ele. Não o Rio geográfico, de beleza sem par, mas a alma do Rio, a fala do Rio, os costumes, a malandragem, a graça, a delegacia policial, o revólver, o xadrez, os bairros, o Estácio, Copacabana, Penha, Salgueiro, Mangueira, a Gamboa, o Mangue, a favela, e a sua querida Vila Isabel”. Noel compôs canções de amor, líricas e trágicas – flertando com o tango argentino –, mas sem perder o humor. Fez críticas sociais e políticas. Introduziu a gíria e criticou o costume subdesenvolvido de se deslumbrar com modismos estrangeiros. O sotaque português do samba de Sinhô, definitivamente, estava substituído pelo sotaque brasileiro. Noel traduziu esta postura na letra de Não Tem Tradução: “essa gente hoje em dia/ que tem mania de exibição/ não se lembra que o samba não tem tradução/ no idioma francês/tudo aquilo que o malandro pronuncia/com voz macia/ é brasileiro: não tem tradução”. Ele participou de teatro de revista e criou no rádio

uma revista radiofônica. Tornou-se muito popular e viu vários sucessos explodirem a cada ano. Compunha muito. Teve vários parceiros, mas a parceria mais perfeita foi com o paulista Osvaldo Gogliano, o Vadico. Noel escreveu versos que se encaixaram maravilhosamente nas melodias do piano de Vadico, compondo eternos clássicos da música brasileira.

Entre eles, um dos melhores retratos do malandro carioca, Conversa de Botequim. Suas músicas, passados 73 anos de sua morte, continuam atuais e regravadas com frequência. Filho de classe média que, não tendo medo de misturar-se a criadores semi-analfabetos das camadas mais humildes, soube, ao contrário, tirar dessa intimidade com o espírito vital da criação popular a matéria para a produção de um tipo de música que, afinal, acabaria por ultrapassar o gosto de sua própria classe e de seu próprio tempo, fazendo-o antecipar o futuro. O samba nasceu negro, desceu o morro e se instalou no cabarês da Lapa. Depois, recriado por Noel, ganhou também o respeito do branco, penetrando nos lares da classe média carioca dos anos 1930.

O Nacional

Quinta-Feira, 23/12/2010

Data : 30/12/2010

Título : A era Lula

Categoria: Artigos

Descrição: O personagem Luis Inácio Lula da Silva, um dos maiores fenômenos políticos de nossa história, está saindo de cena.

A ERA LULA

por José Ernani de Almeida

O personagem Luis Inácio Lula da Silva, um dos maiores fenômenos políticos de nossa história, está saindo de cena. Estávamos acostumados com Lula desde as greves do ABDC paulista do fim dos anos 1970 e início dos 1980 do século passado. Lula percorreu um longo caminho: de sindicalista perseguido pela ditadura militar a presidente da República. Nesse caminho fundou um partido; foi uma voz marcante contra o acordo que possibilitou a eleição indireta de Tancredo Neves; foi o deputado federal mais votado país; foi um crítico radical do “Centrão” que moldou a Constituição de 1988 ao gosto dos mais conservadores; foi cinco vezes candidato à Presidência da República, derrotado em três ocasiões. Lula governou o Brasil de 2002 a 2010, enfrentou

escândalos, fez acordos impensáveis para um PT purista. Adotou o lema maquiavélico de Getúlio Vargas, segundo o qual, “não tenho inimigos de quem possa me aproximar nem amigos de quem não posso me separar”.

Para muitos cientistas políticos a Era Lula foi um período de circulação de elites, em que novas camadas ascendentes desalojam parte da elite anterior e se acomodam com outra parte que se consegue manter no topo. A elite então é revigorada com o descarte de alguns membros antigos e a incorporação dos líderes que vêm de baixo. Em suma seria o clássico “mudar para continuar igual”, mas muita coisa, de fato, muda. No artigo “Uma Política Pós-Ética”, Cláudio Gonçalves Couto, afirma que “embora haja uma quebra radical das estruturas de poder, elas são tensionadas para satisfazer demandas dos de baixo, várias das quais foram, de fato, satisfeitas. Em função disso, ampliou-se a base social do Lulismo, em que a base de apoio do PT se deslocou para os setores mais pobres”. Ou seja, longe de ser só a chegada de mais um grupo para repartir as benesses do poder, houve toda uma rearticulação social, inclusive no plano político, que passou pelas políticas sociais e pelo realinhamento das preferências partidárias. Na verdade o governo Lula mudou a vida das parcelas mais pobres do país, tanto através do aumento real do salário mínimo como de políticas focadas como o Bolsa-Família. Seu governo foi inovador na redistribuição de renda e nas políticas sociais e educacionais, apesar de existirem discursos de viés claramente reacionários, como os que tacham de “assistencialista” qualquer política de distribuição de renda (apelidando de “bolsa-esmola” uma política enaltecida até mesmo pelos técnicos economicamente ortodoxos do Banco Mundial). A classe média alta, que pensa intelectualizada e independente do Estado, influenciada pela reacionária Veja, torceu o nariz para o governo Lula.

Este segmento combateu o programa de reservas de vagas para estudantes de escolas públicas, negros e índios, talvez temerosa que seus filhos tivessem mais concorrentes para enfrentar no vestibular em universidades públicas federais. O principal legado da Era Lula foi, sem dúvida, a política de transferência de renda que reduziu a pobreza absoluta de 28% para 15% da população e permitiu a ascensão social de 30 milhões de brasileiros para a classe C. Foi criado um mercado consumidor forte, com redução das classes mais baixas e aumento das classes C, B e A. É uma política que diminui o conflito social, porque o governo não tira do rico dando para o pobre. Dá melhores condições para todas as classes. Em 2003, as classes A e B eram formadas por 13 milhões de pessoas. Em 2010, o total de brasileiros nessa faixa de renda pulou para 31 milhões. Nesse mesmo período, a população da classe C subiu de 66 milhões para 104 milhões.

É impressionante. Mais de 50 milhões de pessoas subiram de classe social, isto representa o equivalente a uma França inteira em novos patamares de consumo. Para a maioria dos analistas, existe uma diferença clara entre o desenvolvimento atual e o milagre econômico da década de 70 do século passado. Pela primeira vez, o crescimento não está associado à inflação (nos anos 1970, os preços subiam acima de dois dígitos a cada 12 meses. Em 2010, o índice inflacionário oficial deve ser de 5,2%). No outro extremo, Lula foi duramente criticado por partidos que foram fundados de dissidências do próprio PT – como o PSOL e o PSTU –, acusado de ter traído a causa operária. O MST, igualmente, acusa o governo que agora termina, de agir de forma vagarosa na questão da reforma

agrária. Sua política externa também foi contraditória e merecedora de críticas. Apesar destes problemas, Lula encerra seus oito anos de mandato com uma popularidade nunca antes alcançada na história política deste país.

Seu legado tem como característica central as políticas sociais, na afirmação dos direitos dos povos indígenas, no grande salto nas vagas das universidades públicas, no ProUni, nas políticas de ação para estudantes negros e oriundos de escolas públicas, nos direitos das territorialidades quilombolas. Por outro lado, é preciso destacar que o Brasil continua quebrando paradigmas e inovando. Se a eleição de Lula representou a chegada de um operário ao poder e isto fez a diferença. Desta feita, o Brasil inova elegendo uma mulher. E Lula, não estará pensando em voltar futuramente ao poder, como Vargas em 1950, “nos braços do povo”? A todos um Feliz Ano Novo. Estamos entrando em férias para voltar em fevereiro a este espaço.

O Nacional

Quinta-Feira, 30/12/2010

Data : 03/02/2011

Título : Lembrando o Holocausto

Categoria: Artigos

Descrição: O dia 27 de janeiro é a data Internacional de Homenagem às Vítimas do Holocausto da Segunda Guerra Mundial.

Lembrando o Holocausto

por José Ernani de Almeida

O dia 27 de janeiro é a data Internacional de Homenagem às Vítimas do Holocausto da Segunda Guerra Mundial. Na verdade, ele ainda nos assombra porque é um acontecimento terrível e por ter acontecido há menos de um século. Nestas férias uma de minhas leituras foi o livro Quem escreverá nossa história? Os Arquivos secretos do Gueto de Varsóvia, do historiador Samuel D. Kasson, professor no Trinity College, em Connecticut, nos Estados Unidos. Como sabemos, em 1940 os nazistas amontoaram, em Varsóvia, cerca de 450 mil judeus no espaço de menos de quatro quilômetros quadrados. No início de 1942, mais de 80 mil já haviam morrido de fome e, alguns meses depois, 300 mil foram enviados para os campos de extermínio. Em abril e maio de 1943, quando os moradores do gueto se rebelaram, os restantes 60 mil foram mortos ou deportados e o bairro arrasado. Foi neste cenário lúgubre que o professor de

História Emanuel Ringelblum, criou a “Alegria do Sábado” – Oyneg Shabes –, organização secreta cujo primeiro objetivo era estudar e documentar todos os aspectos da vida no gueto e reunir um arquivo que preservasse essa história para as gerações futuras. Quando ficou claro que os nazistas pretendiam eliminar todos os judeus, os pesquisadores trataram de reunir testemunhos desse crime contra a humanidade e enterraram todos os papéis pouco antes da destruição total do gueto.

É com base nos milhares de documentos que restaram desse arquivo e no depoimento de descendentes dos poucos sobreviventes que Samuel D. Kassow narra a história desse extraordinário projeto intelectual, de seu incansável mentor e dos heróicos colaboradores que o levaram adiante nas condições mais precárias que se possam imaginar. O historiador Ringelblum, montou um verdadeiro exército de documentação da vida dos judeus no gueto, entre novembro de 1940 até sua morte, em março de 1944, quando ele foi fuzilado pelos alemães. Eles registraram belos episódios de solidariedade e tristes relatos de colaboração de policiais judeus com os nazistas, “as pessoas aqui continuam tentando entender como judeus, na maioria instruídos, ex-advogados (...) foram capazes de assassinar seus próprios irmãos. Como era possível que judeus aboletassem mulheres e crianças, doentes e velhos, nos trens, sabendo como sabiam que todos estavam indo para a morte? Há os que crêem que cada povo tem a polícia que merece, e que a maldade – ajudando o ocupante a matar 300 mil judeus – afetou a sociedade inteira e não só a polícia, que afinal é apenas uma parte dessa sociedade”.

Coletaram, igualmente, informações sobre os campos de concentração e testemunhos de refugiados sobre massacres nas províncias. Documentaram o papel das mulheres no gueto e o funcionamento das cozinhas que distribuíam sopas para combater a fome. O estudo e a descrição do papel da mulher judia em tempo de guerra se tornaram prioridade do projeto Oyneg Shabes. Eis um dos relatos feitos em junho de 1942: “O historiador futuro terá de dedicar muita atenção ao papel da mulher judia na guerra. Ela receberá um lugar de honra na história judaica por sua coragem e capacidade de resistência, que permite que milhares de famílias sobrevivam à triste época. Ultimamente temos visto um fenômeno interessante. Em muitos comitês de casas, as mulheres substituem os homens, que estão saindo porque se sentem cansados e esgotados. Agora existem comitês de casas em que as mulheres ocupam todos os cargos de direção. Essa reserva, de novos quadros, é muito importante para a resistência”.

Como notaram vários historiadores, desde o primeiro dia da guerra, as mulheres começaram a assumir responsabilidades ímpares. A política – o campo dos homens – logo cedeu lugar aos desafios do cotidiano: encontrar alimento e manter o equilíbrio moral e psicológico em condições de ruptura. O livro revela que a guerra e o ataque maciço à sociedade judaica levaram a uma inversão dos papéis sexuais e a uma nova ênfase nos valores tradicionalmente associados às mulheres. Já sobre a passividade dos judeus diante da liquidação do gueto de Varsóvia, Ringelblum encontrou uma explicação em créditos para as massas judaicas: “O judeus não resistiram em lugar nenhum, foram passivamente para a morte e agiram assim para permitir que os demais judeus continuassem vivos. Porque cada judeu sabia que levantar a mão contra os alemães significava que estaria pondo em risco companheiros judeus em outra cidade e talvez até em outro país. (...) Ao que parece foi esse o instinto vital calado das massas, que diz

a todos que devem agir de tal ou qual maneira. E creio que aqui seria inútil qualquer agitação ou propaganda. É impossível combater um instinto de massa, a ele só cabe submeter-se”.

Na verdade, a resistência dos judeus de Varsóvia só veio quando a população estava reduzida a pouco mais de 50 mil pessoas. Nos últimos dias do gueto, os documentos do arquivo, guardados em latas, foram enterrados. Dos cerca de sessenta colaboradores da Oyneg Shabes, apenas três sobreviveram, e depois da guerra ajudaram a recuperar o arquivo. Ele deixou registrado um episódio que lançaria para sempre uma sombra na concepção que tinha o Iluminismo do bem humano, da racionalidade e do progresso da civilização.

O Nacional

Quinta-Feira, 03/02/2011

Data : 11/02/2011

Título : Uma nova primavera dos povos?

Categoria: Artigos

Descrição: Durante nos anos de 1815-1848, ocorreu um choque entre as forças desencadeadas pela Revolução Francesa e a concepção do Antigo Regime.

Uma nova primavera dos povos?

por José Ernani de Almeida

Durante nos anos de 1815-1848, ocorreu um choque entre as forças desencadeadas pela Revolução Francesa e a concepção do Antigo Regime. O período iniciou-se com o Congresso de Viena, que preparou um acordo de paz após a derrota de Napoleão e terminou com as revoluções que assolaram a maior parte da Europa, em 1848, e que ficaram conhecidas como Primavera dos Povos. Grande parte do Antigo Regime, fora da França, sobreviveu às décadas turbulentas da Revolução Francesa e de Napoleão.

Os monarcas ainda conservavam as rédeas do poder político. Os aristocratas, particularmente da Europa Central e Oriental, retiveram sua influência tradicional sobre o exército e administração, controlaram a classe camponesa e o governo local e desfrutaram de isenção de taxas. A Revolução Francesa tinha mostrado às massas que o absolutismo e os privilégios feudais podiam ser destruídos e as terras da Igreja e da nobreza, confiscadas. As elites reinantes conservadoras, dispostas a sufocar os ideais liberais da Revolução e a impor o respeito pela

autoridade tradicional entre os camponeses, recorreram à censura, à polícia secreta e à força armada. Os liberais e nacionalistas, inspirados nos princípios revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade, continuaram a se engajar no ativismo revolucionário. O ano de 1848 foi o ano da revolução, pois ocorreram por toda a Europa, levantes em favor da liberdade e do status de nação. A inquietação política e nacional foi intensificada pela crise econômica dos dois anos anteriores. O cidadão comum culpou seus governantes pela sua miséria e buscou remediação para seus dissabores. Até no Brasil a onda revolucionária provocou uma rebelião: a Revolução Praieira de 1848, em Pernambuco. Embora as privações econômicas tenham agravado a insatisfação com relação aos regimes existentes, conclui o historiador Jacques Dos, “foi a ausência de liberdade que (...) foi mais profundamente ressentida pelos povos da Europa e os levou a pegar em armas”. Agora, neste início de século 21, estamos vivendo uma espécie de nova Primavera dos Povos. Rebeliões populares explodem em diferentes regiões do planeta, exigindo liberdade, regimes democráticos que respeitem as liberdades individuais e os direitos humanos. A crise econômica é outro fator determinante das explosões populares.

É a sociedade civil que sai às ruas de forma espontânea, colocando em cheque ditaduras e autocracias com mais de 30 anos de duração. Não podemos esquecer que são as ideias que mobilizam a ação política e, portanto, que moldam o mundo. Essas ideias podem ser simples ou complexas, boas ou más, bem entendidas ou apenas sentidas instintivamente. Em certas ocasiões, podem ser articuladas por personalidades carismáticas; outras vezes, simplesmente aparecem por toda parte. Estamos vivenciando uma era do despertar político global e, por isso, as ideias políticas tendem a assumir uma importância cada vez maior, quer como fonte de coesão ou confusão intelectual, quer como fonte de consenso ou conflito político. Na América Latina foram inúmeras as explosões populares neste início de século: Argentina em 2001, na Bolívia em 2000 (Guerra da Água); 2002 (Guerra da Coca); 2003 (Guerra do Gás) e 2005, a última grande mobilização que levou Evo Morales ao poder. Na Venezuela, a República Bolivariana de Hugo Chávez dividiu os venezuelanos e os embates foram para as ruas. No México, no estado de Oaxaca, sul do país, eclodiram jornadas populares ao longo do segundo semestre de 2006 que derrubaram o governador local.

Agora o mesmo acontece no Oriente Médio, região que sempre escapou das ondas democráticas que varreram do mapa boa parte dos regimes autoritários e ditatoriais das mais variadas colorações ideológicas em períodos passados, como, por exemplo, entre a metade da década de 1980 e a de 1990 do século 20. A verdade é que independentemente dos resultados das revoltas que estão acontecendo, o mundo árabe não será mais o mesmo. Tunísia, Egito, Iêmen, Argélia, Mauritânia, Sudão, Jordânia. Um verdadeiro tsunami político e social varre o mundo islâmico. A população cansada da pobreza, da falta de empregos, de governos corruptos, da falta de liberdade e da violência sai às ruas pedindo a derrubada dos ditadores, muitos deles já preparando herdeiros para dar continuidade aos regimes autocráticos. Ao que tudo indica a indiferença passiva dos povos árabes acabou. As novas mídias estão desempenhando um papel fundamental neste processo. O acesso à informação multiplicou-se. As mídias digitais, com facilidade, furam as barreiras da censura. O Ocidente, por sua vez, mais especificamente os EUA e a Europa Ocidental, que sempre

apoiaram tais regimes, terão que repensar suas posturas. Aliás, os americanos, sempre gostaram de financiar ditaduras. Basta lembrar das latino-americanas dos anos 1970-1980. Enfim, a Primavera dos Povos árabes parece ter chegado e começado, apropriadamente, com a chamada “Revolução Jasmim” iniciada na Tunísia, e que detonou todo o processo a que estamos assistindo.

O Nacional

Sexta-Feira, 11/02/2011

Data : 17/02/2011

Título : O Barulho nosso de cada dia

Categoria: Artigos

Descrição: A edição de O Nacional do último final de semana trouxe uma reportagem – Reféns do Barulho – sobre um recorrente problema que enfrentamos no dia a dia...

O Barulho nosso de cada dia

por José Ernani de Almeida

A edição de O Nacional do último final de semana trouxe uma reportagem – Reféns do Barulho – sobre um recorrente problema que enfrentamos no dia a dia: o barulho, e que se agrava aos sábados e domingos em alguns pontos da cidade. Barulho é, por definição, um som indesejável. Ele varia em sua composição em tempos de frequência, intensidade e duração. Sons que são agradáveis para algumas pessoas podem ser desagradáveis para outras. Por exemplo, os sons de música podem ser divertidos para alguns, mas outros os consideram lesivos. Então, para um som ser classificado como “barulho” este deve ser julgado pelo ouvinte.

Acontece que estamos vivendo atualmente sob uma verdadeira ditadura de decibéis, vindos das mais diferentes fontes: ônibus e caminhões urram dentro do que a lei lhes permite. Muitos urram fora da lei. Uivam motos sem silenciosos. Pneus cantam nas curvas. Em termos de agressão sonora nada se compara com uns automóveis cujos porta-malas se abrem revelando uma verdadeira bateria de alto-falantes, verdadeira usina de decibéis. Tente circular nos fins de semana pela Av. Brasil, entre a Escola Notre-Dame e o Instituto Educacional. É um verdadeiro teste para os ouvidos e para o bom gosto. E mais. Você dará toda a razão a Theodor Adorno que, em meados do século passado, sustentou que o domínio da indústria cultural na música – aquela orientada para a venda e não para a qualidade – produzia o que ele chamou de “regressão da audição”. A

idéia central é que a relação com a música oferecida pela indústria impelia o público a um “estado infantil”, criando ouvintes dóceis e incapazes de apreciar música, porque só reagiam ao que já lhes apresentara anteriormente o mercado.

Este ouvido deformado não poderia se concentrar em nada complexo. E é exatamente o que acontece hoje. Independentemente do que se ouve sequer a letra parece ter alguma importância. Foi-se o tempo em que os compositores tinham algo a dizer. Pois bem. As baterias sonoras aquarteladas naquela região da Av. Brasil, aos sábados e domingos, capazes de fazer tremer dois quarteirões, só apresentam aquilo que os proprietários dos carros devem achar que é “música”. Muitos dirão que gosto, afinal, é aquele de cada um e que a simples idéia de “mau gosto” é arbitrária, elitista, etc.

A verdade é que via de regra, posições relativistas como estas, sempre são defendidas entre pessoas de mau gosto. Confesso que entre os sertanejos, gaitaços, funks, etc, ainda fico com o uivo dos caminhões, ônibus e motos. A reportagem de ON revela que uma das mais tradicionais igrejas da cidade também é vítima do barulho. A Paróquia São Vicente de Paulo não está conseguindo realizar com tranquilidade as missas no domingo à noite. Imagine você, meu caro leitor, o pároco tentando fazer o seu sermão e do lado de fora, as baterias sonoras tocando músicas com estas letras: “Elas estão descontroladas/ ela sobe, ela desce, ela da uma rodada/elas estão descontroladas; To ficando atoladinha/to ficando atoladinda/calma, calma foguetinha; Vem aqui com o seu tigrão/ vou te jogar na cama e te dar muita pressão”. Ou então uma das pérolas gaudérias: “ Não chora, minha china véia, não chora/ Me desculpe se eu te esfolei com minhas esporas/ Não chora, minha china véia, não chora/Encosta a tua cabeça no meu ombro/Que este bagual véio de consola”. Sodoma e Gomorra parecerão verdadeiros paraísos da virtude. O fato é que hoje boa parte da cidade vive, invariavelmente, imersa em barulho constante (ou quase constante), muitas vezes sem se dar conta disso. Esta situação é vista por muitos como inevitável, o que não é verdade.

Precisa-se então de uma ferramenta que ajude a conscientizar e educar a população quanto ao controle de emissão de ruídos e acredita-se, baseado em exemplos da educação ambiental, que a educação das crianças é o aspecto mais importante na conscientização sobre os problemas da sociedade moderna incluído a poluição sonora. Para fomentar a conscientização sobre o problema do ruído, surgiu, há dezesseis anos nos EUA, a campanha do Dia Internacional de Conscientização sobre o Ruído – 29 de abril – onde, através de várias atividades, promove-se o debate e orientação para o controle dessa poluição.

A poluição sonora é um dos problemas ambientais graves nos grandes centros urbanos e que agora está chegando por aqui também. A nocividade do ruído está diretamente relacionada ao seu aspecto de frequências, à intensidade da pressão sonora, à direção da exposição diária, bem como à suscetibilidade individual. Embora exista legislação específica que regula os limites de emissão de ruídos e estabelece medidas de proteção para a coletividade dos efeitos danosos da poluição sonora, o que se constata é que os níveis de barulho, existentes nas mais diversas atividades cotidianas, estão acima de todos os valores determinados pelas legislações. Estamos confundindo alegria com barulho. O prazer de uns poucos não pode ser à custa do incômodo de outros. Ninguém é obrigado a suportar o péssimo gosto dos outros, principalmente

quando ele nos é imposto aos berros. Uma regra obrigatória é básica: contra a barbárie – mesmo que convertida em tecnologia de ponta – a lei.

O Nacional

Quinta-Feira, 17/02/2011

Data : 04/03/2011

Título : A volta às aulas

Categoria: Artigos

Descrição: Neste limiar de século 21, depois de perder todas as oportunidades históricas anteriores...

A VOLTA ÀS AULAS

por José Ernani de Almeida

Neste limiar de século 21, depois de perder todas as oportunidades históricas anteriores, o Brasil precisa urgentemente tratar a educação como investimento indispensável a qualquer país que pretenda um lugar no mundo moderno. Nunca a educação foi tão decisiva para construir uma economia próspera e uma democracia participativa, fundada no pacto dos cidadãos. Todos sabemos que as coisas são mais complicadas, que o conhecimento se desenvolve em contextos sociais específicos, e que a separação entre o mundo dos fatos e o mundo dos conceitos, valores e preferências não é tão simples e nítida quanto às vezes se diz. A negação do mundo real não pode impedir uma boa educação.

É preciso entender que existem conhecimentos melhores do que outros, não apenas ideologias, que o conhecimento é o resultado da integração do ser humano com o mundo. Independentemente do que possamos gostar ou preferir, existem métodos de ensinar a ler que funcionam, e outros que não; existem universidades de qualidade, que formam bem e produzem conhecimentos relevantes, e universidades ruins, que formam mal, e amontoam alunos em salas de aula em busca do lucro fácil. A verdade é que os nossos jovens precisam dominar seu idioma e as ciências de uma maneira geral. As escolas devem pautar sua atuação por parâmetros de eficiência, eficácia e qualidade e, assim, nossos estudantes poderão, finalmente, ser educados para o que deles será solicitado em sua vida adulta. O historiador Christopher Hill, em um estudo magistral sobre a revolução inglesa de 1640, demonstrou que aquele acontecimento acabou influenciando, com séculos de antecedência, na formação do futuro Império Britânico, aquele em que o sol nunca se punha, através de suas

providências quase sempre pouco consideradas: a universalização do ensino e a secularização do conhecimento científico. Os revolucionários ingleses pregaram o que era inédito, a educação para todos até os 10 anos de idade, inclusive às mulheres.

Para os alunos mais dotados, abria-se o acesso aos estudos superiores. A educação esteve, portanto, nos alicerces das nações modernas desde as primeiras revoluções antifeudais do século 16. Na Inglaterra, na França, na Prússia, a energia que lançaria há história estas nações veio desses impulsos remotos, que exorcizaram a fatalidade como explicação para os infortúnios da vida, fizeram o domínio da natureza parecer possível e desejável, transformaram a ampla cidadania numa fonte de vitalidade nacional. Entre nós, é preciso lembrar, por nossa origem colonial, não sofremos a influência das revoluções liberais do século 18. A educação que chegou aqui, trazida pelos jesuítas, impregnada de Contra-Reforma, não pretendeu sequer se ocupar da competência da população em geral. Faltava a necessidade de formar exércitos competentes para a defesa ou para a conquista, a colônia dispensava uma burocracia ampla e capaz, o modelo econômico extrativo, latifundiário e escravocrata não pedia mão-de-obra qualificada.

Ruim com os jesuítas, pior sem eles. A educação brasileira sofreu um rude golpe com as reformas Pombalinas, que substituiu na colônia os jesuítas por leigos mal remunerados e completamente despreparados. Na verdade, nunca, até hoje, houve no Brasil uma tentativa séria de promover um acordo político e social que complementasse a formação do Estado nacional. Por isso, nunca se pensou na educação como complemento a um projeto desses. O economista Claudio de Moura Castro, em seu livro “Crônicas de uma educação vacilante”, diz com muita propriedade que nossa educação parecer ser regida por três leis: 1) Todo fenômeno mundial tem aqui uma explicação tupiniquim e diferente; 2) Como a solução tupiniquim é sempre melhor, não carece ver o que se faz no resto do mundo 3) Em caso de dúvidas, consulte-se um autor defunto, jamais o mundo real, pois é um perigo para as teorias. A solução para os males da educação está num tripé consagrado pela experiência internacional: metas curriculares bem estabelecidas, professores preparados – e valorizados – para executá-las e um sistema de cobrança de resultados.

O Nacional

Sexta-Feira, 04/03/2011

Data : 11/03/2011

Título : Emancipação feminina

Categoria: Artigos

Descrição: Na semana em que foi comemorado o Dia Internacional da Mulher é importante destacar a longa jornada feminina em busca da sua emancipação.

EMANCIPAÇÃO FEMININA.

por José Ernani de Almeida

Na semana em que foi comemorado o Dia Internacional da Mulher é importante destacar a longa jornada feminina em busca da sua emancipação. A verdade é que após vários movimentos em prol da sua emancipação, as mulheres, enfim, estão aprendendo a caminhar com os próprios pés nos terrenos movediços da independência. Durante séculos prevaleceu um regime social, segundo o qual, a mulher deveria corresponder, incondicionalmente, às expectativas masculinas e em troca receber proteção e sustento. Para pertencer a um homem, portanto, a mulher ideal deveria ser dócil e frágil.

A ideologia patriarcal colocou em oposição homens e mulheres, fundamentando-se na divisão sexual das tarefas e no controle da sexualidade feminina. Esse sistema foi tão forte que se confundiu com o ser, sentir e pensar da humanidade. Assim, as mulheres nasciam com o destino traçado, as jovens eram educadas para corresponder aos respectivos papéis de esposas zelosas, boas donas-de-casa e mães dedicadas em tempo integral. Os desejos e sonhos femininos eram ignorados, as mulheres não eram ouvidas, ou melhor, nem sequer se manifestavam, pois eram educadas para o silêncio, a resignação e a obediência. Seu destino era simplesmente traçado, sem que pudessem participar das escolhas, entre elas, corresponder às expectativas masculinas em um possível casamento. O primeiro grande salto veio no século 18, com o Iluminismo, defendendo a educação feminina, propondo igualdade social, política, cultural e econômica entre os sexos.

No início do século 20, entretanto, as mulheres ainda estavam aprisionadas em espartilhos, com os desejos reprimidos, educação acadêmica censurada, sem direito a voto e dependentes do “senhor meu pai” ou “senhor meu marido”. Proibidas pela sociedade patriarcal, as ideias das pensadoras iluministas, circulavam no mundo feminino escondidas entre bordados e panelas. Para a historiadora Patrícia Rocha, “era o conhecimento que, sorrateiramente, penetrava no recluso abrigo feminino, arrancando a mulher da ignorância. Portanto, o conhecimento, verdadeira mola propulsora da nossa evolução, chegou-nos de maneira informal, escondido entre nossos pertences. Depois, sabedoras de seu poder, conquistaram o direito de frequentar escolas e, posteriormente, universidades. O estudo propiciou-lhes a capacitação, exaltando-lhes a consciência em manifestações amplas do sentir, pensar e expressar”. A ideologia patriarcal que se estabeleceu há cinco mil anos, desmoronou de forma irreversível, há cinquenta anos, em função de duas armas poderosas. A primeira foi o avanço tecnológico, que eliminou a divisão sexual de tarefas.

A segunda, uma grande conquista, o desenvolvimento de métodos anticoncepcionais eficazes e acessíveis à população, que libertaram as mulheres da gravidez indesejada. O surgimento da pílula anticoncepcional causou uma ruptura na história da humanidade. Aquele conceito de feminilidade, relacionada à inferioridade, à fraqueza, à passividade ou à subserviência, que

foi condicionado por séculos pelo modelo patriarcal, não é mais aceito. Até pouco tempo, essa interpretação era a única existente. As mulheres, em sua maioria, eram educadas em um contexto em que nem sempre suas ideias e capacidades eram valorizadas. Uma ação de força exibida por uma mulher era muito mal vista por todos na sociedade machista. Coisa de neurótica ou mal-amada. Principalmente, entre nós, onde para muitos o papel da mulher era e continua sendo de mera “prenda”. Hoje, as mulheres saíram da esfera privada (casa) e cada vez mais trafegam na esfera pública (mercado de trabalho).

De cada cinco famílias brasileiras, uma é chefiada por mulheres, que acumulam o trabalho fora com a educação dos filhos. A mulher já representa 50% da força de trabalho. Para o psicólogo Augusto César Maia, “não devemos esquecer de que o ser humano nasce com predisposição para amar, trabalhar e conhecer. Portanto, o quanto uma mulher se sente feliz e segura depende basicamente do quanto ela se percebe como tendo alguém que a ame, que a valorize e a respeite em suas atividades laborais e a trate como uma pessoa inteligente ao ponto de querer estabelecer uma relação de construção de conhecimento”.

O Nacional

Sexta-Feira, 11/03/2011

Data : 17/03/2011

Título : A revisão da ditadura

Categoria: Artigos

Descrição: Enviada há quase um ano ao Congresso, a criação da Comissão da Verdade, encarregada de esclarecer os crimes cometidos durante o regime militar (1964-1985), não será votada tão cedo.

A REVISÃO DA DITADURA

por José Ernani de Almeida

Enviada há quase um ano ao Congresso, a criação da Comissão da Verdade, encarregada de esclarecer os crimes cometidos durante o regime militar (1964-1985), não será votada tão cedo. Além da comissão especial criada para analisar o projeto não ter começado a funcionar, a proposta enfrenta resistências na área militar. Este é o teor do noticiário desta semana sobre a questão, isto é, o capítulo que conta a história da ditadura no Brasil vai continuar nebuloso. A luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e de historiadores preocupados com o resgate desse período que ganhou fôlego com a vitória de Lula para a

presidência, acabou esbarrando em leis que protegem torturadores e na falta de acesso a todos os documentos da época. Agora, ao que tudo indica, o quadro continuará o mesmo. Algumas perguntas precisam ser respondidas: e os criminosos contra os direitos humanos no Brasil? Não existem? Evaporaram? A Argentina, ao contrário do que aconteceu no Brasil, está acertando as contas com seu passado recente, mais especificamente com o período da ditadura militar (1976-1983). O ditador Jorge Videla foi condenado à prisão perpétua. Além de dar prosseguimento ao julgamento dos militares e policiais acusados de crimes como tortura e assassinato, o governo argentino decidiu mexer em outro tema delicado e levantou o tapete que escondia as relações promíscuas entre a ditadura e meios de comunicação. Aqui também tivemos fatos da mesma ordem.

Grandes redes se formaram em nível regional. Rádios que pertenciam a municípios governados pela oposição na época (MDB) foram fechadas e a concessão do canal acabou nas mãos de grupos que defendiam o regime (ARENA). Uruguai e Chile também já avançaram na direção da responsabilização por crimes desse tipo. Neste último, os magistrados chilenos, numa interpretação de grande alcance jurídico, consideraram que os opositoristas desaparecidos durante a ditadura foram vítimas de um “seqüestro permanente”, porquanto nem seus restos mortais nem suas pessoas foram localizadas. Desse modo o crime continua tendo curso e não pode ser coberto pela anistia decretada na época em que Pinochet estava no poder. Por aqui os criminosos permanecem impunes com a anuência do Estado. É justo? É legítimo? Alguns falam em revanchismo, até porque com a Lei da Anistia de 1979, todos foram perdoados. Entretanto, é importante lembrar, que tortura é um “crime de lesa humanidade”, portanto, imprescritível. É preciso lembrar igualmente que os ativistas de esquerda, que se empenharam contra a ditadura brasileira, foram punidos com a prisão, tortura, morte, exílio, cassação, censura, humilhação, enfim, perseguições de todo o tipo. Para a esquerda a lei de anistia, era pegar ou largar.

Os torturadores foram promovidos e estão aposentados com bons salários. Os denunciadores que entregavam profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes universitários aos órgãos de repressão, hoje posam como defensores da democracia. A verdade, é que toda a vez que este tema é retomado, como o fez recentemente a ministra Maria do Rosário, ao pedir ao Congresso Nacional para abrir os arquivos brasileiros e instaurar uma Comissão da Verdade para investigar os crimes cometidos durante a ditadura que manchou o Brasil a partir de 1964, surgem reações das áreas militares. O tema, sem dúvida, é difícil e delicado. Reabre feridas que, enquanto não devidamente tratadas, não cicatrizarão. A Comissão da Verdade teria a transcendental função de fazer com que fatos desconhecidos, documentos ainda inéditos sejam disponibilizados aos historiadores e à opinião pública de uma forma geral. Ainda há muito coisa para ser revelada sobre o período militar. Quando escrevi minha dissertação de mestrado que abordou o período da ditadura militar, encontrei grandes dificuldades para ter acesso a documentos sobre os presos políticos em nossa região. Tais documentos, simplesmente evaporaram. Será que vamos precisar de um WikiLeaks? Ser contra a Comissão da Verdade é ser cúmplice de uma ditadura que pisoteou a Constituição brasileira, torturou e matou.

Quinta-Feira, 17/03/2011

Data : 24/03/2011

Título : O atribulado ano de 1961

Categoria: Artigos

Descrição: O ano de 1961, a cinquenta anos atrás, foi um dos mais conturbados da história política brasileira.

O atribulado ano de 1961

por José Ernani de Almeida

O ano de 1961, a cinquenta anos atrás, foi um dos mais conturbados da história política brasileira. Pela primeira vez um presidente – Jânio Quadros – tomou posse em Brasília, encarnando as esperanças do futuro. Entretanto, em menos de sete meses essas esperanças seriam desfeitas com a renúncia que atiraria o país numa grave crise política.

Jânio começou a governar de forma desconcertante. Alpargatas, blusões folgados, os famosos slacks com jaquetas tipo “safári” (também conhecidos como “pijânios”) – era a imagem tropical de um novo estilo de presidente. Parte dessa performance foram os não menos famosos “bilhetinhos” que Jânio enviava diariamente a funcionários dos mais diversos escalões, como parte de sua estratégia moralizadora da administração pública. Na prática, essas pequenas notas funcionavam, sobretudo, como decretos oficiosos, transformando em “leis” várias das pequenas decisões legendárias de Jânio: regulamentação do tamanho do maiô das misses, proibição das rinhas de galo e do lança-perfume. O funcionalismo público foi alvo predileto dos “bilhetinhos”: sindicâncias, horário em dois turnos com aumento da jornada de trabalho, cortes de gastos de representação e até ordem para a devolução de carros luxuosos.

Em março de 1961, seguindo um amplo programa anti-inflacionário, Jânio decretou uma reforma cambial através da Instrução 204 da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), cuja consequência imediata foi a desvalorização do cruzeiro em 100% e o corte de subsídios na importação de trigo e gasolina. Disso decorreu um galopante aumento do custo de vida, coincidindo com o congelamento dos salários e restrição ao crédito, o que gerou imediatos protestos sindicais.

Embora contasse com o apoio tácito do Congresso para sua política de austeridade, Jânio encontrava sérias resistências, mesmo entre seus correligionários, em relação a outros projetos em andamento, como o da reforma da lei antitruste, o da remessa de lucros, o do imposto de renda e o da reforma

bancária. O trabalhismo, representado pelo vice-presidente João Goulart, começava a demonstrar seu descontentamento com a política do presidente. É importante lembrar que Jânio representava a UDN e João Goulart o PTB.

Isso foi possível porque, na época, o eleitor podia votar no candidato à presidente de uma chapa e no candidato a vice de outra. Daí se originou o movimento Jan-Jan, apoiando os nomes de Jânio e Jango. Em pouco tempo, os acontecimentos políticos iriam demonstrar os riscos dessa combinação inesperada. A divulgação de um relatório responsabilizando Jango por irregularidades no uso de fundos da Previdência Social agravaria sua incompatibilidade com a maioria do Congresso e com o trabalhismo, então descontente com a carestia.

Na tentativa de agradar o FMI pela austeridade, a classe média pela sindicância moralizadora dos escândalos financeiros e as camadas populares pelas reformas, Jânio conseguiu, em poucos meses, multiplicar as oposições. O ministério composto em janeiro de 1961 reunia uma mistura de elementos da UDN e representantes de partidos menos expressivos. O que unia essas forças heterogêneas era o antigetulismo. O presidente também surpreendeu a todos ao nomear cinco ministros do Norte e Nordeste, para honrar compromissos de sua campanha, o que não agradou a estados como São Paulo, Minas, e Rio de Janeiro.

Já a política externa – caracterizada pela aproximação de países comunistas – provocou a oposição dos conservadores, especialmente da maioria da UDN, cujo objetivo de chegar ao poder não se concretizara. Carlos Lacerda, governador do Rio, que anteriormente fora um dos seus suportes, transformou-se em crítico feroz de Jânio, a ponto de dizer numa entrevista à revista americana Time que o presidente era “o mais mutável, o mais desequilibrando, o mais pérfido de todos os homens públicos que apareceram no Brasil”. Na verdade “a política externa independente” era feita muito mais de declarações com fins publicitários, do que a passos concretos. Após desagradar a gregos e troianos, Jânio surpreendeu o país ao renunciar em 25 de agosto, alegando “forças terríveis”. Era o início de uma longa crise marcada pela Campanha da Legalidade, a ascensão de Jango, a adoção do Parlamentarismo, a volta do Presidencialismo, as Reformas de Base e, finalmente, o Golpe Militar de 1964. Este contexto analisaremos em breve neste espaço.

O Nacional

Quinta-Feira, 24/03/2011

Data : 01/04/2011

Título : O Dia da Mentira

Categoria: Artigos

Descrição: A data de hoje se sobressai porque é dedicada à mentira. Nosso calendário é recheado de datas comemorativas a revoltas, revoluções, heróis, eventos religiosos...

O Dia da Mentira

por José Ernani de Almeida

A data de hoje se sobressai porque é dedicada à mentira. Nosso calendário é recheado de datas comemorativas a revoltas, revoluções, heróis, eventos religiosos, nascimento ou falecimento de figuras da literatura, da música, da pintura, etc. O 1º de abril, na verdade, é uma antiga comemoração. Existem dúvidas sobre a sua origem, sobre quando começou esta tradição bizarra, mas a bibliografia existente aponta como sua mais provável origem na França do século 16. Até 1564, o calendário em vigor era o Juliano, que considerava o início do ano novo próximo de abril. O ano novo era comemorado no dia 25 de março, data que marcava a chegada da primavera. As festas duravam uma semana e terminavam no dia 1º de abril. Entretanto, o rei Carlos IX, não mais concordou com o antigo calendário e estabeleceu que França passaria a usar o calendário Gregoriano, onde o ano novo iniciaria em primeiro de janeiro. Não houve unanimidade em torno da mudança de datas. Muitos defendiam a idéia de que as datas não deveriam ser alteradas. Estes descontentes passaram a ser alvo das brincadeiras de abril, pois foram considerados tolos. As pessoas enviavam presentes e os convidavam para as falsas festas.

Os cidadãos das zonas rurais da França também passaram a ser vítimas das brincadeiras. Na época, as notícias viajavam lentamente e eles possivelmente ficaram sem saber sobre a troca de datas durante meses ou anos. Assim, passaram a ter que suportar também as piadas por celebrarem o ano novo no dia errado. No Brasil, o 1º de abril começou a ser difundido em Pernambuco, onde circulou "A Mentira", um periódico de vida curta, lançado em 1º de abril de 1848, com a notícia do falecimento de D. Pedro II, desmentida no dia seguinte. "A Mentira" saiu pela última vez em 14 de setembro de 1849, convocando todos os credores para um acerto de contas no dia 1º de abril do ano seguinte, dando como referência um local inexistente. O 1º de abril também provocou polêmica quando do Golpe Militar de 1964. O fato foi narrado como ocorrido na madrugada de 31 de março.

Sim, madrugada, isto é, se já passara da meia-noite era 1º de abril. Na verdade o 31 de março foi adotado por aqueles que viram o golpe, e a ditadura que se seguiu, como algo bom, que não poderia ser relacionado com o dia mundialmente conhecido como sendo o da mentira, o da infâmia. A grande mídia costuma no dia de hoje propagar boatos no Dia da Mentira. Mesmo agências de notícias sérias consideram o Dia da Mentira uma brincadeira normal, e uma tradição anual. Com o advento da internet as traquinagens ficaram mais fáceis de se difundir. Imagine você caro leitor uma manchete na página esportiva de um dos jornais estaduais com o seguinte conteúdo: Ronaldinho gaúcho deixa o Flamengo e assina com o Internacional. Levaria os gremistas ao desespero. Ou, então, goleiro do Mazembe é contratado pelo Grêmio e deverá estreiar no

próximo Grenal. O que provocaria entre os colorados! Outra significativa manchete para hoje seria: Não faltam professores na rede estadual de ensino ou, então, Professores recebem aumento de 100%. Algumas manchetes políticas caberiam perfeitamente neste dia da mentira: José Sarney deixa a política. O PMDB abdica do poder e passa para a oposição. Criada a Comissão Nacional da Verdade. Corrupção foi varrida de Brasília.

Aqui em Passo Fundo O Nacional poderia fazer uma brincadeira estampando uma manchete como: O rio Passo Fundo foi finalmente despoluído. Nos Estados Unidos as manchetes poderiam ser: Bin Laden é preso passeando em shopping de Nova Iorque. Obama e Hugo Chávez se reúnem na Casa Branca e acertam proposta de paz para o conflito na Líbia. Enfim, esta é a data em que podemos pregar peças e enganar nossos queridos amigos e conhecidos, embora muitas delas bem que poderiam se transformar em verdades verdadeiras, já que fazem parte de desejos e sonhos de muitos de todos nós.

O Nacional

Sexta-Feira, 01/04/2011

Data : 08/04/2011

Título : Intolerância

Categoria: Artigos

Descrição: Ao queimar um exemplar do Corão no último mês de março, na Flórida, o pastor protestante Wayne Sapp...

Intolerância

por José Ernani de Almeida

Ao queimar um exemplar do Corão no último mês de março, na Flórida, o pastor protestante Wayne Sapp, provocou a ira dos muçulmanos que no Afeganistão atacaram a representação da ONU e mataram vários funcionários da organização, alguns decapitados, numa atitude revoltante. Em 2005 a fúria muçulmana foi originada pelo episódio das charges, com caricaturas do profeta Maomé, publicadas num pequeno jornal dinamarquês. O mundo muçulmano entrou em clima de guerra e o redator-chefe do jornal foi ameaçado de morte. Há dez anos atrás o 11 de setembro foi motivado pelo mesmo motivo, isto é, o fanatismo religioso. Ele vem sendo o grande responsável pelas mais violentas atrocidades cometidas nos últimos anos em diferentes regiões do mundo. No início dos anos 90 Samuel Huntington, professor de Harvard, em um artigo

denominado Choque do Futuro, afirmava que “a fonte de conflito desse novo mundo não será essencialmente ideológica, nem econômica. As grandes divisões da humanidade e a fonte predominante de conflito serão de ordem cultural. As nações-estados continuarão a ser os agentes mais poderosos nos acontecimentos globais, mas os principais conflitos ocorrerão entre nações e grupos de diferentes civilizações. O choque de civilizações dominará a política global. As linhas de cisão entre as civilizações serão as linhas de batalha do futuro”.

Os episódios relatados na abertura deste texto mostram, com muita clareza, a existência de dois mundos crescentemente hostis, confirmando a previsão de Huntington, segundo a qual as grandes divisões da humanidade e a fonte predominante de conflito serão neste século eminentemente culturais, passando pelas religiosas. Esta postura é paradoxal diante de um mundo marcado pela globalização econômica e das comunicações. Então qual é a razão? É preciso lembrar que civilizações diferentes têm concepções diferentes das relações entre Deus e os homens, os cidadãos e o Estado, pais e filhos, liberdade e autoridade, igualdade e hierarquia. Essas diferenças foram produzidas ao longo de séculos. Não desaparecerão em pouco tempo. São muito mais elementares do que as diferenças entre ideologias e regimes políticos. Não podemos esquecer que ao longo dos séculos, foram as diferenças entre civilizações que geraram os conflitos mais violentos e prolongados. Também as mudanças econômicas e sociais estão separando as pessoas das identidades locais formadas há muito tempo. Em boa parte do mundo, a religião tomou a si a tarefa de preencher esse hiato, com frequência na forma de movimentos denominados fundamentalistas.

Estes movimentos são encontrados no cristianismo ocidental, judaísmo, budismo, hinduísmo e islamismo. No caso dos países islâmicos o fundamentalismo varreu todas as liberdades que no Ocidente consideramos inalienáveis como o direito de liberdade de expressão. Valores que nos parecem óbvios, são estranhos para o mundo muçulmano, historicamente subordinado – com raras exceções – a regimes absolutistas e aos ditames do Alcorão. Agora mesmo há uma grande expectativa sobre como ficará o Oriente diante da onda avassaladora de rebeliões que acontecem em vários países da região. Teme-se o avanço do radicalismo islâmico, substituindo governos laicos. Os conceitos do Ocidente diferem muito dos que prevalecem em outras civilizações. As idéias ocidentais de individualismo, direitos humanos, constitucionalismo, igualdade, liberdade de expressão, separação de Igreja e Estado têm, com frequência, pouca repercussão nas culturas islâmica, confuciana, japonesa, hindu, budista ou ortodoxa. É bem verdade que volta e meia, entre nós, deparamos com episódios vergonhosos marcados por preconceito e intolerância. É o caso, por exemplo, da entrevista homofóbica, racista e preconceituosa dada pelo deputado Bolsonaro a um programa de televisão. O parlamentar, remanescente da ditadura militar, demonstrou toda a sua estupidez, aliás, o seu único “predicado”. A verdade é que o caminho está na aceitação do outro, da sua cultura. No caso do Ocidente-Oriente é preciso desenvolver uma compreensão muito mais profunda dos pressupostos religiosos e filosóficos que formam o alicerce destas civilizações e uma entender a forma de agir da outra. A intolerância só gera violência.

O Nacional

Sexta-Feira, 08/04/2011

Data : 15/04/2011

Título : A terra é azul!

Categoria: Artigos

Descrição: Após a Segunda Guerra Mundial, a URSS converteu-se, lado a lado aos EUA, numa das maiores potências mundiais.

A TERRA É AZUL!

por José Ernani de Almeida

Após a Segunda Guerra Mundial, a URSS converteu-se, lado a lado aos EUA, numa das maiores potências mundiais. Teve início, então, um período de tensão mundial que ficou conhecido como Guerra Fria, que contrapôs por quase 45 anos os dois maiores arsenais do mundo, o norte-americano e o soviético. Ao mesmo tempo em que essas forças antagônicas se confrontavam internacionalmente, dentro da URSS, o final dos anos 50 e início dos anos 60 presenciaram alguns dos momentos mais prósperos do país. Ocorreram sérias melhoras na oferta de produtos para o consumo da população (nada comparável aos níveis de consumo do mundo capitalista ocidental, mas para os níveis soviéticos, um grande progresso), aumento da oferta de moradias e, grande glória, soviética, a saída na frente na corrida espacial: o lançamento, no dia 4 de outubro de 1957, da primeira nave espacial não tripulada, o Sputnik. O satélite artificial pesava 84 kg e circundava a terra em 96 minutos.

Até então, parecia que os Estados Unidos liderariam a futura corrida espacial. Afinal, em 1955, o presidente Eisenhower anunciara que um pequeno satélite científico, o Vanguard, seria lançado durante o Ano Geofísico Internacional de 1957/58. O lançamento pioneiro do Sputnik causou espanto, quebrando o mito da hegemonia americana, e gerando um processo de reformulação das atitudes internacionais, adaptadas a padrões mais realistas. Começava, assim, a corrida espacial, uma competição de tecnologia entre os Estados Unidos e a União Soviética, considerada pela maioria do público como um dos episódios mais emocionantes da história da exploração espacial. É preciso lembrar que com a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, os EUA e a URSS capturaram a maioria dos engenheiros que trabalharam no desenvolvimento do foguete V-2. Para os americanos foi a captura de Wernher Von Braun, um dos principais projetistas alemães, que participou ativamente do programa de missões balísticas dos EUA e depois dos primeiros passos do programa espacial estadunidense

(tendo sido, inclusive, o líder da equipe que projetou o lançador Saturno V que levou as naves Apollo para a Lua). Num primeiro estágio da corrida espacial os russos levaram nítida vantagem.

Logo após o Sputnik I, lançaram, a 3 de novembro de 1957, um segundo satélite, levando a bordo a cadela Laila, visando confirmar a capacidade de sobrevivência ao lançamento e durante algum tempo no espaço de um ser vivo, o que se confirmou. Quatro meses após o lançamento do Sputnik I, os EUA responderam com seu primeiro satélite, Explorer I, em 31 de janeiro de 1958. Mas os russos surpreenderam mais uma vez, quando em 12 de abril de 1961, há cinquenta anos atrás, a bordo na nave Vostok I, Yuri Gagarin, se tornou no primeiro homem a chegar no espaço, em um vôo orbital de 1 hora e 48 minutos. Neste vôo ele disse as famosas frases: “A terra é azul”, e “Olhei para todos os lados, mas não vi Deus”. Os americanos reagiram imediatamente e enviaram o primeiro homem ao espaço em 5 de maio de 1961, mesmo que tenha sido apenas em um vôo sub-orbital. Assim, o espaço passou a ser o cenário para que as potências demonstrassem seu poderio.

O número de satélites artificiais terrestres e sondas espaciais lançadas por americanos e russos multiplicaram-se nos primeiros anos da corrida espacial. Uma imensa quantidade de satélites de comunicação, meteorológicos e espiões foram lançados. Além dos Sputniks e Explorers, soviéticos e americanos, por volta da metade da década de 1960, haviam lançado aproximadamente 70 outros satélites. Os americanos rapidamente tomaram a dianteira e, em 1969 ocorreu a primeira missão tripulada à lua, quando Neil Armstrong pisou o solo lunar a 20 de julho. Na época Gilberto Gil expressou sua preocupação com o avanço da tecnologia espacial nestes versos: “Poetas, seresteiros, namorados, correi/É chegada a hora de escrever e cantar/Talvez as derradeiras noites de luar/Momento histórico, simples resultado do desenvolvimento da ciência viva/Afirmação do homem normal, gradativa sobre o universo natural/Sei lá que mais”. (Lunik 9). A verdade é que a exploração do espaço exterior tem-se revelado preciosa nos seus resultados. Os satélites tornaram-se instrumentos de observação da terra e do sol e do universo que se revela cada vez mais extraordinário. A comunicação ganhou instantaneidade. Podemos utilizar o GPS para navegar no mar ou no labirinto das grandes cidades, etc. Tudo isso começou há cinquenta anos.

O Nacional

Sexta-Feira, 15/04/2011

Data : 29/04/2011

Título : Os 70 anos do Rei

Categoria: Artigos

Descrição: “Eu me lembro com saudade/o tempo que passou/O tempo passa tão depressa/mas em mim deixou/Jovens tardes de domingo/tantas alegrias/velhos tempos/belos dias”.

Os 70 anos do Rei

por José Ernani de Almeida

“Eu me lembro com saudade/o tempo que passou/O tempo passa tão depressa/mas em mim deixou/Jovens tardes de domingo/tantas alegrias/velhos tempos/belos dias”. Roberto Carlos, o autor destes versos, fez na semana passada 70 anos. Para nós que acompanhamos toda a sua extraordinária carreira parece que foi ontem que ele se curvava, apanhava uma flor no palco, olhava para a plateia e levava a flor aos lábios. Era o delírio. As meninas aplaudiam, gritavam, os rapazes assobiavam. O cantor dizia duas frases cheias de gíria, curvava-se até a altura dos joelhos, esticava o braço e anunciava: “O meu amigo, Erasmo Carlos”. Estava no ar mais um programa “Jovem Guarda”, do líder da juventude iê-iê-iê nacional. Falando da angústia e das alegrias do jovem de classe média na sociedade de massas, o novo ídolo colocou em xeque os velhos valores da MPB, que se voltava para o regional, o sofrimento e a pobreza das gentes do interior. Segundo Augusto de Campos, “como excelentes ‘tradutores’ que são de um estilo internacional de música popular, Roberto e Erasmo Carlos souberam degluti-lo e contribuir com algo mais: conciliar o mass appeal com o uso funcional e moderno da voz. Chegaram, assim, nesse momento a ser os veiculadores da ‘informação nova’ em matéria de música popular, apanhando a Bossa Nova desprevenida, numa fase de aparente ecletismo”. Apresentado ao vivo em São Paulo pela TV Record, “Jovem Guarda” era retransmitido no Rio, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, através de vídeo tape. Era assim que o programa chegava até nós, em preto e branco, é claro.

Em plena ditadura militar a música de Roberto manteve-se afastada da política. Nós o considerávamos um tanto alienado, mas, nunca deixamos de admirá-lo. Se Chico Buarque e Geraldo Vandré estavam presentes nas passeatas com suas canções, os namoros eram embalados pelas canções do Rei. Grande fenômeno de massas, as “jovens tardes de domingo” ditaram os costumes de toda uma geração infanto-juvenil. Junto do amigo Erasmo, o “Tremendão”, e de Wanderléia, a “Ternurinha”, o rei apresentava um desfile de atrações do iê-iê-iê. Roupas, cabelos e, principalmente, gírias davam o tom do programa. Tal como Orlando Silva, que foi o primeiro ídolo de massas criado pelo rádio no Brasil, Roberto Carlos seria o primeiro criado pela televisão. A canção que marcou o início desse reinado de cinco décadas foi “Quero que vá tudo pro inferno”.

Em 1966, O Calhambeque chegava a ser o segundo disco mais vendido em Paris, Portugal, Angola, Argentina, Uruguai, México e outros países começavam a ouvir Roberto Carlos. Assim, lentamente ele foi se transformando no artista mais importante da nossa história. Ninguém vendeu tantos discos como ele – já ultrapassou a casa dos 100 milhões. Ao longo dos últimos 50 anos Roberto Carlos nunca saiu do primeiro plano da música brasileira e da música latina, algo inédito na história da discografia.. Desde a década de 1960, suas canções têm

marcado a vida de todos nós. Ele começou com o rock da Jovem Guarda. Nos anos 1970 flertou com a Black Music, ao compor canções com forte influência do soul, como “As curvas da estrada de Santos, “Se você pensa” e “Jesus Cristo”. Aos 30 anos começou sua fase romântica na qual surgiram clássicos como “Detalhes”. Quem não enviou flores à amada e junto um cartão com os versos: “não adianta nem tentar me esquecer, durante muito tempo em sua vida eu vou viver”; “Outra Vez”. Ah, quantos pileques ao som de “você foi o maior dos meus casos, de todos os abraços o que nunca esqueci”. Outra canção antológica desta fase é “Como é grande o meu amor por você”. Não há casamento, noivado, formatura sem a presença destes versos:” nem mesmo o céu, nem as estrelas, nem mesmo o mar e o infinito. Não é maior, que o meu amor, nem mais bonito”. O romantismo do rei ganhou em seguida uma forte carga de erotismo e sensualidade em sucessos como “Cavalgada” e “Proposta”. Alguns de seus versos são verdadeiros achados poéticos como “eu cheguei em frente ao portão, meu cachorro me sorriu latindo”, da canção “O Portão”. A verdade é que ao longo destes 70 anos de vida e cinquenta de carreira Roberto Carlos se transformou em uma rara unanimidade nacional e foram muitas as canções e as emoções, que esperamos, continuem.

O Nacional

Sexta-Feira, 29/04/2011

Data : 06/05/2011

Título : Os 30 anos do atentado do Riocentro (I)

Categoria: Artigos

Descrição: Para muitos o presidente Ernesto Geisel, um dos generais do período da ditadura militar, garantiu a abertura democrática no Brasil de forma...

Os 30 anos do atentado do Riocentro (I)

por José Ernani de Almeida

Para muitos o presidente Ernesto Geisel, um dos generais do período da ditadura militar, garantiu a abertura democrática no Brasil de forma “lenta, gradual e segura” e de que o seu sucessor, o general Figueiredo, foi um grande democrata. Na verdade isto é um mito. A abertura foi lenta e gradual sim, mas segura é que não foi. Figueiredo fora chefe do Gabinete Militar do período Médici e era chefe do SNI no governo Geisel. Parecia bem-talhado para prosseguir no lento

processo de abertura e ao mesmo tempo tratar de neutralizar a chamada “linha-dura”, que não queria complacência com os subversivos. A “linha-dura” tinha até um candidato à sucessão de Geisel, o general Sylvio Frota, que passou a atacar o governo. Frota foi demitido do ministério e teve sua escalada cortada por Geisel.

Figueiredo representava um paradoxo. A liberalização brasileira seria conduzida por um homem responsável pela chefia de um órgão repressivo. Mesmo assim ele prosseguiu no caminho da abertura iniciada pelo governo Geisel. O comando das iniciativas ficou nas mãos do general Golberi do Couto e Silva e do ministro da Justiça Petrônio Portela. Em agosto de 1979, Figueiredo tirou das mãos da oposição uma de suas principais bandeiras: a luta pela anistia. A lei de anistia aprovada pelo Congresso continha, entretanto, restrições e fazia uma importante concessão à linha-dura. Ao anistiar “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”, a lei abrangia também os responsáveis pela prática de tortura. Um absurdo! De qualquer forma, possibilitou a volta dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas. Entretanto, o processo de abertura continuou a ser perturbado no governo Figueiredo pela ação da linha-dura. Bombas explodiram em jornais da oposição e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Uma carta-bomba, enviada ao presidente da OAB, estourou na sede da entidade, matando sua secretária. Figuras da Igreja ou ligadas à Igreja, como o bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito e o jurista Dalmo Dallari, foram vítimas de seqüestros. Os atos criminosos culminaram com a tentativa de explodir bombas no centro de convenções do Riocentro, a 30 de abril de 1981, quando ali se realizava um show comemorativo do Dia do Trabalhador. As bombas seriam plantadas por militares, entre eles o sargento Guilherme Pereira do Rosário e o então capitão Wilson Dias Machado.

Por volta das 21 horas, com o evento já em andamento, uma das bombas explodiu dentro do carro onde estavam os dois militares, no estacionamento do Riocentro. O artefato, que seria instalado no edifício, explodiu antes da hora, matando o sargento e ferindo gravemente o capitão Machado. Na ocasião o governo culpou radicais de esquerda pelo atentado. Essa hipótese já não tinha sustentação na época. Na verdade o atentado foi um tentativa de setores mais radicais do governo de convencer os setores mais moderados de que era necessária uma nova onda de repressão de modo a paralisar a lenta abertura política que estava em andamento. Em seu livro “Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula”, o jornalista Lucas Figueiredo descreve de forma detalhada aquele que poderia ter sido o maior atentado terrorista da História do Brasil.

Ele conta que mais de 15 homens estavam envolvidos no atentado. Eles tripulavam um Puma - no interior do qual ocorreu a explosão da bomba - ,um Opala, um Chevette, uma Brasília, um fusca, um Passat e um Fiat 147. Eles reuniram-se à tarde em um bar próximo ao Riocentro, fato notado por um garçom, já que muitos portavam armas enfiadas nas calças. Uma patrulha da polícia foi chamada. A dupla de PMs não quis se arriscar e apenas anotou as placas dos carros. O destino daqueles homens era o pavilhão do Riocentro onde se apresentariam entre outros Chico Buarque, Ivan Lins, João Bosco, Elba Ramalho,MPB4,todos identificados com a esquerda e odiados pelos militares. Chico, inclusive, emprestara uma de suas músicas para os comerciais que

anunciavam o espetáculo e que era vista pelos militares como verdadeira provocação: “Hoje você é quem manda/Falou tá falando/Não tem discussão (...) Apesar de você/Amanhã há de ser outro dia.” Na próxima semana continuaremos abordando o episódio que está completando 30 anos e que entrou para a nossa história como um dia maldito.

O Nacional

Sexta-Feira, 06/05/2011

Data : 12/05/2011

Título : Os 30 anos do atentado do Riocentro (II)

Categoria: Artigos

Descrição: O jornalista Lucas Figueiredo no livro “Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de W.Luis a Lula”...

OS 30 ANOS DO ATENTADO DO RIOCENTRO. PART.2

por José Ernani de Almeida

O jornalista Lucas Figueiredo no livro “Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de W.Luis a Lula”, revela que algumas estranhas coincidências aconteceram naquele dia 30 de abril de 1981. Enquanto um grupo de homens armados estudava o mapa do Riocentro, duas importantes decisões eram tomadas – uma em Brasília e outra no Rio – em relação ao esquema de segurança para o show do Dia do Trabalhador. No Rio o esquema de policiamento foi simplesmente dissolvido, por ordem do comandante da Polícia Militar, coronel do exército Newton Cerqueira.

De Brasília o coronel telefonou para o Rio e mandou suspender o esquema policial de 79 homens que cobriria as áreas interna e externa do Riocentro. Uma outra orientação dada por Cerqueira foi ainda mais estranha: sessenta policiais deveriam ser mantidos em prontidão nos quartéis para qualquer emergência. Na melhor das hipóteses a decisão do comandante, era um erro grosseiro. Naquela noite, a previsão era que o show do Dia do Trabalhador reunisse um público de 20 mil pessoas. Deixar um evento daquele porte sem policiamento era um convite ao sinistro. Estranhamente um mês antes, sem maiores explicações, o chefe de segurança do Riocentro, coronel Dickison Grael, havia sido demitido e, na noite do evento, o seu substituto, tenente Walter Wachulec, excepcionalmente foi encarregado de controlar as bilheterias, sendo que a

coordenação da segurança seria repassada a outro funcionário, um mecânico de profissão! O quadro da tragédia estava montado.

Vinte mil pessoas cuja segurança estava à cargo de mecânico e um bando de terroristas armados de bombas e revólveres a caminho do Riocentro. A armação realmente era sinistra. Algumas placas das vias que levam ao Riocentro foram pichadas com a sigla VPR grupo armado de esquerda que havia sido exterminado pelos órgãos de segurança e informação em 1972. A VPR estava morta. A pichação era obra dos terroristas, numa tática clássica de desinformação. Eles pretendiam colocar na conta da VPR o estrago que fariam, e assim os radicais do governo e das Forças Armadas teriam uma boa desculpa para enterrar a abertura e fechar o regime. O show começou e a platéia não sabia que estava num verdadeiro alçapão. Das 30 portas de saída de emergência, 28 estavam trancadas com cadeado. Para a sorte de todos uma das bombas explodiu antes da hora, dentro do carro dos militares. Outra bomba, lançada por um segundo grupo, explodiu na casa de força do Riocentro.

Ambas as explosões praticamente passaram despercebidas do público que continuou a aplaudir os artistas que se revezavam no palco. A platéia só tomou conhecimento do fato quando o cantor e compositor Gonzaguinha subiu ao palco e disse: “Pessoas contra a democracia jogaram bombas lá fora para nos amedrontar”. O governo conduziu um IPM que confirmou uma absurda versão dos fatos, isentando os responsáveis. A linha dura do exército e o SNI iniciaram um esforço conjunto para tentar encobrir o caso. Chegou-se ao ponto de substituir um coronel que vinha realizando uma investigação séria. O fracasso nas investigações do atentado e o envolvimento da linha dura do regime no episódio levou à renúncia do ministro chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva. Apesar de todas as evidências, o caso foi arquivado e só foi reaberto em 1999, quando o ex-chefe do SNI, general Otávio Medeiros, disse que soube do atentado uma hora antes que acontecesse; posteriormente declarou que a informação lhe fora dada pelo general Newton Cruz, que já saberia do plano um mês antes.

O caso foi reaberto e quatro militares foram responsabilizados pelo atentado, entre eles o general da reserva Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do SNI, indiciado por falso testemunho e desobediência. Em 2010, no programa Dossiê Globo News, o general contou ao jornalista Geneton Moraes que o atentado foi obra de um grupo de militares que resolveu agir por conta própria, sem o conhecimento dos superiores. Revelou também que logo após, um novo atentado, parecido com o do Riocentro, entre 1982 e 1983, estava sendo arquitetado por um grupo de militares da linha-dura e que ele, Newton Cruz, foi ao Rio de Janeiro e, numa reunião secreta, teve um diálogo com elementos do DOI-CODI envolvidos na operação. Ameaçou tais militares de denunciá-los se algo, como o Riocentro, voltasse a acontecer. Com isto, segundo ele, o plano foi abandonado. A verdade é que o processo de abertura por muito pouco não foi abortado, caso tivesse êxito aquilo que poderia ter sido o maior atentado terrorista urbano da história do Brasil, o atentado do Riocentro. Sobre ele, ainda hoje, os militares preferem silenciar.

O Nacional

Quinta-Feira, 12/05/2011

Data : 19/05/2011

Título : A cultura do assassinato político

Categoria: Artigos

Descrição: As dúvidas dos céticos acabaram. Bin Laden jaz no fundo do Mar da Arábia.

A cultura do assassinato político

por José Ernani de Almeida

As dúvidas dos céticos acabaram. Bin Laden jaz no fundo do Mar da Arábia. Baraka Obama não pode mais ser chamado de fraco e indeciso pela oposição norte-americana. Afinal de contas, ele fez aquilo que G.Bush não conseguiu ao longo de dois mandatos: encontrar o inimigo número um dos EUA. Bush invadiu o Iraque, atolando os Estados Unidos em uma guerra, que ao lado do conflito no Afeganistão, até agora trazem grandes desgastes políticos, além de gastos de trilhões de dólares que empobreceram o país.

O 11 de setembro de 2001 estava atravessado na garganta dos americanos. Tudo mudou a partir daquele fatídico dia. Na política o radicalismo ganhou espaço e a moderação foi abandonada. A vingança americana acabou recaindo sobre aqueles que nada tinham a ver com os condenáveis e covardes ataques de 11 de setembro: os civis afegãos e iraquianos. O governo Bush também não teve dúvidas em desrespeitar os direitos humanos ao aplicar torturas em presos políticos, para arrancar informações sobre o paradeiro de Bin Laden. Obama, fez o mesmo.

O curioso é que Bin Laden foi morto no momento em que sua organização, a Al Qaeda, perde prestígio e influência na maior parte do mundo árabe que hoje vive um momento especial de busca pela afirmação de governos comprometidos com ideais democráticos. São movimentos totalmente adversos ao projeto político de Bin Laden e da Al Qaeda. Dá para dizer, portanto, que politicamente, Bin Laden já estava morto. Basta lembrar que ocorreu recentemente na Tunísia e no Egito e do que vem acontecendo na Líbia, Síria, Iêmen, Marrocos, etc.

É bem verdade, que por traz da aparente busca pela democracia estão radicais que visam revitalizar o islamismo conforme era praticado na época de Maomé. É o caso da Irmandade Muçulmana, uma organização reacionária, retrógrada e dominada pelo fundamentalismo religioso. Por outro lado, as manifestações vistas nas ruas dos EUA, logo após ao anúncio da morte de Bin Laden, por parte de jovens que na época dos ataques de 2001 tinham entre 8 a 14 anos, parecem

representar a consolidação de uma perigosa cultura – a do assassinato político pelos Estados Unidos.

Não podemos esquecer que o líder da Líbia Muamar Kadafi, escapou recentemente de ataques, cujo objetivo mostrou, de forma cristalina, ser a sua morte. Parece que as autoridades americanas adotaram a postura de que o radicalismo político, o terrorismo serão eliminados, eliminando fisicamente suas lideranças. Isto não é terrorismo de Estado? A política dos EUA vai contra os acordos internacionais que prescrevem a prisão, o julgamento e a punição do acusado. Assim foi feito com os criminosos nazistas em Nürenberg, com Eichman em Israel, com Sadan Hussein.

Um julgamento de Bin Laden poderia trazer à tona temas incômodos para os americanos, como a aliança que nos anos 1980 fizeram o próprio Bin Laden no Afeganistão, fornecendo-lhe armas e ajuda financeira, para expulsar os russos daquele país ou, ainda, os bilionários contratos feitos entre as famílias Bin Laden e Bush, na Arábia Saudita. É preciso lembrar que existem raízes sociais, políticas e econômicas que levam a estas tensões no Oriente Médio. Não é matando que o problema será erradicado. Muito pelo contrário, irá gerar mais ódio. A Al Qaeda perdeu seu líder, mas vai continuar existindo. Especialistas dizem que a organização de Bin Laden já havia se transformado numa espécie de “franquia” do terrorismo, com pequenas células espalhadas pelo mundo árabe e em muitos países europeus. Novos militantes foram recrutados em várias partes do mundo.

Existem ainda os ativistas radicais que agem por conta própria, inspirados na ideologia da Al Qaeda. Assim, é de se esperar novas ações terroristas, como já aconteceu no Paquistão e que, via de regra, atingem civis inocentes. O conflito na linha de cisão entre as civilizações ocidental e islâmica está em ebulição há 1300 anos e não é provável que chegue ao fim. Ele pode tornar-se mais virulento. Os episódios recentes – morte de B. Laden e os ataques à Líbia – obviamente deixaram muitos ressentidos e humilhados com a nova presença militar de forças ocidentais em seus territórios. Novamente surge a avassaladora supremacia bélica do Ocidente no momento em que os povos árabes buscam demonstrar que podem, por si sós, moldar o próprio destino.

O Nacional

Quinta-Feira, 19/05/2011

Data : 26/05/2011

Título : Cães

Categoria: Artigos

Descrição: O que me levou a escrever este artigo foi uma notícia veiculada no Correio do Povo no último fim de semana sobre a morte de dois cães policiais...

Cães

por José Ernani de Almeida

O que me levou a escrever este artigo foi uma notícia veiculada no Correio do Povo no último fim de semana sobre a morte de dois cães policiais, que morreram em operação em Ribeiro das Neves, Minas Gerais. Da raça pastor alemão, Lyon e Dox receberam honras militares por terem morrido em serviço. Eles foram alvejados durante perseguição na BR 040 a assaltantes. Os cães morreram no lugar dos policiais, aliás, eles são treinados para preservar a vida do policial e do bandido.

São adestrados para atingir pontos não vitais, apenas imobilizar suspeitos até que um policial possa efetuar a prisão. A foto que ilustra a matéria mostra um militar emocionado, chorando, ao lado dos cães mortos, antes da sua cremação. A emoção do policial militar é reveladora de situações em que dá vontade de verter uma lágrima, porque o cão é de uma fidelidade canina, de uma afeição extraordinária, assim como são pujantes algumas histórias de amizade do cão com o homem.

Ulisses, o herói grego, foi para a guerra de Tróia e ficou fora de casa por 20 anos. Ao voltar já velho, a mulher Penélope, nem o percebeu. O fiel cão Argos, velho e abandonado, cheio de carrapatos, em cima de um monte de estrume de mulas e bois, bateu o olho no estranho e reconheceu o seu dono. Levantou, tentou andar, não conseguindo de tão velho, então, abaixou as orelhas e balançou o rabo.

Ulisses não conteve a emoção e chorou. Nem as bruxas, nem os ciclopes gigantes, nem Poseidon arrancaram lágrimas do herói. Argos, sim. Maurice Maeterlinck, o grande poeta e ensaísta belga de língua francesa e principal expoente do teatro sim Cãesbolista, tinha uma teoria sobre o cão. Para ele o cão reconhece no homem uma espécie de “deus incontestável, tangível, irrecusável e definitivo”. Ele não precisa, como o homem, buscar nas trevas uma força perfeita, superior e infinita. Para ele, basta o homem. O cão perdoa sempre. Ele tem uma extraordinária capacidade de perdoar.

Os algozes dos animais sabem que depois de um ato agressivo, o cão responde com uma lambida, com o balançar da cauda. Ele é fiel ao homem mais do que o próprio homem. Sua amizade é eterna. Lembrem do cão Hachiko, do filme Sempre Ao Seu Lado, que, após a morte do seu dono, continuou por 10 anos a cumprir o ritual de esperá-lo em vão numa estação de trem, no Japão, numa tocante vigília? O filósofo e escritor francês Albert Camus, falecido em 1960, em seu livro A Queda traz uma passagem em que o personagem Clemence diz que gosta dos cães “porque eles perdoam sempre”. Só os cães. Já os homens... O jornalista Mussa J. Assis escreveu com muita propriedade que “o cão reconhece humanidade naqueles que nem os homens reconhecem mais, como o bêbado e o mendigo. Os cães nunca os abandonam”.

Os franceses são especialistas em contar coisas sobre os cães. O grande poeta Baudelaire tinha um encanto especial pelos vira-latas. Dizia ele: “eu canto o cão enlameado o pobre cão, o cão sem casa, o mais vagabundo, o cão saltimbanco”. Para o extraordinário poeta francês, o charme canino estava naqueles cães calamitosos “que erram solitários, nas ravinas sinuosas das imensas cidades, ou os que disseram ao homem abandonado, com olhos faiscantes e espirituais: leve-me com você e de nossas duas misérias faremos uma espécie de felicidade”. E nós como estamos tratando nossos cães? Temos sim, responsabilidade para com eles. É muito simples descartá-los quando não os queremos mais. É um verdadeiro crime. Em minha casa tenho seis cães. Cinco foram encontrados abandonados (Mensalão, Lobo, Preta, Pipoca e Mel).

Tenho mais uma cachorrinha internada no hospital veterinário da UPF, vítima de atropelamento e, também, abandonada. Na casa de minha mãe mas dois que foram acolhidos (Tiririca, junto ao Capa e Pepê, encontrado vagando na Praça Tamandaré). Em cada praça, em cada esquina nos deparamos com cães errantes, doentes e sem nenhuma alimentação. O Capa, que de forma abnegada e com dificuldades imensas acolhe cães e gatos, está no limite de sua capacidade. Precisa urgentemente de apoio da comunidade e do poder público. É importante lembrar que o princípio da igualdade exige que o sofrimento seja levado em conta em termos de igualdade com o sofrimento semelhante – até onde possamos fazer comparações aproximadas – de qualquer outro ser. Não há nada como ao chegar em casa e o nosso “cachorro nos sorrir latindo”, como canta Roberto Carlos, naquela linda canção

O Nacional

Quinta-Feira, 26/05/2011

Data : 31/05/2011

Título : Tributo a um amigo que partiu

Categoria: Artigos

Descrição: Vinicius de Moraes, no poema "O Valor da Amizade", escreveu com rara inspiração...

Tributo a um amigo que partiu

JOSÉ ERNANI DE ALMEIDA

Vinicius de Moraes, no poema "O Valor da Amizade", escreveu com rara inspiração: "Tenho amigos que não sabem o quanto são meus amigos. Há alguns amigos que não procuro, basta-me saber que eles existem. (...) Porque eles fazem parte do mundo que eu, tremulamente, construí, e se tomaram alicerces do meu encanto pela vida. Se um deles morrer, eu ficarei torto para um lado". É o meu caso. Estou torto para um lado. Argeu Santarém, falecido no último sábado, era daqueles amigos que a gente não faz. reconhece- -os. Encontrávamo-nos de tempos em tempos. Era o que bastava para renovar uma amizade que começou na década de 1960. Conheci-o em 1966, quando comecei a trabalhar na Rádio Passo Fundo. Descobri muita coisa do radialismo com o Santarém. Em muitas ocasiões, fui o "operador de som" nas jornadas esportivas que o tinham como narrador. Aprendi a apreciar suas crônicas nos jornais de Passo Fundo, nas quais com argúcia, com humor e fina ironia, relatava o cotidiano da cidade. Ironizando glórias e potentados, absolvendo ou condenando. Santarém retratou como ninguém nossa sociedade, num tempo de censura e repressão. Eram os anos de chumbo implantados pela ditadura militar. Egressos do movimento estudantil. Santarém e Ivaldino Tasca foram os destaques daquela safra de jornalistas, que surgiu na imprensa passo-fundense, no início da década de 1970. Na coluna O Foca Santarém notabilizou-se por uma linguagem corajosa e desafiadora. Eis alguns trechos de suas crônicas: "Teoria: há sempre uma melhor maneira de dizer as coisas, mas hoje em dia a maneira melhor é não dizê-las: para o torturador, matar o preso é acidente funcional". Santarém usou, como poucos, do recurso da metáfora para driblar a ação dos censores e tentar se fazer entender pelo público. A crônica, Regime, publicada em O Nacional, de 31 de maio de 1977, é um exemplo: "Sou contra, obviamente. É que o considero opressivo, irritante. Indamais quando existem imposições de arbítrio daqueles que não sofrem os efeitos do regime."

Regimes assim são sempre anunciados pelos ricos, enquanto os pobres os agüentam por absoluta necessidade. Ora, perguntam-me o porquê de uma posição tão radical. Talvez porque não tenha índole pacifista, frontalmente contrário à violência que o regime proporciona. (...) Vejam, por exemplo, meu caso: você tem que aceitar o regime. Do contrário, explode qualquer dia desses! Mas, e o direito das gentes de ser e de pensar? O regime é mais importante que o sagrado direito de decidir?"

Por assumir tal posição e por ser vereador do PDT na Câmara de Vereadores de Passo Fundo, Santarém passou a ser alvo de ameaças do famigerado CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Telefonemas, cartas e bilhetes ameaçadores faziam parte da rotina do jornalista. Coisa comum naquela época em todo o país. Confundiam tudo: brizolista, anarquista, comunista, terrorista, e finalizavam com ameaças macabras e palavras de rale. Santarém, que foi diretor da Federação Nacional dos Jornalistas, teve seu nome incluído numa relação internacional de jornalistas ameaçados de morte. Quando escrevi minha dissertação de Mestrado, depois transformada em livro, Santarém foi um dos personagens centrais da história. Foram horas de gravação, resgatando sua valente trajetória na imprensa e na política, ao longo dos anos de chumbo. Em 1984, lançou seu livro "República dos Coqueiros", com histórias e estórias do Passo Fundo. Segundo o autor, "naquela exígua área que forma o canteiro da Av. Gen. Netto, na praça central de Passo Fundo, é que está encravada a menor e mais insólita república do mundo: a República dos Coqueiros, onde o cotidiano

se desmancha, criando lendas emitos, absolvendo ou condenando. Estranilo Parlamento sem mandatos, curioso Tribunal sem magistrados!" Santarém nunca deixou de frequentar a sua República. Quando queriaencontrá-lo, bastava passar pelo bar Oásis, na ontalógica mesa 1. E foi lá que conversamos pela última vez. Agora Santarém está no panteão dos mitos da República por ele imaginada. Já estamos com saudade da Coluna do Santa, de todos os domingos, em O Nacional. Ficou, sem dúvida, um grande vazio na nossa imprensa. Mas a vida segue sempre em frente, o que se há de fazer? Fica a saudade. Fica o vazio de um amigo que partiu. O poetinha Vinícius tinha toda a razão: "A gente não faz amigos, reconhece-os!" Argeu Santarém era um deles. Epicuro, na Grécia antiga, ensinou que a posse da amizade é, de longe, a maior de todas as coisas que a sabedoria prepara para a felicidade de uma vida. A alma nobre se ocupa da sabedoria eda amizade: destas, a primeira é mu bem mortal, a outra, imortal.

(José Emani deAlmeidaé professor e Mestre em História. Texto publicado em O Nacional, 12 de março de 2010.)

Da Revista

Água da Fonte

31/05/2011

Data : 02/06/2011

Título : Os cinquenta anos da campanha da legalidade (I)

Categoria: Artigos

Descrição: No próximo mês de agosto serão lembrados os 50 anos do último levante gaúcho: a Campanha da Legalidade...

OS CINQUENTA ANOS DA CAMPANHA DA LEGALIDADE – I

por José Ernani de Almeida

No próximo mês de agosto serão lembrados os 50 anos do último levante gaúcho: a Campanha da Legalidade, liderada pelo então governador do estado, Leonel Brizola, e que representou uma reação popular às forças conservadoras que tentaram, na época, impedir a posse do vice-presidente João Goulart. A partir desta sexta-feira vamos resgatar, em vários artigos, a história daqueles dias dramáticos da história gaúcha e brasileira. A Legalidade, foi um acontecimento que ao longo do regime militar recebeu um tratamento superficial

e com toda a distância possível. Segundo o historiador Luiz Roberto Lopez, é fácil de compreender: “Primeiro, foi uma ampla mobilização popular de conteúdo democrático. Segundo, teve como protagonistas os mais importantes nomes que seriam malditos na fase pós-64. E terceiro, esse movimento teve também o apoio ostensivo dos militares, numa das raras ocasiões em que o Exército, no caso o III Exército, esteve literalmente do lado das massas populares”.

Enfim, não faltaram motivos para que a Legalidade fosse remetida para o limbo da história oficial por muitas décadas. Para um entendimento do contexto do processo histórico brasileiro e dos acontecimentos pré-61, é necessário uma menção ao governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que ganhara as eleições de outubro de 1955. Na verdade, tudo começou com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954. Em plena crise, o poder passou para as mãos do vice-presidente, Café Filho. Homem do PSP, ligado ao populismo ademarista, o novo chefe da nação sabia que a máquina do PSD, partido majoritário, estava desgastada pela crise de agosto, e tentou uma recomposição partidária no governo, abrindo espaço para a UDN, que ganhou maior peso no novo ministério. Segundo Café Filho era para “evitar o acirramento das paixões (...) e restabelecer a tranquilidade geral, (...) criar condições favoráveis ao advento de uma era de recuperação”. Café Filho comprometeu-se a fazer cumprir o calendário eleitoral, que, previsto pela Constituição, estabelecia eleições para a Câmara, Senado e governo dos Estados em outubro de 1954. O pleito presidencial também estava marcado para outubro de 1955. Mas a UDN, o PL (Partido Libertador gaúcho) e o PR (Partido Republicano, de Artur Bernardes), alguns setores do PSD e um grupo atuante das Forças Armadas divergiam do presidente. O Presidente recebeu uma comissão que propunha o adiamento das eleições, pois temia que a vitória da máquina getulista acirrasse os ânimos, “provocando uma guerra civil”. Já Carlos Lacerda, líder da UDN, ia mais longe: era preciso implantar um “regime de exceção” que “fizesse reformas”, cujo objetivo seria impedir o retorno do espectro varguista. O fantasma de Getúlio rondava, pois, a vida política nacional.

A despeito disso, as eleições se realizaram no dia marcado: 3 de outubro de 1954. Os resultados apontaram para o Congresso o crescimento do PSD-PTB e a redução dos representantes da UDN. Os resultados soaram como advertência para a UDN. Os temores se agravaram no final de novembro, quando o PSD anunciou que tinha um candidato à sucessão presidencial: Juscelino Kubitschek. Apesar da oposição de Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Peracchi de Barcelos), a maioria estava com Juscelino. A UDN tinha razões de sobra para estar inquieta. As eleições de 3 de outubro haviam mostrado que a coligação PTB/PSD continuava imbatível. Era a recomposição da aliança que levava Eurico Dutra ao poder em 1946. A vitória de JK, portanto, no pleito sucessório era dada como inevitável. Aí começaram os rumores de “golpe militar”. O golpe viria de uma nova geração nas Forças Armadas que desejava, pela espada, moralizar a Nação. Essa “nova geração” de militares a que a imprensa da época se referia gravitava em torno da Escola Superior de Guerra (ESG) e, que desde 1949, vinha formando turmas de oficiais com cursos voltados para o estudo de problemas econômicos e geopolíticos.

Seu objetivo era estruturar uma elite militar capaz de interpretar a realidade nacional sem depender, para isso, das elites civis. Essa elite ficará conhecida como o “Grupo da Sorbonne” (alusão à mais renomada universidade da

França). Em fins de 1954, a ESG tornara-se uma força política atuante, em torno da qual se concentrava os militares antivarguistas. Entre seus principais nomes estavam Golbery do Couto e Silva e Humberto de Alencar Castelo Branco. Estes militares se colocaram contra JK e, principalmente, contra seu vice, João Goulart, abrindo um dos momentos mais difíceis da política brasileira. Este será o assunto da próxima semana.

O Nacional

Quinta-Feira, 02/06/2011

Data : 09/06/2011

Título : O pai da bossa nova comemora 80 anos

Categoria: Artigos

Descrição: João Gilberto revolucionou a música brasileira, começando com “Chega de Saudade”, (Vai minha tristeza e diz a ela que sem ela não pode ser...) de 1959.

O PAI DA BOSSA-NOVA COMEMORA 80 ANOS

por José Ernani de Almeida

Nesta sexta-feira eu deveria continuar tratando dos 50 anos da Campanha da Legalidade, entretanto, a data de hoje assinala os 80 anos de uma das mais extraordinárias personalidades da música brasileira: João Gilberto e, assim, por uma justa razão, a Legalidade ficará para a próxima semana. João Gilberto revolucionou a música brasileira, começando com “Chega de Saudade”, (Vai minha tristeza e diz a ela que sem ela não pode ser...) de 1959. Minha geração, na adolescência, aprendeu a gostar da música popular brasileira ouvindo João Gilberto. Faz muito tempo, mas eu me lembro muito bem – a obra de arte é sempre marcante – escutei, pela Rádio Guaíba, os novos acordes de um violão acasalados com uma voz contida, admiravelmente dividida, um som revolucionário, surpreendente e absorvente. Até então a música brasileira era dominada por cantores como Orlando Silva, Chico Alves, Nelson Gonçalves, Mário Reis.

A partir de Chega de Saudade, passou a ter uma divisão histórica. Antes e depois de João Gilberto. Ele saiu de Juazeiro onde ouvia no serviço de alto-falantes da pracinha de sua cidade Tommy Dorsey, Duke Ellington, Gregório Barrios, Carlo Buti, Charles Trenet, Francisco Canaro entre outros, como conta Ruy Castro no livro “Chega de Saudade”, a história e as histórias da bossa nova”. Aos onze

anos, revela o livro, João foi enviado para um colégio interno, em Aracaju. Aos catorze, numa das férias em Juazeiro, um padrinho boêmio deu-lhe um violão. Era o de que ele precisava. Aprendeu a tocá-lo por um método que encontrou impresso em papel-jornal, o Método Turuna. Ao lado de três amigos de Juazeiro João Gilberto formou um grupo musical que passou a se apresentar nos dois clubes da cidade. Seu pai, entretanto, não gostava nem um pouco dessa história de violão. Em seus projetos, João seria médico, engenheiro, advogado ou alguma outra profissão de doutor. E, se não fosse nada disso, seria o seu herdeiro na sociedade com o irmão. João, entretanto, não viera ao mundo a negócios ou para estudar. Quando completou 18 anos, deixou Juazeiro, indo para Salvador, afim de tentar a carreira de cantor. De Salvador foi para o Rio de Janeiro, onde em 1951 gravou como vocalista dos Garotos da Lua.

Depois veio o primeiro acetato solo, um 78 rotações com “Quando ela sai de lado”, isso foi em 1952. Sete anos depois é que o verdadeiro João Gilberto se revela com “Chega de Saudade” e, daí em diante, gravou 20 álbuns individuais pelos quais passa a história inteira da bossa nova e sem os quais não é possível contar a história da música brasileira. João sempre fez uma música com balanço de samba, com aquela divisão na melodia, harmonia simples mas ao mesmo tempo moderna, a letra sem os maus gostos e aquela coisa piegas que as letras brasileiras tinham na época. Quando, em 1965, ingressei na rádio Passo Fundo, nas funções de operador de som e discotecário, a bossa nova já vivia seu momento de declínio no Brasil, mas de grande destaque no exterior. Mesmo assim na programação, lembro muito bem, Lps extraordinários como “Canção do amor demais” de Elizeth Cardoso e, é óbvio, João Gilberto e a sua trilogia “Chega de Saudade”, “O Amor, o Sorriso e a Flor” e ‘João Gilberto” eram obrigatórios. Na época o Brasil já vivia sob o impacto da ditadura militar e uma nova geração de cantores-compositores começava a despontar como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Elís Regina, Gal Costa. Todos eles profundamente influenciados por João Gilberto. O próprio Roberto Carlos começou imitando João em seu primeiro disco. O violão de João Gilberto é outro elemento extraordinário.

Todos os nossos maiores solistas deste instrumento, pós-João, sofreram influência da sua forma de tocar, da harmonia, do balanço e do ritmo inigualáveis. Em 2001 ele ganhou o prêmio de “world music” com o disco “João, voz e violão”, seu último trabalho. Hoje vive recluso no Rio de Janeiro. Quando as finanças apertam, faz shows dentro e fora do país, nos quais (com toda a razão) se recusa a cantar se o som não estiver de acordo com suas exigências ou se a platéia não souber comportar-se. Afinal de contas, João Gilberto não faz show, faz concerto. É este senhor que hoje está completando 80 anos. Um artista que revolucionou a música brasileira e que figura entre seus gênios que permanecerão como referenciais para sempre, como Pixinguinha, Noel Rosa, Cartola, Tom Jobim, Vinicius de Moraes, Chico Buarque, Gilberto Gil, Roberto Carlos e Caetano Veloso.

O Nacional

Quinta-Feira, 09/06/2011

Data : 17/06/2011

Título : Os cinqüenta anos da Campanha da legalidade (II)

Categoria: Artigos

Descrição: Os rumores de golpe militar que surgiram diante da possível vitória do PSD/PTB nas eleições de 1955, foram, em tese, afastados quando o Gen.

Os cinqüenta anos da Campanha da legalidade (II)

por José Ernani de Almeida

Os rumores de golpe militar que surgiram diante da possível vitória do PSD/PTB nas eleições de 1955, foram, em tese, afastados quando o Gen. Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, anunciou que o Exército seria “uma espada neutra”, não devendo usar armas contra as instituições vigentes. A UDN e a dissidência do PSD começaram a fazer gestões em duas frentes: a primeira, no sentido do adiamento das eleições; a segunda, propugnando uma candidatura de “união nacional”. Enquanto o quadro não se definia, JK, correndo contra o tempo, lançou sua candidatura em novembro de 1954. Em janeiro de 1955 o vice-presidente Café Filho, introduziu novas cartas no jogo político, reafirmando, pelo programa “A Voz do Brasil”, sua intenção em não intervir na questão sucessória.

Contudo, revelou a seguir a existência de um memorial a ele dirigido pelos chefes das Forças Armadas no dia 23 de dezembro, no qual os militares enfatizavam a “necessidade de um apelo do Governo da República a todas as forças políticas nacionais em favor de um movimento altruístico de recomposição patriótica, que permita a solução do problema da sucessão presidencial, em nível de compreensão, em espírito de colaboração interpartidária, sem o acirramento dos ódios e dissensões que vêm de abalar seriamente a vida nacional”. O vice-presidente alertou no seu pronunciamento “prenúncios de uma sucessão convulsionada, surgidos desde que foi indicado, por um partido, uma candidatura, sem maiores entendimentos com as outras forças políticas. (Referia-se à UDN, à pequena dissidência do PSD e a facções militares). Café Filho deixou claro que sintomas de tentativa de restauração da ordem de coisas anteriores à 24 de agosto de 1954, começavam a surgir. Era uma clara alusão aos petebistas, e ao fantasma de Vargas. Receio, assim, concluiu o vice-presidente “que possam avolumar-se as perspectivas de que o Brasil caminha para uma luta política de consequências imprevisíveis”.

O discurso, preñado de advertências e ameaças veladas, tinha um endereço certo: Juscelino Kubitschek. Este, respondeu ao discurso de Café Filho, dizendo, “Deus poupou-me o sentimento do medo. A duração da minha candidatura está condicionada à duração da própria democracia em nossa pátria”. A crise política se agravou com a pedido de demissão de vários ministros do governo de Café

Filho. A perspectiva do retorno à situação anterior ao 24 de agosto, e a nomeação de um político que havia sido ministro do Trabalho de Vargas, descontentou a oficialidade da “Sorbonne”. Assim, em março de 1955, não conseguindo impugnar a candidatura de JK, os líderes udenistas, reunidos no gabinete do ministro Eduardo Gomes, resolveram lançar uma campanha em defesa da tese da maioria absoluta. Era a repetição da tática de 1950, época da eleição de Getúlio Vargas. A liderança da UDN supunha que Juscelino venceria o pleito eleitoral com maioria simples de votos, mas não com mais de 50% dos sufrágios (caso de maioria absoluta).

Dessa forma Kubitschek seria eleito por uma “minoridade” de brasileiros e, portanto, sua vitória deveria ser impugnada. Essa tese surgiu como acordo entre as várias facções udenistas para contentar o radicalismo de Lacerda (preconizava o golpe militar) e o liberalismo de Afonso Arinos de Melo e Franco (que defendia mudanças na Constituição, tornando obrigatória a “maioria absoluta”). Em abril de 1955, o PTB resolveu apoiar Juscelino, lançando a candidatura de João Goulart para vice-presidência. Formava-se assim a chapa Juscelino/Jango, a união menos desejada pelos opositores. No Rio Grande do Sul, o governador Ildo Meneghetti, afirmou, “não temos nada contra o Sr. Juscelino Kubitschek. Nosso problema é Jango”, traduzindo a inquietação de amplos setores da UDN e das Forças Armadas. Pois, para os militares, Jango era um perigoso “incitador de greves e articulador da República Sindicalista”. Nas semanas seguintes foram lançadas outras candidaturas: Ademar de Barros, do PSP, candidato prometido desde 1950; Juarez Távora, ex-herói tenentista, que se colocou sob a sigla da UDN, e Plínio Salgado pelo PRP. Juscelino reuniu as bases rurais do PSD, principalmente em Minas, o apoio dos trabalhadores urbanos (canalizando através do PTB) e contava com as simpatias do Partido Republicano (PR) e do PCB. Na próxima semana vamos falar da vitória de JK e da tentativa de impedir sua posse, através de uma farsa, a “Carta Brandi”.

O Nacional

Sexta-Feira, 17/06/2011

Data : 30/06/2011

Título : Os cinquenta anos da campanha da Legalidade (III)

Categoria: Artigos

Descrição: Com um sorriso permanente, JK, vendeu uma imagem de otimismo e confiança no futuro.

Os cinquenta anos da campanha da Legalidade III

por José Ernani de Almeida

Com um sorriso permanente, JK, vendeu uma imagem de otimismo e confiança no futuro. Os lemas de sua campanha eram “50 anos em 5” e “Energia e Transportes”, prometendo para um país uma era de desenvolvimento e riqueza. Acostumado à política mineira, Kubitschek dirigia-se ao eleitorado em tom coloquial e sem formalismos. Seu bom humor era antológico. Certa vez, estando de relações cortadas com o presidente da República Café Filho, um repórter fez-lhe uma pergunta maliciosa: “E o problema do café?”. “Qual deles, replicou: “o vegetal ou o animal?”. Diante do crescimento da candidatura de JK e Jango, Carlos Lacerda agitou a opinião pública, divulgando com estardalhaço, em setembro de 1955, uma carta supostamente escrita por um ex-deputado argentino, em 1953, ao então ministro do Trabalho, João Goulart.

O ex-deputado, Antonio Brandi, era ligado ao presidente Juan Domingo Perón, que viria a ser derrubado pelas Forças Armadas argentinas, ainda naquele mês. A carta fazia referência a armas compradas por Goulart na província argentina de Córdoba. Mencionava também a existência de “brigadas de choque operárias” que estariam sendo organizadas pelo ex-ministro do Trabalho. Lacerda, em seu jornal “Tribuna da Imprensa”, não deixava por menos: “Traição em Marcha”, dizia a manchete mais amena, ao mesmo tempo em que denunciava a “infiltração peronista no Brasil pela mão de João Goulart”, que estaria tramando a instalação de uma “República Sindical” no país. A reação do PTB foi imediata.

Enquanto Jango negava a acusação, a liderança trabalhista exigiu do governo a instauração de um inquérito para esclarecer a verdade. O governo aceitou, e foi nomeado, para conduzir as investigações, o general Maurell Filho. No começo de novembro, após várias viagens à Argentina, foi anunciado o resultado do inquérito: a carta era falsa. A utilização de textos falsos, na verdade, não era novidade na política brasileira. Em 1922, as “cartas falsas” de Artur Bernardes serviram de estopim à revolta tenentista; em 1937, o “Plano Cohen” foi utilizado por Getúlio Vargas para justificar a implantação do Estado Novo. Lacerda, com a “Carta Brandi”, havia enveredado pelo mesmo caminho. Mas sem sucesso. A 3 de outubro foram realizadas as eleições e, como todos previam, inclusive os udenistas, Juscelino e Jango foram os vencedores, com cerca de 36% dos votos. A UDN, entretanto, não se deu por vencida, voltando ao ataque, reiterando a tese da maioria absoluta. Como Juscelino vencera o pleito por maioria simples de votos, mas não com mais de 50% (maioria absoluta) a UDN queria a impugnação da vitória de Juscelino.

A tese era reforçada com o argumento de que Juscelino e Jango haviam recebido votos de comunistas. Acontece que Lacerda calculava que, por essa época, os comunistas teriam cerca de 500 mil votos e, a diferença entre Juscelino e o candidato da UDN, Juarez Távora, havia sido precisamente de 459 733 sufrágios. Eram, sem dúvida, os votos comunistas! É bem verdade que nem toda a UDN defendia a tese da impugnação da eleição. Lacerda, este sim, apelava abertamente para o golpe: “Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, nem tomarão posse.”, escreveu, em 9 de novembro de 1955, em seu jornal Tribuna da Imprensa. Para complicar ainda mais o quadro

político nacional, Café Filho sofreu uma crise cardiovascular e teve que ser hospitalizado. A presidência passou para Carlos Luz, presidente da Câmara, também adepto da tese da impugnação da eleição. Na verdade o que estava em marcha era um golpe contra as instituições republicanas. O Mal. Henrique Lote, ministro da Guerra, contrário ao golpe mobilizou 25 mil homens e tomou o Rio de Janeiro. Carlos Luz, Lacerda e outros ministros se refugiaram no cruzador Tamandaré e partiram para Santos, onde o barco foi recebido à tiros.

O Ministro da Aeronáutica, Eduardo Gomes, solidário ao golpe, dirigiu-se de avião à São Paulo, acompanhado de cinco caças da Força Aérea. Entretanto, São Paulo, aderira à Lott, enquanto Jânio desmentia seu apoio a Carlos Luz, que acabou impedido de exercer a Presidência da República, passando-a para as mãos de Nereu Ramos, que decretou estado de sítio – vivíamos um quadro de verdadeira “republicueta de bananas”. A aventura dos golpistas estava terminada. Lacerda refugiou-se na embaixada de Cuba. A 31 de janeiro de 1956, Juscelino e Jango assumiram a chefia da nação. No próximo artigo o período JK e novas tentativas de golpe.

O Nacional

Quinta-Feira, 30/06/2011

Data : 07/07/2011

Título : Os cinquenta anos da campanha da legalidade (IV)

Categoria: Artigos

Descrição: O democrata Juscelino Kubitscheck, por uma ironia da história, teve sua eleição garantida pela força de um “contragolpe” militar...

Os cinquenta anos da campanha da legalidade. IV

por José Ernani de Almeida

O democrata Juscelino Kubitscheck, por uma ironia da história, teve sua eleição garantida pela força de um “contragolpe” militar, foi empossado em pleno estado de sítio, debelou rebeliões de oficiais da Aeronáutica, no início e no fim de seu mandato. A rebelião de Jacareacanga, ocorrida em fevereiro de 1956, duas semanas após a posse de JK, foi à primeira crise enfrentada pelo novo governo, e serviu para testar a eficiência de seu esquema militar. Persistiam sérios focos de descontentamento entre os setores militares derrotados nas eleições. Desse ressentimento nasceu a revolta iniciada, ainda em janeiro. Seus articuladores

estavam confiantes que os antigetulistas da Marinha e do Exército só esperavam uma ocasião para pegar em armas contra o governo.

Os rebeldes deixaram na redação do jornal Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda – sempre ele – um manifesto denunciando supostos entendimentos do presidente com grupos financeiros internacionais para entrega de petróleo e minerais estratégicos, e infiltração “comunista” nos postos-chaves militares, com a divisão nas Forças Armadas fomentada pelo ministro da Guerra, general Lott. A própria Aeronáutica, apontou o movimento rebelde como “uma ação indisciplinada” de dois oficiais. Estes dedicam sua insurreição “à memória do major Vaz” (morto no atentado contra Lacerda em agosto de 1954). Voaram para o Pará e iniciaram a rebelião com o auxílio de uns poucos caboclos e índios da região. Em fevereiro, a rebelião foi dominada. Ciente da necessidade de pacificação numa arma tão hostil ao seu governo, além de anistiar os insurretos, JK promoveu aos postos de comando justamente os oficiais mais identificados com os derrotados. JK logo demonstrou ser um mestre da habilidade. Para os militares revoltosos, anistia.

Para a oposição, barganha. Para os estudantes, que iniciaram uma greve no Rio de Janeiro, em função do aumento do preço das passagens de bonde, em maio de 1956, diálogo, em vez de repressão. Essa habilidade foi possível, é bem verdade, de um lado à capacidade de arbitragem entre os grupos, e, de outro, por ter conseguido unir o povo brasileiro em torno de uma ideologia muito particular: o desenvolvimentismo. O otimismo desenvolvimentista, e manava do Programa de Metas, cuja finalidade era modernizar o Brasil, dotando-o de indústrias de base e de bens de consumo duráveis (como automóveis). Esse novo nacionalismo abriu o país ao capital externo, promovendo a importação de indústrias e tecnologia. Numa de suas visitas aos Estados Unidos, JK afirmou: “os capitais estrangeiros são bem vindos ao Brasil, e a melhor maneira de combater o comunismo seria enfrentar a miséria com prosperidade, e não com repressão”. Assim, JK adotou o chamado nacional-desenvolvimentismo, que combinava o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Já a estabilidade do seu governo estava calcada no tripé: aliança PSD/PTB, centralização política e apoio das Forças Armadas.

Distribuindo cargos e apoiando as aspirações conservadoras do PSD (partido de base rural, contrário à interferência no regime de propriedade e de exploração do complexo agrícola) e as trabalhistas do PTB (urbano, mobilizado pela política desenvolvimentista, que acenava com a multiplicação dos empregos), JK, ao mesmo tempo em que selava uma aliança vantajosa, conseguia a maioria parlamentar na Câmara e no Senado, que lhe assegurava a aprovação de tudo o que interessava ao Executivo (centralizando o poder no governo). Quanto ao apoio das Forças Armadas, deveu-se principalmente à atuação do general Lott, ministro da Guerra e homem apolítico, defensor da hierarquia e da ordem, acima dos partidos, e contrário à “indisciplina militar”. JK também adotou a tática de transferir os problemas pendentes para a administração seguinte. De fato, o esforço desenvolvimentista, apesar de bem sucedido, geraria a partir de 1958, uma crise econômica (decorrente do endividamento externo e de uma “corrida inflacionária”), que seria herdada pelo governo seguinte. A construção de Brasília, as dificuldades do governo, as desconfianças dos militares e uma nova tentativa de golpe é que abordaremos na próxima semana.

O Nacional

Quinta-Feira, 07/07/2011

Data : 13/07/2011

Título : Os cinquenta anos da campanha da legalidade (V)

Categoria: Artigos

Descrição: A década de 1950 foi de pioneiros e desbravadores, que transformaram a área central do país.

Os cinquenta anos da campanha da legalidade (V)

por José Ernani de Almeida

A década de 1950 foi de pioneiros e desbravadores, que transformaram a área central do país. De 1955 a 1961, foram construídos mais de 13 mil quilômetros de rodovias federais, e pavimentados mais de sete mil. Só nos dois primeiros anos do governo JK-Jango, a rede pavimentada expandiu-se em 300%. A multiplicação de rodovias acompanhou o êxito da indústria automobilística. Significava, também, uma política voltada para a fixação das populações que emigravam desordenadamente para os grandes centros. Na retórica carismática de Juscelino, tratava-se de uma revolução de novo tipo, pelo desbravamento e pela integração. Seria a posse do interior, abandonado desde a saga dos bandeirantes e reconquistado pela modernização. Seria um projeto nacional, para “liquidar com a sonolência de uma sociedade que parasitava, ao longo das praias como caranguejos, ou como se quisesse ir embora”. Foi dentro desse espírito que Brasília nasceu com mística própria.

A profecia de São João Bosco já anunciava sua construção no “coração do país”, a 15º de latitude sul. A tradição histórica evocava José Bonifácio, o Patriarca, que queria levar a capital para o interior, em “sítio sadio, ameno e fértil”. O longínquo e romântico desafio não inspirava os governantes. Entretanto, para Juscelino, Brasília tornou-se um objetivo prioritário, a meta-síntese de seu Programa de Metas. Assim, em abril de 1956, ele encaminhou mensagem ao Congresso, e, a 19 de setembro, foi sancionada a lei, que autorizava o Executivo a tomar providências para a construção. A primeira delas foi a criação da Novacap – Cia. Urbanizadora da Nova Capital. Três questões principais formavam a dinâmica do projeto: impacto de uma concepção de urbanismo, aliado a uma arquitetura arrojada, originalidade e independência na captação de recursos, e urgência na construção de estradas. Este último ponto era decisivo. Brasília não poderia isolar-se no “berço esplêndido” do planalto.

A lei da Novacap autorizava o governo a fazer todas as operações de crédito sem interferência do Congresso. Só para estruturas de aço dos ministérios foram carreados 10 milhões de dólares. O resto seria financiado pelos bancos. A Novacap vendia terrenos e garantia os títulos. Em preços de 1961, Brasília custou cerca de 300 bilhões de cruzeiros. No plano político a UDN não se conformava com a aliança PSD, de Juscelino e do PTB, de Jango, personificando a herança getulista e solidamente instalada no poder. Para a UDN era a “coligação maldita”. E agosto de 1956 Lacerda foi o pivô da maior batalha parlamentar do período JK. Seu jornal, Tribuna da Imprensa, divulgou noticiário sobre uma suposta negociata de madeira brasileira com o governo Perón, através de um “importante legislador brasileiro”, que não seria outro senão o vice-presidente João Goulart. O governo conseguiu engavetar o caso em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. No ano seguinte Lacerda retomou as denúncias do então chamado “escândalo do pinho”.

O governo tentou processá-lo por crime contra a Segurança Nacional, mas não obteve sucesso no Congresso. Na área militar Juscelino conseguiu de forma gradual agradar a todos os segmentos, simpáticos ou não à sua política, com o desenvolvimento da indústria de veículos motorizados, comunicações, estradas e frotas aéreas. O famoso porta-aviões Minas Gerais, de segunda mão, comprado aos ingleses, foi um presente caro que deu bons frutos. Mas a cooptação dos militares ia ainda mais longe. Não se tratava apenas de cortejá-los com promoções (mesmo dos inimigos) e equipamentos. Gradualmente crescia a participação dos militares nos postos de poder efetivo, ocupando cargos civis, em postos-chave. Surgiam os “generais executivos”.

Mesmo assim, o clima de conspiração contra o governo continuou, sobretudo na aeronáutica. Assim, em 1959 eclodiu uma nova rebelião na base de Aragarças, em Goiás, cujo objetivo era iniciar um “movimento revolucionário” para afastar do poder o grupo que o controlava cujos elementos segundo os líderes da conspiração, eram corruptos e comprometidos com o comunismo internacional. A revolta durou apenas algumas horas. Seus líderes fugiram do país e só retornaram no governo de Jânio Quadros. No próximo artigo: as elites militares pensam o Brasil; na década da crítica e das vanguardas a maturidade cultural e a crise do governo JK com o FMI.

O Nacional

Quarta-Feira, 13/07/2011

Data : 21/07/2011

Título : Os cinquenta anos da campanha da Legalidade (VI)

Categoria: Artigos

Descrição: Foi no final do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial que a cultura brasileira ganhou novos rumos.

OS CINQUENTA ANOS DA CAMPANHA DA LEGALIDADE VI

por José Ernani de Almeida

Foi no final do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial que a cultura brasileira ganhou novos rumos. A redemocratização, que inaugurou no país a era dos partidos, repercutiu na atividade intelectual. Ao longo dos anos 1950, a política passou a permear nossa produção cultural. Na esfera do Estado, surgiram órgãos próprios para pensar nossos problemas (como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, criado em 1955); na esfera militar, a crescente participação a nível de gerência ganhou expressão em estudos teóricos, promovidos pela Escola Superior de Guerra. A ESG, fundada em 1949, criou uma elite capaz de elaborar suas próprias teorias.

A década foi de intensa atividade intelectual entre os militares, voltados principalmente para questões de geopolítica e de segurança nacional. A obra de maior alcance, e também a mais duradoura e influente egressa do meio militar, foi a do cel. Golbery do Couto e Silva, consubstanciada em Planejamento Estratégicos (1955) e Aspectos Geopolíticos do Brasil. Golbery seria uma figura chave durante toda a Ditadura Militar, considerado como verdadeira “eminência parda do regime”. Na época (anos 1950) o economista Roberto Campos defendia a tese de que todas as nações deveriam resolver o problema da “compatibilidade ou incompatibilidade entre objetivos militares e econômicos, através da formulação de três dilemas: o dilema dos canhões e da manteiga, ou seja, a questão da compatibilidade entre o poder e o bem-estar; o dilema da bala e do parafuso, ou seja, o da compatibilidade entre o poder militar e o desenvolvimento econômico; e, finalmente, o dilema do bicho-da-seda e da aranha, ou seja, o tema da compatibilidade entre a força de hoje e a segurança de amanhã”.

O poder entrava definitivamente na agenda das elites militares. Já na esfera da igreja, desenvolveu-se um trabalho de reorganização, criação de “agências nacionais” (como a Conferência dos Bispos do Brasil, CNBB, de 1952, por inspiração de D. Helder Câmara) e de unidade leigas de apostolado (Ação Católica), de que alguns intelectuais serão porta-vozes. Neste período começaram a surgir estudos sobre aspectos específicos da realidade brasileira. No fim da década de 1950, surgiram dois trabalhos de grande significado, que ofereceriam interpretações diferentes sobre a história do Brasil. O primeiro foi “Donos do Poder”, de Raimundo Faoro, publicado em 1958. Inspirado nas idéias de Max Weber, Faoro analisava a formação do patronato político no Brasil.

O segundo livro importante foi “Formação Econômica do Brasil”, publicado em 1959, de Celso Furtado, que pertencera aos quadros da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina). A Cepal, ligada a ONU, defendia, entre outras coisas, para superar o subdesenvolvimento dos países periféricos, a industrialização acompanhada de mudanças na estrutura econômica, das quais a mais importante era a reforma agrária. Era o esquema teórico do “dualismo”, marcado por um setor dinâmico, industrial e moderno e, o outro, estagnado, rural e atrasado, que era o caso do Brasil. O PCB, também tinha esta visão. Para os comunistas, a contradição fundamental no Brasil era a oposição entre a

burguesia nacional e o imperialismo, aliado aos latifundiários. Daí, a necessidade de formação de um governo nacionalista e democrático que executasse as reformas necessárias.

Em tempo de guerra fria, as coisas começavam a esquentar por aqui. E esquentaram via choque com o FMI. O Brasil consultou o Fundo sobre um plano de estabilização proposto na época, até porque ele previa um empréstimo americano de 300 milhões de dólares. Segundo o historiador Boris Fausto, “ao contrário do que diziam os adversários do plano, o FMI não estava por trás dele. O órgão fazia restrições ao seu gradualismo. Por exemplo, criticava gastos governamentais para subsidiar a importação de trigo e petróleo – um expediente para que esses produtos tivessem preços relativamente baixos no mercado”. A indecisão nas relações entre o Brasil e o FMI durou quase um ano, chegando ao fim em junho de 1959. Naquela altura, Juscelino estava no final do mandato e tinha olhos voltados para a sucessão presidencial. Os nacionalistas e os comunistas passaram a atacar o presidente pela sua disposição em “vender a soberania nacional aos banqueiros nacionais e ao FMI”. Só a UDN apoiava um acordo com o órgão. Dessas circunstâncias resultou uma ruptura do governo com o FMI, o que representava ao abandono final do plano de estabilização. No próximo artigo: uma nova liderança política surge no Rio Grande do Sul: Leonel de Moura Brizola.

O Nacional

Quinta-Feira, 21/07/2011

Data : 28/07/2011

Título : Os cinquenta anos da campanha da legalidade (VII)

Categoria: Artigos

Descrição: A grande protagonista da Campanha da Legalidade foi, sem dúvida, Leonel de Moura Brizola.

Os cinquenta anos da campanha da legalidade VII

por José Ernani de Almeida

A grande protagonista da Campanha da Legalidade foi, sem dúvida, Leonel de Moura Brizola. Para entendê-la é preciso, sem dúvida, conhecer a trajetória política de Brizola. Filho de pequenos proprietários rurais da vizinha Carazinho, então distrito de Passo Fundo, ele nasceu em 1922, quinto filho de um casal que seria desfeito em 1923 pela guerra civil entre borgistas e assisistas.

O pai, José Brizola, alistara-se nas tropas da Aliança Libertadora que intentava derrubar a ditadura de Borges de Medeiros. Ele escapara ileso do confronto, mas quando se firmou a paz e os insurretos depuseram as armas, ocorreram vários assassinatos dos adeptos do levante, especialmente entre os mais humildes. Soldados do governo sequestraram José Brizola de sua casa e não mais se teve notícias dele. É provável que tenha sido degolado. Segundo Joaquim Felizardo, no livro *A Legalidade*, último levante gaúcho, “a mãe, professora primária, encarregou-se de sustentar e alfabetizar os filhos em meio a grandes dificuldades. Alguns anos depois, o menino Leonel foi residir na casa da irmã que se casara e morava em Passo Fundo. Aos 10 anos vamos encontrá-lo, segundo Moniz Bandeira, morando no sótão de um hotel em Carazinho. Sobrevivia engraxando sapatos e vendendo jornais. Sempre com enorme esforço foi vencendo etapas nos estudos”.

Juremir Machado da Silva no livro *Voices da Legalidade. Política e Imaginário na Era do Rádio*, conta que “Leonel voltou a Passo Fundo para fazer o exame de administração ao Instituto Ginásial, obtendo aprovação, mas não os recursos para estudar numa escola privada. Tinha então 14 anos quando decidiu trocar Carazinho por Porto Alegre. O dinheiro da passagem de ônibus foi doado pela prefeitura municipal e que o menino foi conduzido por um casal de amigos de sua mãe. Brizola foi estudar na Escola Técnica de Agricultura, em Viamão, na periferia da capital (...). Conta-se também, nessa profusão de versões, que dois mascates judeus sugeriram a dona Oniva, sua mãe, que mandasse o filho para Viamão, na verdade para a Escola Agrícola Senador Pinheiro Machado (...). Leonel assustado teria dado os primeiros passos na grande cidade apertando muito firme a mão da moça, como o menino que era, como o menino que estava deixando de ser, visto que nos dias seguintes ficaria só, descobriria estar fora de época para a inscrição na escola e vagaria pelo centro em busca de trabalho”. Após obter a inscrição formou-se, trabalhou como operário, fiscal de moinho, terminando por ingressar no curso noturno da Faculdade de Engenharia. Havia na época, segundo Joaquim Felizardo, “uma grande efervescência política, desencadeada pela queda de Vargas e pela redemocratização. Devido à sua origem popular, Brizola sentiu atração pelo nascente PTB, já que o PCB lhe parecera por demais sectário.

Participou com intensidade na organização do partido em todo o Rio Grande do Sul. Lançado candidato pela Ala Moça do PTB, chegou muito jovem à Assembléia Legislativa, em 1947, com cerca de 4 mil votos”. Ali estava, segundo Juremir Machado, “Leonel cumprindo uma recomendação da irmã, Quita, sua madrinha e protetora, que ao ouvi-lo reclamar, aos sete anos de idade em Passo Fundo, das péssimas condições do colégio onde estudava, dissera-lhe quase com gravidade: Cresce, vai, te mete na política”. Um de seus colegas de bancada era João Goulart, que acabaria se transformando em seu cunhado, uma vez que Brizola casaria com a irmã de Jango, Neusa, aproximando-se, assim, por vínculos familiares, do futuro substituto de Vargas.

Em 1950, Brizola reelegia-se como o mais votado em sua legenda. O conhecimento empírico dos problemas populares associado a um saber técnico, originário de sua condição de engenheiro, e uma viva intuição do momento oportuno da ação, além da oratória convincente, capaz de adaptar a forma e a linguagem de seu discurso aos níveis linguísticos dos mais variados auditórios, explicam a sua carreira meteórica. Mesmo assim, em 1951, perdeu as eleições

para a prefeitura de Porto Alegre, para Ildo Meneghetti, por apenas mil votos. Em 1955, viria a reabilitação, quando Brizola esmagaria com facilidade vários oponentes, iniciando uma administração que até os adversários reconheceriam como brilhante. No próximo artigo as realizações de Brizola como administrador, e, sua visão sobre os problemas brasileiros da época.

O Nacional

Quinta-Feira, 28/07/2011

Data : 04/08/2011

Título : Os cinquenta anos da campanha da Legalidade (VIII)

Categoria: Artigos

Descrição: Hoje vamos continuar falando sobre Leonel Brizola, a figura central da Campanha da Legalidade, ocorrida em 1961.

Os cinquenta anos da campanha da Legalidade (VIII)

por José Ernani de Almeida

Hoje vamos continuar falando sobre Leonel Brizola, a figura central da Campanha da Legalidade, ocorrida em 1961. Eleito prefeito de Porto Alegre, em 1955, privilegiou vilas e bairro pobres com moradias, escolas e calçamento, mas não esqueceu a considerável classe média porto-alegrense com melhorias urbanísticas em geral. Desta forma, emergiu no terceiro ano de sua administração como candidato natural do PTB ao governo do Estado. Porto Alegre era a caixa de ressonância do Rio Grande do Sul e louvados na competência de sua gestão, os gaúchos o escolheram em 1958 para a chefia do Piratini. Sobre sua vitória Joaquim Felizardo revela que, “Brizola tinha atrás de si, contudo, a memória da derrota de Alberto Pasqualini, principal ideólogo trabalhista e carismático às massas citadinas, e que fora derrotado pela anódina figura de Ildo Meneghetti, ex-prefeito da capital. Os centros urbanos e operários não tinham ainda força para derrubar os conservadores, cujo maior eixo de apoio dava-se na zona colonial, na região do minifúndio agrícola, de aldeias e vilas inexpressivas, da “idiotia rural” alimentada pelo reacionarismo do clero que via, em qualquer movimento de mudança, a presença solerte de demônios comunistas. Brizola procurou então organizar uma frente capaz de vencer o agrupamento direitista. Fechou alianças com o PSP, pequena organização ademarista, e com o PRP. Este partido, identificado com a liderança neofacista de Plínio Salgado, tinha forte penetração nas regiões de colonização alemã e italiana. Era a única chance de dividir os conservadores e abatê-los. A vitória foi

esmagadora, com uma diferença de mais de 170 mil votos”. Em pouco tempo seu governo se tornou nacionalmente conhecido. Assumindo o comando de uma província que perdia o lugar privilegiado no quadro industrial da Nação, em virtude do predomínio de investimentos no Sudeste, procurou com os meios que dispunha reverter esta situação. Iniciou um audacioso processo de nacionalizações. Encampou a companhia de energia elétrica, pertencente a americano-canadense “Bond and Share”, pelo valor simbólico de um cruzeiro, o que fez depois com a companhia telefônica, filial da “Internacional Telephone and Telegraph Corporation” (ITT), determinado a vencer o estrangulamento do Estado derivado de tarifas altas e serviços baixos, 14.300 telefones para 670 mil habitantes de Porto Alegre.

Estas atitudes despertaram a atenção de Washington, onde passou a ser visto como radical incendiário e comunista. Foi também Brizola que fez a primeira reforma agrária vitoriosa do Estado, no Banhado do Colégio em Camaquã. Entretanto, o grande impacto de sua administração foi a expansão quase inacreditável da rede escolar. Milhares de pequenos colégios, de tijolos ou madeira (quase sempre de madeira, então material bastante barato) foram espalhados pelo território gaúcho. Ainda hoje espanta o viajante encontrar no meio do pampa, aparentemente deserto, ou da serra inóspita do vale perdido, uma dessas escolas, conhecidas por “brizoletas”. Aqui em Passo Fundo, há uma delas, na localidade de Nossa Senhora da Paz, restaurada recentemente. Também o número de professores se multiplicou, colocando o Rio Grande do Sul entre os primeiros estados no relativo à rede de ensino público.

Na verdade, Brizola realizava o velho projeto de Júlio de Castilhos, de quem, aliás, se confessava admirador, e ao mesmo tempo atendia talvez às necessidades e impulsos íntimos de um filho de professora que, por ironia do acaso, enfrentara pessoalmente as maiores dificuldades para estudar. Para Gilberto Felisberto Vasconcelos, no livro “Depois de Leonel Brizola”, para Brizola, a Carta Testamento de Vargas foi uma escola política, um objeto de devoção, um totem, um documento, um roteiro, do qual não poderia de modo algum se afastar como homem público, nada absorveu tanto a inteligência de Brizola quanto o que atrapalhava o bem-estar do povo brasileiro e mensagem contida nas últimas palavras escritas por Getúlio”. Para o historiador Juremir Machado da Silva, “Brizola esteve à esquerda de Getúlio e de Jango, um espírito de fogo, o fruto de uma educação, o filho da professora, o menino que cedo viu na escola a mais real e conseqüente forma de ascensão social para si e, depois, feito homem, para todos”. Brizola foi um reformista com aguçada sensibilidade social e determinação. Nunca foi comunista. No próximo artigo vamos tratar da campanha eleitoral de 1960 que levou Jânio Quadros ao poder.

O Nacional

Quinta-Feira, 04/08/2011

Data : 11/08/2011

Título : Os cinqüenta anos da Campanha da Legalidade (IX)

Categoria: Artigos

Descrição: O esforço desenvolvimentista do período JK gerou um panorama de inflação e crise econômica.

Os cinqüenta anos da Campanha da Legalidade (IX)

por José Ernani de Almeida

O esforço desenvolvimentista do período JK gerou um panorama de inflação e crise econômica. Para os nacionalistas, a iniciativa privada brasileira estava ameaçada de estrangulamento, pois a Instrução 113 da Sumoc, permitia que as empresas estrangeiras instaladas no Brasil importassem tecnologia e maquinário com isenção de impostos, o que era vedado às similares nacionais. Assim, se essa medida fazia surgir no Brasil indústria de tecnologia mais avançada, como a automobilística, ela ao mesmo tempo prejudicava o empresariado nacional, que, sufocado pela concorrência, era obrigado a se associar a firmas estrangeiras. Abria-se para o país a era dos capitais associados. Na campanha para as eleições presidenciais de 1960, a retórica do Marechal Henrique Teixeira Lott e do seu vice João Goulart, da dobradinha PSD/PTB, repercutiu favoravelmente junto às áreas nacionalistas em geral, angariando inclusive o apoio explícito dos comunistas, então, envolvidos na luta anti-imperialista. “Na realização dessa obra de governo buscarei estar sempre sob a luz da estrela nacionalista”, declarou o marechal em sua campanha.

Tais idéias, contudo, não sensibilizaram as massas populares, descontentes com a carestia, que preferiam ir beber nas águas populistas de Jânio Quadros. Disputando com ele a mesma fatia do eleitorado estava Ademar de Barros, fundador do PSP. Ademar, entretanto, estava em franco declínio: em 1954, perdera o governo de São Paulo para Jânio e, em 1955, a presidência da República para Juscelino. Cartazes, bandas de música, fogos de artifício, papéis picados e até vassouras fosforescentes, encerraram, a 30 de setembro de 1960, a tumultuada campanha eleitoral de Jânio Quadros à presidência. Em fins de 1959, o tenso relacionamento entre Jânio e os partidos que o apoiavam (UDN, PTN, PDC, PR, PL e dissidências do PTB, PSD, PRP, PSP e PSB), atingiu seu pouco crítico. Jânio, com seu estilo personalista, sentia-se manietado pelos limites programáticos dos partidos e renunciou à candidatura. Como era do seu feitio, em dezembro, voltou atrás e retomou a campanha que tinha como slogan “o tostão contra o milhão” e era embalada pela marchinha, “varre, varre, varre vassourinha/varre a bandalheira/que o povo já está cansado/de sofrer dessa maneira/Jânio Quadros é a esperança deste povo abandonado”.

Na verdade, Jânio foi capaz de aglutinar setores militares e de classe média (com promessas de “limpeza” na administração e estabilização da economia), elites empresariais (com afirmação de fé na livre iniciativa) e dos trabalhadores (com promessas de uma ordem social mais justa). Assim, o homem do tostão e da

vassoura ganhou a eleição com uma vitória sem precedentes – 5 milhões e 600 mil votos. Jânio era de uma instabilidade preocupante. Para se ter uma idéia, basta esta definição dada sobre ele por um político do seu partido: "Cinco figuras históricas parecem haver influenciado Jânio: Jesus, Shakespeare, Lincoln, Lênin e Chaplin. O problema é que nunca se sabe (...) quando ele imita esta ou aquela personalidade. Muitas vezes procuramos Jesus e damos de cara com Lênin". No governo de São Paulo chegou até a proibir bailes de rock-and-roll, quando o novo ritmo chegou ao Brasil! Era dado a presentear cidades do país. Passo Fundo, quando do seu centenário, recebeu de Jânio, então governador paulista, a cuia que está, desde então, no centro da praça Marechal Floriano. Mas, voltemos às eleições de 1960. João Goulart elegeu-se vice-presidente da República apesar da nítida derrota de Lott, seu companheiro de chapa. Isso foi possível porque, na época, o eleitor podia votar no candidato a presidente de uma chapa e no candidato a vice de outra. A votação de Jânio e Jango nos meios operários expressou o nítido avanço do PTB, acompanhado não obstante de uma dissidência sindical trabalhista, nascida em São Paulo, que se inclinou por Jânio. Daí se originou o movimento Jan-Jan, apoiando os nomes de Jânio e Jango. Em pouco tempo os acontecimentos políticos iriam demonstrar os riscos dessa combinação inesperada. Sobre ela, e o governo Jânio, falaremos no próximo artigo. Queremos deixar aos nossos leitores um convite para a palestra que no próximo dia 25, às 20 horas, no Colégio Notre Dame, o historiador Juremir Machado da Silva, estará fazendo abordando Os 50 Anos da Campanha da Legalidade, numa promoção do Pré-Vestibular MediSchool, Revisteira Central, Colégio Notre Dame e Câmara Municipal de Vereadores.

O Nacional

Quinta-Feira, 11/08/2011

Data : 18/08/2011

Título : Os cinquenta anos da Campanha da legalidade (X)

Categoria: Artigos

Descrição: Pela primeira vez, um presidente tomou posse em Brasília, encarnando as esperanças do futuro.

Os cinquenta anos da Campanha da legalidade (X)

por José Ernani de Almeida

Pela primeira vez, um presidente tomou posse em Brasília, encarnando as esperanças do futuro. Em menos de sete meses essas esperanças seriam

desfeitas, com a renúncia que atiraria o país numa grave crise política. O ministério composto por Jânio Quadros em janeiro de 1961 reunia uma mistura de elementos da UDN e representantes de partidos menos expressivos. O que unia essas forças heterogêneas era o antigetulismo. Alpargatas, blusões folgados, os famosos slacks com jaquetas tipo “safári” (também conhecidos como “pijânios”) – era a imagem tropical de um novo estilo de presidente. Parte dessa performance foram os não menos famosos “bilhetinhos” que Jânio enviava diariamente a funcionários dos mais diversos escalões, como parte de sua estratégia moralizadora da administração pública. Esperados muitas vezes com humor pela imprensa, esses pequenos recados causavam frequentemente irritação e até desespero nos que os recebiam. Prova é que, dos 1.534 bilhetes ditados durante a presidência, apenas onze foram de elogios ou homenagens.

Na prática essas pequenas notas funcionavam sobretudo como decretos oficiosos, transformando em “lei” várias das pequenas decisões quase legendárias de Jânio: regulamentação do tamanho do maiô das misses, proibição do biquíni nas praias, das corridas de cavalo em dias úteis, das rinhas de galo e do lança-perfume. No plano das medidas mais sérias, combinou iniciativas simpáticas à esquerda com medidas simpáticas aos conservadores. De algum modo, desagradava assim a ambos. Enquanto aplicava uma política interna de austeridade, submissa ao FMI, Jânio radicalizava progressivamente seus pronunciamentos por uma “política externa independente”. Esta era vista por muitos como uma tentativa de atenuar a tensão provocada pelas decepções com sua política interna. Com sua orientação nacionalista no plano internacional, Jânio demonstrava querer a neutralização da oposição de esquerda e, ao mesmo tempo, a construção de um poderoso instrumento de barganha com os Estados Unidos. Pronunciou-se contrário à tradição brasileira de apoio às potências colonialistas, sobretudo na África portuguesa, e favorável à admissão da China nas Nações Unidas. Condecorou os membros da missão soviética de “boa vontade” e o astronauta Yuri Gagarin. Essa série de iniciativas, que certos cronistas políticos da época taxaram de “revolucionárias”, culminou com o envio de uma missão chefiada por João Goulart à China de Mao Tse Tung, e com a condecoração de “Che” Guevara.

A condecoração ao companheiro de Fidel Castro, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, provocou a fúria dos conservadores. Na verdade, a “política externa independente” era feita muito mais de declarações com fins publicitários, do que de passos concretos. Não havia nesses gestos qualquer intenção de demonstrar apoio ao comunismo. Por outro lado, a publicidade obtida por Jânio com essas afirmações “revolucionárias” era de eficácia duvidosa: sem conseguir convencer comunistas e nacionalistas, desgostava os conservadores. Uma verdadeira cruzada passou a ser desencadeada contra a “política externa independente” de Jânio. Lideravam-na o “maior eleitor janista” da véspera, Carlos Lacerda, e o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara. Para Lacerda, Jânio era “o mais mutável, o mais desequilibrado, o mais pérfido de todos os homens públicos que apareceram no Brasil”. Em várias ocasiões, o ministro da guerra Odílio Denys, também chegou a adverti-lo sobre a insatisfação da alta hierarquia militar. No plano internacional, a situação não melhorou para o governo Quadros. Em abril de 1961, a tentativa de desembarque, na baía dos Porcos, de tropas recrutadas entre exilados cubanos e treinadas nos Estados

Unidos, reacendeu o clima de “guerra fria”. Jânio foi então convidado a optar claramente por um dos dois blocos.

Sofreu nesse sentido pressões de diplomatas norte-americanos, devido à sua resistência em apoiar o bloqueio a Cuba. Às vésperas da renúncia, Jânio parecia ter conseguido desagradar a gregos e troianos. No próximo artigo, a surpreendente renúncia de Jânio, a tentativa de golpe e o início da Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul, liderada pelo governador Leonel Brizola. Queremos renovar aos nossos leitores o convite para a palestra do historiador Juremir Machado da Silva, no próximo dia 25, no Notre Dame, às 20 horas, numa promoção do Pré-vestibular MediSchool, Revisteira Central, Notre Dame e Câmara de Vereadores. O tema será os 50 anos da Legalidade. Às 18:30, na Revisteira Central, ele estará autografando seu livro “Vozes da Legalidade”.

O Nacional

Quinta-Feira, 18/08/2011

Data : 25/08/2011

Título : Os cinqüenta anos da Campanha da legalidade (XI)

Categoria: Artigos

Descrição: “Ponho o chapéu na cabeça e saio, se me impedirem de governar com autoridade”, advertira Jânio Quadros numa das várias vezes em que ameaçara renunciar.

Os cinqüenta anos da Campanha da legalidade (XI)

por José Ernani de Almeida

“Ponho o chapéu na cabeça e saio, se me impedirem de governar com autoridade”, advertira Jânio Quadros numa das várias vezes em que ameaçara renunciar. Mas os ministros militares não acreditaram no que ouviam quando ele leu, em 25 de agosto de 1961, o último bilhete de seu mandato: “Nesta data, e por este instrumento, deixando com o ministro da Justiça as razões do meu ato, renunciou ao mandato de presidente da República”. Na verdade, os dias que antecederam à renúncia haviam sido agitados. Liderada por Carlos Lacerda, uma campanha fora desencadeada contra a política externa do Governo. A Guerra Fria vivia momentos de “aquecimento” com a construção do Muro de Berlim, que começara em 13 de agosto, separando as duas Alemanhas. Brizola havia discursado em Punta del Este, defendendo Cuba e o direito de

autodeterminação dos povos, além de conhecer Che Guevara. Enfim, os dias que antecederam à renúncia haviam sido agitados. Sempre agosto, o “Mês de Cães Danados”, segundo o romance de Scliar. Na verdade, “o golpe palaciano” de Jânio estava montado para funcionar como um show em três atos: 1) responsabilizar o Congresso pela carestia e pelos impasses administrativos; 2) renúncia; e 3) um apelo ao povo. Jânio supunha que os militares não iriam permitir a posse de Jango. Teria inclusive afirmado em certa ocasião que, caso não pudesse governar, entregaria o Brasil “a um louco que iria incendiá-lo”.

Ora, para evitar que esse “louco” fosse alçado ao governo, os militares pensariam em chamar Jânio de volta ou em instalarem-se eles próprios no poder. O Congresso, por sua vez, temeroso de ver o poder monopolizado pelos militares, apelaria também para que Jânio voltasse. Ele, então, exigiria “plenos poderes” Assim, levando consigo a faixa presidencial, Jânio retirou-se para a base aérea de Cumbica (SP), esperando que de alguma parte surgisse o chamamento para que voltasse. A renúncia, considerada decisão voluntária, foi aceita sem discussão pelo plenário do Congresso, como um fato consumado. Jânio, tomando consciência de que a encenação tinha falhado, edigiu uma carta ao povo brasileiro, calcada na carta-testamento de Vargas, na qual se referia às “forças ocultas” que o teriam levado a renunciar. Tudo deu errado. O tiro saiu pela culatra. Para o historiador Francisco Iglesias, “entre as várias maneiras de alguém entrar para a História, Jânio escolheu a cômica”. Useiro antigo que era do recurso do “não brinco mais”, no fundo, estava despreparado até para a mais comezinha das responsabilidades de um chefe de governo, que é administrar pressões.

A Constituição não deixava dúvidas quanto à sucessão de Jânio: deveria assumir o vice-presidente João Goulart. Entretanto, a posse ficou em suspenso, diante da iniciativa de setores militares que viam nele a encarnação da República sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder. Por um acaso carregado de simbolismo, Jango se encontrava ausente do país, em visita à China comunista. Aqui no Estado o governador Brizola iniciou a reação ao golpe, conclamando o povo gaúcho à luta armada, se fosse o caso. De metralhadora a tira-colo, passou a representar a reação popular às forças conservadoras que tentavam impedir a posse de Jango. Conquistou o apoio do III Exército e colocou a rádio Guaíba sob intervenção do governo, a qual passou a transmitir seus inflados discursos e apelos para a participação de todo o povo em torno da questão da posse de João Goulart. O rádio foi fundamental no sucesso da Legalidade. A “Cadeia da Legalidade” passou a denunciar o que acontecia no Brasil. Um ataque aéreo foi determinado contra o Piratini, para calar o governador.

O ataque foi evitado graças à reação dos sargentos que impediram a decolagem dos aviões da Base Aérea de Canoas. Aqui em Passo Fundo, segundo as edições de O Nacional da época, as unidades militares locais entraram em prontidão. As aulas foram suspensas. A Federação Universitária Passofundense, realizou no dia 28, um comício no Altar da Pátria, no qual vários oradores, entre eles Odilon S. de Lima, Juarez Azevedo, Juarez T. Deu, Cesar Santos e o prefeito Benoni Rosado, defenderam a posse de Jango. O Centro Acadêmico João Carlos Machado abriu um voluntariado para lutar, caso necessário, em defesa da ordem e da legalidade. Foi fundado o Comitê Feminino Pró-Legalidade. Era Passo Fundo se integrando ao movimento popular

democrático da Legalidade, o último levante gaúcho. No dia 29 de agosto O Nacional estampava a manchete: “Jânio em lágrimas afirma: voltarei”. No saudoso Cine Real o filme em cartaz tinha um título muito sugestivo, “Um Sonho Impossível”. No nosso último artigo sobre a Legalidade, vamos abordar a posse de Jango e a adoção do Parlamentarismo.

O Nacional

Quinta-Feira, 25/08/2011

Data : 02/09/2011

Título : Os cinquenta anos da campanha da Legalidade (XII)

Categoria: Artigos

Descrição: “No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, e da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas...

OS CINQUENTA ANOS DA CAMPANHA DA LEGALIDADE XII

por José Ernani de Almeida

“No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, e da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas (...) através da palavra autorizada de seus ministros, manifestaram (...) a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do vice-presidente, Sr. João Goulart”. Este um trecho do manifesto dos ministros militares, publicado em 30 agosto de 1961. Algo patético. Para defender as instituições democráticas se colocavam contra a posse do vice-presidente, legitimamente eleito. Não foi à toa que ficaram conhecidos como “os três patetas”. Enquanto aqui Brizola articulava a resistência ao golpe, Jango fazia um longo trajeto de Cingapura até Porto Alegre. No dia 1º. De setembro Jango estava em Montevideu onde recebeu Tancredo Neves que foi até a capital uruguaia a fim de convencê-lo a aceitar a tese da adoção do Parlamentarismo para evitar uma guerra civil que começava a se desenhar.

Na noite de 1º de setembro um Caravelle da Varig descia no Aeroporto Salgado Filho. Jango foi recebido por Brizola e Machado Lopes e rumaram para o Palácio do Piratini, onde uma multidão calculada em 100 mil pessoas aguardava o Presidente de direito. Jango foi a uma das sacadas do Palácio, mas não falou à multidão. Ele já chegara convencido de que o Parlamentarismo, mesmo reduzindo suas atribuições, era a melhor solução. Brizola nunca concordou com

tal mudança. O próprio Lacerda se opôs à idéia, dizendo que a opinião pública teria sido “chantageada” com a ameaça de derramamento de sangue. Na madrugada de 2 de setembro de 1961, o Congresso Nacional aprovava a emenda parlamentar por 233 votos a favor e 55 contra. No dia 5 João Goulart chegou em Brasília e no dia 7 de setembro tomou posse como Presidente. A Rede da Legalidade aqui no Rio Grande do Sul foi desfeita e as emissoras de rádio voltaram a sua programação normal.

A Legalidade havia garantido o cumprimento da Constituição e evitado um golpe que fatalmente teria determinado o início da ditadura militar com dois anos e meio de antecedência – ela viria em 1964. João Goulart com uma postura de estadista evitou um confronto armado que era eminente, mesmo que isto tenha significado a redução de seus legítimos poderes, que ele acabou recuperando em 1963, após um plebiscito, que restabeleceu o presidencialismo. Leonel de Moura Brizola foi o responsável pela criação de uma força reformista e democrática pelo país, que teve repercussão em outros momentos da história brasileira das décadas seguintes, quando, por exemplo, da redemocratização do país. Brizola se tornou sinônimo de resistência e uma referência para os que lutaram pela democracia. Tenho proferido uma série de palestras em escolas aqui da cidade e da região, a convite da 7ª. Coordenadoria Regional de Educação, e, nelas tenho procurado mostrar aos alunos dos terceiros anos de nossas escolas que Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola foram os grandes heróis da nossa história. No século XIX a Revolução Farroupilha buscou tirar o Rio Grande do Sul do Brasil. Foi um movimento elitista, das oligarquias ligadas a pecuária e ao charque, que usou o peão como instrumento dos seus interesses. Vargas, Jango e Brizola solidificaram o Rio Grande como instrumento de consolidação da identidade nacional, de mecanismo de reformas sociais, de incorporação das massas excluídas, de modernização do país.

A Campanha da Legalidade foi um movimento de maior importância. Contou com a participação espontânea do povo e, ao lado deste povo, de forma inédita, os militares. Talvez por isto ela foi remetida a uma espécie de limbo da história. Para a nossa conservadora sociedade é perigoso falar de movimentos em que o povo participou, em que foi protagonista, e, não apenas mero espectador ou instrumento de elites. É muito mais conveniente exaltar uma revolução de cunho oligárquico – como a Farroupilha – que, aliás, perdemos, demonstrando que nosso espírito esportivo é fantástico. Misturar folclore e tradicionalismo com história não dá certo. Sem dúvida não teremos nenhuma “cavalgada da Legalidade”, nenhum “acampamento da Legalidade”, embora na época, os CTGs apoiaram o movimento. Brizola nunca usou bombacha, nunca teve ligação com o latifúndio. Na Legalidade não foi preciso usar bombacha para se identificar como gaúcho. Gradualmente, a Legalidade vai recebendo a atenção que merece. Ela passará a ocupar um espaço fixo no calendário das comemorações estaduais a partir de agora. Anualmente o 28 de agosto será de homenagem ao último levante gaúcho.

O Nacional

Sexta-Feira, 02/09/2011

Data : 08/09/2011

Título : O atentado de 11 de Setembro, dez anos depois

Categoria: Artigos

Descrição: Tenho absoluta certeza que o prezado leitor lembra com clareza o que estava fazendo naquela fatídica manhã de 11 de setembro de 2001.

O atentado de 11 de Setembro, dez anos depois

por José Ernani de Almeida

Tenho absoluta certeza que o prezado leitor lembra com clareza o que estava fazendo naquela fatídica manhã de 11 de setembro de 2001. Todos nós nunca mais esqueceremos. As imagens da primeira torre queimando e do segundo avião atingindo a outra, possivelmente terão sido as mais espantosas que todos vimos em nossas vidas. Passados dez anos, ainda vivemos sob a sombra daquele dia, em que milhares de civis foram assassinados em nome do radicalismo religioso. Até aquele 11 de setembro a denominada ordem mundial deparava-se com problemas prosaicos, se compararmos com o que veio depois. A globalização estava em plena expansão e exigia respostas a questões como o protecionismo, o surgimento do colosso chinês e o combate à pobreza. Israelenses e palestinos seguiam a marcha crônica de seus desentendimentos. A imigração nos países ricos provocava temor somente no aspecto econômico. A verdade é que nada disso sumiu da agenda mundial, mas os ataques de 11 de setembro de 2001 tornaram o cenário bem mais complicado. O medo se instalou entre todos.

O terrorismo islâmico, a face mais terrível do fundamentalismo, passou a ser a preocupação planetária. Atentados com mortes aconteceram na Europa, na Turquia e na Indonésia. Viajar de avião, por motivos de segurança, tornou-se uma experiência parecida com a de visitar uma prisão. O cidadão americano, impactado pela magnitude e pelo significado simbólico dos atentados, passou a ter a sensação de que também era vulnerável, que podia ser alvo numa guerra. Numa nação de imigrantes, a desconfiança e a discriminação contra quem é diferente assumiram uma intensidade de paranóia, de todos contra todo mundo. Multiplicaram-se nestes dez anos, os episódios de abusos e agressões aos direitos de quem, por seu aspecto físico, crença, modo de falar ou de vestir, não se enquadra nos critérios de normalidade. A mídia contribuiu fortemente para intensificar esse clima, adotando, desde o início, uma postura belicosa, de demonização dos inimigos e de propaganda de guerra, exaltando o patriotismo e estimulando o medo. Em nome da segurança, a liberdade e a privacidade dos cidadãos foram drasticamente reduzidas não só nos Estados Unidos, mas na totalidade dos países democráticos. O governo americano pôs a questão em termos de luta do bem contra o mal, de “quem não está conosco está contra

nós”, ao mesmo tempo em que introduziu o princípio do ataque preventivo (segundo o qual é justo fazer guerra a países que possam representar uma ameaça futura).

Também passou a defender a tese de que não é necessário ter a aprovação da comunidade internacional para interferir em outros países (Afeganistão e Iraque foram os primeiros), assumindo nitidamente o perfil de potência imperial, responsável pela estabilidade mundial. A sutileza foi atropelada e os Estados Unidos assumiu-se como império. O Iraque foi atacado com a alegação da existência de armas de destruição em massa, nunca encontradas. Na verdade o ataque atendia aos interesses das corporações do petróleo, das armas e da construção. O saldo da invasão do Iraque: 6 mil soldados americanos e 125 mil civis iraquianos morreram. No Afeganistão, segundo o Instituto Watson de Estudos Internacionais da Brown University, morreram 224 mil. Sendo 4.474 soldados americanos. A vingança americana acabou recaindo sobre milhares de inocentes no Iraque e no Afeganistão. A “doutrina Bush” não teve dúvidas em desprezar os direitos humanos ao aplicar torturas em presos políticos, para arrancar informações sobre as lideranças da Al Qaeda. Nas duas guerras foram gastos mais de 4 trilhões de dólares.

Para os especialistas em economia a raiz da pior crise americana pós-1929 está nos gastos com estas guerras. Bin Laden foi morto, mas, em compensação a Al Qaeda, que antes se restringia ao território do Afeganistão, agora também está presente no Iraque e no Paquistão. A ameaça criada por Bin Laden não desapareceu com sua morte. Isto significa que o governo americano vai continuar com a postura de que o radicalismo político, o terrorismo, serão eliminados, eliminando fisicamente suas lideranças. É, sem dúvida, uma espécie de terrorismo de Estado. Acordos internacionais que prescrevem a prisão, o julgamento e a punição do acusado, continuarão sendo esquecidos. As relações entre Ocidente e o mundo muçulmano, ao que tudo indica, continuarão tensas, apesar da “Primavera Árabe” que acena com a busca de liberdade e de democracia naquela região. Tomara que isto realmente aconteça.

O Nacional

Quinta-Feira, 08/09/2011

Data : 15/09/2011

Título : Verdade e memória

Categoria: Artigos

Descrição: O projeto sobre o sigilo de documentos públicos continua no Congresso Nacional, devendo ser votado no Senado ainda este mês...

Verdade e memória

por José Ernani de Almeida

O projeto sobre o sigilo de documentos públicos continua no Congresso Nacional, devendo ser votado no Senado ainda este mês, e, como terá de retornar à Câmara, a proposta pode terminar o ano sem definição. Setores conservadores defendem o sigilo eterno para documentos ultrassecretos. Esta discussão tem por base uma proposta enviada pelo então presidente Lula ao Congresso, em 2009, chamada de Lei de Acesso à Informação. Em 2010, a Câmara aprovou o projeto com uma mudança substancial: limitava a apenas uma vez a possibilidade de renovação do prazo de sigilo de documentos ultrassecretos. Com isso, documentos com este carimbo seriam divulgados, no máximo, após 50 anos de sua elaboração. Assim, o Brasil, continuará sendo o país mais atrasado da América Latina em sua política de acesso a informações públicas.

Desvendar os atos de tortura, do desaparecimento e da morte de pessoas durante o regime militar (1964-1985), significa prestar contas à história brasileira e, ao mesmo tempo, demonstrar a maturidade da própria República. A proposta da ministra Maria do Rosário de abrir os arquivos brasileiros e instaurar uma comissão da verdade para investigar os crimes cometidos durante a ditadura que envergonhou o Brasil a partir de abril de 1964, é da maior importância. A busca pela memória e pela verdade está associada, está ligada à configuração da identidade de qualquer país, onde os valores e compromissos federativos devem estar calcados em sua história. A formatação do caráter republicano-constitucional do presente e do futuro inexistem sem passado. O passado, lembrando Eric Hobsbawm, é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade. Nossos vizinhos andam mexendo no passado. Os argentinos, por exemplo, já condenaram à prisão perpétua um ditador, Jorge Videla.

A questão não é de revanchismo, não é de vingança. Seria mesmo revanchismo ou vingança exigir um direito fundamental à preservação da memória e à verdade histórica? Abrir os arquivos da ditadura e estabelecer uma comissão de verdade, representa valorizar um programa de ações convergentes à recuperação daquilo que podemos denominar de memória e verdade em busca da redenção, em busca da consolidação democrática tão necessária ao desenvolvimento da identidade da comunidade comprometida com os Direitos Humanos, com a verdade histórica e com a afirmação dos valores de cidadania. A memória é um bem público que dá base para a construção da identidade social e cultural. É fundamental para o posicionamento sobre os acontecimentos históricos. É evidente que tratar destas questões apresenta dificuldades práticas e de múltiplas naturezas, a começar pela política, eis que os interesses envolvidos não raro estão conectados com segmentos de importante hegemonia histórica, econômica e social. Especialmente nos setores militares há uma resistência em abrir os arquivos da ditadura. Toda a vez que este assunto é levantado logo se manifestam as vozes conservadoras – as mesmas que apoiaram o regime militar e foram às ruas, entre outras, na Marcha da Família com Deus e pela Liberdade (na verdade propriedade) de 1964 – acusando-o de revanchismo. Abrir os

arquivos da ditadura e estabelecer uma comissão de verdade pode ser sim extremamente nocivo, mas para os torturadores.

Os ativistas de esquerda, que se empenharam contra o arbítrio representado pela ditadura brasileira, foram punidos com morte, prisão, tortura, exílio, cassação, censura e humilhação. Muitos torturadores ainda andam por aí. Estabelecer a verdade sobre as violações do passado é fundamental para que também seja estabelecida sobre as violações do presente e, sobretudo, se aprenda e se gere condições suficientes para evitá-las no futuro. Não é possível construir uma sociedade livre, justa e solidária com uma memória social contraditória e dividida. Em 1979 – governo Geisel – o inesquecível Luiz Gonzaga Jr., já fazia uma candente denuncia sobre esta questão, na canção “Achados e Perdidos”: “Quem me dirá onde está/Aquele moço fulano de tal/Filho, marido, irmão, namorado/Que não voltou mais/Insiste o anúncio nas folhas dos nossos jornais/Achados, perdidos, morridos/Saudades demais/Mas eu pergunto e a resposta é que ninguém sabe/Ninguém nunca viu/Sei é que ele sumiu/E quem souber algo acerca do seu paradeiro/Beco das liberdades/Estreita e esquecida, uma pequena marginal/Dessa imensa avenida Brasil”.

O Nacional

Quinta-Feira, 15/09/2011

Data : 30/09/2011

Título : O ano da Holanda no Brasil

Categoria: Artigos

Descrição: Este é o ano da Holanda no Brasil. A presença dos holandeses entre nós foi marcante desde os primórdios de nossa história.

O ANO DA HOLANDA NO BRASIL.

por José Ernani de Almeida

Este é o ano da Holanda no Brasil. A presença dos holandeses entre nós foi marcante desde os primórdios de nossa história. Os comerciantes flamengos financiaram grande parte da instalação da empresa açucareira no Brasil. O açúcar, aqui produzido, era refinado e distribuído pela Holanda, o que lhe proporcionava significativos rendimentos. Para os grandes grupos financeiros batavos, o açúcar brasileiro significava dinheiro, retorno de investimentos e consideráveis lucros. Se se considerar que os holandeses controlavam o transporte (inclusive do transporte entre Brasil e Portugal), a refinação e a

comercialização do produto, depreende-se que o negócio do açúcar era, na realidade, mais deles do que dos portugueses. Entretanto, a guerra travada com a Espanha durante toda a segunda metade do século 16 e, além disso, a passagem do trono português para as mãos espanholas (União Ibérica), cortaram as possibilidades holandesas de continuar seu lucrativo negócio.

Felipe II chegou a proibir terminantemente que os holandeses comercializassem os gêneros produzidos em colônias espanholas. Nestas condições os flamengos foram obrigados a ir buscar tais produtos em suas próprias origens, ou seja, foi necessárias que eles tomassem as colônias, fontes produtoras das mercadorias pelas quais se interessavam. O Brasil, estava neste caso. Assim, em 1624, os holandeses invadiram a Bahia, que, como capital colonial, era a chave para um controle eficiente do território. A invasão holandesa fracassou diante da reação luso-espanhola. Sabedor da invasão, o governo metropolitano preparou uma das mais fortes armadas que até então haviam singrado o Atlântico, expedição que ficou conhecida pelo nome de “Jornada dos Vassalos”.

Em 1625 os holandeses eram expulsos. Durara apenas um ano a primeira tentativa holandesa de se estabelecer em terras brasileiras. Em 1630 os flamengos retornaram, e, com uma formidável força, ocuparam Pernambuco, onde ficaram por 24 anos. A longa permanência foi possível graças à administração de Maurício de Nassau, membro de uma das mais importantes famílias holandesas. Culto e humanista, Nassau promoveu um período florescente de toda a dominação holandesa. Um dos pontos altos de sua administração foi, indubitavelmente, a melhoria do relacionamento com os brasileiros, principalmente com os grandes latifundiários do açúcar.

Deu liberdade religiosa, permitindo as tradicionais festas religiosas, procissões e missas. Por outro lado, vale recordar o grande desenvolvimento cultural e artístico da época de Nassau. Ele trouxe da Holanda vários nomes destacados das artes e das ciências, como os pintores Franz Post, Albert Eckhout e Zacarias Wegener, o médico e astrônomo Jorge Marcgraf, o médico Willem Piso, e o escritor e teólogo Francisco Plante, entre outros. Recife recebeu melhoramentos urbanos, transformando-se em capital da colônia holandesa. Ao deixar o Brasil Nassau deixou saudades. Sua saída, foi responsável pelo esfriamento das relações entre brasileiros e holandeses que, em 1654, seriam expulsos definitivamente do Brasil.

No século 19, com a abolição da escravidão no Brasil, o governo brasileiro passou a procurar substitutos para a mão-de-obra escrava na Europa com o objetivo de desenvolver o interior do país. Assim, os holandeses voltaram. As causas para a imigração batava ao Brasil, na época, encontram-se na miséria, no desemprego, na liberdade religiosa e na devastação causada pela Segunda Guerra Mundial nos Países Baixos. O Brasil acenava com a possibilidade da posse rural e de formar núcleos agrícolas. O auge da imigração aconteceu entre 1899 e 1940.

A chegada, em 1911, de um grupo de 450 imigrantes neerlandeses da província da Holanda do Sul, que estabeleceram-se em Carambeí, no Paraná, é considerada como a data mais importante do processo da imigração holandesa. Ali foi fundada a primeira colônia holandesa. A família que se mudara para o município fundaria a primeira cooperativa agroindustrial do país, a Batavo. Em 1949, um novo grupo de neerlandeses fixou-se na fazenda Monte Alegre, no

Paraná, adquirida pela Klabin em 1934. Também em 1949, imigrantes holandeses estabeleceram-se em Não-Me-Toque aqui no Rio Grande do Sul. Adquiriram terras desgastadas e rejeitadas pelos imigrantes alemães, estabelecendo modernas empresas agrícolas. Iniciaram o plantio de batata e milho, posteriormente tornando-se grandes produtores de soja e trigo. Portanto, os descendentes de Rembrandt e Vincent van Gogh também contribuíram para a construção do nosso estado e do Brasil.

O Nacional

Sexta-Feira, 30/09/2011

Data : 13/10/2011

Título : O Dia dos professores

Categoria: Artigos

Descrição: Foi no dia 15 de outubro de 1827 que D.Pedro I baixou um Decreto Imperial criando o Ensino Elementar no Brasil.

O Dia dos professores

por José Ernani de Almeida

Foi no dia 15 de outubro de 1827 que D.Pedro I baixou um Decreto Imperial criando o Ensino Elementar no Brasil. Ele estabelecia que “todas as cidades, vilas e lugarejos tivessem suas escolas de primeiras letras”. O decreto falava de muita coisa: descentralização do ensino, salário dos professores, as matérias básicas que todos os alunos deveriam aprender e até como os professores deveriam ser contratados. A ideia era inovadora, revolucionária. Faltou apenas ser cumprida. O dia dedicado ao professor, entretanto, somente foi comemorado 120 anos depois, em 1947. Foi iniciativa de professores de uma pequena escola da Rua Augusta, em São Paulo. Quatro professores tiveram a ideia de organizar um dia de parada para evitar a estafa e também de congraçamento e análise dos rumos para o restante do ano, já que o longo período letivo do segundo semestre ia de 1º de junho a 15 de dezembro, com apenas 10 dias de férias em todo este período. A celebração, que se mostrou um sucesso, espalhou-se pela cidade de São Paulo e pelo país nos anos seguintes, até ser oficializada nacionalmente como feriado escolar pelo Decreto Federal 52.682, de 14 de outubro de 1963.

Desde então muita coisa mudou nas atividades dos professores. Hoje, pais não aceitam as notas dos filhos, ameaçam e questionam professores. Os filhos, sem

limites, brigões, cultivadores do bullying passam a ter toda a razão. As escolas, temerosas de perder clientes, avalizam em muitas ocasiões tais comportamentos, justificando-os como “rebeldia característica de adolescentes”. E em meio a tudo isto está o professor. Ele que é o condutor do processo de conhecer, aprender, isto é, mudar. O verdadeiro portador da vocação ontológica da cada ser humano: ser livre, produtor de cultura, história. E isto ele faz trabalhando o conhecimento enquanto práxis: teoria e método que desvelam a contradição existente em todos os fenômenos e coisas. É ele que desperta o jovem para a transformação e a criatividade. Paulo Freire chamou a isso de Curiosidade Epistemológica, isto é, acrescentar ao mundo algo nosso. Ao assim proceder escola, professores e alunos estão mudando o mundo. E mudando para melhor. Mas para que este processo seja concretizado, as coisas não podem acontecer apenas e tão-somente na sala de aula. O professor precisa ser valorizado com piso salarial, carreira, condições de trabalho, acesso aos bens culturais e tecnológicos, respeito, diálogo, formação permanente e participação efetiva na gestão da educação.

Os processos avaliativos devem ser democráticos, internos e externos (por meio de universidades públicas), onde será valorizado o mérito, em contraposição à “meritocracia” de inspiração neoliberal. Afinal, professor não é jogador de futebol que deve ganhar de acordo com o número de gols marcados. Sabemos que os melhores professores se caracterizam por ter vários anos de experiência, ter um conceito positivo de si mesmo e do seu trabalho, ter expectativas positivas com relação a todos os seus alunos e conseguir fazer todos os alunos aprenderem. O bom professor é aquele que conseguem fazer com que seus alunos aprendam bem o que precisam aprender, no ritmo correto. A sociedade espera tudo dos professores, os pais transferem a eles muito das suas responsabilidades.

A propósito encontrei uma carta de Abrahan Lincol, enviada ao professor do seu filho, em 1830. Isto é, antes da primeira metade do século 19, já aos professores tudo era atribuído. Eis o que pedia Lincoln: “Caro professor, ele terá que aprender que nem todos os homens são justos, nem todos são verdadeiros, mas por favor diga-lhe que, para cada vilão há um herói, que para cada egoísta, há também um líder dedicado, ensine-lhe por favor que para cada inimigo haverá também um amigo, ensine-lhe que mais vale uma moeda ganha que uma moeda encontrada, ensine-o a perder, mas também a saber gozar a vitória, afaste-o da inveja e dê-lhe a conhecer a alegria profunda do sorriso silencioso, faça-o maravilhar-se com os livros, mas deixe-o também perder-se com os pássaros no céu, as flores no campo, os montes e os vales. Nas brincadeiras com os amigos, explique-lhe que a derrota honrosa vale mais que a vitória vergonhosa, ensine-o a acreditar em si, mesmo sozinha contra todos. Ensine-o a ouvir todos, mas, na hora da verdade, a decidir sozinho, ensine-o a rir quando estiver triste e explique-lhe que por vezes os homens também choram”. Quero agradecer à professora Marlene Silvestrin, coordenadora da 7ª. CRE pela homenagem que recebi ontem, do governo do Estado, ao lado de outros colegas, pela passagem do dia do professor. Muito obrigado.

O Nacional

Quinta-Feira, 13/10/2011

Data : 20/10/2011

Título : Ganância corporativa gera onda de protestos

Categoria: Artigos

Descrição: A “ganância corporativa”, isto é, o capitalismo, está provocando uma verdadeira onda de protestos por todo o mundo.

Ganância corporativa gera onda de protestos

por José Ernani de Almeida

A “ganância corporativa”, isto é, o capitalismo, está provocando uma verdadeira onda de protestos por todo o mundo. Em mais de 80 países protestos caracterizados por passeatas que reúnem milhares de pessoas, todas manifestando a sua indignação e seu descontentamento com a forma como o planeta está sendo gerido. As pessoas cansaram de ver governos, bancos e corporações ficarem com os lucros para eles próprios. Nos Estados Unidos, acontece o movimento “Ocupa Wall Street”, contra a ganância, que segundo os manifestantes, está matando o sonho americano. Mas o protesto também é contra os trilhões gastos em guerras, que indiretamente enriquecem os ricos, contra a grande concentração de renda, contra o programa de salvação dos bancos e a falta de apoio para criar empregos. Nos EUA, enquanto praticamente todo mundo empobreceu, os ricos ficaram ainda mais ricos. Em 1960, quando este processo começou, 8% da renda do país estava concentrada nas mãos de 1% dos habitantes. Hoje os mesmos super ricos detêm 20% da riqueza.

A diferença é que nos anos 1960 todos tinham esperança de progredir. Hoje a taxa de desemprego é a maior dos últimos 30 anos, atingindo quase 10%. Milhares de americanos perderam suas casas na crise das hipotecas, e, a renda não para de despencar. O Congresso americano rejeita qualquer proposta de aumentar impostos dos mais ricos. A ganância continua sendo a marca do capitalismo americano. O escritor e jornalista americano Francis Wheen, em seu livro “Como a picaretagem conquistou o mundo – Equívocos da Modernidade”, traz elementos que nos ajudam a entender a razão do atual momento de crise. Wheen mostra em seu livro a mentalidade que passou a dominar a sociedade americana a partir dos anos 1980.

A maioria das pessoas consideraria suicidamente irracional embarcar numa onda desenfreada de compras de crédito sem considerar sua possibilidade de pagar as contas. No entanto, quando os frequentadores de Wall Street fizeram exatamente isso, nos anos 1980, foram tratados como celebridades. No filme de Oliver Stone “Wall Street – Poder e Cobiça”, de 1987, Michael Douglas faz o papel de um especulador que ganhava milhões só vendendo e comprando empresas e jogando no mercado de ações sem produzir nada. Discursando para

uma atenta platéia ele diz no filme: “a ganância, aliás, é uma coisa boa. Quero que vocês saibam disso. Considero a ganância saudável”. Isto aconteceu depois, na vida real, quando um especulador, Ivan Boskey, paraninfo de uma turma de Administração na Universidade de Berkeley, fez uma manifestação semelhante, sendo aplaudido de pé. Agora, em 2010, pós-crise financeira, na sequencia do filme “Wall Street”, o mesmo personagem volta a falar sobre a ganância e diz a uma platéia de acadêmicos: “vocês estão ferrados. Ainda não sabem disso, mas são a geração sem. Sem renda, sem emprego, sem nenhum ativo. Vocês têm um futuro e tanto.

A cobiça do governo deste país fez cortar as taxas de juros para 1% depois do 11 de setembro. Para todos voltarmos a comprar. No ano passado, senhoras e senhores, 40% de todo o lucro empresarial americano veio de serviços financeiros. Não na produção, nem nada remotamente ligado às necessidades do povo”. A verdade é que a indiferença social, a arrogância, a distribuição injusta dos sacrifícios estão semeando o caos, a violência e o medo. E os responsáveis? Bem, estes cinicamente dirão futuramente que nada tem a ver com o que está acontecendo. Este grande movimento mundial tem como base as “redes sociais” que hoje desempenham um papel fundamental.

As ideias se propagam de forma horizontal e não vertical. O que hoje acontece faz lembrar o histórico ano de 1968. Tudo começou naquele ano que, realmente, não terminou. Foi onde o germe do processo de rua correu o mundo. Seus ideais continuam presentes. Os protestos contra a globalização foram uma desorganização organizada. Foi, sem dúvida, o início desse modelo de descentralizado de organização, com diferentes pessoas se reunindo em um mesmo lugar sem compartilhar da mesma agenda ou mesma política, mas com uma vontade férrea de promover mudanças. O Capitalismo, como advertiu Marcuse nos anos 1960, era mais fonte do que a vã ilusão da época pensava. “Combatemos contra uma sociedade que funciona extraordinariamente bem”. Será que hoje Marcuse diria o mesmo?

O Nacional

Quinta-Feira, 20/10/2011

Data : 27/10/2011

Título : A ocultação da verdade

Categoria: Artigos

Descrição: Negar a outrem o direito de acesso a determinados temas – vigiar pessoas, ditar normas de conduta, excluir palavras do vocabulário, forjar de maneira brutal uma nova realidade;

A ocultação da verdade

por José Ernani de Almeida

Negar a outrem o direito de acesso a determinados temas – vigiar pessoas, ditar normas de conduta, excluir palavras do vocabulário, forjar de maneira brutal uma nova realidade; perceber as brechas que se abrem para divulgar informações e transpor, mesmo que minimamente, os muros que separam o permitido do proibido – são questões datadas, frutos de um momento histórico passado, apesar de ainda frequentarem, mesmo que em menor escala, o nosso presente. Essas preocupações, além de sempre atuais, estão circunscritas a determinados momentos e lugares, nos quais se constata uma radicalização de atitudes. Nesses períodos, a repressão à informação é sinônimo e expressão da força do Estado sobre os cidadãos. As origens de uma sociedade baseada no autoritarismo e na exclusão dimensionam o peso e o papel de uma cultura da censura – o esforço de delimitar o legal e o ilegal, o que pode e o que não pode ser conhecido. No Estado brasileiro republicano essa foi uma tarefa, um ato de fundação que pode ser constatado nos trabalhos acerca da força e da ação da polícia no início da República, e se explica como forma de impor um determinado modelo de cidadão ideal. É o que está acontecendo agora com relação a tentativa de uma averiguação séria do período histórico brasileiro entre 1964 e 1984 que, de forma velada, segmentos da sociedade tentam abafar.

A Comissão da Verdade, foi aprovada com a participação apenas e tão-somente de líderes de partidos. Isto é, familiares dos desaparecidos e vítimas, historiadores, advogados e representantes dos movimentos ligados aos direitos humanos, representantes de outros países, que pudessem contribuir com suas experiências sobre o tema foram esquecidos. Em reveladora entrevista ao jornal Extra Classe deste mês, o filósofo Vladimir Pinheiro Safatle, da Universidade de São Paulo, considera a forma de aprovação da Comissão como vergonhosa. Segundo ele, “o resultado final do projeto tem pontos absolutamente vergonhosos. Um deles é que –graças ao DEM – os membros da comissão devem ser isentos. Tenho dificuldades em admitir que alguém possa ser imparcial, aliás, este foi o termo utilizado, diante de crimes cometidos pelo estado ditatorial, como tortura, estupro, ocultação de cadáver, assassinato, seqüestro, entre outras coisas. Acho que é imoral alguém ser imparcial diante desse tipo de crime, que é tipificado como sendo contra a humanidade e é imprescritível segundo a tradição já estabelecida no direito internacional”. Ao ampliar a abrangência do período histórico (1946-1984), foi retirado o foco do cerne da discussão que é 1964 a 1984, ou seja, a época dos “anos de chumbo”. Sobre os bastidores da aprovação da proposta de comissão Vladimir Safatle revela que, “foi uma decisão entre líderes de partidos, onde toda e qualquer emenda contrária, foi barrada. Entre elas, uma ligada à chamada Lei de Anistia. A leitura brasileira para esta lei, é surreal do tipo: houve um acordo, então não se fala mais nisso. Primeiro, que não houve acordo nenhum.

Foi uma imposição da ditadura militar, tanto que o projeto foi votado e os deputados da oposição não estavam presentes no plenário. A Lei de Anistia dizia que os crimes prescreveram. Mas crimes contra humanidade não prescrevem. Os chilenos utilizaram a seguinte questão: ‘os corpos das vítimas dos crimes não foram encontrados’, então o crime ainda existe”. É exatamente o nosso caso,

onde calcula-se, que existem mais de 300 corpos desaparecidos. Outra importante questão levantada na entrevista com o filósofo Safatle é sobre a imunidade das ditaduras ao mal da corrupção. Para ele, “elas dão a impressão de alta patente moral, mas quando você começa a investigar melhor a história, começa a descobrir que são uma grande cortina para os atos mais absurdos. Assim foi no Chile de Pinochet, que tinha altas contas em bancos suíços e norte-americanos. ”Por aqui não foi diferente. Se for permitida a investigação, muita coisa vai aparecer. Talvez, agora, com a aprovação do projeto de lei que acaba com o sigilo eterno de documentos públicos, o resgate tão necessário de episódios de nossa história recente comece a acontecer. Chega de silêncio.

O Nacional

Quinta-Feira, 27/10/2011

Data : 04/11/2011

Título : É tempo dos livros

Categoria: Artigos

Descrição: O primeiro livro publicado no Brasil foi “Marília de Dirceu” de Tomás Antonio Gonzaga.

É tempo dos livros

por José Ernani de Almeida

O primeiro livro publicado no Brasil foi “Marília de Dirceu” de Tomás Antonio Gonzaga. Na verdade, o movimento editorial começou no Brasil, à partir de 1808, quando D. João VI fundou a imprensa Régia. Quando da publicação de “Marília de Dirceu” a imprensa sofria a censura do Imperador. Assim, somente na década de 1930 houve um crescimento editorial, após a fundação da Companhia Editora Nacional pelo escritor Monteiro Lobato, em outubro de 1925. Se buscarmos as origens do livro vamos descobrir que os textos impressos mais antigos foram orações budistas feitas no Japão por volta do ano 770. Entretanto, foi na China, que apareceu o primeiro livro, no ano de 868. Na Idade Média, livros feitos à mão eram produzidos por monges que usavam tinta e bico de pena para copiar os textos religiosos em latim. Um pequeno livro levava meses para ficar pronto e os monges trabalhavam em um local chamado “scriptorium”. A imprensa em série foi criação de Johannes Gutenberg, que inventou a prensa tipográfica, onde colocava as letras que eram cunhadas em madeira e presas em formas para compor uma página. Essa tecnologia

sobreviveu até o século 19 com poucas mudanças. Por volta de 1456, foi publicado o primeiro livro impresso em série: a Bíblia de 42 linhas.

A obra tinha 642 páginas e 200 exemplares, dos quais existem apenas 48 espalhados pelo mundo hoje em dia. A invenção de Gutemberg marcou a passagem do mundo medieval para o Idade Moderna: a era da divulgação do conhecimento. Desde então o livro transformou-se no que podemos chamar de uma invenção tecnologicamente perfeita. Não por acaso, atravessou mais de quinhentos anos de história, como o mais simples e prático instrumento para o registro e a transmissão de ideais. O livro nos proporciona buscar o projeto perfeito para um passo sólido ao futuro, através de obras construtivas, viagens a um destino enriquecedor traçado por palavras que nos levam ao exercício da imaginação. Hoje, quando vivemos a era da alta tecnologia, onde o mundo é movido por informações tecnicamente prontas, o livro é o refúgio para a criatividade e a não aceitação da mais pura comodidade. O livro é o grito contra a globalização padronizante que leva ao uso cada vez mais limitado da imaginação. No passado o livro nos estimulava a imaginação. Hoje, a alta tecnologia, faz com que o trabalho do pensar, de criar, seja transferido para outros instrumentos, como a internet. A maioria prefere a limitação da massificação daquilo que encontra pronto. É bem verdade que os avanços de hoje, são fruto dos conhecimentos desenvolvidos pelos havidos leitores do passado.

São o fruto dos imaginativos leitores que se escondiam e, ainda de escondem, atrás das páginas que incentivaram e incentivam o criar, o pensar, o mudar. Com o tema “Tecnologia e Espiritualidade”, a partir de hoje, e até o próximo dia 13, na 25ª Feira do Livro, nossa gente terá a oportunidade de conviver intensamente com o livro que nos traz conhecimento e além de tudo exercita a imaginação. Tecnologia e Espiritualidade é o tema da feira. Nada mais apropriado. De um lado a realidade atual, calcada no extraordinário avanço das novas tecnologias que já produziram até o leitor digital de textos. De outro lado a questão mais humana, transcendental que só a leitura pode proporcionar e incentivar, independentemente de ser nos moldes digitais ou convencionais, isto é, do insuperável livro de papel. Eu ainda prefiro este último.

É aquilo que Caetano Veloso fala em uma das suas canções de “o amor tátil”. Nada como o prazer de virar as páginas, segurar o livro debaixo do braço, sentir seu cheiro, sua textura, fazer as anotações, fichamentos, abri-lo, fechá-lo, encontrá-lo nas prateleiras da feira ou das livrarias. E tem mais. Ele dispensa bateria e suporta quedas. É óbvio que o comportamento das novas gerações em relação ao livro poderá ser diferente. O importante, como faz a feira, é mostrar aos novos leitores, que ler traz muitas emoções. A feira deste ano tem como seu patrono meu prezado amigo, Tau Golin, professor, jornalista e um dos maiores historiadores gaúchos, autor de inúmeras obras de inquestionável qualidade. Como educadora emérita, a Irmã Maria Zambenedetti e como Amigo do Livro a Biblioteca do CASE. Portanto, a partir de hoje e até o próximo dia 13, na praça Mal. Floriano, é tempo dos livros.

O Nacional

Sexta-Feira, 04/11/2011

Data : 10/11/2011

Título : É tempo dos livros – II

Categoria: Artigos

Descrição: Nesta sexta-feira, às 18 horas, na Feira do Livro, acontecerá o lançamento e sessão de autógrafos do livro “Partido Comunista do Brasil no Norte do Rio Grande do Sul...

É tempo dos livros – II

por José Ernani de Almeida

Nesta sexta-feira, às 18 horas, na Feira do Livro, acontecerá o lançamento e sessão de autógrafos do livro “Partido Comunista do Brasil no Norte do Rio Grande do Sul - 1922-1948”, do advogado e mestre em História, Emerson Brotto. Como tive a honra de escrever a contracapa do livro, posso adiantar que trata-se de um trabalho de fôlego e alta qualidade, que resgata personagens da nossa história, ligados ao PCB, cujas vidas foram marcadas por imensas dificuldades, exatamente por sua ligação a uma agremiação política que foi vítima de perseguições em diferentes fases de nossa história republicana. Segundo Brotto, o ingresso no partido se dava “ pelo fato de que o socialismo, ou a atuação em sua defesa representava a possibilidade de um futuro de paz e progresso infinitos”. Entre as “descobertas” feitas pelo autor, está a figura de Albertina Rosado, a primeira mulher a ser comunista nestas terras e a primeira a se lançar a um pleito eleitoral em Passo Fundo. Albertina era comunista em 1945, quando ser comunista – mesmo para os homens – ressalta Brotto, “significava um ato de coragem e, acima de tudo, de convicção”.

Seu comprometimento com a busca de melhorias para vida da comunidade local e sua intelectualidade marcante, foram fatores decisivos para que seus artigos fossem vinculados nos jornais locais, independentemente de sua condição de militante comunista. Albertina, escrevia sob pseudônimo Latif Chasid, e abordava questões relacionadas ao trato da coisa pública. Como era professora, dedicava boa parte de seus textos para a melhoria no setor de ensino e na defesa da educação popular. Brotto destaca que “ a realidade social, as dificuldades da vida dos trabalhadores, a corrupção que despontava nos meios políticos continuavam a fazer do PCB uma alternativa para aqueles que viam nele um escoadouro de homens sérios e abnegados na luta por uma causa nobre: mudar o mundo para melhor”. Além de Albertina, Brotto destaca outras figuras como Ernesto Delvoux, João Roma, João Cony, Eduardo Barreiro, todos de Passo Fundo. Em Erechim um comunista atuante foi o médico Eduardo Silveira e, em Carazinho, o advogado Walter Graeff.

Numa época em que a “idiotia interiorana” alimentada pelo reacionarismo do clero que via, em qualquer movimento de mudança, a presença solerte de demônios comunistas, estas pessoas abraçaram as idéias de um mundo mais justo. O comunismo delas estava longe do espírito de seita que impregnou o PCB e os comunistas mais destacados, até o final dos anos 1980, enfatiza Brotto. Enfim, este é um livro que resgata personagens que foram fundamentais em nossa história e que se defenderam ideais de justiça e igualdade. Outro lançamento de destaque da 25ª. Feira do Livro, ocorrido na última quarta-feira, é “15 dias que abalaram Passo Fundo”, que aborda os 50 anos da Campanha da Legalidade através dos dois jornais locais. Com a organização de Ivaldino Tasca e Marina de Campos e a contextualização histórica de Adelar Heinsfeld, doutor em História da UPF e deste colunista, o livro mostra através das páginas vibrantes dos dois jornais, o que aconteceu em Passo Fundo naquele conturbado contexto, no qual, na defesa da legalidade, divergências pequenas e eventuais, foram esquecidas.

Segundo Ivaldino Tasca, “aqui aconteceu da sociedade pluralista se unir, sem abdicar da integridade individual, em torno de algo maior. Os acontecimentos locais foram expressão de uma comunidade que tinha exata consciência da gravidade da crise que atingiu a Nação e a consciência clara da postura que os fatos exigiam, nos deixando uma bela lição de democracia”. Ao acompanhar o relato dos editores percebe-se a objetividade, atualidade, precisão e combatividade dos dois jornais. Através das suas capas é possível acompanhar o desenrolar dos tensos acontecimentos daqueles 15 dias de agosto/setembro de 1961. Marina de Campos enfatiza que “trazendo os dois diários locais da época, um fabuloso diálogo se estabelece. Medo, tensão, dúvida, engajamento, coragem, satisfação e alívio estão presentes, rapidamente substituídos um pelo outro, num dinamismo impressionante para a época, a ponto de causar inveja ao jornalismo de hoje em dia”. Nossos jornais confirmaram o que Machado de Assis certa vez afirmou: “O jornal é a verdadeira forma de república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o jogo das convicções”

O Nacional

Quinta-Feira, 10/11/2011

Data : 18/11/2011

Título : João Goulart - uma biografia

Categoria: Artigos

Descrição: Para o historiador inglês Eric Hobsbawm, o papel do historiador é lembrar à sociedade o que aconteceu no passado.

João Goulart

Para o historiador inglês Eric Hobsbawm, o papel do historiador é lembrar à sociedade o que aconteceu no passado. Cumprindo esta missão Jorge Ferreira, professor da Universidade Federal Fluminense, está lançando “João Goulart, uma Biografia”, que resgata a trajetória do presidente derrubado pelos militares em 1964 e que caiu, segundo Darcy Ribeiro, pelos seus méritos e não por seus erros. Jango durante muito tempo ficou no limbo da memória brasileira, envolto em manto de esquecimento e silêncio. Ele entrou na política conversando com Getúlio. Eram vizinhos perto da fronteira oeste, em São Borja. Vargas estava no ostracismo. Jango já era um rico fazendeiro, exímio negociante de gado. Abraçou o “queremismo” e o trabalhismo. Aos 34 anos, virou ministro do Trabalho.

Os trabalhistas observavam a experiência britânica com o programa de estatização e também o sucesso da industrialização soviética, com o Estado interventor e planejador da economia. Já os Estados Unidos era acusados pela pobreza da América Latina. Goulart sofreu estas influências na sua formação política. As esquerdas e o trabalhismo associaram, na época, os ideais democráticos com o nacionalismo, o desenvolvimentismo, as leis sociais e o estatismo. Jango foi vice de JK (com mais votos) e, depois, do folclórico Jânio Quadros. Em 1961, quando da inesperada renúncia de Jânio e da valente resistência de Brizola, com a Campanha da Legalidade, Jango, numa postura de estadista, evitou uma guerra civil, ao aceitar – mesmo tendo seus poderes reduzidos – a solução parlamentarista. Para Ferreira, o governo Goulart foi o auge do projeto trabalhista, que começou com as políticas públicas dos anos 1930, em época de autoritarismo. Mas que se democratizou e se esquerdizou a partir da segunda metade dos anos 1950. A manutenção e a ampliação dos benefícios sociais aos trabalhadores, a reforma agrária e a liderança partidária de grande expressão. Para ele muitas dessas tradições inventadas pelos trabalhistas estão presentes entre as esquerdas brasileiras.

O golpe de 1964, dado pelos militares com o apoio empresarial, breiou o processo de reformas que Jango buscava implementar no país. A alegação foi a do “perigo comunista” que rondava o país. O que veio depois, todos nós sabemos. Violência, repressão, dor e injustiça. Ao ler este livro é possível conhecer as razões e questionar as atitudes que, em 1976, determinaram descer o esquife de Goulart morto à escuridão de sua sepultura sem que ninguém lhe pudesse tocar, ou ver, no último adeus. Jango voltou, mesmo sem vida, sob as ordens da política de segurança nacional, decretada por militares histéricos de medo e raiva. Ainda hoje paira a dúvida: Jango morreu de causas naturais ou foi assassinado pela Operação Condor? Quando estamos lembrando os 50 anos da Campanha da Legalidade e discutindo a atuação da Comissão da Verdade, a leitura desta obra é obrigatória.

O Nacional

Sexta-Feira, 18/11/2011

Data : 25/11/2011

Título : O meu Beatle preferido.

Categoria: Artigos

Descrição: Na próxima terça-feira, dia 29, serão lembrados os 10 anos da morte de George Harrison, o Beatle que não gostava de ser um Beatle.

O MEU BEATLE PREFERIDO

por José Ernani de Almeida

Na próxima terça-feira, dia 29, serão lembrados os 10 anos da morte de George Harrison, o Beatle que não gostava de ser um Beatle. Tímido, silencioso, recatado, humanista e místico, Harrison foi guitarrista, cantor, compositor, ator e produtor de cinema. Sem dúvida, o mais talentoso do quarteto. Durante o auge da beatlemania, George ficou conhecido como o “Beatle tímido”, uma vez que mostrava-se instrospectivo e falava pouco nas entrevistas. Foi só a partir de 1965 que George Harrison começou a contribuir frequentemente com composições para o quarteto. No álbum Help! Ele lançou duas canções próprias: “I Need You” e “You Like Me Too Much”. A partir do álbum Revolver, de 1966, começou a compor cada vez mais e com qualidade, chegando a competir no mesmo nível com as composições de Lennon e MacCartney. Neste disco ele conseguiu lançar pela primeira vez três canções de sua autoria. Mas só em 1968 uma composição sua atingiria grande sucesso, a canção “While My Guitar Gently Weeps”, incluída no antológico álbum duplo The Beatles (álbum branco).

O solo de guitarra, curiosamente, de que fala a letra da música, é executado pelo seu grande amigo Eric Clapton. No álbum de 1969, no disco Abbey Road, George lançou duas composições próprias: “Something” e “Here Comes The Sun”, (provavelmente suas mais populares canções). “Something”, é considerada sua mais bela canção e foi regravada por Elvis Presley e Franck Sinatra. Este último, na época, a considerou como “a melhor canção de amor dos últimos 50 anos”. Em 1970, o fim dos Beatles foi anunciado e cada um seguiu seu caminho. George aproveitou então para lançar grande parte do material que havia acumulado, uma vez que sempre fora ofuscado por John Lennon e Paul MacCartney, iniciando sua carreira solo. “All Things Must Past”, seu primeiro álbum, lançado há 40 anos, foi um grande sucesso de crítica e de público. Ele é considerado por muitos como o melhor disco de um ex-beatle e um dos melhores discos da história. O álbum era triplo, o primeiro da história do rock. Atingiu o primeiro posto nas paradas de sucesso britânicas e norte-americana, incluía sucessos como as canções “My Sweet Lord”, “Isn’t a Pity” e “What is Life”. A primeira, influenciada pela experiência mística indiana de Harrison, era um mantra de melodia irresistível, e obteve o primeiro lugar nas paradas de vários países do mundo.

Em 1971, pela primeira vez na história do rock, George Harrison organizou um show humanitário, o “The Concert For Bangladesh”, feito com a finalidade de arrecadar fundos para refugiados de Bangladesh, país que vinha sendo devastado pela miséria e guerra civil. Em 1973 lançou mais um disco de enorme sucesso, “Living in the Material World”, que trouxe outro grande hit, “Give Me Love”, e, a partir daí, sua carreira experimentou altos e baixos e também uma diversidade de atividades: passou a frequentar corridas de Fórmula 1 e tornou-se produtor cinematográfico. Os Traveling Willburings foi o grupo formado por George Harrison em 1988 ao lado de Jeff Lyne, Bob Dylan, Tom Petty e Roy Orbison. Entre 1994 e 1996, empreendeu junto a Paul McCartney e Ringo Starr o projeto The Beatles Anthology, incluindo a gravação de duas novas canções dos Beatles a partir de demos caseiros dos meados dos anos 1970, onde Lennon tocava piano e cantava. Sua última aparição na televisão teve lugar em 1997 na promoção de Chants of India, em colaboração junto a seu amigo e músico hindu Ravi Shankar.

O primeiro sinal de câncer de George apareceu na década de 1990, no pulmão. Ele enfrentou várias cirurgias para eliminá-lo. Em 2001, o câncer reapareceu em metástase. Apesar dos tratamentos agressivos, logo se descobriu que era terminal, decidindo de imediato passar seus últimos dias em família e trabalhar em alguns projetos para posteriormente serem terminados por sua viúva e o filho. No dia 29 de novembro George Harrison faleceu. O mundo só ficou sabendo no outro dia, a sexta-feira, dia 30. Lembro-me que estava viajando para Chapecó para dar aula. Por uma estranha coincidência tinha acabado de ouvir no toca-fitas - sim, na época era fita k-7 -, Here Comes The Sun, quando liguei o rádio e ouvi a notícia. Estava lá no alto do Goio-En. O sol aparecia sobre o vale que rodeia o rio Uruguai. Parei o carro, desci, sentei-me em uma pedra à beira da estrada e chorei. Havia morrido o meu Beatle preferido. Como dizia o título do seu disco lançado em 1970, “tudo passa”.

O Nacional

Sexta-Feira, 25/11/2011

Data : 01/12/2011

Título : O dia nacional do samba

Categoria: Artigos

Descrição: De 1903 a 1906, o Rio de Janeiro teve como prefeito o engenheiro Francisco Pereira Passos, que estudara em Paris e lá presenciara a grande reurbanização do século 19.

O dia nacional do samba

por José Ernani de Almeida

De 1903 a 1906, o Rio de Janeiro teve como prefeito o engenheiro Francisco Pereira Passos, que estudara em Paris e lá presenciara a grande reurbanização do século 19. Suas idéias arquitetônicas vieram ao encontro dos anseios do novo Presidente Rodrigues Alves (1902-1906).

No discurso de posse, afirmou que seus objetivos eram “atrair mais imigrantes, remodelar o Porto do Rio de Janeiro e reurbanizar a cidade”. Com a reforma de Pereira Passos, que desmontou o sistema habitacional do centro do Rio – abriu avenidas, como as de Paris, e demoliu habitações coletivas –, a população proletária do centro foi empurrada para a Zona Norte. Uma grande parcela refugiou-se na chamada Cidade Nova, um trecho da atual Av. Presidente Vargas. É o início também da ocupação dos morros na região, entre eles o Morro da Favela, cujo nome se expandiu para designar o complexo habitacional de barracões que desde então foi adotado. Na Cidade Nova, à rua Visconde de Itaúna, 117, situava-se a casa de Hilária Batista de Almeida, a Tia Ciata, a mais famosa das “tias” baianas – herdeiras das tradições culturais africanas e encarregadas de transmiti-las às gerações futuras.

O marido de Tia Ciata, o também negro e baiano João Batista da Silva, havia cursado medicina em Salvador e por conta da formação ocupava bons empregos e contava com o respeito da polícia. A casa da Tia Ciata exalava a cultura africana: dança culinária, cultos religiosos (candomblé) e ritmo. Pode ser considerada um dos berços do samba e, onde surgiu o primeiro samba a ser registrado em disco, “Pelô Telefone”. No início do século 19, o samba era apenas ritmo. Não havia letras. Alguns anos antes, a partir de 1880, surgira um gênero totalmente instrumental: o choro. Suas origens brancas – influenciado pela polca da Boêmia e pela valsa da Alemanha ou da França – o tornavam aceitável pela elite e, por conseguinte, pela polícia, que não se incomodava com o som das rodas de choro que se ouvia nas salas das residências da Cidade Nova. Quem passasse à porta da casa da Tia Ciata também ouviria a música dos salões. O choro, porém, funcionava como disfarce para que, no fundo, se fizesse samba.

Como disse Pixinguinha: “O choro tinha mais prestígio naquele tempo. O samba era mais cantado nos terreiros, pelas pessoas mais humildes. Se havia uma festa, o choro era tocado na sala de visitas e o samba, só no quintal, para os empregados”. O período do presidente Wenceslau Braz (1914-1918) marcou a consolidação do samba. Além de tocarem nos fundos de quintais, os sambistas se encontravam na festa de outubro, em comemoração à Natividade de Nossa Senhora, organizada pela comunidade portuguesa do Rio desde o final do século 18 – a Festa da Penha. Logo, os negros foram se incorporando à festa e, como não poderia deixar de ser, a mistura cultural fundiu cultos católicos ao candomblé, à capoeira – o sincretismo. Tia Ciata era uma das baianas que montavam suas barracas com comidas e bebidas. Sempre à espreita estava a polícia à procura de algum motivo para reprimir o samba. A Casa Edison, de Fred Figner, não ficou indiferente a esse movimento e começou a incorporar sambas e sambistas em seu elenco. O selo Odeon lançou, entre 1912 e 1914, “Descascando o Pessoal” e “Urubu Malandro”, classificados como sambas no catálogo da gravadora. Entretanto a história “oficial” acabou registrando o ano

de 1917 como o marco na história fonográfica da maior expressão cultural popular brasileira.

Data deste ano a gravação daquele que é oficialmente considerado “o primeiro samba em disco”: Pelo Telefone, na voz de Manuel Pedro dos Santos (Bahiano). A autoria é polêmica. Ao que tudo indica, tratou-se de uma criação coletiva. Esse momento pode ser entendido como o início de um processo de ruptura entre os compositores de samba. De um lado, aqueles que faziam samba como manifestação folclórica das tradições culturais africanas e, de outro, sintetizados na figura de Sinhô, conhecido na época como o “rei do samba”, os sambistas urbanos que buscavam profissionalização. O 2 de dezembro como dia do samba tem um motivo curioso: Ary Barroso, um dos maiores compositores brasileiros de todos os tempos compôs o samba “ Na Baixa do Sapateiro”, que tinha uma letra que exaltava a Bahia, sem nunca ter visitado aquele estado. Na primeira vez que ele pisou em Salvador, em 2 de dezembro de 1938, o vereador Luis Monteiro Costa, aprovou uma lei que declarava que aquele dia seria o Dia Nacional do Samba, uma forma de homenagear o compositor.

O Nacional

Quinta-Feira, 01/12/2011

Data : 16/12/2011

Título : Os 35 anos da morte de Jango

Categoria: Artigos

Descrição: Foi no dia 6 de dezembro de 1976, aos 57 anos, que faleceu João Goulart, o único presidente da República a morrer no exílio...

Os 35 anos da morte de Jango

por José Ernani de Almeida

Foi no dia 6 de dezembro de 1976, aos 57 anos, que faleceu João Goulart, o único presidente da República a morrer no exílio, impedido pela força e pela intolerância, de rever seu país. Foi seu esquife lacrado que veio para ser sepultado em São Borja, às pressas, tamanho era o temor e o medo que Jango, embora morto, incutia no regime militar. Afinal, ele havia tentado fazer reformas básicas para que o Brasil se tornasse mais justo, era popular e bom de voto. Amir Labik, traça o perfil do ex-presidente: “Há uma definição de seu posicionamento ideológico que o classificou como um latifundiário com saudável preocupação social”. Estes foram os seus crimes.

Jango como Getúlio eram homens da tradição sul-rio-grandense mais profunda, da região missioneira tão sofrida, em que 300 mil índios foram assassinados ou vendidos no Nordeste como escravos, o que criou naquela população missioneira algumas características que se difundiram no sul-rio-grandense. Características que tinham Jango e Getúlio: a capacidade de convívio, ainda que assimétrico, com as classes subordinadas, de tomar o chimarrão juntos, de viver conversando, de amanhecer e passar a manhã juntos, conversando. Jango tinha uma capacidade extraordinária de falar com o operário, com o lavrador. Era um homem que gostava de ouvir. Hugo de Faria, no livro “João Goulart, uma biografia”, de Jorge Ferreira, afirma: “Foi um dos homens que eu vi ter mais paciência no mundo. Eu nunca vi um homem que tivesse tamanha capacidade e paciência para escutar e conversar dez horas sem ficar irritado”.

Jango, na verdade, construiu uma intimidade com o povo, de estar ao seu lado, não querendo se confundir com o povo, mas como um companheiro maior, o irmão mais velho que ali estava. Jango se fez sucessor de Vargas por méritos próprios. Era um jovem estancieiro muito rico; engordava 20 mil cabeças de gado por ano. Suas terras se especializaram na “invernada”. Entre a compra do gado e o despacho por trem, tudo era muito rápido, na mesma velocidade dos lucros. Podia continuar sua vida venturosa e bem-sucedida, mas o convívio com Getúlio o foi chamando para outras tarefas, uma tarefa, que segundo Darcy Ribeiro, “era o Brasil, era o trabalhismo, era os trabalhadores”. Jango agarrou a bandeira do trabalhismo e a levantou com dignidade, com honestidade a vida inteira. Combinou com Getúlio dobrar o salário mínimo, que desde o Governo Dutra não tinha se alterado. Isso provocou raiva muito grande.

Alguns coronéis se irritaram, como se ofendesse a eles o fato de um operário ganhar mais. Jango nessa época ganhou uma grande bandeira de luta, mas ganhou, igualmente, uma odiosidade feroz, terrível, das velhas classes dominantes. Como Getúlio, Jango, teve sua carreira política marcada por essas duas dimensões: o amor do povo e o ódio das classes dirigentes. Também coube a Jango estruturar o movimento operário, o movimento trabalhista brasileiro, uma vez que a liderança do movimento estava sendo disputado por comunistas, anarquistas e por Getúlio. Ao lembrar Jango, lembramos também do senso de democracia e de criatividade cultural. Foi no seu período que surge o movimento da bossa-nova, o movimento do cinema-novo, o movimento das canções de protesto, o movimento do teatro de opinião, que empolgavam toda a juventude.

O que temos hoje, para empolgar a juventude? Em 1964 Jango achou que era possível enfrentar o latifúndio e a direita latifundiária. Suas Reformas de Base foram derrubadas pela aliança da direita com os norte-americanos obcecados com a Guerra Fria. Jango foi um reformista com grande sensibilidade social. Um pacifista – em duas ocasiões evitou a guerra civil – e nas duas foi incompreendido. Sua morte é cercada de mistério. Para alguns ele foi vítima da Operação Condor e morreu envenenado. No livro de Jorge Ferreira há o relato de que um médico suíço, quando Jango esteve na Europa em 1975, após uma série de exames, concluiu que seu coração era frágil como o de um homem de 80 anos, quando, na época, tinha apenas 56. Na França um médico disse que sem perder peso e parar de fumar a medicina nada poderia fazer por ele. Jango não seguiu as recomendações médicas. No dia 6 de dezembro de 1976, há 35 anos, Jango morreu, ao que tudo indica, de uma parada cardíaca. Não foi realizada autópsia e na certidão de óbito o médico argentino Ricardo Rafael

Ferrari, pediatra, escreveu: morreu de “enfermedad”. Um dia conheceremos a verdade.

O Nacional

Sexta-Feira, 16/12/2011

Data : 23/12/2011

Título : A esperança de um novo tempo

Categoria: Artigos

Descrição: Final e inicio de ano é época de doçuras e reconciliações.

A ESPERANÇA DE UM NOVO TEMPO.

por José Ernani de Almeida

Final e inicio de ano é época de doçuras e reconciliações. De renovações de propósitos, de fazer um balanço do que passou e do que poderemos fazer nos próximos 12 meses. É tempo de soerguimento de ânimo e de afirmação de propósitos. No plano individual, creio que vale a pena o compromisso de sermos mais fraternos e menos egoístas. Nossa natureza é naturalmente inclinada ao egoísmo e se quisermos dar espaço para os outros, se quisermos limitar nossa liberdade às condições de sua integração com a dos outros, então será preciso muito esforço, até mesmo que nos violentemos, em nome de uma nova ordem de coexistência. Nestes tempos de radicalismos, de violência, de fundamentalismos, é preciso que encontremos uma maneira de viver em harmonia com os outros. Respeitar nossas diferenças como seres humanos, nossas culturas, nossas religiões e nossos tiques individuais. Para o filósofo Luc Ferry, “ser sábio, por definição não é amar ou querer ser amado, é simplesmente viver sabiamente, feliz e livre”. Liberdade e felicidade, eis o que o Iluminismo do século 18 nos prometeu. Libertar os espíritos, emancipar a humanidade dos grilhões da superstição e do obscurantismo medieval. A razão sairia gloriosa do combate contra a religião e, geralmente, contra todas as formas de argumentos de autoridade. Entretanto, o que vemos hoje é o crescimento dos fundamentalismos religiosos de caráter violento, caracterizados por guerras e ataques terroristas.

O ano que começou de forma otimista com a “Primavera Árabe”, termina cheio de dúvidas. A região poderá, definitivamente, cair nas mãos dos fundamentalistas. Um dos grandes problemas da primeira década do século 21 é a falta generalizada de respeito mútuo que o mundo atravessa. É um mundo

de puro cinismo, comandado pelas leis cegas do mercado e da competição globalizada. No cerne da idéia de progresso, esteve/está a liberdade e a felicidade. O desenvolvimento das ciências é/seria o caminho para a civilização. Entretanto, o que estamos observando é aquilo que Heidegger chama de “mundo da técnica”, um universo no qual a preocupação com os fins, com os objetivos últimos da história humana, vai desaparecer totalmente em benefício único e exclusivo da atenção aos meios. A noção de progresso, nessa atual perspectiva da globalização, muda totalmente de significado: em vez de se inspirar nos ideais transcendentais, o progresso vai, pouco a pouco, se restringir a ser apenas o resultado mecânico da livre concorrência em seus diferentes componentes. Para Luc Ferry, “a economia moderna funciona como a seleção natural de Darwin: de acordo com uma lógica de competição globalizada, uma empresa que não progride todos os dias é uma empresa simplesmente destinada à morte”. O progresso não tem outro fim além de si mesmo, ele não visa a nada além de se manter no páreo com outros concorrentes. Assim, o poder dos homens sobre o mundo é cada vez maior. Tornou-se um processo incontrolável e cego, ultrapassando as vontades individuais conscientes. A emancipação e a felicidade dos homens que o Iluminismo prometia, estão cada vez mais distantes. A técnica tornou-se um processo sem propósito, desprovido de qualquer espécie de objetivo definido. O mundo de hoje é mecanicamente produzido pela competição, pelas “leis de mercado”.

Um exemplo é o nosso novo Código Florestal que logo estará na mesa da presidente Dilma para a sanção. Isto significa que todos passam a ser cúmplices da motosserra, em nome do avanço do agronegócio. Uma lástima! E isto que 2011 foi escolhido pela ONU como o ano Internacional das Florestas. Tomara que em 2012 possamos resgatar o que, no século 19, podia se chamar de “res publica”, república, isto é, “causa comum”. Será ano de eleições. Então, precisamos escolher representantes comprometidos com ideias humanistas e não com a defesa dessas evoluções fervilhantes e desordenadas, com movimentos que não são mais ligados por nenhum projeto comum. Precisamos resgatar um passado ainda recente de comprometimento com o homem, com a natureza, com os ideais de felicidade e liberdade que, infelizmente, parece irremediavelmente perdidos. Certa vez o poeta maior Carlos Drummond de Andrade escreveu, “pois de amor andamos todos precisando, em dose tal que nos alegre, nos reumanize, nos corrija, no dê paciência e esperança, força, capacidade de entender, perdoar, ir para frente. Amor que seja navio, casa, coisa cintilante, que nos vacine contra o feio, o errado, o triste, o mau, o absurdo e o mais que estamos vivendo e presenciando”. Que 2012 traga um novo tempo. Boas festas a todos!

O Nacional

Sexta-Feira, 23/12/2011

Data : 30/12/2011

Título : Privatária Tucana e Resquícios da Guerra Fria

Categoria: Artigos

Descrição: Se você esta selecionando leituras para as férias de verão,as obras “A Privatária Tucana”, do jornalista Amaury Ribeiro Jr. e “Os últimos soldados da Guerra Fria”, do também jornalista Fernando Moraes, são nossas sugestões...

Privatária Tucana e Resquícios da Guerra Fria

Se você esta selecionando leituras para as férias de verão,as obras “A Privatária Tucana”, do jornalista Amaury Ribeiro Jr. e “Os últimos soldados da Guerra Fria”, do também jornalista Fernando Moraes, são nossas sugestões. O primeiro, é o resultado de 12 anos de investigação jornalística sobre a chamada “Era das Privatizações”, ocorrida no governo de Fernando Henrique Cardoso, sob o comando do então ministro do Planejamento José Serra, ex-governador de São Paulo.

O jornalista começou a investigar uma rede de espionagem estimulada por Serra, para desacreditar seu rival no PSDB, o ex-governador mineiro Aécio Neves. Desse fio, Amaury Ribeiro Jr. descobrirá um novelo vastíssimo de corrupção, prepotência e manipulação ilícita de dinheiro público. Após seu lançamento, o livro teve uma grande repercussão em blogs, identificados com a esquerda e nas redes sociais. A grande imprensa o ignorou. A Rede Globo, a Editora Abril, a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, etc. A Veja, por exemplo, notoriamente direitista, enganou seus leitores com um absoluto silêncio sobre o livro de Ribeiro Jr., mantendo o livro “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” – um amontoado de baboseiras – de Leandro Narloch, no lugar em que, segundo as livrarias, estava a Privatária Tucana.

De fato, algumas dessas organizações ditas “humanitárias” se dedicavam a atividades como jogar pragas nas lavouras cubanas, interferir nas transmissões da torre de controle do aeroporto de Havana, executar atentados a bomba em seus melhores hotéis e até disparar rajadas de metralhadoras contra navios de passageiros em suas águas territoriais e contra turistas estrangeiros em suas praias. É um livro que traz histórias de heróis e de canalhas e, que o diretor Oliver Stone, deverá transformar em um filme brevemente. Boa leitura e Feliz 2012.

O Nacional

Sexta-Feira, 30/12/2011

Data : 05/01/2012

Título : O 20 anos do Tratado de Maastricht e a crise do Euro

Categoria: Artigos

Descrição: Em fevereiro serão lembrados os 20 anos da assinatura do Tratado de Maastricht, que criou a União Européia, sucessora da Comunidade Econômica Européia.

O 20 anos do Tratado de Maastricht e a crise do Euro

por José Ernani de Almeida

Em fevereiro serão lembrados os 20 anos da assinatura do Tratado de Maastricht, que criou a União Européia, sucessora da Comunidade Econômica Européia. O tratado foi o resultado de décadas de evolução no caminho da integração européia, visando à constituição de um modelo federativo que permitisse a integração das economias limitadas e complementares dos Estados europeus do pós-guerra.

O objetivo era assegurar-lhes prosperidade e desenvolvimento social crescentes. Na verdade, a ideia da integração começou a circular após a Primeira Guerra Mundial e ganhou impulso ao término da Segunda. Visava evitar novos conflitos, como os dois anteriores em que morreram mais de 70 milhões de pessoas. O projeto aboliria as antigas disputas territoriais que haviam provocado as guerras. A paz foi consolidada. Há 66 anos os membros do bloco vivem pacificamente. A idéia da Europa como uma unidade política e econômica tem pelo menos um século de existência. O primeiro passo foi dado com o Tratado de Paris (1951), que criou a Comunidade Européia do Carvão e do Aço. Entretanto, foi apenas depois da assinatura do Tratado de Roma, de 1957, que essa proposta começou a se consolidar.

Entre 1957 e 1958, seis estados – Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha Ocidental, França e Itália – chamados “Europa dos Seis”, fundaram a Comunidade Econômica Européia (CEE), com a finalidade de garantir a livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas entre seus membros, eliminando os obstáculos, alfandegários ou não, que impediam o livre comércio. O Tratado de Maastricht, que agora comemora 20 anos de existência, foi o corolário da integração, definindo suas prioridades, objetivos e organização como forma de prover a união dos povos e países europeus sob a égide de um único sistema institucional e jurídico, inclusive com a adoção de uma política fiscal e monetária única. A crise americana e do euro, colocaram em dúvida a União Européia diante do temor de uma desestabilização fiscal e econômica do bloco. Grécia, Portugal, Irlanda com suas crises trouxeram à tona a fragilidade do euro.

Espanha e Itália também se encontram em situação difícil. É de 3,3 trilhões de euros a dívida desses cinco países. Para a chanceler alemã Angela Merkel, “a Europa vive talvez a sua hora mais difícil desde a II Guerra Mundial “. A crise do euro, ao longo de 2011, fez com que muitos governantes europeus optassem

pela repressão violenta às passeatas, a revogação de direitos trabalhistas, aumento de impostos, etc., como forma de conter o déficit fiscal e, conseqüentemente, a própria crise. Duas perspectivas emergiram: medidas regulatórias apresentadas não como decisões baseadas em escolhas políticas, mas como imperativos de uma lógica financeira neutra, isto é, para estabilizar suas economias os europeus terão que engolir a pílula amarga.

Já segundo a visão dos trabalhadores, pensionistas e estudantes - aqueles que protestam nas ruas – as medidas de austeridade constituem uma nova tentativa do capital financeiro internacional de dismantelar o que resta do estado do bem-estar social. Assim, o FMI, de acordo com a primeira perspectiva, aparece como um agente neutro da disciplina e da ordem, na segunda, aparece como agente opressivo do capital global. Sem dúvida, 2012 será decisivo para o euro e para a União Européia. Ambos estão correndo sérios riscos.

Angela Merkel foi incisiva ao afirmar que, “se o euro fracassar, a Europa fracassará”. Merkel está ciente de que a identidade européia foi fortemente atingida pela crise da dívida, com os alemães a criticarem o “relaxamento” dos gregos ou dos italianos, e os franceses a avivarem os velhos sentimentos de germanofobia. As históricas disputas pela região da Alsácia-Lorena, por exemplo, devem ter voltado às mentes alemãs e francesas. O fim do euro já foi anunciado por vários economistas de renome, e, entrou na agenda de vários governos da Europa. Pelo visto, não haverá muito o que comemorar no próximo dia 7 de fevereiro, quando o Tratado de Maastricht completará seus 20 anos.

O Nacional

Quinta-Feira, 05/01/2012

Data : 12/01/2012

Título : Trinta anos sem Elis Regina

Categoria: Artigos

Descrição: No próximo dia 19 serão lembrados os 30 anos da morte de Elis Regina, considerada por muitos críticos e outros músicos como a melhor cantora brasileira de todos os tempos.

Trinta anos sem Elis Regina

por José Ernani de Almeida

No próximo dia 19 serão lembrados os 30 anos da morte de Elis Regina, considerada por muitos críticos e outros músicos como a melhor cantora brasileira de todos os tempos. Como muitos outros artistas no Brasil, Elis surgiu nos festivais de música popular na década de 1960, mas foi em Porto Alegre, que ela iniciou a carreira como cantora aos 11 anos de idade, em um programa de rádio para crianças, chamado o Clube do Guri, na rádio Farroupilha. Em 1960 foi contratada pela radio Gaúcha e, em 1961, viajou para o Rio de Janeiro, onde gravou o primeiro disco “Viva a Brotolândia”.

Seu primeiro grande sucesso foi “Arrastão”, de Vinicius de Moraes e Edu Lobo, canção vencedora do Festival de MPB da TV Excelsior de São Paulo. A antológica interpretação de Elis, escreveu um novo capítulo na história da música brasileira, inaugurando a MPB. Este feito lhe conferiu o título de primeira estrela da canção popular brasileira na era da TV. A esta época Elis conheceu a turma da bossa nova, no Beco das Garrafas, e participou do espetáculo o Fino da Bossa, organizado pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. O sucesso foi tal que deu origem a um programa com o mesmo nome, ao lado de Jair Rodrigues, na TV Record e ainda três discos de grande sucesso: um deles, Dois na Bossa, foi o primeiro disco brasileiro a vender um milhão de cópias. No final dos anos 1960 Elis realizou uma série de shows pela Europa, conquistando grande sucesso, notadamente no Olympia de Paris. Ela foi também a responsável pelo lançamento de grande parte de compositores até então desconhecidos, como Renato Teixeira, Belchior, Tim Maia, Gilberto Gil, João Bosco e Aldir Blanc, Sueli Costa, Milton Nascimento, entre outros. Este último, a elegeu musa inspiradora e a ela dedicou inúmeras composições. Dona de uma personalidade marcante, Elis Regina não teve dúvidas em assumir uma posição de crítica ao regime militar, nos terríveis

Anos de Chumbo, quando muitos artistas foram perseguidos e exilados. A crítica era feita de forma pública em meio às declarações ou nas canções que interpretava. Seu engajamento político a fez participar ativamente de uma série de movimentos de renovação política e cultural brasileira. Foi uma das grandes batalhadoras na campanha pela Anistia de exilados brasileiros. Ela fez de sua arte uma forma de manifestação política. A partir, principalmente, do disco “Falso Brilhante” tornou-se a maior repórter daqueles tempos bicudos da ditadura. Com seu repertório magistral ela documentou tudo o que ocorria de ostensivo e de escondido em nosso país. O engajamento repercutiu de forma positiva na carreira de Elis e a caracterizaria até a sua prematura morte em 1982.

Seu repertório passou a ser composto de canções políticas de profundo significado e marcadas por interpretações inesquecíveis como o caso de “O Bêbado e a Equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc, que transformou-se no verdadeiro hino da anistia e que ainda hoje emociona. A canção foi a verdadeira trilha sonora da volta de personalidades brasileiras no exílio, a partir de 1979. Um deles, citado na canção, era o “irmão do Henfil”, o Betinho, destacado sociólogo brasileiro que, entre tantos outros, fora obrigado a deixar o país, como diz a canção “num rabo de foguete”. Em 1981, Elis se filiou ao PT. Também foi uma grande defensora dos direitos dos músicos brasileiros e dos direitos das mulheres e seu papel na sociedade brasileira. Notabilizou-se pela uniformidade vocal, primazia técnica e uma afinação a toda prova. Qualquer canção na sua voz ganhava uma nova dimensão.

Elis foi, sem dúvida, a voz mais perfeita, a que conheceu melhor o ritmo e a divisão, a que elevou e abaixou o tom nos momentos certos, a que melhor utilizou, para ampliar a voz, de técnica comparável às melhores do mundo. Quando Elis começava a cantar baixava uma espécie de magia, um feitiço, efeito combinado de trabalho e inspiração, tudo o que fazia dela uma artista iluminada, uma artista que levou a sério o dom que recebeu e que experimentou, tentou, ousou, foi além. Seu último show foi “O Trem Azul”. Foi grande a comoção quando de sua prematura morte em 19 de janeiro de 1982, devido a complicações decorrentes de uma overdose de cocaína e bebida alcoólica. Na época uma agência de publicidade estampou esta mensagem: “Choram Marias e Clarices...Chora a nossa pátria mãe gentil. Em busca de um sol maior, Elis Regina embarcou num brilhante trem azul, deixando conosco a eternidade de seu canto pelas coisas e pela gente de nossa terra. E uma imensa saudade”. Estamos entrando em férias. Voltaremos a nos ver em fevereiro.

O Nacional

Quinta-Feira, 12/01/2012

Data : 17/02/2012

Título : É carnaval

Categoria: Artigos

Descrição: A presença do carnaval é tão intensa em nossa cultura que muitos chegam a afirmar que o ano só começa depois das festas de momo.

É carnaval

Sexta-Feira, 17/02/2012

por José Ernani de Almeida

A presença do carnaval é tão intensa em nossa cultura que muitos chegam a afirmar que o ano só começa depois das festas de momo. No exterior, o Brasil é sinônimo de carnaval e de futebol, este último já nem tanto, em função da péssima fase de nossa seleção. O Carnaval é uma festa que se originou na Grécia em meados dos anos 600 a 520 a.C. Através dela os gregos realizavam seus cultos em agradecimento aos deuses pela fertilidade do solo e pela produção. Para muitos o seu início teria acontecido no Egito, em homenagem à deusa Isis e ao Touro Apis, com danças, festas e pessoas mascaradas. Outros ainda atribuem aos romanos com seus bacanais, saturnais e luperciais em honra

ao deus Baco, Saturno e Pã. O carnaval prolongava-se por sete dias nas ruas, praças e casas da Antiga Roma, de 17 a 23 de dezembro.

Todas as atividades e negócios eram suspensos nesse período, os escravos ganhavam liberdade temporária para fazer o que bem quisessem e as restrições morais eram relaxadas. Uma coisa, porém, é comum a todos: o carnaval tem sua história, como todas as grandes festas, ligada a fenômenos astronômicos ou da natureza. No século XI, a Igreja Católica, implantou a Semana Santa, antecedida por quarenta dias de jejum, a Quaresma. Esse longo período de privações acabaria por incentivar a reunião de diversas festividades nos dias que antecediam a Quarta-Feira de Cinzas, o primeiro dia da quaresma. A palavra carnaval está assim marcada pela expressão “carne vale”, (adeus à carne) que, acabou por formar a palavra carnaval. O carnaval moderno, com fantasias e desfiles, foi produto da sociedade vitoriana do século XIX. Paris foi o grande centro exportador da festa carnavalesca para o mundo. O próprio carnaval do Rio de Janeiro foi inspirado na folia parisiense. Na verdade, começou no Brasil, trazido pelos portugueses, na comemoração do entrudo, que festejava a entrada da primavera e abria as solenidades litúrgicas da Quaresma.

O entrudo era um festa de rua, barulhenta, suja e, por vezes, violenta. A tradição portuguesa reproduzia um costume da região do Minho, segundo o qual os homens tocavam zabombas à frente das festas e procissões da Igreja. A partir da segunda metade do século 19, o entrudo nas ruas passou a conviver com o carnaval à moda européia – bailes de máscaras em teatros e clubes. No entrudo, camadas mais pobres ou de classe média, ao lado dos negros, dançavam ao som de instrumentos de percussão e cantavam curtas quadrinhas de autores anônimos. Nos salões, os bailes eram animados por bandas que tocavam os ritmos europeus da época, como polca, xote, valsa e mazurca. Aos poucos os foliões foram se organizando em clubes e sociedades – que congregavam os mais ricos e promoviam bailes e luxuosos desfiles de carros alegóricos –, cordões – que saíam às ruas e nos quais conviviam diferentes classes sociais – e ranchos e blocos – que também ganhavam as ruas, compostos pelas classes mais populares.

A primeira música feita exclusivamente para o carnaval foi Ô Abre-alas, composta em 1899 por Chiquinha Gonzaga para o Cordão Rosa de Ouro. O compositor Sinhô também pode ser considerado um pioneiro na mistura de classes sociais no carnaval. Um primeiro passo rumo à concepção atual dos desfiles de escolas de samba – marca internacional do carnaval brasileiro – que incorporam o luxo dos carros alegóricos dos ricos à dança, ao ritmo e ao conta do carnaval dos pobres. Entre os anos 1910 e 1920, o samba foi aos poucos se definindo, junto com a marcha, como o ritmo preferencial no carnaval. O surgimento do samba foi um poderoso fator de democratização do Rio de Janeiro. De início a elite reagiu à “manifestação africana”. Entretanto, rapidamente, o samba transitou das favelas aos palacetes.

Hoje, infelizmente, já não temos mais música para o carnaval. Canções como As Pastorinhas, de Noel Rosa, Noite dos Mascarados e Quem te viu, quem teve, de Chico Buarque (embora não tenham sido feitas para tal fim), e Foi um rio que passou em minha vida, de Paulinho da Viola, continuam gravadas na memória popular. Foi uma época em que, no carnaval, os foliões cantavam versos como: “o meu samba se marcava na cadência dos seus passos. O meu sono se embalava no carinho dos seus braços. Hoje de teimoso eu passo bem em frente

ao seu portão. Pra lembrar que sobra espaço no barraco e no cordão”. Bom carnaval a todos !

Do Jornal
O Nacional

Data : 23/03/2012

Título : A questão dos crucifixos nos tribunais

Categoria: Artigos

Descrição: A Liga Brasileira de Lésbicas e outras entidades sociais solicitaram e foram atendidas, na retirada dos crucifixos e símbolos religiosos nos espaços públicos dos prédios da Justiça gaúcha.

A questão dos crucifixos nos tribunais

Sexta-Feira, 23/03/2012

por José Ernani de Almeida

A Liga Brasileira de Lésbicas e outras entidades sociais solicitaram e foram atendidas, na retirada dos crucifixos e símbolos religiosos nos espaços públicos dos prédios da Justiça gaúcha. É preciso destacar, justificando a decisão do Judiciário, que no plano objetivo da liberdade religiosa, pelos princípios da separação e da não confessionalidade que as igrejas estão fora da organização política-administrativa do Estado, que tampouco adota qualquer religião ou favorece alguma nos atos oficiais e no seu protocolo, o que, garante a própria liberdade das religiões. No Brasil, a separação entre Igreja e Estado foi estabelecida em janeiro de 1890. A atual carta, no artigo 91, I, veda aos entes públicos, federados estabelecer, subvencionar ou embaraçar o funcionamento de cultos religiosos ou igrejas.

Obviamente, que a presença de um crucifixo não significa subvenção ao catolicismo nem embaraço ao funcionamento dos demais cultos. Mas, igualmente, explicita uma preferência, ainda que velada e sutil, por uma determinada crença religiosa que, à luz do direito fundamental à igualdade, não é recomendável como postural oficial a ser adotada. Toda esta discussão nos leva a questionamentos que contemporaneamente surgem sobre as religiões, seus prós e contras. Para Richard Dawkins, no livro “Deus um Delírio”, “devemos

começar com John Lennon, que na canção Imagine, sugeriu um mundo sem religião. O mundo sem ataques suicidas, sem o 11 de setembro de 2001, sem as Cruzadas, sem caça às bruxas, sem a partição da Índia, sem as guerras entre israelenses e palestinos, sem massacres sérvios/croatas/muçulmanos, sem perseguição de judeus como “assassinos de Cristo”, sem os problemas da Irlanda do Norte, sem evangélicos televisivos de terno brilhante e cabelo bufante tirando dinheiro dos ingênuos.

Imagine o mundo sem o Talibã para explodir estátuas antigas, sem decapitações públicas de blasfemos, sem o açoite da pele feminina pelo crime de ter se mostrado em um centímetro”. Dawkins é um líder intelectual e respeitado biólogo que no livro citado investe contra o fundamentalismo básico de toda e qualquer religião. Para ele, ninguém precisa de Deus para ter princípios morais, para fazer o bem, para apreciar a natureza. Na verdade o ateu é apenas alguém que não acredita em mitos.

Já o filósofo suíço Alain de Botton, autor de vários livros, entre eles “Religião para Ateus”, “o secularismo tem muito a aprender com os ritos da fé e com as estratégias que a religião tem usado, desde o princípio dos tempos, para tornar-se indispensável na vida de boa parte da humanidade. Elementos como a arte, a educação e a convivência em comunidade.” Para ele, “aqueles de nós que não têm religião nem crenças sobrenaturais ainda precisam de encontros regulares e ritualizados com conceitos como amizade, comunidade, gratidão e transcendência. Não podemos depender da nossa capacidade de chegar a eles sozinhos. Precisamos de instituições que nos lembrem de que necessitamos deles e que os apresentem em embalagens atraentes”. O que torna a religião interessante é o que atinge nossas emoções. Somos também criaturas emocionais, irracionais. As religiões sabem tocar as pessoas através de suas emoções. Por isso elas usam muita arte – a arquitetura das igrejas, os belos cantos sacros, o simbolismo dos rituais.

Augusto Comte foi o filósofo criador do Positivismo que percebeu que a secularidade necessitava de rituais e práticas religiosas. Para ele o desaparecimento da religião, por causa da ciência, mudaria radicalmente a sociedade e traria novos problemas, como a solidão, como entender o verdadeiro sentido da vida, a preocupação excessiva com bens materiais, a falta de solidariedade. Assim Comte criou a Religião da Humanidade, que tomaria emprestadas as melhores características das religiões, descartando os maus hábitos. A realidade é que no mundo ocidental continua poderosa a ideia de que a vida social deve repousar sobre valores comuns, em particular sobre referências religiosas.

Essa ideia tem uma força particular nos Estados Unidos, pois lá a Bíblia é reconhecida como fundamento religioso da Constituição. O que faz lembrar que a cultura política dos Estados Unidos permaneceu muito mais próxima do século 18 e do seu deísmo que a cultura dos países da Europa ocidental, mais influenciadas pelo nacionalismo do século 19. Entre nós isto não acontece. Pelo menos em tese. Assim, creio que a decisão tomada pelo judiciário gaúcho, significa um avanço do Estado laico, a partir da provocação de determinados setores sociais, minoritários, aos quais interessa disputar, no plano simbólico, o poder de agenda política e cultural. Portanto, vamos cumprir a Constituição e deixar os símbolos religiosos circunscritos aos respectivos templos. É muito simples.

Do Jornal
O Nacional

Data : 30/03/2012

Título : Os 30 anos da Guerra das Malvinas

Categoria: Artigos

Descrição: No próximo dia 2 de abril o governo argentino vai comemorar com pompa e circunstância os 30 anos da invasão das Ilhas Malvinas.

Os 30 anos da Guerra das Malvinas

Sexta-Feira, 30/03/2012

por José Ernani de Almeida

No próximo dia 2 de abril o governo argentino vai comemorar com pompa e circunstância os 30 anos da invasão das Ilhas Malvinas. Um grande desfile cívico-militar, que deverá contar com a presença de presidentes dos países da região, servirá para demonstrar o apoio dos vizinhos em torno da disputa Argentina com o Reino Unido pela posse do arquipélago, que nos últimos meses vem se caracterizando por uma retórica inflamada dos governantes de Buenos Aires e Londres. As Ilhas Malvinas ou Falklands para os ingleses, foram descobertas por holandeses no século 17, mas os primeiros a desembarcar nas ilhas foram os tripulantes de um barco francês proveniente de São Malô, motivo pelo qual foram batizadas como “Malouines”. Mais tarde foram transformadas em Malvinas.

Posteriormente, o arquipélago foi ocupado, simultaneamente, por britânicos e espanhóis. Os britânicos partiram, deixando as ilhas só para os espanhóis que também abandonaram o arquipélago. Só em 1820 o governo de Buenos Aires decidiu ocupá-las. Treze anos depois os britânicos voltaram, expulsando os argentinos. Desde 1833 a Grã-Bretanha controla as ilhas habitadas por três mil descendentes de irlandeses, galeses e escoceses, além se ingleses. Portanto, ao contrário do que muitos pensam, não há nas ilhas uma população argentina. A Argentina há muito tempo reclama como parte integral e indivisível de seu território, considerando que as ilhas encontram-se ocupadas ilegalmente por uma potência invasora e as incluem como partes da província da Terra do Fogo, Antártica e Ilhas do Atlântico Sul.

A invasão das Malvinas em 1982, foi uma decisão do ditador Leopoldo Galtieri, que buscava obter popularidade. A guerra se estendeu de abril a junho de 1982. O saldo final foi a recuperação do arquipélago pelo Reino Unido, na época governado por Margareth Thatcher. A vitória trouxe dividendos políticos para a primeira-ministra que ganhou de avalanche a eleição no ano seguinte. Antes do conflito muitos consideravam a derrota da “dama de ferro” inevitável, pela sua impopularidade, em função do arrocho que aplicava ao país. Já os generais ditadores argentinos, humilhados pela derrota militar, pela incompetência de avaliação política – achavam que Thatcher não reagiria – acabaram expulsos do poder, o que ajudou na restauração da democracia no país, após um longo período de ditadura que havia começado em 1976. Muitos soldados morreram nos 3 meses de conflito: 649 soldados argentinos e 255 britânicos. Antes de abril de 1982 a situação era mais favorável à Argentina. As Malvinas estavam praticamente esquecidas pela Grã-Bretanha. Havia um processo de entendimento diplomático e uma possibilidade de devolução dos territórios a Argentina.

Hoje, isso é muito remoto. O governo argentino alega que houve um incremento na presença militar britânica nas ilhas. Uma base militar de grande porte, com armamentos cuja tecnologia é desconhecida, foi construída no arquipélago. A base não seria apenas para a defesa das ilhas, mas para a extração dos recursos naturais nas águas do Atlântico do Sul. Há uma outra questão estratégica. O interesse da Inglaterra numa projeção sobre o Continente Antártico. Num futuro próximo haverá a reabertura da discussão sobre a Antártica e a Inglaterra necessita ter uma posição próxima da região, precisamente para depois reivindicar uma parte do território Antártico. Os cerca de três mil habitantes do arquipélago insistem em permanecer britânicos, segundo o governo inglês. A economia das ilhas é baseada na criação de carneiros, turismo e pesca. Agora surgiu a expectativa da exploração de petróleo na região.

Uma reserva de 500 milhões de barris foi encontrada no mar, ao norte das ilhas, cuja exploração deverá começar em cinco anos. Isso revela que os britânicos sabiam da existência de combustíveis fósseis na região. Há também outra importante questão: o controle do arquipélago encerra uma posição estratégica ao seu ocupante sobre o cruzamento austral e seu tráfego marítimo. O governo de Cristina Kirchner vem buscando o apoio do Mercosul, alegando que não é legítimo que um país, há 14 mil quilômetros da região, venha explorar os recursos naturais das águas do Atlântico do Sul, principalmente, com a notícia das reservas petrolíferas que agora surgiu.

Do Jornal

O Nacional

Data : 06/04/2012

Título : O CASO HERZOG

Categoria: Artigos

Descrição: O Centro pela Justiça e o Direito Internacional, a Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, o Grupo Tortura Nunca Mais e Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo...

O CASO HERZOG

Sexta-Feira, 06/04/2012

por José Ernani de Almeida

O Centro pela Justiça e o Direito Internacional, a Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, o Grupo Tortura Nunca Mais e Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, apresentaram denúncia junto a Organização dos Estados Americanos (OEA) que abriu investigação sobre o assassinato e tortura, do jornalista Wladimir Herzog, ocorrido no DOI-Codi (estrutura de repressão política da ditadura militar) de São Paulo em 1975. Na época o país era governado pelo general Ernesto Geisel, cujo governo se associa ao início da abertura política que o general presidente definiu como lenta, gradual e segura. Lenta e gradual, realmente, ela foi. Segura, não.

Na prática, a liberalização do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. Isso se deveu a vários fatores. De um lado, Geisel sofria pressões da linha-dura – militares – que não aceitavam a abertura política –, e que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha-dura se manteve como uma contínua ameaça ou retrocesso até o fim do governo de João Figueiredo, buscando a tudo controlar através da violência e da censura. É importante ressaltar que a uniformidade ideológica e a luta contra qualquer dissidência constitui a base para a centralização e o fortalecimento de um poder totalitário.

Para instaurar uma verdade oficial – como era o caso – era necessário o controle da sociedade em todos os níveis. Tudo interessava ao Estado. Não havia nada, nem no âmbito público nem no privado, que permanecesse excluído e não implicasse o monopólio estatal. A propaganda utilizava-se de estereótipos e os fatos eram desfigurados. Para fundamentar a verdade oficial inculcava-se uma ideologia nos cidadãos que muitas vezes requeria o terror, visando afastar da mente das pessoas a possibilidade de alternativas e opções. Órgãos como o DOPS e o DOI-Codi, eram aparatos fundamentais no exercício da força do Estado e braços significativos do Poder Executivo. No poder totalitário, segundo Anita Novinsky, “todos os cidadãos são potencialmente suspeitos e aqueles que discordam da verdade oficial têm de ser isolados, punidos ou eliminados, como tão claramente expôs em sua obra Max Weber. Um sistema político totalitário

menospreza a expressão 'verdade'. Só existe uma verdade, a oficial". Assim, no Brasil dos anos 1970, a verdade oficial não admitia qualquer pluralidade de pensamento. A dominação total não permitia a livre iniciativa, principalmente, na área intelectual.

A intelligentsia era vista como uma ameaça. Os opressores sempre necessitaram, para dominar, limitar a palavra crítica. Com sua tímida abertura, no curso de 1975, Geisel combinou medidas liberalizantes com medidas repressivas. As últimas eram destinadas a acalmar os integrantes da corporação militar. Em janeiro, em surdina, o governo suspendeu a censura ao jornal O Estado de São Paulo. Um confronto entre o governo e a linha-dura ocorreu às claras em São Paulo. Embora a guerrilha tivesse sido eliminada, os militares linha-dura continuavam a enxergar subversivos por toda a parte. Continuava também a prática da tortura, acrescida do recurso do "desaparecimento" de pessoas mortas pela repressão. Na realidade, esses métodos, justificados por alguns como mal inevitável decorrente de uma "guerra interna", sobreviveram e até se intensificaram depois que a "guerra" terminou. Em outubro de 1975, no curso de uma onda repressiva, o jornalista Wladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi intimado a comparecer ao DOI-Codi de São Paulo. Era suspeito de ter ligações com o PCB. Herzog apresentou-se ao DOI-Codi e daí não saiu vivo. Sua morte foi apresentada como suicídio por enforcamento, uma forma grosseira de encobrir a realidade: tortura, seguida de morte.

Nas fotos divulgadas há várias inverossimilhanças. Uma delas é o fato de que ele se enforcou com um cinto, coisa que os prisioneiros do DOI-Codi não possuíam. Além disso, suas pernas estão dobradas e no seu pescoço há duas marcas de enforcamento, o que mostra que a sua morte foi feita por estrangulamento. Agora, o silêncio em torno da morte de Herzog, poderá ser rompido. Aquele silêncio dos omissos, das almas tibias e mornas de que falava Dante, dos pusilâmines, dos que deveriam falar e se calam. O silêncio dos omissos diz que o homem está fugindo de sua liberdade e das obrigações éticas que ela impõem. Todos esses silêncios falam!

Do Jornal

O Nacional

Data : 13/04/2012

Título : Música engajada

Categoria: Artigos

Descrição: Em minhas aulas de História, no pré-vestibular Medischool, digo a meus alunos, parafraseando Herbert de Souza...

Música engajada

José Ernani de Almeida

Em minhas aulas de História, no pré-vestibular Medischool, digo a meus alunos, parafraseando Herbert de Souza, que “acredito muito mais nas formas culturais de educação política. Imagino que muitas vezes uma música educa muito mais que trinta aulas de história, quarenta discursos, dez passeatas”. O problema é que ao ouvir a atual produção musical, em todos os gêneros, fica muito difícil, quase impossível, usar a música para tal fim. Hoje, a crítica política não é tão direta como em outros tempos, mas ritmos como funk e rap vêm cumprindo seu papel, formando uma honrosa exceção, em meio a mediocridade geral. Para a historiadora Marieta Moraes Ferreira, da UFRJ, “mesmo quando não falam diretamente de política, citam num, sentido mais amplo, com letras sobre pobreza, violência e relação com a polícia”. Ao longo de nossa história, a política brasileira sempre foi tema de nossos compositores.

É o que o jornalista e ex-ministro da Comunicação Social Franklin Martins, após longa pesquisa, vai mostrar em dois livros, acompanhados das gravações. O primeiro volume, com cerca de 500 composições de 1902 a 1964, deve sair no próximo mês de maio. Já o segundo, de 1964 a 2002, ainda não tem data prevista. O projeto, chamado Quem foi que inventou o Brasil?, pega o nome emprestado de um verso da marchinha “História do Brasil”, de Lamartine Babo. A indústria fonográfica no Brasil data de 1902. A partir de então, praticamente todos os fatos relevantes de nossa história são retratados em música. As articulações políticas de Pinheiro Machado, famoso senador gaúcho, entre os anos 1905 e 1914, lhe renderam muitos bajuladores que o cercavam e eram conhecidos como os “pega chaleira”. O compositor Eduardo das Neves compôs, na época, uma música com os seguintes versos: “Neste século de progresso/nesta terra interesseira/tem feito grande sucesso/o tal ‘pega chaleira’.

Hermes da Fonseca foi eleito presidente em 1910. Com o fim do seu mandato, apelidado pelo povo de “Seu Dudu”, passou a ser satirizado por sua fama de azarão, agourento. O compositor J.C. Bulhões compôs uma canção que dizia: “Se o Dudu sai a cavalo/o cavalo logo empaca/só começa a andar/ao ouvir o Corta-Jaca/ó Filomena, seu eu fosse como tu/tirava a urucubaca da careca do Dudu”. Pelo Telefone, foi o primeiro samba a ser gravado, em 1917. O sambista Sinhô, ironizava a atuação do novo chefe de polícia do Rio de Janeiro, que determinou que os policiais notificassem os infratores por telefone antes de proceder à fiscalização de supostos jogos de azar: “O chefe da polícia/pelo telefone/mandou avisar/que na Carioca/tem uma roleta para se jogar”. A modesta participação do Brasil na primeira guerra mundial – o envio à Europa de uma divisão naval e um corpo de saúde – inspirou Eduardo das Neves: “Cobriu de luto, de tristeza e dor/findou-se a guerra que o universo inteiro/com ela (...) guerreiro/Imperador e ser imperador/quarenta anos, trabalho idiota/para sofrer a colossal derrota”. A sucessão de Epitácio Pessoa foi atribulada. Em 1921, uma marcha carnavalesca atacava Artur Bernardes, que acabou ganhando as eleições, e tinha o apelido de “Seu Mé”: “Ai, seu Mé/Ai seu Mé/Lá no Palácio das Águias/olé/Não há de pôr o pé”. Os autores, Freire Jr. e Careca, chegaram e ser presos. Com a ascensão de Vargas ao poder, o governo revolucionário, passou a exercer forte repressão policial.

Era proibido formar grupos nas ruas, a ordem era circular. Isso fica evidente na canção composta e gravada por Silvio Caldas, ainda em 1930: “Não quer que eu pare/eu vou andando/vou andando devagar/não quer que eu pare,eu vou andando/não vale a pena teimar.” A questão do trabalho foi das mais caras da Era Vargas. Diante da imensa popularidade que o rádio vinha alcançando na década de 30, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) utilizou-o e também à música para promover o trabalho. Wilson Baptista e Ataulfo Alves, compuseram em 1940 o samba “Bonde de São Januário”, referência ao bairro onde ficava o estádio do Vasco da Gama, palco dos discursos de Getúlio Vargas, dirigido aos “trabalhadores do Brasil”. A letra original zombava dos sindicatos atrelados ao Estado: O Bonde de São Januário/leva mais um sócio otário/sou eu que vou trabalhar”. A censura cortou “sócio otário” e obrigou os compositores a trocarem por “mais um operário”. A legislação trabalhista de Vargas era inspirada na Carta Del Lavoro da Itália.

Uma das imitações da Carta italiana foi a taxaço de solteiros e prêmio aos casados com quatro filhos ou mais. Alvo da censura um ano antes, Ataulfo Alves compôs com Felisberto Martins e gravou em 1941, “É negócio casar”: “o Estado Novo veio para nos orientar/no Brasil não falta nada mas precisa trabalhar/tem café, petróleo e ouro/ e ninguém pode duvidar/e quem for pai de quatro filhos/o Presidente manda premiar/é negócio casar...” No próximo artigo vamos continuar analisando a música engajada ao longo de nossa história.

O Nacional

Sexta-Feira, 13/04/2012

Data : 19/04/2012

Título : Música Engajada – II

Categoria: Artigos

Descrição: A música nos leva ao encontro de nós mesmos para conhecer nossa própria história, nossa identidade.

Música Engajada – II

Quinta-Feira, 19/04/2012 por José Ernani de Almeida

A música nos leva ao encontro de nós mesmos para conhecer nossa própria história, nossa identidade. A música engajada nos abre o mundo de nossos compositores politizados e sua relação com os diferentes momentos da política

brasileira. Em 1939, por exemplo, em pleno Estado Novo, enquanto o mundo guerreava, o governo Vargas propagava a tranqüilidade do regime. O hino composto por Benedito Lacerda e Aldo Cabral, é um dos exemplos: “Brasil, és do teu berço dourado/O índio civilizado/E abençoado por Deus/Brasil, gigante de um continente/És terra de toda gente/E orgulho dos filhos teus”. Ary Barroso, também em 1939, compôs uma das músicas mais executadas do século XX no mundo, “Aquarela do Brasil”.

Ela também fez parte da campanha de exaltação da ditadura varguista: “Oi, esse Brasil lindo e trigueiro/É o meu Brasil brasileiro/Terra de samba e pandeiro/Brasil! Brasil!/Pra mim...pra mim...” Em 1951 Vargas voltou ao poder, mas, desde sua candidatura, não faltou quem lhe fizesse oposição. O jornalista Carlos Lacerda, dono do jornal carioca Tribuna da Imprensa e líder da UDN, foi o seu maior inimigo político nessa fase. É dele a afirmação: “O Sr. Getúlio Vargas.. não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”. Já os compositores Haroldo Lobo e Marino Pinto, traduzindo o sentimento popular, compuseram a marchinha, “Retrato do Velho”, comemorando a volta do “pai dos pobres”: “Bota o retrato do velho outra vez/Bota no mesmo lugar/O sorriso do velhinho/Faz a gente trabalhar”.

Em agosto de 1954 Vargas suicidou-se. Como no Brasil tudo vira samba, a carta-testamento de Vargas foi musicada e gravada por Moreira da Silva com o título “A Carta”: “Não me combatem, caluniam com certeza/Numa perseguição atroz/Não me dão direito de defesa/Precisam sufocar a minha voz”. A campanha para a presidência em 1960 foi marcada por músicas que exaltavam as propostas e as figuras dos candidatos. Sobre João Goulart: “...e o meu Rio Grande vai jangar/É Jango, é Jango, é o Jango Goulart/Pra vice-presidente nossa gente vai jangar...” Sobre Jânio Quadros, que acabou vencendo a eleição,: “Varre, varre, varre, varre vassourinha/Varre, varre a bandalheira/Que o povo já está cansado/De sofrer desta maneira/Jânio Quadros esperança deste povo abandonado”. A esperança se esvaiu em oito meses. Em agosto de 1961, com a renúncia de Jânio e o veto militar à posse de Jango, o governador Leonel Brizola deflagrou aqui no estado a Campanha da Legalidade, visando garantir o cumprimento da Constituição. O movimento ganhou um hino: “Avante brasileiros de pé/Unidos pela liberdade/Marchemos todos juntos com a bandeira/Que prega igualdade/Protesta contra o tirano/Recusa a traição/Que um povo só é bem grande/Se for livre sua Nação”.

A Campanha da Legalidade logo deu mote para outras músicas, como o “Samba da Legalidade” de Zé Keti e Carlos Lyra, que, nos anos seguintes, se destacariam como compositores engajados – como se dizia na época. “Dentro da legalidade/Dentro da honestidade/Ninguém tira o meu direito...” A instabilidade política de 1961 levou jovens artistas e intelectuais a criar o CPC (Centro Popular de Cultura), um órgão cultura da UNE. Os CPCs ganharam bastante importância a partir do plebiscito de 1963. Produziram peças, filmes e, claro, músicas, como “O Subdesenvolvido”: “(...) Comeram o boi. O povo brasileiro embora pense, dance, cante como americano, não come como americano/Não bebe como americano/Vive menos, sofre mais/ Isso é muito importante, muito mais importante/Pois difere os brasileiros dos demais/Personalidade, personalidade, personalidade sem igual/Porém, subdesenvolvida, subdesenvolvida/Essa é que a vida nacional”.

Ainda em 1963, Carlos Lyra e Vinicius de Moraes, compuseram a “Marcha da Quarta-Feira de Cinzas” que, de forma profética, previa que tempos difíceis estavam se aproximando: “Acabou nosso carnaval/Ninguém ouve cantar canções/Ninguém passa mais brincando feliz/E nos corações/Saudades e cinzas foi o que restou/E no entanto é preciso cantar/Mais que nunca é preciso cantar...” Alguém já disse que os poetas são verdadeiras antenas da raça. Vinicius, nesta letra, previu a chegada dos tempos negros da ditadura militar instaurada em 1º. de abril de 1964, com um ano de antecedência. No próximo artigo vamos abordar os compositores que ousaram enfrentar o regime militar, com criatividade e muita coragem.

Data : 26/04/2012

Título : Música engajada – III

Categoria: Artigos

Descrição: O golpe militar de abril de 1964 iniciou, além de uma ditadura que governou o país por 21 anos, uma grande renovação dentro dos meios culturais brasileiros.

Música engajada – III

Quinta-Feira, 26/04/2012 por José Ernani de Almeida

O golpe militar de abril de 1964 iniciou, além de uma ditadura que governou o país por 21 anos, uma grande renovação dentro dos meios culturais brasileiros. Músicos, poetas, dramaturgos, estudantes e intelectuais formaram a linha de frente no combate à ditadura. Novos talentos surgiram e posicionaram-se politicamente contra os militares. A renovação foi tanto temática quanto estética. O Cinema Novo, de Glauber Rocha, revolucionou a linguagem cinematográfica. No teatro, novos grupos montaram peças antigas como *Rei da Vela*, de Oswald de Andrade, com novas interpretações. O teatro Oficina, o teatro Opinião e o teatro de Arena foram os principais polos de contestação, o José Celso Martinez o diretor revolucionário. De todas as manifestações culturais, a que atingiu uma importância maior foi, sem dúvida, a música.

Alicerçados na popularidade dos artistas da Bossa Nova, uma geração surgiu e contestou o governo, os militares e as antigas maneiras de fazer música. Assim, fundado por membros oriundos dos CPCs (Centros Populares de Cultura), o show Opinião, estreou em 1964, ano do golpe. Morro e campo foram os temas preferenciais da arte engajada do Opinião. Zé Kéti compôs a canção Opinião: “Podem me prender/podem me bater/podem até deixar-me sem comer/que eu

não mudo de opinião...”Na verdade, a música era apenas pretexto para o protesto, muito semelhante ao rap americano que seria absorvido pelo Brasil na década de 90.

O curioso é que um samba gravado por Jair Rodrigues em 64 guarde algumas características do cantar falado do rap. A letra não deixa de refletir o mal-estar que a repressão política havia instaurado: “Deixa que digam, que pensem, que falem/Deixa isso pra lá/Vem pra cá/O que é que tem?/Eu não estou fazendo nada/Você também...”.Nos anos 1960 a música engajada ganhou destaque nos festivais de MPB, promovidos pela televisão, revelando uma nova geração de grandes compositores. No festival de 1966 surgiram, Chico Buarque, Edu Lobo, Théo de Barros e Geraldo Vandré. Estes últimos, com a canção Disparada: “Prepare o seu coração/pras coisas que eu vou cantar/eu venho lá do sertão.../e posso não lhe agradar/aprendi a dizer não/ver a morte sem chorar...”.

Em 1967, Chico Buarque começou a mostrar seu lado politizado ao compor Roda Viva: “Tem dias que a gente se sente/como quem partiu ou morreu/a gente estancou de repente/ou foi o mundo então que cresceu/ a gente quer ter voz ativa/no nosso destino mandar/mas eis que chega a roda viva/e carrega o destino pra lá. “É a voz do artista desenraizado e sem convicções firmes que transforma-se em brinquedo nas mãos dos agentes de um sistema (o mercado) que nem sequer compreende.” Em 1968, no 3º.Festival Internacional da Canção, Geraldo Vandré apresentou a canção Pra não dizer que não falei das flores.

Um hino que trazia as contundentes palavras que embalaram o sonho de resistência ao regime autoritário, definida por Millôr Fernandes, como “a nossa Marselhesa” (...) “Nas escolas, nas ruas, campos construções/Caminhando e cantando/Seguindo a canção/Vem, vamos embora, que esperar não é saber/Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Diferindo da década anterior (que foi uma época de engajamento, de polêmicas e de críticas), a cultura brasileira dos anos 1970 esteve marcada pelo endurecimento do regime pós-64 e pela censura. Todo um setor da “inteligência” foi cassado ou abandonou o país em exílios voluntários ou não.

Quando não se retiravam do cenário cultural, artistas e professores tinham seu trabalho vigiado (o que determinou o recurso à alegoria e às alusões, estilo dominante). Na música popular irão de destacar compositores que retratarão em suas canções o Brasil do “milagre”, da tortura, do arbítrio e da censura. Chico Buarque, Gonzaga Jr. João Bosco, Aldir Blanc, Ivan Lins, Vítor Martins, Belchior, se transformarão em verdadeiros cronistas, relatando em suas músicas, o Brasil da ditadura militar. Chico Buarque foi o que melhor traduziu em suas músicas o período da ditadura. Um de seus sambas, Apesar de Você, ressoou como um malcriado desabafo contra o todo-poderoso governo Médici: “Você vai pagar e é dobrado/Cada lágrima rolada/Nesse meu penar/Apesar de você/Amanhã há de ser/Outro dia”.

Era um repúdio ao ufanismo do governo Médici. Submeteu a canção à censura, com certeza que não passaria, e passou. Apesar de Você estava virando um hino quando saiu uma pequena nota num jornal dizendo que era uma “homenagem” ao presidente Médici. O disco foi proibido, a fábrica da gravadora, destruída e quebrados os discos do estoque. Em entrevista ao jornalista Tarso de Castro, Chico afirmou que a canção era dedicada a uma “namorada” muito, muito mandona. Uma verdadeira ditadora.

Data : 03/05/2012

Título : MÚSICA ENGAJADA – IV

Categoria: Artigos

Descrição: O general Médici, regeu o governo mais repressivo da história da República brasileira. A tortura passou a ser uma prática corriqueira.

MÚSICA ENGAJADA – IV

Quinta-Feira, 03/05/2012 por José Ernani de Almeida

O general Médici, regeu o governo mais repressivo da história da República brasileira. A tortura passou a ser uma prática corriqueira. Os órgãos de imprensa eram todos censurados, impedidos de mostrar o que acontecia nos porões da ditadura. Ao contrário disso, promoviam campanhas ufanistas para enaltecer o “milagre brasileiro”. A forte propaganda do “milagre” valeu-se de slogans como “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Muito contribuiu para justificar o clima de euforia a conquista do tricampeonato na Copa do Mundo do México, em 1970.

O compositor Miguel Gustavo compôs, na época, Pra Frente Brasil: “Noventa milhões em ação/prá frente Brasil do meu coração/Todos juntos vamos/Pra frente Brasil/Salve a seleção/De repente é aquela corrente pra frente...” Outra canção ufanista da época foi Eu te amo meu Brasil, do compositor Dom: “Eu te amo meu Brasil, eu te amo/Meu coração é verde, amarelo, branco, azul anil/Ninguém segura a juventude do Brasil”. Na verdade, a juventude estava devidamente amordaçada pela ditadura, que sequer permitia a política estudantil.

Nos anos 1970 grande parte dos compositores brasileiros estava fora do país. Alguns foram expulsos – caso de Caetano Veloso e Gilberto Gil – outros optaram pelo exílio voluntário, como foi o caso de Chico Buarque. Este último ao retornar, acatou a sugestão de Vinicius de Moraes: “Quando voltar, volte fazendo barulho”. Chico gravou em seguida um compacto com Apesar de Você, logo censurada. Também gravou Samba de Orly, dele, Vinicius e Toquinho: “Pede perdão/Pela omissão/Um tanto forçada/Mas não diga nada/Que me viu chorando/E pros da pesada/Diz que vou levando”. Em 1973 Chico e Milton Nascimento gravaram Cálice, que na verdade era metáfora ao “cale-se” instituído pelo regime militar:

“Pai, afasta de mim esse cálice/De vinho tinto de sangue/Como beber dessa bebida amarga/Tragar a gota, engolir a labuta/Mesmo calada a boca, resta o peito/Silêncio na cidade não se escuta/Tanta Mentira, tanta força bruta...” O baiano Raul Seixas, teve seu rock viabilizado, nos anos 1970, pelo tropicalismo

e suas guitarras cheias de Bossa Nova. Raul, depois de 18 músicas censuras, em 1973, conseguiu lançar um compacto com uma de suas canções mais políticas e inconformadas, Outro de Tolo: “Eu devia estar contente/Porque eu tenho um emprego/Sou um dito cidadão respeitado/E ganho 4 mil cruzeiros por mês/Eu devia agradecer ao Senhor/Por ter tido sucesso na vida como artista/Eu devia estar feliz/Porque consegui comprar um Corcel 73”. A questão fundiária, sempre atual no Brasil, foi tratada por Zé Ramalho na canção Admirável Gado Novo, de 1980: “Voces que fazem parte dessa massa/que passa nos projetos do futuro/é durão tanto ter que caminhar/e dar muito mais do que receber/É vida de gado/povo marcado/É povo feliz!”. O lento processo de redemocratização – de Geisel a Figueiredo – também teve sua trilha sonora. Luiz Gonzaga Jr., o Gonzaguinha, não pouparia preocupação política em suas letras, como em Comportamento Geral: “Você deve aprender abaixar a cabeça/E dizer sempre muito obrigado/São palavras que ainda te deixam dizer/Por ser homem bem disciplinado”.

Achados e Perdidos é outra contundente canção de Gonzaguinha que hoje, poderia ser usada como trilha sonora para divulgar a Comissão Nacional da Verdade, que busca descobrir o paradeiro dos desaparecidos durante o regime militar: “Quem me dirá onde está/Aquele moço fulano de tal/ (filho, marido, irmão, namorado que não voltou mais)/Insiste o anúncio nas folhas dos nossos jornais/Achados, perdidos, morridos saudades demais/Mas eu me pergunto e a resposta/É que ninguém sabe, ninguém nunca viu/Só sei que ele sumiu/E quem souber algo acerca do seu paradeiro/Beco das liberdades/Estreita e esquecida/Uma pequena marginal/Dessa imensa avenida Brasil”. Belchior, na canção Como Nossos Pais, de 1972, cantava a frustração de uma geração tão revolucionária como a dos anos 60 em não conseguir ver seu sonhos de transformação realizados: (...)Eles venceram e o sinal/está fechado pra nós que somos jovens/Minha dor é perceber/que apesar de termos feito/tudo o que fizemos/ainda somos os mesmos e vivemos/como nossos pais”. Uma canção de Chico Buarque, gravada em 1984, Vai Passar, foi uma espécie de despedida aos militares, dados o título, o texto de natureza tópica e épica e o contexto: “ Num tempo/página infeliz da nossa história/paisagem desbotada na memória das novas gerações/vivia nossa pátria mãe tão distraída/sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações”. Já o hino da mobilização popular pela “anistia ampla, geral e irrestrita” foi O bêbado e a equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc: (...) Meu Brasil/que sonha com a volta do irmão do Henfil/com tanta gente que partiu/num rabo de foguete”. É uma pena que hoje a música brasileira pouco a pouco se vai distanciando de seu significado cultural para atender a interesses de um mercado nocivo e imediatista.

Data : 11/05/2012

Título : O DIA EM QUE ENTREVISTEI RAUL SEIXAS

Categoria: Artigos

Descrição: Está sendo exibido nos cinemas o documentário sobre Raul Seixas, (Raul - O Início,o Fim e o Meio)...

O DIA EM QUE ENTREVISTEI RAUL SEIXAS

Sexta-Feira, 11/05/2012 por José Ernani de Almeida

Está sendo exibido nos cinemas o documentário sobre Raul Seixas, (Raul - O Início,o Fim e o Meio), o genial músico que deixou uma marca indelével na música popular brasileira. Raul, Raulzito, metamorfose ambulante ou carimbador maluco representou para diferentes gerações um referencial de som e imagem. Entre o ritmo envenenado da guitarra de Elvis Presley e o baião tocado pela sanfona de Luiz Gonzaga, Raul Seixas inventou o rock brasileiro. Raul nasceu em Salvador, em 28 de junho de 1945, e misturou rock'n roll com forró e com batuque. Ele surgiu para o público no Festival Internacional da Canção de 1972 com a música Let me sing, let me sing. Sua aparição foi sensacional, e logo ele virou um ídolo popular, um grande vendedor de discos e a encarnação do rock and roll em plena ditadura militar.

Denunciou de forma sarcástica e irônica a acomodação e o consumismo da classe média brasileira deslumbrada com o “milagre econômico” dos anos 1970. Ouro de Tolo, por exemplo, é uma obra-prima de sarcasmo político. O Raulzito, como ele se apresentou, usou brilhantina no topete e gola levantada. No início dos anos 1970, deixou a juba encaracolar, crescer, vestiu calças e coletes coloridos, fez parceria com Paulo Coelho, se afundou em drogas e conduziu uma guinada na música nacional. Raul foi um artista único.

Foi do intelectual ao popular. Como escreveu o professor da Unisinos Franck Jorge, “a gente gosta do som dos instrumentos, os timbres, uma determinada melodia de voz dizendo-nos coisas pungentes ou as bobagens mais incríveis e necessárias, uma batida retinha, linear, ou uma quebradeira”. Raul trouxe tudo isto em suas canções. Foi um artista libertário e provocador. Ele fez parte do universo dos poetas livres, onde havia sexo, drogas e rock and roll. Nunca aceitou deixar seu lado “maluco beleza”,nem mesmo quando estava debilitado pela doença,destruído pelo álcool,cocaína e éter.Raul morreu em 1989, aos 44 anos. Agora, o documentário está resgatando a história deste extraordinário artista. Em 1977 Raul Seixas esteve em Passo Fundo fazendo um histórico show no Ginásio Capingui.

Naquele ano ele estava lançando o Lp “Há dez mil anos atrás”.O disco trazia um repertório com canções como “Canto para minha morte”, “Meu amigo Pedro”; “Eu também vou reclamar”, “ Os números”, além do sucesso que dava nome ao disco. O Lp marcou uma despedida: foi o último de sua parceria com Paulo Coelho. O show foi espetacular, marcado pela performance de Raul. Ele fez o público ir ao delírio com canções como Al Capote, Guita, Ouro de Tolo, Trem das 7, Maluco Beleza e outras mais. No dia do show, 24 de abril, pela manhã, tive a oportunidade de entrevistá-lo. Na época eu produzia e apresentava, na Rádio

Planalto AM, o programa Especial, que era levado ao ar aos sábados, das 19 às 21 horas, focalizando os grandes nomes da MPB e da música internacional.

O programa mostrava toda a carreira dos artistas. No caso dos astros internacionais sua biografia e suas canções. Já no caso dos artistas brasileiros, era enriquecido por entrevistas, durante as quais, as principais canções dos entrevistados eram apresentadas. Assim, tive o privilégio de entrevistar Cartola, João Nogueira, Ivan Lins, João Bosco, Beth Carvalho, Paulinho da Viola e Fagner. Estes, entrevistados em Porto Alegre, quando lá fizeram shows. Eu me deslocava até a capital para tal fim. Aqui em Passo Fundo entrevistei, Belchior, Toquinho, Simone, Gonzaguinha, Gilberto Gil, Martinha, Antonio Marcos, Roberto Carlos e Noel Guarani. Fico imaginando que hoje teria que entrevistar Michel Teló, Luan Santana, os sertanejos universitários, os tchês com e sem bombacha, etc. Vejam do que me livre! Da entrevista com Raul Seixas, no Turis Hotel, lembro-me que ela foi feita pela parte da manhã e Raul já demonstrava estar sob o efeito do álcool.

Nela ele revelou que sonhara em ser astro em Hollywood, mas que se apaixonou pelo rock ao ouvir Elvis Presley e, então, seguiu o caminho da música. Raul falou da ideia que teve em misturar Elvis e Luiz Gonzaga o que o transformou em nosso roqueiro seminal. Falou da sua utópica “sociedade alternativa” e do inconformismo que o acompanhava pelas coisas que estavam acontecendo no Brasil dos anos 1970. Foi assim que durante mais de uma hora, conversei com o grande Raul Seixas que se dizia ser o início, o fim e o meio e que deixou uma obra original e desmistificadora de falsos valores da sociedade burguesa.

O Nacional

Data : 17/05/2012

Título : Comissão da verdade

Categoria: Artigos

Descrição: Alceu Amoroso Lima, ou Tristão de Athayde, como também era conhecido, foi, ao longo do século 20, importante presença no cenário intelectual brasileiro.

Comissão da verdade

Quinta-Feira, 17/05/2012

por José Ernani de Almeida

Alceu Amoroso Lima, ou Tristão de Athayde, como também era conhecido, foi, ao longo do século 20, importante presença no cenário intelectual brasileiro. Católico fervoroso e conservador, durante o Brasil da ditadura militar, tomando a necessidade da denúncia como missão cristã, consolidou sua renovada imagem de católico liberal. Em 1971, por exemplo, após o sequestro e desaparecimento do deputado Rubens Paiva, Amoroso Lima, na coluna “Trágica Interrogação”, no Jornal do Brasil, indagou sobre o paradeiro do deputado.

Em outubro de 1974 voltou à carga, desta vez sem nomear um caso em particular: “Há neste momento, no Brasil, sem que sequer se possa citar-lhes os nomes, ao lado de nós, dezenas de lares e neles centenas de corações, que sofrem em silêncio a tragédia da espera, da dúvida sobre a vida ou a morte dos seus mais queridos (...) passam os dias, passam os meses, passam os anos talvez, e a espera continua vã. As promessas – das autoridades – continuam vãs. O destino dos desaparecidos continua envolto no mistério. (...) Até quando haverá, no Brasil, mulheres que não sabem se são viúvas; filhos que não sabem se são órfãos (...) ?” (Revista História, da Biblioteca Nacional, abril 2012) Hoje, as viúvas dos desaparecidos sabem que são viúvas. Os filhos, sabem que são órfãos.

Hoje, apenas querem saber qual o destino que foi dado pelo regime ditatorial a seus entes queridos. Sabem, igualmente, que os torturadores, que os assassinos não serão punidos. Afinal, foram “anistiados” de seus crimes de lesa-humanidade em 1979, pela lei que foi, na verdade, uma autoanistia. Na época, através da ARENA, dos senadores biônicos ou do veto do general-presidente, João Figueiredo, qualquer alteração na lei não tinha a mínima possibilidade de passar. O que tivemos foi o silêncio dos cemitérios. Perdão, dos corpos insepultos. Prevaleceu a vontade oficial. O regime militar não permitia na época em nenhum domínio da vida e nenhuma realização cujos efeitos não fossem previsíveis. Assim, foi aprovada a Lei da Anistia, um perdão concedido a própria ditadura.

Agora, passados 33 anos, para o desespero de setores militares, o silêncio – que eles esperavam eterno – deverá começar a ser desvendado. Com a nomeação dos integrantes do Comissão da Verdade pela presidente Dilma Rousseff, entre eles, o passo-fundense Gilson Dipp, o destino dos desaparecidos e os responsáveis pelo seu desaparecimento – pelo menos isto –, o que é pouco, convenhamos, virá à tona. Quarenta países já constituíram Comissões da Verdade. No Brasil, a iniciativa é tardia.

No Chile e na Argentina os episódios mais cruéis das ditaduras já foram revelados em detalhes. Processos judiciais levaram à prisão dirigentes e operadores da repressão política. A primeira comissão foi na Argentina, organizada logo após a queda dos militares. A primeira que teve o nome de Comissão da Verdade e Reconciliação foi a chilena, criada logo depois do fim do governo Pinochet. São comissões pensadas para cooperar com a justiça. Não são alternativas à Justiça. Estabelecem os fatos para poder ajudar, posteriormente, em processos de justiça e de reparação importantes. Na Guatemala a ONU intermediou o processo de averiguação dos crimes ocorridos durante o período de enfrentamento entre a guerrilha e o governo. A sociedade guatemalteca, enquanto governo e guerrilha cooperavam com a Comissão da Verdade, organizou sua própria comissão, que se chamou Processo de Recuperação da Memória História, que contou com a ajuda da Igreja católica.

Quando a comissão oficial se estabeleceu, encontrou um dos fatos mais chocantes da história da América Latina. No conflito armado foi cometido um genocídio contra o povo maia, com milhares de mortos. Os responsáveis estão sendo julgados.

No Brasil, ninguém foi preso e a Comissão, mesmo antes da indicação de seus membros, já estava sendo contestada por militares da reserva que estavam na ativa na época das torturas e das mortes. Afronta à Lei da Anistia e revanchismo são as alegações. Para a história não há verdades absolutas. Existem zonas de sombras. A nossa idéia de conciliação, na verdade, esconde o desejo de evitar que coisas do passado sejam reveladas. A Comissão da Verdade poderia ser um elemento de fortalecimento da nossa democracia. Assim, a memória vem e vai mas, não descansa. No Brasil há fatos e personagens que voltam sempre. Perguntas que procuram respostas que jamais foram dadas. Temos uma história que permanece inacabada, há 40 anos. A sociedade quer saber a verdade. Vale a pena aqui lembrar das contundentes palavras do saudoso Ulysses Guimarães, ao promulgar a Carta de 1988: “A sociedade foi Rubens Paiva. Não os facínoras que o mataram”.

Do Jornal
O Nacional

Data : 24/05/2012

Título : Liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável

Categoria: Artigos

Descrição: O poeta e ensaísta Paul Valéry definiu como as duas maiores invenções da humanidade o passado e o futuro.

Liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável

Quinta-Feira, 24/05/2012

por José Ernani de Almeida

O poeta e ensaísta Paul Valéry definiu como as duas maiores invenções da humanidade o passado e o futuro. Hoje é quase impossível deduzir algo do passado e imaginar o futuro, uma vez que o presente se dá como “inteiramente novo”, reconstruído aparentemente sem referências. Um presente eterno, abrindo espaço para uma nova civilização que não sabemos nomear ainda. Para o filósofo, jornalista e professor Adauto Novaes, “vivemos hoje uma crise sem precedentes. Política, cultura, valores morais, estética, noções de espaço e

tempo, relações entre o público e o privado, paixões, enfim, não há atividade humana que não esteja afetada. Ao contrário da idéia de crise que se centra sempre em uma das áreas em determinados momentos da história (crise conjuntural, como diz a sociologia), a natureza da mutação consiste em afetar todo o conjunto das atividades humanas (estrutural)”.

A banalização da informação torna tudo ainda mais caótico e confuso. Em meio a tudo reina absoluto o mercado, que impõe a obrigação política horizontal individualista e antagônica nas relações sociais. As utopias revolucionárias foram abandonadas, a rejeição da política e um ceticismo desencantado, predominaram durante boa parte dos últimos 20 anos. A ordem vigente aparecia autolegitimada e justificada porque nada parecia contradizê-la nem a ela se opor, e os ideólogos podiam comprazer-se falando do “fim da história” ou afirmando o capitalismo como destino final da humanidade. Durante um bom tempo houve – e ainda persiste –, a ausência de um pensamento capaz de desvendar e interpretar as contradições que movem o presente. Um dos motivos está no encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado sob os imperativos da nova forma de acumulação do capital, conhecida como neoliberalismo.

Um dos efeitos dessa situação é a transformação de direitos econômicos e sociais em serviços definidos pela lógica de mercado e a transformação do cidadão em consumidor. O saber e a tecnologia no modo de produção vigente tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Entretanto, movimentos sociais como a Primavera Árabe, os protestos dos europeus em função da crise econômica, o Ocupe Wall Street, surgem no horizonte político e social como elementos fomentadores de uma nova discussão, de uma nova postura sobre o que estava posto como definitivo: a vitória do capitalismo. Hoje a percepção é, novamente, como já aconteceu em tempos passados, que o capitalismo não é a solução, mas o problema.

Na ortodoxia predominante na economia contemporânea, supõe-se que os agentes individuais sejam completamente racionais, maximizadores do seu próprio ganho pessoal, definido de modo restrito, como satisfação associada ao consumo, o que poderia ser medido por uma quantidade chamada utilidade. Amartya Sen, ganhador do Nobel de Economia e um dos pais do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) adotado pelas Nações Unidas, vem minando sistematicamente vários pressupostos desta abordagem. Sen busca produzir uma abordagem abrangente que funcione como parte de um método racional para melhorar a justiça e reduzir as injustiças em sociedades democráticas realmente existentes. Ancorado no pensamento de Amartya Sen o doutor em filosofia, professor, sacerdote e diretor da Rádio Planalto Neuro Zamban, está lançando o livro “Amartya Sen, Liberdade, Justiça e Desenvolvimento Sustentável”.

Um dos destaques da obra, baseada na sua tese de doutorado, é a análise da liberdade como fator determinante da justiça e da correção das desigualdades. Neuro afirma que, “o valor moral substantivo da liberdade permite uma compreensão e organização social não reduzida, ou dependente, a concepções ou exigências de ordem política, econômica, religiosa ou cultural. As condições de igualdade se estruturam pelo exercício e desenvolvimento das liberdades substantivas. A pessoa, considerando a sua condição de agente, atua e

influencia nos destinos da sociedade e tem seu status de liberdade equacionado; nessa condição, exerce a sua autonomia de forma integrada e interdependente. Injustas são as desigualdades gritantes e a negação das oportunidades de escolha que impossibilitam a realização pessoal e coletiva”. Eis um livro de leitura obrigatória para estes tempos de contestações e de buscas de novas alternativas em todos os campos da atividade humana. Quando nos aproximamos de uma nova eleição, seria muito bom que nossos candidatos fizessem uma reflexão tendo como base esta vigorosa contribuição intelectual do dr. e professor Neuro Zamban.

Do Jornal
O Nacional

Data : 31/05/2012

Título : A política passo-fundense e a forma do trabalhismo

Categoria: Artigos

Descrição: Após a revolução de 1930, o Rio Grande do Sul passou a ocupar um posto de liderança político-partidária em nível nacional, numa espécie de 'gauchização' da política nacional.

A política passo-fundense e a forma do trabalhismo

Quinta-Feira, 31/05/2012

por José Ernani de Almeida

Após a revolução de 1930, o Rio Grande do Sul passou a ocupar um posto de liderança político-partidária em nível nacional, numa espécie de 'gauchização' da política nacional. A expressão se refere à investida que é feita com a ida de Getúlio Vargas para o Governo Provisório seguido de um número significativo de líderes políticos locais. Nem todos ocuparam postos-chave, nem ficaram ao longo do processo que, em 1954, levou Vargas ao suicídio, mas marcaram sua atuação, como Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha entre outros. Já as forças político-partidárias do estado bem como a sua organização política interna, entre 1945-1964, tendeu a girar na órbita populista do PTB (criação do próprio Vargas) e de uma coalizão Anti PTB.

O PTB, que antes de 1947, ocupava a última posição entre o eleitorado gaúcho, a partir de então, deu um salto espetacular multiplicando por mais de seis vezes sua votação, atingindo o patamar dos 40%, índice que se manteria até 1962. O

antipetebismo costurava-se através da coligação que incorporou, num primeiro momento, a UDN e o PRP e, mais tarde, o PL. Em 1958, com a candidatura de Leonel Brizola ao governo do estado, formou-se a Frente Democrática, composta pelo PSD-PL-UDN, que mais tarde denominou-se “Aliança Democrática Popular”, com o PSD, PL, UDN, PDC e PSP.

Ao longo da chamada “democracia populista”, o Rio Grande do Sul apresentou uma alternância partidária no que diz respeito aos governadores de estado, ora ascendendo o PSD, ora o PTB. Aqui a matriz político-partidária, que se construiu a partir de figuras como Armando de Araújo Annes, não diferiu do quadro geral do estado, onde o trabalhismo exerceu forte presença. É preciso lembrar que dos 156 municípios gaúchos no período pós-1945, caracterizado pelo multipartidarismo, o PTB passou a ter liderança em 51,1%. O antipetebismo não conseguiu liderar em municípios com população superior a 50 mil habitantes, atingindo uma percentagem de apenas 17,3%.

Na época o estado enfrentava três problemas fundamentais: industrialização; êxodo rural; transportes e energia. Tais questões envolviam diretrizes político-partidárias, que por sua vez se revelavam associadas aos programas de desenvolvimento econômico que se apresentavam ao Brasil. O PTB identificava a industrialização não apenas como o problema crucial do estado, como considerava imprescindível assegurar o primado da sociedade urbano-industrial sobre a agrária tradicional. Na mesma época o PTB estava dividido no que se referia à mobilização das massas: Alberto Pasqualini defendia conceitos como “justiça social” e “regeneração do capital pelo trabalho”, ao passo que Brizola se mostrava muito mais radical, buscando a incorporação das massas dentro de uma perspectiva de redistribuição do capital e da terra, o que alarmou as classes dominantes regionais. Em Passo Fundo, à despeito das divisões internas, o trabalhismo controlou a administração municipal por um longo período.

Em 1947 foram eleitos Armando Annes e Daniel Dipp, para prefeito e vice, respectivamente. Em 1951 a vitória foi de Daniel Dipp (pai do atual prefeito Airton Dipp), ao lado de Mário Menegaz, pela aliança PTB-PSP-PRP. Em 1955, Wolmar Salton voltou à prefeitura, tendo como vice, Benoni Rosado. Em 1959, a Coligação Popular formada pelo PTB-PSP-PRP elegeu Benoni Rosado e Sinval Bernardon. Somente em 1963 o PTB perdeu o controle político do município, quando Mário Menegaz e Adolfo João Floriani foram eleitos pela Coligação Popular Passo-fundense formada pelo MTR-PDC-PSD-PL-UDN-PRP. Em 1969 o trabalhismo voltou ao controle político do município com o César Santos.

Em 1977, agora pelo MDB – era a época do bipartidarismo –, Wolmar Salton foi eleito prefeito para um novo mandato. Ele que, em 1972, pelo mesmo MDB, ficara em segundo lugar. Em 1988, pelo PDT, Airton Dipp chegou ao comando do município pela primeira vez. Posteriormente, o trabalhismo obteria o segundo lugar com Carlos Armando Salton, em 1992, Airton Dipp em 1996 e Giovani Corralo em 2000. Airton Dipp recolocaria o trabalhismo no poder à partir de 2004. Assim, em 15 eleições, à contar de 1947, o trabalhismo obteve 9 vitórias e 6 derrotas (em 5 delas ficou no segundo lugar). É um retrospecto invejável, o que demonstra que o legado de Vargas, Jango e Brizola ainda é muito forte entre nós. Na eleição deste ano os trabalhistas declinaram da cabeça de chapa, optando por compor com o Partido dos Trabalhadores, o que provocou certo desconforto entre segmentos do PDT. Entretanto, sua força não pode ser desdenhada. A história está aí para comprovar.

Do Jornal
O Nacional

Data : 15/06/2012

Título : O resgate do tropicalismo

Categoria: Artigos

Descrição: A ditadura militar, iniciada em 1964, provocou uma verdadeira renovação nos meios culturais brasileiros.

O resgate do tropicalismo

Sexta-Feira, 15/06/2012

por José Ernani de Almeida

A ditadura militar, iniciada em 1964, provocou uma verdadeira renovação nos meios culturais brasileiros. Dramaturgos, estudantes, intelectuais, músicos e poetas formaram a linha de frente no combate à ditadura. Novos talentos surgiram e posicionaram-se politicamente contra os militares. A renovação foi tanto temática como estética. De todas as manifestações culturais, a que atingiu uma importância maior foi, sem sombra de dúvida, a música. Havia na época, um cenário polarizado entre os adeptos da guitarra e seus algozes e, também, aqueles que não viam problema algum em incorporar a guitarra à música brasileira desde que os instrumentos plugados estivessem a serviço da cultura brasileira.

A proposta era inspirada na antropofagia cultural de Oswald de Andrade, que, em reação aos ataques que o movimento modernista sofreu no início do século 20, pregava não haver problema em absorver influências estrangeiras. O gesto antropofágico seria devorar a cultura estrangeira, extrair-lhe o escalpo e continuar produzindo arte brasileira. As roupas coloridas da turma da Jovem Guarda foram substituídas pelos parangolés do artista plástico Hélio Oiticica. O conceito de arte nacional se estendia ao figurino. Os compositores baianos Caetano Veloso, Gilberto Gil e Tom Zé e o piauiense Torquato Neto resolveram retomar a linha evolutiva da música brasileira, segundo eles estagnada desde João Gilberto.

O Tropicalismo, cujo nome foi lançado pelo jornalista Nelson Motta na sua coluna no jornal carioca Última Hora, conseguiu uma grande mistura cultural. O ponto inicial do Tropicalismo foi o ano de 1967, quando no III Festival de Música

Popular Brasileira, Caetano Veloso, acompanhado da banda de rock argentina Beat Boys, apresentou “Alegria, Alegria”. A rejeição era grande – muitos consideravam a guitarra elétrica um símbolo da dominação cultural estrangeira. No final da apresentação, entretanto, quase todos pediram bis. Esta canção e “Domingo no Parque”, de Gilberto Gil, que cantou acompanhando pelo conjunto paulista Os Mutantes (Arnaldo, Sérgio Batista e Rita Lee) marcaram naquele ano o início do Tropicalismo, movimento que misturou manifestações tradicionais da cultura brasileira com inovações estéticas.

Uma definição de Tropicalismo dada por Caetano no ano 2000 é a de que o movimento “é o avesso da sofisticação da bossa-nova. Tudo o que ela rejeitou o Tropicalismo abraçou, o que inclui a música de mau gosto, o brega, o rock, a Jovem Guarda, a violência das palavras e das imagens”. A canção-manifesto Tropicália – assim intitulada pelo cineasta Luis Carlos Barreto e gravada em disco solo de Caetano Veloso – jogou no caldeirão carnavalesco a música brasileira de exportação, com Carmem Miranda e a Bossa Nova, e traça um panorama musical da época com A Banda de Chico Buarque e Roberto Carlos: “Sobre a cabeça os aviões/sob os meus pés os caminhões/aponta contra os chapadões/meu nariz/eu organizo o movimento/ eu oriento o carnaval/ eu inauguro um monumento/ no Planalto Central/do país/ Viva a bossa sa sa/viva a palhoça ça ça ça/ No pátio interno há uma piscina/com água azul de amarelinha/coqueiro fala e brisa nordestina/e faróis/não mão direita tem uma roseira/ autenticando a primavera/ e nos jardins os urubus passeiam a tarde inteira/ entre os girassóis.../ o monumento é bem moderno/não disse nada do modelo do meu terno/que tudo o mais vá pro inferno/meu bem/viva a banda da da/ Carmem Miranda da da da da”.

O sentido de liberdade defendido pelo tropicalismo atingiu todas as artes e o próprio modo de vida da sociedade principalmente o setor jovem. Os censores militares com suas vorazes canetas logo trataram de distribuir cortes intermináveis nas letras das canções do tropicalismo, que na época era maneira mais eficaz que imaginavam de proteger a população do iminente “perigo subversivo”. Os tropicalistas acabaram nas masmorras do regime em meio a todo o tipo de humilhação e, finalmente, o exílio em Londres, para onde foram Caetano e Gil. Agora, mais de quatro décadas depois, é feito o primeiro documentário exclusivamente sobre o movimento, com direito a arquivos domésticos e depoimentos de Caetano e outros artistas. “Tropicália”, de Marcelo Machado, chega aos cinemas de todo país neste mês de junho. Vamos torcer para que chegue por aqui também.

Do Jornal
O Nacional

Data : 31/08/2012

Título : O perdão imposto

Categoria: Artigos

O perdão imposto

Sexta-Feira, 31/08/2012 às 14:24,

por José Ernani de Almeida

O resgate histórico do período da ditadura militar vem ganhando atualmente uma dimensão alentadora. São inúmeras as obras que tratam das mais diferentes situações vividas nos chamados “anos de chumbo”, período em que “nossa pátria mãe tão distraída era subtraída em tenebrosas transações”, como cantou Chico Buarque em uma de suas antológicas canções (Vai Passar). Acabei de ler “Direitos Humanos: o Brasil no Banco dos Réus”, da editora LTr. Trata-se do trabalho de conclusão do curso de Direito da ex-deputada Luciana Genro, filha do governador Tarso Genro. Luciana foi uma deputada brilhante que atacou o seu partido, o PT, quando percebeu as incoerências do lulismo, acabando por ser expulsa do mesmo. Em seu livro Luciana sustenta a tese de que a Lei da Anistia foi realmente um perdão imposto, uma autoanistia que se concederam os militares.

Projeto

Em julho de 1979, o Presidente João Figueiredo assinou o projeto que daria origem à Lei da Anistia. A partir daquele momento, a oposição passou a não mais exigir a anistia, mas a denunciar as limitações do projeto, seguindo a luta para que a anistia fosse ampla, geral e irrestrita. Pela proposta do governo, os já condenados por crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal estariam excluídos do benefício. Durante os debates do projeto no Congresso Nacional os presos políticos entraram em greve de fome, reivindicando a anistia ampla, geral e irrestrita e denunciando a lei, que garantiria uma irrestrita e prévia anistia aos torturadores. O art.1º. incluiu uma definição de “crimes conexos”, na qual caberiam todos os crimes comuns cometidos pelos agentes da repressão. Uma verdadeira autoanistia – segundo Luciana –, que possibilitou ao regime garantir a impunidade dos torturadores sem precisar reconhecer a existência da tortura. O livro traz as manifestações de parlamentares da época, na sessão de aprovação da Lei da Anistia, ou “autoanistia”.

A manifestação do deputado Airton Soares (MDB-SP), retratou de forma eloqüente, a situação vivida pelo país: “Vieram familiares, democratas de todo o Brasil apelar para uma democracia para todos, apelar para uma anistia irrestrita, e vieram, Sr. Presidente, aqueles que vieram defender a anistia só para si, a anistia para aquela parte do projeto que poupa todos aqueles que cometeram crimes dentro dos órgãos de segurança e atrocidades contra os presos políticos

(...) porque na maior parte dos casos, tem interesse em não ver investigada a sua ação no aparelho de Estado, não querem saber de se apurarem as torturas praticadas nos escaninhos dos órgãos de segurança”. Já o deputado Jorge Uequet (MDB-RS) denunciou que o governo tinha total controle sobre o Congresso e que, portanto, tinha condições de aprovar o projeto em seus termos: “Aqui nesta Casa, o projeto vai ser aprovado como o governo quer! Sim porque o governo conhece as suas lideranças da ARENA, ele as tem na mão, quase que totalmente. São raras as exceções que votam a favor do povo e contra os interesses do governo”.

Reveladora

Também é reveladora a manifestação do Presidente da Comissão Especial que havia analisado o projeto, Senador Teotônio Villela, demonstrando, de forma clara, a imposição do projeto a um Congresso sitiado: “A oposição procurou, de V.Exa. a todas as lideranças, meios de um entendimento. Tudo nos foi negado, até a humildade honrada de pedir para insistir. Está selado o destino. Os jornais hoje publicam. Não havia necessidade mais desse formalismo (...) Criaram uma voz mais grossa e mais elevada do que a voz do Sr. Relator, a voz das bombas que ontem vieram atingir-nos na porta do Congresso Nacional. Não precisava, de maneira nenhuma de votação”. A Lei foi considerada um inegável avanço. Entretanto, grande parte das reivindicações daqueles que lutaram por ela não foram contempladas: não anistiou os condenados por atentados e seqüestros e não propiciou a libertação dos presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Além disso, abriu o caminho para barrar a investigação e a punição dos agentes públicos envolvidos com a tortura e com os desaparecimentos políticos. O livro de Luciana Genro é uma leitura obrigatória para quem quer saber realmente o que foi a “Lei da Anistia” e, ajuda a compreender por que, depois de tanto tempo, alguns teimosos seguem insistindo em não esquecer o passado e em não aceitar a impunidade como uma concessão necessária à construção do futuro.

Data : 20/09/2012

Título : O rádio e a democracia

Categoria: Artigos

O rádio e a democracia

Quinta-Feira, 20/09/2012 às 14:59,

por José Ernani de Almeida

Em meio a tantas formas de comunicação que dispomos na atualidade, o rádio – que está comemorando 90 anos da sua chegada ao Brasil – continua ocupando um espaço decisivo. É bem verdade que já não é de forma tão marcante como no passado, quando era imbatível e figurava como o único grande instrumento de comunicação. O rádio foi decisivo para a construção da unidade nacional. No Brasil ele começou como brincadeira, como nos ensina José Ramos Tinhorão: “Do momento em que a notícia dessa fabulosa possibilidade de transmitir os sons pelo espaço espalhou-se pelo país, começaram a surgir dezenas de curiosos resolvidos a praticar a radiodifusão como mais uma diversão tecnológica.

Esse espírito de brinquedo e curiosidade de amadores ia revelar-se, desde logo, na organização de tais experiências com caráter de clubes, os famosos radioclubes que acabariam dando nome a tantas emissoras de todo o Brasil”. Hoje ele continua sendo referencial na comunidade, na medida em que é o porta-voz da realidade próxima. É nas rádios locais que os problemas do dia a dia, da sua audiência, são reverberados. No contexto multimidiático dos dias atuais – jornalismo on-line, televisão, internet – o rádio local ainda representa um diferencial. Lutando contra as grandes cadeias que aceleram a concentração do setor, ele representa uma cidadela de resistência aos grandes grupos de comunicação, via de regra, com profundas ligações com interesses políticos e econômicos.

Monopólios e oligopólios conspiram contra a democracia por restringir a pluralidade e a diversidade nos meios de comunicação. Em nossas rádios locais o tempo destinado ao jornalismo é muito representativo. Todas estão muito atentas à realidade em que atuam e destinam um espaço generoso à cobertura dos fatos do município. Buscam nossas emissoras, sem obviamente, esquecer dos objetivos comerciais, responder aos anseios da comunidade em que estão inseridas. No aspecto comercial é preciso destacar que, ainda que de forma indireta, as emissoras representam os interesses políticos e econômicos dos grupos que se servem da mídia para seus objetivos promocionais, mercadológicos e políticos. O correto, o ideal, é que exista a pluralidade nas programações jornalísticas. Isto é, não privilegiando grupos ou ideias. Vamos a um exemplo.

Até recentemente a Rádio Planalto AM era uma espécie de palanque de uma corrente ideológica. Nos seus programas jornalísticos fazia-se uma crítica sistemática àquilo que a direção da emissora imaginava ser nocivo para Passo Fundo, para o estado e para o país. Lembrava muito Carlos Lacerda e seu jornal Tribuna da Imprensa, nos anos 1950. A emissora estava como que algemada pela “voz do dono” e seus amigos. Isto tem uma explicação. Não se convive impunemente com um regime discricionário, e suas sequelas podem ser sentidas na longa duração apesar de seus marcos cronológicos estarem fixados na curta duração de vinte e um anos (1964-1985). O autoritarismo é algo que deve ser analisado no plano da longa duração histórica. Se, institucionalmente, ele pode ser definido em marcos cronológicos rígidos, socialmente, ele tende a proliferar seus tentáculos ramificando-se por todo o tecido social, apresentando

grandes dificuldades de desativação mesmo após encerrada a sua fase institucional. Principalmente, quando existiram vínculos íntimos com o autoritarismo.

Como afirma a historiadora Maria Aparecida Aquino, “entretanto, momentos de autoritarismo estatal explícito acarretam novas heranças autoritárias para a sociedade, tornando, cada vez mais complexa, a democratização das relações sociais. Entretanto no plano institucional (macro) e o social (micro) estabeleceu-se uma urdida trama de mútua alimentação e recíproca dependência”. Agora, sob a direção do Pe. Neuro Zambam, a Planalto-AM tornou-se plural e democrática como, aliás, deve ser todo e qualquer veículo de comunicação. A liberdade e pluralidade de expressão são elementos condicionadores da democracia pluralista e premissas para o exercício de outros direitos fundamentais. Toda a veiculação de uma informação ou comunicação deve ser balizada pelo princípio da verdade e de que as informações sejam corretas e plurais, respeitadoras dos direitos de todos. Com isso, visa-se proteger não somente o emissor, mas também o receptor do processo de comunicação. O direito humano à comunicação implica o reconhecimento de que os indivíduos têm o direito de debater e participar das programações dos meios de comunicação. Ter massas de espectadores e ouvintes passivos dos meios de comunicação não contribui para o Estado democrático de Direito. Para a jornalista Ann Landers, a verdade é nua, ao passo que a mentira é sempre bem vestida. Isto é, a mentira é vestida para seduzir e induzir ao erro.

Data : 28/09/2012

Título : Choques de civilizações

Categoria: Artigos

Descrição: Na década de 1990 Samuel Huntigton, em seu livro Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial, ensinou que...

Choques de civilizações

Sexta-Feira, 28/09/2012 às 14:02,

por José Ernani de Almeida

Na década de 1990 Samuel Huntigton, em seu livro Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial, ensinou que: “os conflitos entre governantes, nações-Estados e ideologias foram essencialmente conflitos ocorridos no seio

da civilização ocidental, 'guerras civis ocidentais'. Com o fim do comunismo, a política internacional passa a ter como foco central a interação entre a civilização ocidental e as não-ocidentais e a interação destas últimas entre si. Não faz mais sentido classificar os países como sendo do Primeiro, Segundo ou Terceiro Mundo. Mais significativo é agrupá-los não em termos de seus sistemas políticos ou econômicos ou do grau de desenvolvimento de sua economia, mas em função de sua cultura e civilização. "Para ele o conflito entre civilizações passaria a caracterizar a nova fase da evolução dos conflitos no mundo moderno. O futuro, "será moldado em grande medida pelas interações entre sete ou oito civilizações principais: ocidental, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, eslava ortodoxa, latino-americana, e, possivelmente, a africana.

Os conflitos mais significativos e sangrentos, segundo Huntington, "ocorrerão ao longo das fronteiras que separam essas culturas". A sua análise partiu do que aconteceu após o surgimento do moderno sistema internacional com a Paz de Vestefália, em 1648, quando os conflitos do mundo ocidental aconteceram em boa medida entre governantes – imperadores, monarcas absolutistas e monarcas constitucionais – que tentaram expandir seu corpo burocrático, exército, poderio econômico mercantilista e, acima de tudo, o território sob seu domínio. Assim, surgiram as Nações-estados, e, a partir da Revolução Francesa, as principais linhas de conflito situaram-se entre nações e não entre governantes.

Essa tendência, perdurou até o fim da I Guerra Mundial. O conflito de ideologias apareceu como resultado da Revolução Russa e da reação contra ela. Primeiro foi entre o comunismo, o nazi-fascismo e a democracia liberal e a seguir entre o comunismo e a democracia liberal. Durante a Guerra Fria, este último conflito incorporou-se à luta entre as duas superpotências: nenhuma delas constituía uma nação-Estado no sentido europeu clássico, e cada qual definia sua identidade em termos da ideologia que professava. Esses conflitos, assevera Huntington, "entre governantes, nações-Estados e ideologias foram essencialmente conflitos ocorridos no seio da civilização ocidental, 'guerras civis ocidentais'. Com o fim do comunismo, a política internacional passou a ter como foco central a interação entre a civilização ocidental e as não-ocidentais e a interação destas últimas entre si". Assim, agora é o tempo do choque de civilizações, como o que estamos assistindo, em função do filme Inocência dos Muçulmanos, que provocou ira por contrariar o preceito islâmico que proíbe representar a figura humana de Maomé, e, que levou na Líbia, o embaixador americano ser morto pela multidão enfurecida.

E esta não é a primeira vez que o mundo islâmico se revolta contra o ocidente por questões religiosas. Em 1988, por exemplo, o livro Versos Satânicos, de Salman Rushdie, fez com que fosse lançada uma fatwa pedindo a morte do escritor. Onde estão as razões deste choque ? Huntington explica que "civilizações diferentes têm concepções diferentes das relações entre Deus e os homens, os cidadãos e o Estado, pais e filhos, liberdade e autoridade, igualdade e hierarquia. Essas diferenças são produto de séculos. Não desaparecerão em pouco tempo. São muito mais elementares do que as diferenças entre ideologias

e regimes políticos. Diferenças não significam necessariamente conflito, e o conflito não implica obrigatoriamente violência. Contudo, ao longo dos séculos, foram as diferenças entre civilizações que geraram os conflitos mais violentos e prolongados”. Os sintomas da xenofobia já foram suficientemente elencados pela ciência social.

O mais evidente é que o xenófobo exercita a exclusão da diferença e somente aceita o “outro” quando este adere a sua imagem a semelhança. É o que acontece entre nós, por exemplo, com o fundamentalismo pilchado que se manifesta a cada semana Farroupilha. Hoje, com a facilidade nas comunicações o mundo está ficando cada vez menor. Tempos atrás, um filme idiota como Inocência Muçulmana, que provocou a crise, teria uma pequena repercussão, restrita aos Estados Unidos. Agora, entretanto, a internet tratou de levá-lo aos países islâmicos rapidamente. A verdade é que a cada acontecimento como este fica evidente que se faz necessário um grande esforço para identificar elementos comuns entre a civilização ocidental e as demais. No futuro próximo – que acreditamos já chegou - como afirma Huntington, “não haverá uma civilização universal, mas um mundo de diferentes civilizações, e cada qual, precisará aprender a coexistir com outras”.

Do Jornal
O Nacional

Data : 05/10/2012

Título : Eleição não é leilão

Categoria: Artigos

Descrição: No fim do século 19, uma autoridade japonesa foi visitar os Estados Unidos, em função da abertura do Japão para o exterior, provocada pela restauração da dinastia Meiji.

Eleição não é leilão

Sexta-Feira, 05/10/2012 às 01:41,
por José Ernani de Almeida

No fim do século 19, uma autoridade japonesa foi visitar os Estados Unidos, em função da abertura do Japão para o exterior, provocada pela restauração da dinastia Meiji. Era época de eleição presidencial americana. Espantado, escreveu que naquele país havia um “leilão de presidentes”. A verdade é que, às vezes, nós também não entendemos muito bem como funciona essa tal de democracia. Dias atrás um amigo, enviou-me um e-mail contando que ao perguntar a um cidadão, que efusivamente participava de um “bandeiraço”, o que é democracia obteve como resposta, “é o direito de votar em qualquer um!”.

Cada sociedade pode criar a sua versão de democracia. A nossa é uma democracia representativa. Neste sistema, o povo escolhe seus governantes e estes, por sua vez, recebem uma delegação de poderes para tomar todas as decisões necessárias. As políticas e propostas são apresentadas pelos candidatos, e, ao votarem, os eleitores decidem que rumos querem dar, como é o caso atual, para o município. Pelas regras do jogo, o prefeito fica responsável pela operação da máquina governamental e pela escolha de seus auxiliares – que também recebem um mandato claro para decidir. O bom governante ouve a todos, ausculta as opiniões, promove debates e mede a temperatura política dos temas pauta. Mas, pela delegação de poderes, em uma democracia representativa, a responsabilidade pela decisão é sempre dele. Ele age e decide em nome e no interesse da maioria da sociedade que o elegeu.

A idéia de “votar em qualquer um” revela a falta de compreensão desse mecanismo e traz graves riscos de descarrilamento da democracia. Esta postura nos remete às questões da natureza da sociedade e do sistema político brasileiros. Não podemos ignorar o peso da tradição patriarcal e seus desdobramentos no patrimonialismo da política brasileira. Ancorado na tradição ibérica, o patrimonialismo transposto para as terras americanas confundiu família e ordem pública, interesse privado e Estado. As distorções patrimonialistas estiolaram a ação do povo, da “sociedade civil”, na busca da democracia. Durante muito tempo o voto foi verdadeira mercadoria na troca de favores. Assim, às vésperas da definição de quem nos representará nos próximos quatro anos, quem administrará o município e quem fará as leis é preciso muita reflexão sobre a importância do voto.

Max Weber na sua famosa conferência “A Política Como Vocação”, na qual o maior sociólogo do século 19 analisa os êxitos e fracassos dos políticos no afã de modificar o curso das coisas e expõem à perfeição as angústias dos políticos conscientes de seu papel, o tema da ética de responsabilidade e da ética de convicções é tratado magistralmente pelo mestre alemão: “Se fizermos qualquer concessão ao princípio de que os fins justificam os meios, não será possível aproximar uma ética dos fins últimos (convicções) e uma ética da responsabilidade, ou decretar eticamente que fim deve justificar que meios”. Weber, ensina Fernando Henrique Cardoso em seu livro *A Arte da Política*, tinha verdadeiro desprezo pelo político que dá de ombros para as conseqüências de seus atos, jogando a culpa na mesquinhez dos outros ou do mundo, resguardando-se em sua moral íntima, com as mãos limpas. Ao contrário, respeitava o homem maduro (não importa se jovem ou velho) que, em

determinada circunstância, decide “não posso fazer de outro modo”, e, assume a respectiva responsabilidade. Para Weber, “isso é algo genuinamente humano e comovente”.

“Na medida em que isso é válido, uma ética de fins últimos e uma ética de responsabilidade não são contrastes absolutos, mas antes suplementos, e só em uníssono constituem um homem genuíno – um homem que pode ter a ‘vocação para a política’ ”. O sociólogo nos mostra que é possível conciliar realismo com valores e limites éticos que transcendem o imediato das circunstâncias. O verdadeiro político, mesmo que não alcance aquilo a que se propôs, e que todos se voltem contra ele, encontrará sempre forças para dizer que “apesar de tudo” fez o que pode. Só aquele capaz disso, dirá Weber, tem a verdadeira vocação para a política. A política envolve elementos éticos, obriga o homem a um grau de inteligência, misturado com astúcia, dignidade, lealdade e convivência com o que não lhe agrada, ao lado de desafios éticos diários.

Jung dizia do ser humano algo que se aplica muito à política e à vida: “ninguém pode livrar-se de um diário tormento ético”. Há políticos que buscam apenas o poder, ou, nele permanecer. Há os que buscam o prestígio, e, aqueles que buscam a renovação, o que é, sem dúvida, estimulante. Estes últimos são os que merecem mais atenção. Portanto, reflita sobre o seu voto, sobre as suas conseqüências para os próximos quatro anos no cotidiano da cidade. Eleição, ao contrário do que pensou o japonês que visitou os EUA, não é leilão!

Do Jornal
O Nacional

Data : 12/10/2012

Título : A vitória do novo

Categoria: Artigos

Descrição: Para tratar do resultado das eleições municipais que apontou a vitória de Luciano Azevedo e Juliano Roso, começo resgatando as palavras do grande sociólogo Max Weber...

A vitória do novo

Sexta-Feira, 12/10/2012 às 00:57,

por José Ernani de Almeida

Para tratar do resultado das eleições municipais que apontou a vitória de Luciano Azevedo e Juliano Roso, começo resgatando as palavras do grande sociólogo Max Weber: a política requer perspectiva e paixão. A crença, a paixão por abrir novos caminhos, deverá sempre vir acompanhada por uma perspectiva realista à qual as pessoas possam se agarrar porque passam a acreditar e porque vêem no caminho a ser percorrido mudanças palpáveis que lhes trarão benefícios. Os candidatos eleitos possuem – apesar da juventude – uma representativa caminhada política. Luciano foi vereador por três legislaturas. Já havia concorrido ao cargo de prefeito. Estava, enfim, calejado para esta disputa. É deputado estadual por duas legislaturas.

Como jornalista, responsável por um programa radiofônico, sempre estive em contato com a comunidade, e, assim, conhecedor de seus anseios e seus problemas mais relevantes. Juliano Roso tem uma caminhada irrepreensível como líder estudantil e vereador por três legislaturas. Quem o conhece, sabe muito bem da sua paixão pela política. Juliano sempre soube que a política é como a perfuração lenta de tábuas duras. Exige, tanto paixão como perspectiva. Para isso o homem deve ser um líder, não somente um líder, mas também um herói, no sentido mais sóbrio da palavra. Só aquele que é capaz disso, tem a verdadeira vocação para a política. Juliano, como líder estudantil e vereador sempre pautou sua atuação pela coerência, pela coragem em assumir posições. Aqueles que desdenharam de sua força política, hoje, devem estar revisando suas posturas, marcadas pela arrogância e a auto-suficiência. Em política, isto é fatal. Luciano e Juliano fazem parte de uma geração política que surgiu após o longo período de ditadura militar, do impeachment de Collor e da consolidação da democracia em nosso país. Possuem estilos diferentes de fazer política.

Luciano é de um sorriso fácil, afável, do abraço espontâneo. Juliano é mais contido. Não é muito de sorrir. Sempre foi de fazer piquetes na frente de bancos, fábricas, escolas. Uma militância social. A união destes dois estilos de fazer política demonstrou ser acertada. A vitória é ainda mais expressiva se considerarmos que foi contra um candidato de reconhecido carisma que, apesar dos problemas enfrentados do ponto de vista jurídico, demonstrou possuir um eleitorado numeroso e cativo, e, contra uma coligação poderosa formada, entre outros pelo PDT e PT. Este último, além da vice-prefeitura, tem nas mãos o governo estadual e o federal. O trabalhismo aqui em Passo Fundo é uma força política de destaque. Em 15 eleições, a contar de 1947, obteve 9 vitórias e 6 derrotas. É um retrospecto invejável, o que demonstra que o legado de Vargas, Jango e Brizola ainda é muito forte entre nós. O fato de ter perdido a cabeça de chapa nesta eleição, provocou desconforto entre segmentos do PDT. Muitas lideranças importantes abandonaram a sigla, ou, em muitos casos se negaram a entrar na campanha como o fizeram em ocasiões anteriores. Igualmente, alguns partidos foram desdenhados - como o caso do PC do B -, que hoje tem a vice-prefeitura e dois vereadores eleitos, constituindo-se, sem dúvida, no grande fato político desta eleição. Quem achava que o PCdoB havia cometido um verdadeiro “suicídio político” ao abandonar a administração municipal quebrou

a cara, literalmente. Sua militância demonstrou uma garra extraordinária. É também importante lembrar que Passo Fundo tem uma sociedade conservadora. Afinal, por decreto, é “a mais gaúcha cidade do Rio Grande”. Como ainda não vi alguém pilchado ser progressista, parece-me que ter um candidato do PT como prefeito, assustou boa parte do eleitorado.

Já um comunista como vice – que também é um acontecimento –, entretanto, é mais palatável, principalmente, um candidato identificado com o eleitorado jovem, (o pequeno PCdoB encanta os jovens), e de um partido sem o desgaste que o PT enfrenta atualmente com o julgamento do “mensalão”. Agora é começar a montar o novo governo, pensando em manter o legado do Prefeito Airton Dipp que é, sem dúvida, elogiável e significativo – dizer que a derrota foi em função de uma péssima administração, é puro e baixo revanchismo – e, avançar em algumas áreas fundamentais para a cidade como a questão do trânsito, educação para as crianças e saúde. O diálogo com o legislativo, onde o prefeito eleito não terá maioria, será decisivo. Pela experiência parlamentar dos eleitos para o executivo, creio que isto será devidamente equacionado, uma vez que ambos, sabem muito bem que uma Câmara de Vereadores que se preze, não é um convescote de comadres que divergem apenas sobre a cor do chapéu. Boa sorte ao novo prefeito e seu vice!

Do Jornal
O Nacional

Data : 19/10/2012

Título : Os treze dias que abalaram o mundo

Categoria: Artigos

Descrição: Entre os dias 15 e 28 de outubro de 1962, há cinquenta anos atrás, o mundo esteve à beira de um conflito nuclear entre as duas grandes superpotências da época, EUA e URSS.

Os treze dias que abalaram o mundo

Sexta-Feira, 19/10/2012 às 01:09,
por José Ernani de Almeida

Entre os dias 15 e 28 de outubro de 1962, há cinquenta anos atrás, o mundo esteve à beira de um conflito nuclear entre as duas grandes superpotências da época, EUA e URSS. Tudo começou quando o governo americano descobriu, através de um avião espião U-2, que os soviéticos haviam instalado bases de mísseis nucleares em Cuba. As relações entre americanos e cubanos vinham se desgastando desde a época da política do Big Stick, quando os EUA impuseram a Cuba a Emenda Platt em 1901. Segundo ela, Cuba cedia uma área de 117 quilômetros quadrados na Baía de Guantánamo aos Estados Unidos – onde até hoje existe uma prisão norte americana –, e, permanecia suscetível de uma invasão armada caso houvesse problemas para os interesses capitalistas em Cuba. Seguiram-se governos ditatoriais aliados aos EUA, que exploraram a produção de açúcar, além dos investimentos turísticos, como cassinos e bordéis. Gradativamente foi surgindo um sentimento nacionalista nos cubanos, insatisfeitos com a dominação estrangeira aliada aos grandes proprietários, que oneravam o povo mais miserável.

Já nos anos 1950 essa insatisfação atingiu o estágio de um antiamericanismo e germinou a ideia da revolução, em especial com lideranças como Fidel Castro e Camilo Cifuentes. Após uma tentativa malsucedida de tomada do quartel de Moncada em Havana, os rebeldes foram presos, inclusive Fidel Castro. Exilado em Miami, Fidel, juntamente a Ernesto Che Guevara, organizou uma invasão à ilha, resultado em nova derrota da guerrilha. Os sobreviventes refugiaram-se em Sierra Maestra, a fim de reorganizar o movimento. Com grande apoio popular, Fidel e seus guerrilheiros entraram, finalmente, triunfantes em Havana em dezembro de 1958. O ditador Fulgêncio Batista fugiu para a República Dominicana. A partir de 1959, Fidel passou a comandar o governo da ilha, entrando em aberto atrito com os interesses norte-americanos. Promoveu a reforma agrária, a nacionalização das refinarias de açúcar, de indústrias e usinas estrangeiras, estabelecendo um controle estatal sobre a economia. Com isso, os Estados Unidos suspenderam a compra do açúcar produzido em Cuba, determinando um embargo econômico. A solução para os cubanos foi a aproximação com a União Soviética, que passou a ser a nova parceira comercial do país. Os Estados Unidos, sob liderança de John Kennedy romperam relações diplomáticas com Cuba e tentaram uma intervenção armada no país, a chamada Invasão da Baía dos Porcos, em 1961, quando militares norte-americanos e exilados cubanos tentaram retomar o governo e foram derrotados.

Ainda nesse ano, Fidel anunciou a adesão de Cuba ao socialismo, integrando o bloco soviético no contexto da Guerra Fria. Em janeiro de 1962, os EUA conseguiram que a Organização dos Estados Americanos (OEA) excluísse Cuba de seus fileiras, “por se tratar de nação comunista”. Os soviéticos, percebendo a importância geoestratégica da ilha, promoveram, secretamente, a instalação de mísseis apontados para Miami. Estes foram os antecedentes da chamada “Crise dos Mísseis”, que levou pânico a todo o mundo. Durante os primeiros dias o governo americano manteve sigilo sobre a descoberta do armamento em Cuba, só revelando o fato em 22 de outubro, através de um pronunciamento do presidente Kennedy na televisão. Imediatamente, com o apoio de seus aliados ocidentais, os EUA estabeleceram uma “quarentena defensiva”, um verdadeiro bloqueio à ilha, enviando unidades navais e aviões de combate para a região. O

presidente russo Nikita Kruchev, definiu o bloqueio naval americano como um ato de guerra. A situação tornou-se ainda mais tensa quando um míssil soviético derrubou um avião U-2 americano que sobrevoava Cuba. Na Europa, aviões B-52 carregados com bombas nucleares decolaram em direção à Rússia. A maioria do gabinete de J. Kennedy era favorável a um ataque à ilha.

O impasse durou treze dias. Após negociações secretas, Kennedy aceitou retirar os mísseis americanos da Turquia, e, Kruchev anunciou que mandara retirar as armas de Cuba. Felizmente, prevaleceu o bom senso e as duas superpotências inimigas conseguiram controlar os instintos belicistas por meio da diplomacia.

Do Jornal
O Nacional

Data : 26/10/2012

Título : O Centenário da Guerra do Contestado (Part. I)

Categoria: Artigos

Descrição: Para os sul-riograndenses o século 19 foi marcado por sangrentos conflitos. A Guerra dos Farrapos estremeceu o Sul do país.

O Centenário da Guerra do Contestado (Part. I)

Sexta-Feira, 26/10/2012 às 05:55,

por José Ernani de Almeida

Para os sul-riograndenses o século 19 foi marcado por sangrentos conflitos. A Guerra dos Farrapos estremeceu o Sul do país. Depois veio a Revolução Federalista, onde lutaram maragatos e chimangos. O clima de violência fez com que levas de população, saídas do Rio Grande do Sul, procurassem terras mais ao Norte. Iam para uma “terra de ninguém”, que ficava entre Sta. Catarina e Paraná, disputada pelos dois estados desde a época do Império. Era o Contestado, região que um mapa da época descreve como “área desconhecida e inexplorada”, sem estradas, escolas ou hospitais. A política e a economia estavam nas mãos dos grandes latifundiários da erva-mate. Eram os coronéis Amazonas Marcondes, que dominava Porto União da Vitória; Artur de Paula, em

Iguaçú; Juca Pimpão, em Palmas; Tomás Vieira, em Canoinhas; Henrique Rupp, em Campos Novos; e Francisco de Albuquerque, em Curitiba.

Este último era o patriarca máximo, amigo íntimo da família Vidal Ramos, a mais poderosa de Santa Catarina. A oposição tentava sobreviver aos trancos e barrancos. Era formada por Aleixo Gonçalves e Bonifácio Papudo (que mais tarde se transformaria em chefe dos jagunços) e Antônio Bonifácio, em Canoinhas; Henriquinho de Almeida e a família Sampaio, em Curitiba. A situação tornou-se mais tensa com a entrada em cena, no início do século, de modernas empresas de colonização. Por volta de 1900, a Brazil Railway recebeu do Governo uma faixa de terra de 30 quilômetros de largura, que atravessava quatro estados, para construção da futura estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Os antigos proprietários, expulsos de suas terras, viram mais tarde a ferrovia vender aquelas mesmas propriedades a colonos poloneses e alemães. O Contestado, em 1908, com uma área de 48 mil quilômetros, tinha 58 mil habitantes. O desemprego, que já era grande, aumentou ainda mais com a modernização das grandes empresas madeireiras e ervateiras.

Construída a estrada de ferro, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, assim como a Brazil Railway, pertencia ao grupo norte-americano dirigido por Percival Farquhar, responsável também pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, nos confins da Amazônia, e amigo do senador Pinheiro Machado. No Contestado, a Lumber utilizava os mesmos métodos dos coronéis: mantinha seu próprio exército, chefiado por “fiscais” armados; controlava os empórios e armazéns onde os trabalhadores faziam compras, submetia a castigos físicos (chibata) e encerrava nas cadeias de suas cidades os funcionários que desobedeciam às normas da empresa. Com sede em Três Barras (SC), a Lumber implantou serrarias nos arredores de Calmon, Canoinhas e outras cidades, que começavam a se expandir. Na instalação dessas fábricas, o povo foi desalojado de suas terras, e não tinha a quem reclamar: o próprio vice-governador do Paraná, Afonso de Camargo, era o advogado da Lumber. Este edital afixado em um pequeno armazém da cidade de Calmon, dá uma idéia do contexto da época: “Editalos. Aos moradores da Fazenda da Lumbros. Faço sientos que tudo aquellos que vírus o presente editalos fica proibitos de carregaros espingarda e facó nas cinturas, quando vieres fazers compras neste negocio. Fica também proibito beberos cachaça quando estiveros presente estrangeiros bé vestidos do porto. Os cabuks (caboclos) que desrespetados estos será pnhados prá fora da fazenda e metidos nos cadeios, também comunico-los que non te direito de reclamaçó dos precios deste negocio e né tão poco compraros do porto e né permitidos que otros negociantes ponhas budegas entre a estaço de San Juó e o rio Caçadores. Ass. Nicola Cadagnoni. Md. fiscalos da Lumbros e Inspetoro de Quarteiró”.

Construída a estrada de ferro a Lumber, adquiriu 180 mil hectares, perto de Canoinhas, e, com um corpo de segurança armado, desabrigou centenas de famílias. Pelos sertões do Contestado, perambulavam milhares de desempregados da Brazil Railway e miseráveis camponeses de quem o governo confiscara as terras. Nas estradas, começaram a armar-se emboscadas,

surgindo bandoleiros. É nesse momento que surgem os “homens santos”, os “monges”: o povo miserável irá procurar nas “forças sobrenaturais”, e nas “receitas dos curandeiros”, a solução para seus males. Entre eles José Maria. Com ele, em 1912, há cem anos, começaria uma verdadeira guerra pela posse da terra. Este será o tema do nosso próximo artigo.

Do Jornal
O Nacional

Data : 02/11/2012

Título : O Centenário da Guerra do Contestado (Part. II)

Categoria: Artigos

Descrição: O surgimento dos curandeiros e dos “monges” na região do Contestado é um fenômeno sobre o qual os historiadores têm se debruçado para explicar os acontecimentos do conflito.

O Centenário da Guerra do Contestado (Part. II)

Sexta-Feira, 02/11/2012 às 06:45,

por José Ernani de Almeida

O surgimento dos curandeiros e dos “monges” na região do Contestado é um fenômeno sobre o qual os historiadores têm se debruçado para explicar os acontecimentos do conflito. Nos últimos meses de 1911 apareceu em Palmas, cidade do Contestado, um homem chamado Miguel Lucena de Boaventura, desertor do 14º Regimento de Cavalaria de Curitiba. Era gaúcho e tinha participado da Revolução Federalista. Mestiço de índio, cabelos compridos, barba emaranhada e quase sem dentes, falava em Deus e contava histórias de Carlos Magno. Em Palmas, foi processado e preso, por crime de sedução. O povo começou a procurá-lo, para receber conselhos e remédios. Esse “monge” logo troca o nome: será José Maria, dizendo-se herdeiro espiritual de João Maria, outro líder messiânico do tempo da Revolução Federalista.

Segundo o historiador Paulo Pinheiro Machado, “a perenidade de João Maria no imaginário popular e sua influência na Guerra do Contestado estão relacionadas às repetidas aparições deste personagem em uma extensa região a partir de

meados do século 19. Diferentes indivíduos assumiram a identidade, criando uma tradição religiosa profunda desde essa época, ao longo do antigo caminho das tropas. A morte do curandeiro José Maria, no começo dos conflitos do Contestado, marcou o início de sua veneração, pela identificação de sua memória com a do monge João Maria, inspirando a criação de “cidades santas” e presente em toda a religiosidade popular da região”. João Maria “genérico”, encarnado por vários homens, era descrito como um rezador andarilho magro, de barbas brancas, que portava um cajado de madeira e usava um gorro de pele de jaguatirica.

Quando foi proclamada a República, João Maria passou a dizer para muitos que o fim do mundo estava próximo, que a vida ficaria mais difícil e que a República era a Lei do Diabo e dos Coronéis. A lei de Deus era a monarquia. Durante a Revolução Federalista (1893-1895), ajudou a tratar maragatos (federalistas) feridos, embora afirmasse não ter partido, agindo apenas por justiça com os que sofriam. Depois de 1908, não foi mais visto pelo planalto. Sobre os indivíduos reais – além do pioneiro Giovanni de Agostini, um italiano que peregrinou pelas Américas por mais de três décadas, entre 1838 a 1869, e do monge José Maria –, sabe-se, segundo Paulo P. Machado que “ a partir da década de 1890 circulou João Maria de Jesus, um grego de origem síria que falava espanhol, visto até 1908.

Em 1935, na região de Soledade, a aparição de um João Maria deu início ao movimento dos “ Monges Barbudos”. E em 1942, no entorno dos rios Timbó e Tamanduá, no planalto de Santa Catarina, outro João Maria provocou uma última concentração de sertanejos atacados pela polícia.” Veja, meu caro leitor, a profusão de “monges” no sul do Brasil. Assim, em 1912, José Maria já era respeitado pelo povo do Contestado. Pregava o fim dos tempos e que o comércio era coisa do demônio. Seus livros sagrados eram a Bíblia e a História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França, romance de cavalaria. Fundindo seitas hereges da Europa do tempo da Reforma com o universo da Idade Média e o messianismo sebastianista, José Maria dava uma interpretação pessoal aos hinos sagrados, dizendo-se eleito por Deus para construir, na terra, a “Monarquia Celeste”, que antecipava a vinda de Dom Sebastião.

O primeiro “quadro santo” da “Monarquia Celeste” foi fundado em Taquaruçu, em Curitiba. Em setembro de 1912, o “monge” já reunira 700 crentes e lançou um manifesto monarquista que obteve duas mil adesões entre os caboclos. Seu lema era: “Quem tem mói; quem não tem mói também; e no fim todos ficam iguais!”. Moer era a forma de pilar o milho ou a mandioca, isto é, os que tinham algum recurso e os que nada tinham viveriam como iguais. Todos deveriam trabalhar pela sobrevivência e em defesa da comunidade. A invenção cabocla da “Cidade Santa” dava um novo sentido ao que eles chamavam de “ Monarquia”. Não era um regime saudosista de restauração dos Bragança, mas uma “Lei do Céu”, um regime político sem rei que abria o caminho para a afirmação de diferentes chefias sertanejas. Negava a República vigente, dominada pelos coronéis e por grandes proprietários. No próximo artigo trataremos do conflito e suas conseqüências.

Do Jornal
O Nacional

Data : 09/11/2012

Título : A hora e a vez dos livros

Categoria: Artigos

Descrição: Hoje deveríamos tratar novamente dos 100 anos da Guerra do Contestado. Ficará para a próxima semana.

A hora e a vez dos livros

Sexta-Feira, 09/11/2012 às 14:15,

por José Ernani de Almeida

Hoje deveríamos tratar novamente dos 100 anos da Guerra do Contestado. Ficará para a próxima semana. A 26ª Feira do Livro, que traz como slogan “ Os livros mudam as pessoas e essas transformam o mundo”, é o grande acontecimento da semana, e, não pode deixar de ser abordada. A feira nos oportuniza conviver intensamente com o livro e com a leitura. Os livros, como diz o slogan da feira, promovem mudanças e transformações. São verdadeiros instrumentos para se conhecer melhor o mundo. Eles nos transportam para outros tempos, outros lugares, outras cultura. Nos levam a sonhar e a pensar. A capacidade verbal, hoje uma das carências das nossas novas gerações, só será enriquecida e desenvolvida com a leitura. A leitura regular de livros é fundamental em qualquer fase da vida. E tem mais. Cada leitor dá ao que está lendo um tratamento todo pessoal, único. Sentirá, ou não, um efeito diferente diante dos personagens e das narrativas apresentadas. Muitas delas exigirão mais do leitor: algumas meramente descritas, outras marcadas pela sensibilidade às nuances da linguagem, situações ambíguas e personagens complicadas.

Novalis, no século 18, já ensinava: “muitos autores são ao mesmo tempo seus próprios leitores – à medida que escrevem –, e é por isso que tantos vestígios do leitor aparecem em seus escritos – tantas observações críticas – tanto pertence à província do leitor e não à do autor. Travessões – palavras em

maiúsculas – passagens grifadas – tudo isso pertence à esfera do leitor. O leitor põe a ênfase como tem vontade – ele de fato faz de um livro o que deseja. Não é todo o leitor um filólogo? Não existe uma única leitura válida somente, no sentido usual. A leitura é uma operação livre. Ninguém pode me prescrever como e o que lerei”.

Toda a leitura, em qualquer época, é uma viagem sem fim, que permanecerá na memória por toda a vida. Afinal, não é por mero acaso que o livro continua evoluindo continuamente. Ele, sem dúvida, sobreviverá mesmo que não seja no formato com que nasceu há milhares de anos ou que conquistou no século 15, quando Gutenberg deu início a um modelo que se tornou o mais importante meio de transmissão e difusão do conhecimento. Hoje já temos o “e-reader”, ou leitor eletrônico. Com ele, o Kindle, o usuário tem acesso sem fio ao estoque de mais de 200 mil livros digitalizados. Para muitos, os e-readers têm potencial para suceder aos livros convencionais com impactos semelhante ao da substituição das máquinas de escrever pelos computadores pessoais. Uma vez em formato digital, não haverá limites para a narrativa de histórias. Será que os e-readers vão banir os livros de papel? A história nos mostra que um meio nunca acaba com o outro em curto prazo. Os manuscritos prosperaram depois do surgimento da prensa de Gutenberg. O próprio rádio, com o surgimento da televisão, se reinventou.

Uma coisa, entretanto, é definitiva: o livro digital é irreversível. Também é definitivo o fato de que o livro em papel não vai acabar. É possível que agora, os livros digitais agucem a curiosidade e contribuam para o aumento das vendas. Entretanto, é impensável ficarmos privados do prazer de virar as páginas, segurar o livro debaixo do braço, sentir o seu cheiro, sua textura, fazer as anotações, fichamentos, abri-lo, fechá-lo, encontrá-lo nas prateleiras das livrarias e das feiras – já imaginaram vocês uma Feira de e-raiders!?. É o chamado “amor tátil” de que fala a letra da canção de Caetano Veloso. E mais. Ele dispensa bateria e suporta quedas. A verdade, é que através do livro tradicional ou das novas tecnologias, a leitura continua sendo essencial a qualquer área do conhecimento. O sucesso está intimamente ligado ao capital de leitura acumulado pelas pessoas.

Com a leitura adquire-se diferentes pontos de vista e o alargamento de experiências. Em tempos de massificação cultural – principalmente através da televisão – o livro é um repositório decisivo na construção de uma visão crítica das coisas. Assim, vamos aproveitar os últimos dias da nossa 26^a. Feira, que este ano tem como patrono o jornalista e escritor Carlos Urbin, autor de dezenas de livros infanto-juvenis, e, como Educadora Emérita, a nossa querida Dalva Bisognin. Uma mestra de tantas jornadas e batalhas literárias. Uma professora interferidora, segundo os ensinamentos do grande Paulo Freire, que em suas aulas sempre procurou dialogar com a transformação e a criatividade. Para finalizar um ensinamento de Francis Bacon: “Leia não para contradizer nem para acreditar, mas para ponderar e considerar. Alguns livros são para serem degustados, outros para serem engolidos, e alguns poucos para serem

mastigados e digeridos. A leitura torna o homem completo, as preleções dão a ele prontidão, e a escrita torna-o exato”.

Do Jornal
O Nacional

Data : 30/11/2012

Título : O caso Rubens Paiva

Categoria: Artigos

Descrição: Ninguém tem o direito de sonegar à nação sua própria História. Setores militares ainda acreditam que, 28 anos depois do fim da ditadura, têm sobre a nossa memória o mesmo poder arbitrário que tiveram durante 21 anos sobre nossa vida cívica.

Sexta-Feira, 30/11/2012 às 01:06,
por José Ernani de Almeida

Ninguém tem o direito de sonegar à nação sua própria História. Setores militares ainda acreditam que, 28 anos depois do fim da ditadura, têm sobre a nossa memória o mesmo poder arbitrário que tiveram durante 21 anos sobre nossa vida cívica. Pensar o ato de proibir e censurar, de se negar a outrem o direito de acesso a determinados temas – vigiar pessoas, ditar normas de conduta, excluir palavras do vocabulário, forjar de maneira brutal uma nova realidade; perceber as brechas que se abrem para divulgar informações e transpor, mesmo que minimamente, os muros que separam o permitido do proibido – são questões datadas, frutos de um momento histórico passado, apesar de ainda frequentarem, mesmo que em menor escala, o nosso presente. Ainda hoje alguns segmentos insistem em sonegar não só a história comum, mas, também a histórica individual dos mortos pela repressão.

São negados aos parentes, não apenas seus restos, como a humana cortesia de uma biografia completa. O que os familiares querem é reaverem seus corpos e saberem seu fim. Um dos casos mais trágicos é do desaparecimento de Rubens Paiva. Ele foi vice-presidente da União Nacional de Estudantes. Participou de lutas estudantis e das campanhas nacionalistas, como a da criação da Petrobrás. Alinhado com os líderes trabalhistas João Goulart e Leonel Brizola, Rubens Paiva teve o mandato cassado logo após o golpe de 1964. Exilou-se no

Chile, onde fazia oposição política à ditadura, ajudava perseguidos a conseguir exílio no Exterior, especialmente no Chile, então governado pelo socialista Salvador Allende. Preferiu retornar ao Brasil onde continuou a fazer oposição ao regime militar. Em janeiro de 1971 Rubens Paiva foi detido por soldados da Aeronáutica, e depois levado para o Departamento de Operações e Informações–Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), porque se comunicava com exilados brasileiros no Chile. No Aeroporto do Galeão, uma mulher foi presa, com uma carta trazida do Chile para ele.

Rubens Paiva, na época, colaborava com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) – uma das organizações guerrilheiras mais ativas. Ele não integrava o MR8, mas ajudava seus membros, por ter sido eleito deputado com votos dos estudantes, que eram maioria nos grupos armados que lutavam contra a ditadura militar. Logo depois o exército, para justificar o desaparecimento de Rubens Paiva, divulgou a versão de que ele teria sido resgatado por seus companheiros “terroristas” ao ser transportado pelos agentes do DOI-Codi em 28 de janeiro de 1971. Tal versão foi criada, evidentemente, para encobrir o assassinato sob torturas, já que havia testemunhas sobre a prisão de Rubens, não só sua mulher e sua filha Eliana, mas de outra presa política, Cecília de Castro, acareada com Rubens na 3ª. Zona Aérea no Rio de Janeiro.

Agora, passados mais de 40 anos de episódio, foram encontrados em Porto Alegre, em poder do coronel da reserva do Exército Júlio Miguel Molina Dias, morto a tiros, durante um suposto assalto, um conjunto de documentos que revelam assassinatos, arbitrariedades e atentados a bomba, durante o período militar. Molinas, ex-comandante do DOI-Codi fluminense, guardava os papéis em casa, no bairro Chácara das Pedras. Estes documentos já estão em poder da Comissão Nacional da Verdade. O promotor que investiga o sumiço de Rubens Paiva, Otávio Bravo, está convencido de que ele foi morto por militares. O representante do Ministério Público destaca que foram praticados pelos menos quatro crimes: tortura, seqüestro, homicídio e ocultação de cadáver.

O assassinato e a tortura já estariam prescritos, por ter transcorridos mais de 20 anos, ou até mesmo perdoados, se foram consumados antes da entrada em vigor da Lei da Anistia, em 1979. Entretanto, o seqüestro poderia estar em curso, assim como a ocultação de cadáver, porque Paiva nunca mais foi visto com vida e tampouco seu corpo foi localizado. Sendo assim, os executores não estariam anistiados e nem os crimes prescritos. Assim, ao que tudo indica, esta viscosa história parece estar chegando ao fim. É preciso uma conclusão para a família e para a história brasileira. Que nos sirva de exemplo o que está acontecendo agora na Argentina, onde o maior julgamento por crimes cometidos durante a ditadura naquele país (1976-1983) começou esta semana nos tribunais de Buenos Aires. Serão acusadas 68 pessoas por 800 casos de crimes contra a humanidade.

Do Jornal

Data : 07/12/2012

Título : Formaturas e suas trilhas sonoras

Categoria: Artigos

Descrição: Dias atrás, conversando com um amigo, este se manifestou abismado com o que ouviu em uma formatura que havia acompanhado, notadamente, no quesito trilhas sonoras.

Sexta-Feira, 07/12/2012 às 08:12,

por José Ernani de Almeida

Dias atrás, conversando com um amigo, este se manifestou abismado com o que ouviu em uma formatura que havia acompanhado, notadamente, no quesito trilhas sonoras. Agora toda a formatura que se preze deve ter uma trilha sonora para cada formando. Isto acontece tanto no ensino médio como no superior. A formatura se transformou em uma espécie de show, com luzes, música, serpentina, champagne, etc.

Nada mais justo, afinal de contas é o momento de festejar uma caminhada cheia de muitos estudos, gastos, renúncias, enfim, sacrifícios de toda a ordem – em alguns casos, é bem verdade. A presença dos familiares traz um componente de emoção difícil de conter, principalmente, quando na hora de agradecer aos pais, o Rei canta “Como é grande o meu amor por você”. Aí chora até o segurança que está do lado de fora cuidando do estacionamento. Na nossa época, lembrou o amigo, usávamos a formatura para protestar contra o regime militar. O discurso do orador era carregado de conteúdo político. Isto quando era permitido pela reitoria. Via de regra o texto passava pelo crivo dos censores de plantão. Como havia um conjunto de restrições à liberdade e como as próprias universidades eram marcadamente autoritárias, as cerimônias de formatura já eram concebidas pelos acadêmicos como uma oportunidade para a afirmação da autonomia individual. Tudo o que era dito estava profundamente vinculado à realidade política, econômica e social brasileira. As solenidades de colação de grau eram cerimônias eminentemente acadêmicas. Isto é, muita formalidade e uma grande sobriedade ritualística. O silêncio respeitoso era uma regra fundamental.

Hoje o que se ouve quando cada formando é citado pelo cerimonial são gritos, buzinas de ar comprimido, apitos, cornetas lembrando muito mais um campo de futebol do que uma cerimônia de colocação de grau. Tempos atrás, quando atuei como mestre de cerimônias em uma colação de grau de uma das instituições de ensino superior da cidade, fui obrigado a pedir silencio “à torcida”. A verdade é que, tempos atrás, entre o ritual e a festa havia uma clara demarcação. Hoje os tempos são outros com sons, gestos expansivos e performance de luzes. Formatura transformou-se numa espécie de “balada de toga”. São cerimônias que muitas vezes ultrapassam duas horas e meia de duração. Outro elemento que merece um destaque especial é a “trilha sonora” que acompanha cada formando no deslocamento até o recebimento do diploma. O som faz estremecer as estruturas do local do evento. As músicas escolhidas variam do gaitaço, sertanejo (que deve ser universitário, sob pena de o formando pagar mico), pagodinho, rap, hinos do time do coração, e, raramente, uma MPB de qualidade com uma mensagem séria. Sem dúvida o encontro é dos mais festivos. É uma verdadeira “rave”. As letras das canções escolhidas merecem um comentário. Tempos atrás em uma formatura do Direito, a pérola que serviu de trilha para o formando foi, “Não chora, minha china veia, não chora. Me desculpe se eu te esfolei com minhas esporas.

Não chora. Encosta a tua cabeça no meu ombro. Que este bagual véio te consola”. O formando, convenhamos, jamais poderá atuar em alguma questão envolvendo a Lei Maria da Penha. A turma que usa dos hinos do Grêmio ou do Inter, fatalmente, se da medicina, já demonstra sua tendência para a especialidade esportiva. E o formando que entra com uma trilha “as mina pira, quando a gente chega na balada, fazendo rodinha, com baldinho de cachaça”. Será, sem dúvida, um bacharel à serviço dos flagrados na balada segura. Para um formando que acredita na profecia Maia sobre o fim do mundo, agora em dezembro, a trilha sonora fatalmente será esta: “E se apocalipse for amanhã, você se importa, ou tá feliz por ter me encontrado, Se o mundo acabar, eu só quero passar, o meu última dia ao seu lado”. Atenção. Esta é para formaturas antes do dia 29 de dezembro.

Na verdade, as formaturas perderam de uns tempos a esta época, o caráter de solenidade, de seriedade. O discurso, a mensagem ficou em segundo plano. Hoje vivemos o mundo do espetáculo, do mediático e, as formaturas, passaram a fazer parte deste contexto. A característica acadêmica foi perdida em um momento do passado. Agora é um show, um “evento teatral sem trama”, como diria John Cage. O mais grave é que a formatura pode expressar o que começou antes da própria solenidade. Isto é, uma falência múltipla que depõe contra as próprias instituições de ensino superior.

Do Jornal

O Nacional

Data : 14/12/2012

Título : O centenário de Luiz Gonzaga

Categoria: Artigos

Descrição: O período entre 1946-1947 funcionou como uma espécie de ponte entre a tradição e a modernidade em nossa música popular.

O centenário de Luiz Gonzaga

Sexta-Feira, 14/12/2012 às 00:55,

por José Ernani de Almeida

O período entre 1946-1947 funcionou como uma espécie de ponte entre a tradição e a modernidade em nossa música popular. Nele conviveram veteranos da Época de Ouro, em final de carreira, com iniciantes que em breve estariam participando do movimento bossa nova. Suas maiores novidades foram as modas do baião e do samba-canção depressivo, entre 1952 e 1957. Essas modas projetaram personagens que se tornaram bem representativos do período, entre os quais o cantor/compositor/sanfoneiro Luiz Gonzaga - cujos 100 anos de nascimento foram lembrados nesta quinta-feira -, e seu parceiro Humberto Teixeira, que estilizaram e popularizaram a música nordestina. Na área da tecnologia ligada à indústria do lazer, estacionária durante os anos de guerra, foram excepcionais as inovações que chegaram ao país: a televisão (1950), o Lp de 33 rotações (1951), o disco de 45 rotações (1953) e o aperfeiçoamento do processo de gravação do som, com o emprego da fita magnética e da máquina de múltiplos canais, em substituição ao antigo registro em cera.

Acompanhando essas inovações, passaram a ser fabricadas modernas eletrolas, os chamados aparelhos “hi-fi”, com evidente melhoria na reprodução das gravações. O ciclo do baião, do qual Gonzaga foi o maior representante, começou com o lançamento da música “Baião”, dele e H. Teixeira, em outubro de 1946. Conscientes do potencial até pouco explorado da música nordestina, seus autores, se transformaram nos estilizadores que tornaram o gênero assimilável ao gosto do público urbano. O baião foi a música que melhor enfrentou a invasão do bolero no final dos anos 1940. Como peça abre-alas, “Baião” apresentava o ritmo, “com forte ênfase na síncope do segundo tempo, e ensinava como dançá-la, ao mesmo tempo em que convidava o ouvinte a aderir à novidade”, na definição de Jairo Severiano e Zuza Homem de Mello.” Tudo

isso, segundo os autores de 'A Canção no Tempo', sobre uma melodia cheia de sétimas menores, semelhante às cantigas de cantadores do Nordeste.

A bemolização da sétima nota do acorde representaria o devaneio de um possível elo entre o baião e o blues, mas na verdade remete ao ancestral mouro da música nordestina. A nostalgia, a possibilidade de improviso, a tendência constante de caminhar em busca da tônica e de bemolizar a terça, a quinta e a sétima, estão presentes nos blues, nas cantigas nordestinas e no canto da Andaluzia". Luiz Gonzaga, conhecido como o "rei do baião" foi, sem dúvida, uma das mais completas figuras da música popular brasileira. Cantando empunhando sua sanfona branca, zabumba e o triângulo, levou a alegria das festas juninas e dos forrós pé-de-serra, bem como a pobreza, as tristezas e as injustiças de sua árida terra, o sertão nordestino, para o resto do país, numa época em que a maioria das pessoas desconheciam o baião, o xote e o xaxado. Junto com seus poetas como Zé Dantas, Patativa do Assaré e Humberto Teixeira – entre outros – divulgou o sertão nordestino que está no imaginário do povo brasileiro. Cantou suas mazelas, mostrando as questões ambientais e sociais.

Asa Branca, gravada em 1947, é um exemplo claro. Um tema folclórico muito antigo é a sua origem. Asa Branca é uma espécie de pomba brava que foge do sertão ao pressentir sinais de seca. Gonzaga o conhecia desde a infância, através da sanfona do pai, mas achava-o simples demais para transformá-lo numa canção. Assim, foi só para atender ao pedido de uma comadre que se dispôs a gravá-lo, levando antes para Humberto Teixeira dar-lhe uma "ajeitada" na letra. Então, Teixeira ajeitou-lhe também a melodia, acrescentou-lhe versos inspirados (Quando o verde dos teus óios se espaiá na prantação) e tornou Asa Branca uma obra-prima. Reconhecida e gravada internacionalmente, a canção inspirou nos anos 1970 a retomada da música nordestina, em geral, e o culto a Luiz Gonzaga em particular, por iniciativa dos baiano Caetano Veloso e Gilberto Gil. Sua construção, possibilitando boas oportunidades de exploração harmônicas, tem-lhe proporcionado o aproveitamento como peça de concerto. Agora está sendo exibido nos cinemas brasileiros – vamos torcer para que chegue por aqui – "Gonzaga de Pai para Filho", que trata da difícil relação entre ele e seu filho Gonzaguinha. Será uma boa oportunidade para vermos na tela o artista que colocou a música nordestina no mapa da MPB e seu filho, um contundente e brilhante compositor que enfrentou com suas canções a ditadura militar.

Do Jornal
O Nacional

Data : 21/12/2012

Título : A Operação Condor em Passo Fundo

Categoria: Artigos

Descrição: Os anos 1970 constituem tanto um território historiográfico pouco explorado/conhecido como polêmico.

A Operação Condor em Passo Fundo

Sexta-Feira, 21/12/2012 às 14:31,

por José Ernani de Almeida

Os anos 1970 constituem tanto um território historiográfico pouco explorado/conhecido como polêmico. Muita coisa se deixou de fazer, criar, avançar e inovar em consequência dos constrangimentos institucionais – como controle e repressão – impostos ao trabalho intelectual. As exclusões no campo intelectual, é importante destacar, foram em grande parte determinadas por cassações, exílios, textos, conceitos e termos; as denúncias ideológicas e as vinditas pessoais; os obstáculos de toda a ordem impostos ao exercício da crítica e à prática do debate intelectual; os “autores proibidos” etc. Esta atividade castradora do Estado – que na verdade não foi apenas do Estado – impediu a apuração mais profunda de fatos, como, por exemplo, os relacionados à Operação Condor, uma aliança velada entre países da América Latina que interligou os aparatos da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Paraguai, da Bolívia e do Brasil nas décadas de 1970 a 1980, durante as respectivas ditaduras. Na verdade, a operação começou a ser articulada entre o final de 1974 e início de 1975.

Juntava, formalmente, as “tigradas” (apelido dos grupos de repressão chilena, argentina, uruguaia e paraguaia). A brasileira compareceu à primeira reunião da quadrilha como observadora. Na sua face clandestina, segundo Elio Gaspari, no livro Ditadura Envergonhada, “destinava-se a formar uma versão internacional do Esquadrão da Morte”. Agora, com a Comissão Nacional da Verdade, muitos fatos daquele período fatídico de nossa história começam a aparecer. Entre eles, para a nossa surpresa, um seqüestro ocorrido há 34 anos aqui em Passo Fundo, cujos detalhes acabam de emergir, e que evidenciam a participação do Rio Grande do Sul na Operação Condor.

Os jornais da capital relatam que o argentino Carlos Alfredo Claret, foi capturado no dia 12 de setembro de 1978, quando foi interceptado por quatro viaturas do Exército, em pleno centro da cidade, na Praça Marechal Floriano. Claret era ligado a Juventude Peronista e fichado como subversivo. Foi levado para o quartel do 1º. 20º. RC, e, posteriormente transportado de Fusca a Porto Alegre, algemado no banco traseiro, por dois agentes da Polícia Federal.

Na sede da PF, contou agora à Comissão Estadual da Verdade, ficou detido por 30 dias, onde foi torturado com a aplicação de choques nos braços e nos pés. Embora a prisão do argentino tenha ocorrido em pleno centro da cidade, ao meio-dia, a imprensa da época só foi noticiar o fato uma semana depois. Fui buscar no Arquivo Histórico Regional os jornais daquele período e encontrei na edição do dia 21 de setembro de 1978 de ON, na última página, uma notícia sobre sua prisão, com o seguinte teor: “a prisão do engenheiro argentino Carlos Alfred Claret, por agentes da Polícia Federal, virou caso para a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, que denunciou uma série de prisões no Brasil. Claret trabalhou um ano e três meses na firma Menegaz S.A. Ind e Com. e antes desempenhou missão semelhante na Fábrica de Implementos Agrícolas Ideal. Segundo a direção da empresa Menegaz a documentação do engenheiro estava em ordem. A Polícia Federal alega que ele teria sido detido por não possuir sua documentação regulamentada”. Na verdade a prisão do argentino teve conotação política. O fato de a mídia passo fundense ter “ignorado” o fato é plenamente compreensível. Na época estava em plena vigência o AI-5 que tolhera toda e qualquer possibilidade de oposição ao regime militar.

A imprensa local andava com medo. Basta lembrar que naquele mesmo ano de 1978, a Rádio Municipal havia sido arbitrariamente fechada pelo governo militar, numa atitude que é vista, até hoje, como um fato eminentemente político. O governo municipal na época estava nas mãos do MDB, tendo à frente o prefeito Wolmar Salton, que havia se negado a afastar três secretários que os militares consideravam comunistas. Como represália a emissora do município foi silenciada. Mesmo assim, corajosamente, O Nacional deu destaque a prisão do engenheiro argentino, quando os demais veículos de comunicação da cidade se omitiram. Há uma explicação para isto. Tarso de Castro estava em Passo Fundo na época.

E todos nós sabemos da importância de Tarso na imprensa nacional. Através de O Pasquim ele foi um dos poucos a ter coragem de enfrentar os generais de plantão. Enquanto pessoas eram presas e a rádio do município era fechada, ON noticiava que as lideranças passo fundenses da época participavam de um “Ciclo de Estudos Doutrinários da Escola Superior de Guerra” no 3º./1º.RCm, e recebiam com festas o Comandante do III Exército Gen. Samuel Alves Correa. Que tempos aqueles!

Do Jornal
O Nacional

Data : 28/12/2012

Título : Um novo tempo

Categoria: Artigos

Descrição: Final e início de ano é época de renovações de propósitos, de fazer um balanço do que passou e do que poderemos fazer nos próximos 12 meses.

Um novo tempo

Sexta-Feira, 28/12/2012 às 07:18,

por José Ernani de Almeida

Final e início de ano é época de renovações de propósitos, de fazer um balanço do que passou e do que poderemos fazer nos próximos 12 meses. É época de doçuras e reconciliações. É tempo de soerguimento de ânimo e afirmação de propósitos. No plano individual, creio que vale a pena o compromisso de sermos mais fraternos e menos egoístas. Nossa natureza é naturalmente inclinada ao egoísmo e se quisermos dar espaço para os outros, se quisermos limitar nossa liberdade às condições de sua integração com a dos outros, então será preciso muito esforço, até mesmo que nos violentemos, em nome de uma nova ordem de coexistência. Precisamos, urgentemente, encontrar uma maneira de viver em harmonia com os outros. Respeitar nossas diferenças como seres humanos, nossas culturas, nossas religiões e nossos tiques individuais. Para o filósofo Luc Ferry, “ser sábio, por definição não é amar ou querer ser amado, é simplesmente viver sabiamente, feliz e livre”. Liberdade e felicidade, eis o que o Iluminismo do século 18 nos prometeu.

Libertar os espíritos, emancipar a humanidade dos grilhões da superstição e do obscurantismo medieval. A razão sairia gloriosa do combate contra a religião e, geralmente, contra todas as formas de argumentos de autoridade. Entretanto, o que vemos ainda hoje é o crescimento dos fundamentalismos religiosos de caráter violento, caracterizados por guerras e ataques terroristas. Um dos grandes problemas da primeira década do século 21 é a falta generalizada de respeito mútuo que o mundo atravessa. É um mundo de puro cinismo, comandado pelas leis cegas do mercado e da competição globalizada. No cerne da ideia de progresso, esteve/está a liberdade e a felicidade.

O desenvolvimento das ciências é/seria o caminho para a civilização. Entretanto, o que estamos observando é aquilo de Heidegger chama de “mundo da técnica”, um universo no qual a preocupação com os fins, como os objetivos últimos da história humana, vai desaparecer totalmente em benefício único e exclusivo da atenção aos meios. A noção de progresso, nessa atual perspectiva da globalização, muda totalmente de significado: em vez de se inspirar nos ideais transcendentais, o progresso vai, pouco a pouco, se restringir a ser apenas o resultado mecânico da livre concorrência em seus diferentes componentes. Para

Luc Ferry. “a economia moderna funciona como a seleção natural de Darwin: de acordo com uma lógica de competição globalizada, uma empresa que não progride todos os dias é uma empresa simplesmente destinada à morte”. O progresso não tem outro fim além de si mesmo, ele não visa a nada além de manter no páreo com outros concorrentes. Assim, o poder dos homens sobre o mundo é cada vez maior.

Tornou-se um processo incontrolável e cego, ultrapassando as vontades individuais conscientes. A emancipação e a felicidade dos homens que o Iluminismo prometia, estão cada vez mais distantes. A técnica tornou-se um processo em propósito, desprovido de qualquer espécie de objetivo definido. Tomara que em 2013 possamos resgatar o que, no século 19, podia se chamar de “res publica”, isto é, “causa comum”. Aqui em Passo Fundo será o início de um novo governo, tendo à frente dois jovens políticos com uma proposta arrojada para mudar os destinos do município, Luciano Azevedo e Juliano Roso, governo que tenho a honra de integrar como titular da pasta de Desporto e Cultura. Será um governo, tenho certeza, que irá resgatar um passado, ainda recente, de comprometimento com o homem, com a natureza, com os ideais de felicidade e liberdade. Certa vez o poeta maior Carlos Drummond de Andrade escreveu, “pois de amor andamos todos precisando, em dose tal que nos alegre, nos reumanize, nos corrija, nos dê paciência e esperança, força capacidade de entender perdoar, ir em frente. Amor que seja navio, casa, coisa cintilante, que nos vacine contra o feio, o triste, o mau, o absurdo e o mais que estamos vivendo e presenciando”.

Desejo a todos que em 2013, como diz aquela linda canção de Ivan Lins e Vitor Martins, “com força e com vontade/a felicidade há de se espalhar/com toda a intensidade. Há de molhar o seco/de enxugar os olhos/de iluminar os becos/antes que seja tarde. Há de assaltar os bares/de retomar as ruas/de visitar os lares/há de rasgar a traves/e abençoar o dia/e de guardar as pedras/há de deixar sementes/do mais bendito fruto/na terra e no ventre/há de fazer alarme/e libertar os sonhos/da nossa mocidade/há de mudar os homens/antes que a chama apague/antes que a fé se acabe/antes que seja tarde”. Estamos entrando em férias para voltar a este espaço em fevereiro próximo.

Do Jornal
O Nacional

Data : 01/02/2013

Título : Para ler antes de assistir ao filme Lincoln

Categoria: Artigos

Descrição: O filme Lincoln, de Steve Spielberg, está credenciado para se tornar no grande premiado na festa da entrega do Oscar em 24 de fevereiro próximo.

por José Ernani de Almeida

O filme Lincoln, de Steve Spielberg, está credenciado para se tornar no grande premiado na festa da entrega do Oscar em 24 de fevereiro próximo. A película narra os últimos dias de vida do mais icônico e reverenciado dos presidentes americanos, destacando seu papel a favor da abolição da escravidão – tema muito atual, sobretudo na era Obama. Pois a questão da escravidão nos EUA no século 19 e o Brasil têm muita coisa em comum. Em 1850 o Brasil tomou várias medidas que tentavam mudar a fisionomia do país, encaminhando-o para o que então se considerava modernidade. Extinguiu-se o tráfico de escravos pela lei Eusébio de Queiróz, promulgou-se a Lei de Terras (que evitava o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes), centralizou-se a Guarda Nacional e foi aprovado o primeiro Código Comercial que, entre outros pontos, definiu os tipos de companhias que poderiam ser organizadas no país e regulou suas operações. No plano político, liberais e conservadores chegaram provisoriamente a um acordo nacional, expresso, sobretudo, no Ministério da Conciliação.

Esboçava-se assim, nas áreas mais dinâmicas do país, mudanças no sentido de uma modernização capitalista; ou seja, nasciam as primeiras tentativas para se criar um mercado de trabalho, da terra e dos recursos disponíveis. Enquanto isso, nos Estados Unidos – e aí vamos para o filme – em meio a uma custosa, em vidas e dinheiro, Guerra Civil, em que a União estava desesperada por fundos a fim de sufocar a rebelião dos estados confederados, o presidente A. Lincoln, pedia ao Congresso a liberação de US\$600 mil para outro fim que não o conflito. “Os congressistas precisam liberar o dinheiro necessário para a deportação de pessoas negras livres para qualquer lugar fora dos Estados Unidos”, afirmou Lincoln em seu discurso anual. Pouca gente sabe, mas o presidente Lincoln procurava desesperadamente por um país que pudesse receber os negros a serem libertados nos EUA. Como muitos políticos da época, ele tinha dúvidas sobre a assimilação de ex escravos na sociedade dos brancos americanos. Em editorial, em agosto de 1862, o The New York Times, afirmava: “o plano oficialmente proposto pelo presidente Lincoln e sancionado pelo Congresso, para dar início à tarefa de colonizar fora dos EUA os negros libertos ou em via de serem libertados no decorrer da guerra, está em vias de se concretizar.

Eles serão transportados à custa do governo e mantidos durante a primeira estação à custa do Estado e para tal uma verba foi aprovada pelo Congresso”. Foi com esse espírito que Lincoln nomeou como representante extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados Unidos James Webb, um antiaboliconista que via a libertação dos escravos como potencialmente mais perigosa do que a escravidão em si. Webb, como embaixador americano na corte brasileira, não perdeu tempo. Ao ministro marquês de Abranches apresentou três propostas, cujo fim era transvasar para o vale do Amazonas os negros que se libertassem

nos EUA. O projeto previa trazer até um milhão de ex escravos para assentá-los na Amazônia, em terras doadas pelo Brasil. O plano era mirabolante, até mesmo inacreditável, mas teve a chancela do secretário de estado americano William Seward e de Lincoln. Sérgio Buarque de Holanda foi o primeiro a chamar a atenção para essa história exótica, no prefácio que escreveu para o livro *A Amazônia Para os Negros Americanos*, de Nícia Vilela em 1968. Mais recentemente, a historiadora Maria Clara Sales Carneiro, da USP, na sua dissertação *Fronteiras Negras do Sul*, resgatou detalhes do plano em documentos que encontrou na biblioteca da Universidade de Yale, nos EUA.

O principal argumento apresentado por Webb em seu projeto baseava-se no suposto “estado crônico da falta de mão-de-obra no Brasil, em especial nas províncias do Norte. O rápido aumento do valor do negro no Rio de Janeiro e o avanço do café, somado ao decréscimo da população escrava, ao contrário da nossa, e que é de um tipo africano bastante inferior aos trazidos ao Brasil, está rapidamente despovoando as províncias do norte do Império”. A base seria a concessão ao governo brasileiro do direito de exclusividade de trazer para o Brasil colonos, africanos ou afrodescendentes, emancipados ou em via de o ser. O nome da proposta indica o sentido real: concessão ao general James Webb, que teria esse privilégio mantido por 20 anos. “As pessoas a serem introduzidas pelo concessionário e seus associados serão chamadas de “aprendizes”: seu trabalho por um período de cinco anos e um mês do dia do seu desembarque no Brasil será propriedade do concessionário”, afirmava o contrato de concessão. Vamos conferir se o filme faz alguma menção ao tema.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 01/02/2013 às 07:18

Data : 08/02/2013

Título : Carnaval é cultura

Categoria: Artigos

Descrição: Com o processo de globalização e com o avanço das novas tecnologias a identidade cultural dos povos vai sendo lentamente diluída.

por José Ernani de Almeida

Com o processo de globalização e com o avanço das novas tecnologias a identidade cultural dos povos vai sendo lentamente diluída.O que resta é a

cultura popular, já que ela é basicamente, intrinsecamente local, fruto dos hábitos, dos costumes cultivados ao longo da vida do dia a dia, das influências de formação legadas pela construção histórica do país. O Brasil, como sabemos, tem sua identidade calcada de forma indelével na cultura popular, que foi o resultado da síntese das raízes ibéricas, indígena e africana. Este amalgama produziu, entre outras coisas, como um de seus pontos altos a música. Música que envolve, contagia corações e multidões, nos seus mais variados ritmos. Compositores da mais alta expressão nos legaram verdadeiros hinos do carnaval, marchas e sambas antológicos. Com criatividade e romantismo transformaram melodias em expressão popular de alegria e amor. O carnaval tem raízes psicológicas, sociais e culturais. Neste período o povo exprime suas emoções, incentiva fantasias e extravasa sentimentos de felicidade. Sonhos, alegria e emoção são revelados através da música.

No Brasil, o carnaval começou trazido pelos portugueses, na comemoração do entrudo (de introitus, “começo, entrada”), que festejava a entrada da primavera e abria as solenidades litúrgicas da Quaresma, período de abstinência de carne – palavra que designa o nome carnaval. O entrudo era uma festa de rua barulhenta, suja e, por vezes, violenta. A partir da segunda metade do século 19, o entrudo nas ruas passou a conviver com o carnaval à moda européia – bailes de máscaras em teatros e clubes. No entrudo, camadas mais pobres ou de classe média, ao lado dos negros, dançavam ao som de instrumentos de percussão e cantavam curtas quadrinhas de autores anônimos. Nos salões os bailes eram animados por bandas que tocavam os ritmos europeus da época, como xote, polca, valsa, etc. Aos poucos surgiram os clubes e sociedades – que congregavam os mais ricos e promoviam bailes e luxuosos desfiles de carros alegóricos – cordões que saíam às ruas e nos quais conviviam diferentes classes sociais e ranchos e blocos – que também ganhavam as ruas, compostos de classes mais populares.

A primeira música feita exclusivamente para o carnaval é Ô Abre Alas, composta em 1899 por Chiquinha Gonzaga para o Cordão Rosa de Ouro. Um primeiro passo rumo à concepção atual dos desfiles de escolas de samba – marca internacional do carnaval brasileiro –, que incorpora o luxo dos carros alegóricos dos ricos à dança, ao ritmo e ao canto do carnaval dos pobres, foi dado por Sinhô, compositor do final do século 19. Entre os anos de 1910 e 1920, o samba foi aos poucos se definindo, junto com a marcha, como o ritmo preferencial do carnaval. Letras muitas vezes recheadas de sátiras políticas e sociais.

O samba transformou-se na tradução mais eloqüente do povo brasileiro. Música que envolve, contagia corações e multidões. Até o aparecimento do gênero musical produzido especialmente para o carnaval com o nome de samba – o famoso Pelo Telefone, registrado pelos freqüentadores da casa da Tia Ciata, Donga e Mauro de Almeida – o carnaval refletiu, de maneira mais transparente, as contradições expressas na confusão que resultava da forma indecisa pela qual as novas camadas sociais procuravam enquadrar-se na “festa do povo”. Às vésperas da 1ª. Guerra Mundial, as diferentes classes sociais brasileiras divertiam-se em diferentes carnavais – os pobres nas praças, os ricos nos corsos de automóveis e nos grandes clubes.

A festa ainda não tinha descoberto o ritmo capaz de lhe conferir um denominador comum musical. O grande achado musical do carnaval brasileiro foi o samba, que ao misturar ritmos que animavam as festas do proletariado, ganhou a classe

média e também a elite. É lamentável que hoje as comemorações populares tradicionais são cada vez mais vistas como fonte de renda. As brincadeiras populares, os blocos de rua, os folguedos perderam espaço nas grandes cidades e deram lugar ao carnaval institucionalizado e até globalizado, vendido no mundo todo como fonte de renda para canais de televisão, revistas de massa e turismo.

Assim, a riqueza e a diversidade de nossas culturas são apagadas e apenas as formas mais rentáveis têm destaque. Nas pequenas e médias cidades o carnaval mais puro ainda resiste. Amanhã, na Av. Sete de Setembro, teremos a oportunidade de ver, através de nossas sete escolas de samba (Unidos da Operária, Pandeiro de Prata, Bom Sucesso, Bambas da Orgia, Chalaça, Academia de Samba COHAB 1 e União da Vila) a expressão de uma das mais autênticas manifestações de nossa gente. Bom carnaval a todos!

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 08/02/2013 às 07:35

Data : 15/02/2013

Título : Amorágio

Categoria: Artigos

Descrição: É nas férias que aproveitamos para colocar em dia as leituras que ficaram acumuladas ao longo do ano, para tomar aqueles livros que estavam nos aguardando na prateleira da biblioteca...

por José Ernani de Almeida

É nas férias que aproveitamos para colocar em dia as leituras que ficaram acumuladas ao longo do ano, para tomar aqueles livros que estavam nos aguardando na prateleira da biblioteca, e, também, é o período para ouvir os CDs que foram comprados e que por absoluta falta de tempo deixamos de ouvi-los com a devida atenção. Este ano, em função da atividade como Secretário de Desporto e Cultura do Município, o tempo está reduzido, mas, mesmo assim, está sendo possível, colocar em dia as leituras e a audição de CDs. Um deles merece a atenção de todos aqueles que gostam de música de qualidade. É um disco que foge da mediocridade geral, da indigência epidêmica que se abate sobre a música brasileira nos últimos tempos. Trata-se do CD “Amorágio” de Ivan Lins, lançado no ano passado. Ivan, um veterano da música brasileira, continua aos 67 anos, com um ímpeto artístico invejável. Compositor, cantor e pianista ele

é um dos brasileiros mais famosos e admirados em nível mundial por fãs do jazz, da música soul e da MPB.

Ao longo de sua carreira conseguiu fazer uma fusão inédita da MPB, jazz e soul music. Na França, na Alemanha, na Itália, nos EUA quem conhece jazz o considera como um dos mais importantes músicos contemporâneos. Ivan Lins é o responsável por algumas das mais belas canções românticas destes últimos 30 anos. Ele construiu uma obra impressionante reconhecível aos primeiros acordes. Centenas de canções suas tornaram-se sucesso na sua voz ou nas de inúmeros intérpretes. Quem não se emocionou ao ouvir “Bilhete”, “Vitoriosa”, “Começar de Novo”, “Saindo de Mim”, “Doce Presença”, “ Iluminados” e tantas outras. O CD Amorágio traz 11 canções emocionantes. “Quem Me Dera”, composta com seu eterno parceiro Vítor Martins, traz a participação de Maria Gadú. “E Isso Acontece”, é uma balada romântica típica da obra de Ivan, que versa com delicadeza sobre mágoas e ressentimentos provocados pelo fim de um amor: “Sobrar no amor é ver que a noite não amanhece/Ficar a pé, pegar um vento sudoeste/Quando é assim, se o amor acaba não tem jeito/É inevitável, vem a dor, e isso acontece.” Fado Saramago, composto por Ivan e partir de um poeta erotizado do escritor português José Saramago, falecido em 2010, foi gravada em dueto com o cantor português Antonio Zambujo: “Teu ventre de seivas brancas/Tuas rosas paralelas/Tuas colunas, teu centro/Teu fogo de verde pinho.”

Na canção sertaneja “Atrás Poeira”, que aparece no CD interpretada por Fioravante e Guimarães, na verdade Ivan Lins e o cantor paulista Rafael Altério, Ivan demonstra que é possível fazer música sertaneja com bom gosto e qualidade: “Ele pegou o baio, e como raio, sumiu no atalho/Na algibeira tinha um retrato e um baralho/Na frente nada, atrás poeira, atrás porteira/Atrás da Rita, que foi bonita, que anda bebendo/Que anda correndo, atrás do tempo, e dos rapazes(...)Deixou Benvinda, que era Linda, pro Zé Calixto/Que era mal visto por todo lado: ladrão de gado/Ganhou dinheiro, virou posseiro, montou garimpo e anda limpo/Perdeu o cheiro que têm os homens quando trabalham/E na tocaia, é o que se fala, que aquela bala/Era pra ele...”. Sem apelar para os versos de mau gosto e apelativos das atuais duplas sertanejas, Ivan e Vítor Martins nos oferecem uma linda toada sertaneja. Infelizmente, dificilmente você a ouvirá em nossas emissoras de rádio, preocupadas em “tocar o que o público gosta”.

Pobre público! Outra bela canção do novo CD de Ivan é “Olhos pra te ver”, que tem um toque interiorano de canção mineira, cheia de graça, com uma melodia delicada. “X No Calendário” é uma música que faz alusão a pacificação das favelas cariocas. Ela evoca as canções politizadas de Ivan e Vítor Martins nos anos 1970, quando, por meio de metáforas eles denunciaram abusos do regime militar que amordaçava o Brasil na época. A canção, já gravada num disco anterior de Ivan, é aditivada por um rap dito pelo parceiro do cantor Pedro Luis. Amorágio, música título do disco traz ao lado de Ivan a cantora paulista Tatiana Parra, dona de uma voz fantástica. A letra da canção é belíssima: “Amor, fogo que desata os velos da vontade/Ignota o bem, desenha da verdade/Ponte-aérea do Éden à insanidade, amor./Uma dança prum circo de anjos embriagados/Onde leão é também o domador/Que depois de alçar o trono do esplendor/Entrega a própria vela ao caçador”. Está aí uma sugestão para a trilha sonora destas férias.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 15/02/2013 às 07:12

Data : 22/02/2013

Título : Histórias de canções

Categoria: Artigos

Descrição: Das leituras de férias gostaria de dividir com meus leitores o prazer que foi degustar História de Canções – Tom Jobim, de Wagner Homem e Luiz Roberto Oliveira.

por José Ernani de Almeida

Das leituras de férias gostaria de dividir com meus leitores o prazer que foi degustar História de Canções – Tom Jobim, de Wagner Homem e Luiz Roberto Oliveira. Com clareza e profundidade os autores, reuniram histórias de bastidores sobre as criações musicais do artista. A trajetória de Tom Jobim é contada por meio de curiosidades sobre as músicas que o tornaram famoso e admirado em todo o mundo. Imagine estar em um bar tomando chope com os amigos e receber a ligação de Frank Sinatra em pessoa, oferecendo sua parceria para a gravação de um disco. Este é um episódio que só Antonio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, um dos criadores da bossa nova e o grande responsável por exportar a música popular brasileira para o mundo, poderia ter vivido.

Mas a carreira internacional é só um trecho da brilhante trajetória de Tom Jobim. No livro é possível apreciar inúmeros outros episódios que compuseram a vida do genial músico. Sua carreira realmente deslanchou nos anos 1950, os anos JK, quando seu piano e as letras de Vinicius de Moraes encontraram o violão de João Gilberto. Em 1958 foi lançado o antológico disco “Canção do Amor Demais” de Elizeth Cardoso, com músicas de Tom, Vinicius e a participação de João Gilberto. Uma das canções tornou-se num verdadeiro clássico internacional, gravada até hoje, Chega de Saudade: “Vai minha tristeza/e diz a ela/que sem ela não pode ser/diz-lhe numa prece/ que ela regresse/porque eu não posso mais sofrer/Chega de saudade/a realidade/é que sem ela não há paz/ não há beleza...” Dindi, uma de suas mais belas composições, ao contrário do que possa parecer não foi inspirada em um nome de mulher.

Tom costumava ir com frequência ao sítio da família, em Poço Fundo, no estado do Rio de Janeiro. Nesse local havia uma mata, conhecida com sertão do Dirindi. Tom gostava muito do nome, e fez a contração para Dindi, que serviu de título à

canção. Não era, mas de certa forma acabou se tornando nome de mulher. O co-autor, Aloysio de Oliveira, chamava carinhosamente sua mulher, a cantora Silvinha Telles, de 'dindi'. A Felicidade, outro clássico da dupla Tom-Vinicius, foi composta para o filme Orfeu Negro, e que no Brasil recebeu o título de Orfeu da Conceição.

A canção tem versos de grande inspiração: “A felicidade é como a gota de orvalho numa pétala de flor/Brilha tranqüila/Depois de leve oscila/E cai como uma lágrima de amor”. O filme fez muito sucesso sobretudo no exterior. Rendeu dezenas de prêmios – entre eles a Palma de Ouro do Festival de Cannes de 1959 e o Oscar de melhor filme estrangeiro em 1960 – e, de quebra, uma citação no livro *Dreams from my father*, biografia do presidente americano Barack Obama, filme que ele viu, bem jovem, ao lado de sua mãe. “Um cantinho um violão/Esse amor, uma canção/Pra fazer feliz a quem se ama/Muita calma pra pensar/E ter tempo pra sonhar/Da janela vê-se o Corcovado/O Redentor, que lindo”. Esta é parte da letra da belíssima Corcovado, que Tom Jobim compôs no apartamento da rua Nascimento Silva, 107, imortalizada na canção “Carta ao Tom” (Toquinho e Vinicius). Depois de ter feito a canção, Tom passou um tempo no sítio de Poço Fundo. Ao voltar, constatou, desolado, que da janela não se via o Redentor. Uma construção tapara-lhe a vista que inspirara a canção. A ideia para “Samba de uma nota só”, outro clássico de Tom, surgiu em 1953.

O coautor Newton Mendonça estava triste por ter rompido com a namorada e, após uma noite de muita bebida, começou a esboçar a composição no piano. Ficou com o tema durante muito tempo, e todas as vezes que tentava convencer Tom Jobim a trabalhar na canção, este desconversava. Um dia Newton perdeu a paciência e disse que terminaria sozinho. A ameaça funcionou e, juntos fizeram “Samba de uma nota só”, iniciada cinco anos antes. Até hoje a música é a segunda canção brasileira mais executada no mundo, perdendo apenas para “Garota de Ipanema”. Esta, cuja primeira versão, inicialmente chamada de “Menina que passa”, não agradou os compositores. Os versos eram “Vinha cansado de tudo/de tantos caminhos/tão sem poesia/tão sem passarinhos/com medo da vida/com medo de amar...”. Em 2004, Garota de Ipanema passou a integrar a coleção da Biblioteca Nacional do Congresso Americano, que mantém em seus arquivos as mais importantes músicas da humanidade.

Durante muito tempo a música foi a segunda canção mais executada do mundo, perdendo apenas para Yesterday dos Beatles, ao que Tom respondia: “Está bom. Afinal são quatro contra dois e ainda por cima falam inglês”. Com Chico Buarque ele compôs, entre outras, Retrato em Branco e Preto. Tom implicou com o título porque segundo ele ninguém dizia “retrato em branco e preto”, mas sim, “retrato em preto e branco”. A resposta de Chico foi imediata e demolidora: “Então fica assim: “vou colecionar mais um tamanco (no lugar da original soneto), outro retrato em preto e branco”. Diante de um argumento tão carregado de razão, Tom cedeu. Este é um livro tanto para os fãs do genial maestro quanto para leitores que apreciem a descoberta de um excelente livro.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 22/02/2013 às 08:00

Data : 08/03/2013

Título : A emancipação feminina

Categoria: Artigos

Descrição: O sistema patriarcal, através de construções ideológicas misóginas e machistas, sedimentou a ideia de inferioridade da mulher em relação ao homem.

por José Ernani de Almeida

O sistema patriarcal, através de construções ideológicas misóginas e machistas, sedimentou a ideia de inferioridade da mulher em relação ao homem. Por muito tempo a mulher ficou restringida a uma imagem limitada e distorcida de si mesma. Ela foi silenciada; suas aptidões, desprezadas, sua capacidade intelectual, subestimada; suas ideias, desdenhadas, seus talentos ignorados e desperdiçados. Assim, ao longo de séculos, identificar uma imagem positiva das mulheres na história da humanidade se tornou tarefa quase impossível.

Com algumas exceções, a mulher praticamente sumiu da história. Ao longo dos tempos de patriarcado, a mulher deveria corresponder, incondicionalmente, às expectativas masculinas e em trocar receber proteção e sustento. A mulher ideal deveria ser dócil e frágil para pertencer a um homem. O patriarcado determinou que as mulheres fossem inferiores e, portanto, submissas aos homens, e estes, superiores, dominadores. Esse sistema foi tão forte que se confundiu com o ser, sentir e pensar da humanidade. Nesse modelo patriarcal, as mulheres nasciam com o destino traçado, as jovens eram educadas para corresponder aos respectivos papéis de esposas zelosas, boas donas-de-casa e mães dedicadas em tempo integral.

Os desejos e os sonhos femininos eram ignorados, as mulheres não eram ouvidas, ou melhor, nem sequer se manifestavam, pois eram educadas para o silêncio, a resignação e a obediência. Ao longo da Idade Média predominou a misoginia, baseada no ódio às mulheres e na aversão total a tudo que se relacionava com elas. Ao interagir com o machismo no sistema patriarcal, potencializaram-se. Com a chegada do Renascimento, as mulheres esperavam por tempos melhores, mas que, só chegaram para o sexo masculino.

Agraciar o sexo feminino com as transformações renascentistas seria caminhar a passos largos para a emancipação feminina. Na segunda metade do século 18 uma ideologia democrática e humanitária, de forma epidêmica, contaminou toda a Europa – partindo da França – com uma extraordinária convicção de Igualdade, Liberdade e Fraternidade. Surgiram movimentos de vanguarda em prol da paz, da vida, das liberdades individuais e, dentre esses, o movimento pela igualdade

de direitos entre homens e mulheres cresceu e germinou. Era o Iluminismo, que representou para as mulheres, a tão sonhada oportunidade de emancipação.

Os escritores e filósofos do movimento, às vésperas da Revolução Francesa, exploraram a emancipação feminina nos seus programas políticos, reivindicando o direito à cidadania e valorização do desempenho da mulher no mundo masculino. Apesar dos avanços terem sido pequenos, o movimento pela igualdade de direitos entre homens e mulheres germinou. A revolução industrial do século 19 e as duas grandes guerras mundiais trouxeram uma nova realidade que alteraram valores de caráter político, moral, ético e, conseqüentemente, os desejos de realização pessoal e profissional que atingiram de forma radical o mundo das mulheres. Suas conquistas ganharam força com a descoberta da pílula anticoncepcional e com as inovações tecnológicas.

Para a historiadora Patrícia Rocha, autora do livro Mulheres sob todas as luzes, "o verdadeiro responsável pelo engrandecimento do status quo feminino foi o acesso da mulher ao conhecimento. Bastou uma fenda na parede do aposento privado para que as luzes do conhecimento elucidassem a vida feminina e, sob todas as luzes, a mulher marchou reivindicando a tão desejada liberdade. A mulher saiu da ignorância em que vivia e lançou-se no mundo dos conhecimentos e das oportunidades, deslumbrando-se com as novas descobertas e possibilidades".

Na verdade a construção da identidade da nova mulher está intimamente ligada a sua inserção no mundo profissional. A realização profissional trouxe às mulheres autoestima, sentimento de pertencimento e de utilidade, além, de independência. Neste dia internacional da mulher meus cumprimentos a todas as leitoras deste espaço e um convite para o lançamento do livro " É pensando nos homens que eu perdoos aos tigres as garras que dilaceraram, um estudo sobre a violência contra a mulher", organizado pelo jornalista Ivaldino Tasca que traz textos do jornalista, deste colunista, da Delegada titular da DEAM, Cláudia Crusius, da advogada e coordenadora do Projur Mulher UPF, Josiane Petry Faria, da arteterapeuta da Casa da Mulher Mariane Loch Sbeghen e da jornalista Marina Campos. A sessão de autógrafos é, hoje, à partir das 18horas, na Livraria Nobel.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 08/03/2013 às 07:12

Data : 15/03/2013

Título : Políticas culturais

Categoria: Artigos

Descrição: O olhar do Estado sobre a cultura como uma área que deva ser tratada sob a ótica das políticas públicas, embora a relação entre ambos seja milenar, é contemporâneo.

por José Ernani de Almeida

O olhar do Estado sobre a cultura como uma área que deva ser tratada sob a ótica das políticas públicas, embora a relação entre ambos seja milenar, é contemporâneo. Foi no período logo após a Segunda Guerra Mundial que a cultura passou a ganhar do Estado uma atenção especial. No Brasil, entretanto, já nas décadas de 1930 e 1940, houve um número significativo de trabalhos sobre a cultura. Uma ação organizada, é bem verdade, somente surgiu no período pós-guerra, por volta da década de 1950. O que havia até então eram atos isolados, fruto de uma relação de tensão ou não, entre o campo do político, o de cultura e da arte em geral. É fácil de explicar: a cultura é por essência crítica, o que nem sempre agrada o político que vê na cultura uma forma de propaganda e promoção. No primeiro governo de Vargas (1930-1945) surgiu um grupo de ações articuladas no campo da cultura que tomaram forma de políticas culturais. Neste mesmo período, ocorreu uma experiência ímpar na cidade de São Paulo, organizada por Mário de Andrade, e estreitamente ligada a alguns dos ideais presentes no Movimento Modernista Brasileiro: a criação do Departamento de Cultura de São Paulo.

Já o período de 1946 a 1960 pode ser identificado como o momento áureo do crescimento da indústria cultural no Brasil, no qual a presença direta do Estado como elaborador e fomentador de políticas era bastante restrita. O crescimento urbano-industrial do período, no entanto, gerou novas expectativas sobre a possibilidade do mercado de consumo para as produções artístico-culturais nas mais diferentes áreas. Se não vejamos. Em 1945 foram criadas 111 emissoras de rádio; em 1946, foram 136; e, em 1950, surgiram 300 novas emissoras. Um crescimento da ordem de 200% anual em quase cinco anos. O rádio chegou aos anos 1960 presente em praticamente todos os domicílios urbanos brasileiros servidos por energia elétrica. As radionovelas, os musicais e os programas de humor foram as grandes atrações do rádio. Lentamente, o caráter educativo que a programação radiofônica deveria ter, segundo a legislação de 1932, foi substituído por programas populares que atraíam anunciantes. O projeto de um sistema de radiodifusão educativo não foi implementado.

Ainda em 1950, surgiu a primeira emissora de TV do país: a Tupi, em São Paulo. Com a chegada dos militares ao poder o setor cultural passou a sentir a forte presença do Conselho Federal de Cultura, entre os anos de 1966 e 1973. Lentamente o governo militar foi institucionalizando a área, cujas instituições tiveram forte presença na vida cultural do país – notadamente no tocante à censura – até o final do governo Figueiredo. Esta presença do Estado na elaboração de políticas e no financiamento da área cultural foi sendo gradativamente reduzida no período de 1985 a 2002. Nesse período de quase 20 anos, predominaram as leis de incentivo e da retirada do governo do cenário decisório.

A recomposição e ampliação da institucionalidade da área de cultura, que havia sido perdida nas décadas anteriores, se deu no primeiro governo do presidente Lula. Os estudos sobre o tema das políticas culturais no Brasil são muito recentes, geralmente produzidos de maneira dispersa, em diversas áreas do conhecimento, tais como História, Sociologia, Economia, Direito, Comunicação, etc. Nos últimos anos foram intensificadas as discussões em torno da responsabilidade do Estado sobre a produção cultural e sobre os princípios que devem reger a elaboração das políticas culturais, tanto no âmbito da administração federal como no dos governos locais.

Existe até uma dificuldade para o entendimento do que é “política cultural”. No Dicionário crítico de política cultural, organizado por Teixeira Coelho, editado em 1997, encontramos a seguinte definição: “ Constituinto (...) uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”. A questão da cultura ainda carece da recuperação de um conceito abrangente sobre ela, do entendimento da sua articulação com a cidadania e da sua importância em termos da economia global do país.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 15/03/2013 às 07:09

Data : 22/03/2013

Título : Os cinquenta anos do primeiro álbum dos Beatles

Categoria: Artigos

Descrição: Hoje, estão sendo lembrados os 50 anos do lançamento do primeiro álbum dos Beatles, “Please Please Me”, ocorrido no dia 22 de março de 1963.

por José Ernani de Almeida

Hoje, estão sendo lembrados os 50 anos do lançamento do primeiro álbum dos Beatles, "Please Please Me", ocorrido no dia 22 de março de 1963. Estava começando uma era, um estilo, um modo de entender a vida. A música nunca mais seria a mesma. Não se trata de uma frase apenas altissonante ou exagero, mas os Beatles realmente significaram o início de um novo tempo para a música mundial. Eles foram, sem dúvida, os inventores do gênero pop, com seus concertos para multidões de fãs que não se limitam a ouvir a música de seus ídolos, mas também querem emulá-los. Eu os ouvi pela primeira vez na extinta rádio Municipal, onde o inesquecível Dino Rosa apresentava todos os domingos o programa "Os Campeões da Semana" que tocava as músicas de maior sucesso na época. "Love Me Do" era o grande destaque. Depois ingressei no rádio e no programa que apresentava aos domingos, a Grande Parada, os hits dos Beatles apareciam como os favoritos do público. Mas voltemos ao primeiro álbum do quarteto.

O Lp, como eram conhecidos os discos; um "long-play" de 33 rpm (rotações por minuto) e doze polegadas – a explicação se faz necessária para as novas gerações – tradicionalmente era a opção financeira mais vantajosa. Ao planejar o primeiro Lp dos Beatles, George Martin, seu produtor, se defrontou com dois problemas. Primeiro, mesmo com os Beatles tendo alcançado o topo das paradas com os single "Love Me Do" em 1962, a gravadora EMI não estava disposta a gastar mais do que uma ninharia na empreitada; segundo, a agenda de apresentações do grupo deixava pouquíssimo tempo para o trabalho de estúdio. No livro John Lennon A Vida, Philip Norman conta que o quarteto conseguiu completar o Lp numa única sessão de gravação que durou um dia inteiro, sem recorrer a estimulantes além do chá e das pastilhas para a garganta. Oito faixas eram composições de John e Paul, "I Saw Her Standing There", "Mystery", "Do You Want To Know a Secret?" e "There's a Place", entre outras; as demais eram suas favoritas e inesperadas versões do cover do pop americano negro. Ouvindo o disco hoje, ainda é possível notar a empolgação da abertura de Paul McCartney "One-two,three-FAW". O que vem depois é puro talento e criatividade. Eles mostram no disco como eram habilidosos, versáteis, experimentais e excêntricos. Começavam a moldar a música que hoje a garotada ouve em seus I pads, mp-3, celulares, I phones, etc. Praticamente todas as catorze faixas ainda hoje soam surpreendentemente atuais.

A Taste of Honey traz um vocal de tom jazzístico de Paul. A jovial angústia adolescente se destaca nas canções "There's a Place" e "Mystery". Os Beatles demonstravam no seu primeiro álbum a extraordinária gama de estilos musicais que dominavam. Em "Twist and Shout", John rouba o show, com uma voz rasgada e contundente. Paul se mostra onipresente e precocemente brilhante, e George também está ali, bem mais do que se considerava à época. Aliás, seu talento só irá se destacar no final da carreira do quarteto. Lennon e McCartney monopolizaram as atenções. A verdade é que a crescente popularidade do grupo, que a imprensa britânica passou a chamar de Beatlemania, fez com que eles crescessem em sofisticação. Os Beatles vieram a ser percebidos como encarnação de ideais progressistas e sua influência se estendeu até as revoluções sociais e culturais da década de 1960. Sua música embalou um mundo que vivia a guerra do Vietnã, o crescimento das tensões no Oriente Médio entre judeus e árabes que logo levaria à Guerra dos Seis Dias; na América do Sul, Che Guevara buscava estabelecer uma base guerrilheira na Bolívia; aqui no

Brasil, Marighella formava a Aliança de Libertação Nacional e partia para a ideia de luta armada contra o regime militar. Era um mundo em ebulição, que os Beatles retrataram em suas canções de forma genial. Eles não convocavam para se tomar as ruas, mas antes faziam sátiras sobre todos os jovens revolucionários bem-alimentados com sua impetuosa vontade de “mudar o mundo”. Ainda hoje, passados 50 anos do lançamento do seu primeiro álbum, os Beatles conseguem exercer um verdadeiro fascínio sobre as novas gerações. Hoje, portanto, é dia de tomar um bom vinho, colocar no toca discos “Please Please Me” – sim toca discos –, para que seja o som autêntico da época, e, curtir John, Paul, George e Ringo. Yeah-yeah-yeah!!!

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 22/03/2013 às 17:15

Data : 29/03/2013

Título : Jesuítas, os soldados de Cristo

Categoria: Artigos

Descrição: A escolha do Papa Francisco quebrou dois paradigmas: um latino-americano comandará a igreja católica e um cardeal oriundo da ordem dos jesuítas.

por José Ernani de Almeida

A escolha do Papa Francisco quebrou dois paradigmas: um latino-americano comandará a igreja católica e um cardeal oriundo da ordem dos jesuítas. Criada em 1534 por iniciativa de Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus foi um modelo de ordem religiosa nascida da Contrarreforma – ou da Reforma Católica. Sua fundação ocorreu quase 20 anos depois de Martinho Lutero afixar suas 95 teses na Catedral de Wittemberg, dividindo a cristandade romana. Os jesuítas correram o mundo. Na Europa, procuraram reforçar o catolicismo por meio do ensino. Nas conquistas ultramarinas ibéricas, procuraram expandi-lo pela catequese. Logo afirmaram a vocação da Companhia e, não por acaso, ficaram conhecidos como “os soldados de Cristo”. Em 1540, o papa Paulo III aprovou o instituto inaciano, e os jesuítas se lançaram ao Oriente português, sob o comando de Francisco Xavier.

No mesmo século, alcançaram a China. Em 1549 chegaram ao Japão. A experiência naquele país terminou em tragédia, pois os jesuítas acabaram

martirizados em 1638, após uma revolta de camponeses cristãos. Ao Brasil eles chegaram em 1549 liderados por Manuel da Nóbrega. Com muito esforço, sobretudo na doutrinação das crianças, construíram “índios cristãos”. Aqui adaptaram o catolicismo à cultura local, no caso a tupi, a começar pela Gramática de José de Anchieta. Escrita em 1556, tornou-se leitura obrigatória para os regedores das aldeias.

Também na América Espanhola os jesuítas se destacaram. Acabaram dominando a catequese somente no sul, junto aos guaranis, no atual Paraguai. Estenderam a missão ao continente de São Pedro, no atual Rio Grande do Sul, fundando os Sete Povos das Missões. Ao longo do século XVIII, a Companhia se consolidou como instituição de poder no mundo católico. Os colégios inicianos se espalharam por todos os continentes, atravessando os sete mares. Formaram professores, intelectuais e missionários.

Os serviços prestados pelos jesuítas à Igreja de Roma e às Coroas ibéricas transformaram a Companhia em uma potência econômica. Como de início ela foi beneficiada por doações e alguma esmola real, os jesuítas enriqueceram, metendo-se em todo tipo de negócio: emprestavam dinheiro, alugavam casas, controlavam o comércio das aldeias, arrendavam terras. Formaram, assim, um vasto patrimônio fundiário nas Américas. Nas propriedades da Companhia, destaca o historiador Ronaldo Vainfas, da UFF, “a escravidão africana era largamente utilizada. Não por acaso, os jesuítas de empenharam em justificar a legitimidade do “cativeiro dos etíopes”, como Alonso de Sandoval em Nova Granada e Vieira no Brasil. No entanto, sempre combateram os senhores leigos pelo excesso de castigos e negligência na doutrinação dos africanos. Na segunda metade do século XVIII, as Coroas ibéricas bateram de frente com os jesuítas, a começar pela portuguesa, no tempo do marquês de Pombal. Muitos alegam que o problema residiu na riqueza dos jesuítas, alvo da cobiça real.

Outros destacam a fidelidade deles ao Papa, um “soberano estrangeiro”, e não ao rei. Também há quem destaque o papel dos padres na Guerra Guaranítica (1753-1756), quando os índios aldeados enfrentaram tropas luso-espanholas desafiando o Tratado de Madri, que definia os limites das colônias espanholas e portuguesas. Talvez, para muitos historiadores, o mais importante tenha sido a hegemonia intelectual que os inicianos exerciam no mundo ibérico, o que contrariava o projeto de modernização do despotismo ilustrado, isto é, um conjunto de reformas adotadas pela Coroa, sob a inspiração de alguns ideais iluministas, na segunda metade do século XVIII.

O fato é que, por decreto de 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e das colônias, tendo todos os bens confiscados. Outras monarquias seguiram o exemplo luso, por convicção ou interesse. Os jesuítas tiveram que esperar até 1814 para ver sua Companhia restaurada. Ao longo de sua história, eles que já foram chamados de “usurpadores do santo nome de Jesus”, “padres intrigantes” e de “inimigos da fé”, agora vivem seu momento de glória, com a ascensão do Papa Francisco ao comando da igreja.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 29/03/2013 às 07:15

Data : 05/04/2013

Título : Academia Passo-fundense de Letras, 75 anos incentivando a cultura

Categoria: Artigos

Descrição: Neste domingo, 7 de abril, a Academia Passo-fundense de Letras estará comemorando os seus 75 anos de fundação.

por José Ernani de Almeida

Neste domingo, 7 de abril, a Academia Passo-fundense de Letras estará comemorando os seus 75 anos de fundação. Na verdade, sua história começou como Grêmio Passo-Fundense de Letras, iniciativa do pastor metodista Sante Uberto Babieri tendo como sede o salão da Prefeitura Municipal, onde hoje está o Museu Ruth Schendeir. Era o ano de 1938, período do chamado Estado Novo de Getúlio Vargas, que se estendeu até 1945, marcado pelo autoritarismo e a censura. No plano mundial os totalitarismo avançavam a passos largos: o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália.

O resultado foi a explosão da Segunda Grande Guerra em 1939. O Grêmio Passo-fundense também sofreu as agruras daquele período de exceção como registra a sua história: “em 30 de julho de 1943, o secretário do Grêmio Passo-fundense de Letras foi chamado à Delegacia de Ordem Política e Social, poucas horas depois de uma palestra de Érico Veríssimo, patrocinada pela instituição”. O registro atesta a atuação da estrutura de repressão que havia sido criado pela ditadura varguista como forma de impedir críticas ao regime vigente. Diante do quadro nacional e internacional o Grêmio de Letras suspendeu suas atividades no ano de 1945, só voltando a atuar em 1946. É importante salientar que o período de 1946 a 1960 pode ser identificado como o momento áureo do crescimento da indústria cultural no Brasil, no qual a presença direta do Estado como elaborador e fomentador de políticas culturais era bastante restrita. Assim, na década de 1950, no embalo dos chamados “anos dourados”, marcados pela bossa-nova e o cinema-novo, os “gremistas” passo-fundenses, influenciados pelo que estava ocorrendo no país, estiveram envolvidos em importantes projetos como estudos sobre os nomes das ruas de Passo Fundo, criação da Universidade local, da Escola de Belas Artes, do Instituto Histórico, inauguração da Biblioteca Ambulante e com colocação de estantes de livros nas estações rodoviárias de Coxilha, Sertão e Tapejara.

O início da década de 1960 carregava promessas de mudanças profundas, tanto na política como nos campos das linguagens artísticas e das práticas culturais. Por um lado, havia a cultura de massa com o rádio e a televisão invadindo os

lares e transformando hábitos cotidianos; o cinema hollywoodiano criando mitos e novas práticas de consumo; as revistas O Cruzeiro e Manchete criando uma nova estética editorial; e as fotonovelas alimentando sonhos com seus contos de amor. Entre nós, em 7 de abril de 1961 era instalada a Academia Passo-Fundense de Letras. Foi o ano marcado pela renúncia de Jânio Quadros, pela tentativa de impedir a posse de João Goulart e pela Campanha da Legalidade, que garantiu a ascensão de Jango ao poder. Em 1964 um golpe militar derrubaria Goulart e o país passaria a viver um longo período de ditadura. Na nossa academia os registros históricos demonstram a influência do regime militar, já que em seus anais figuram com frequência palestras e discursos proferidos pelos comandantes militares locais. Fica claro que a academia também foi obrigada a se adaptar aos novos tempos. Com o fim do regime militar na década de 1980, a preocupação dos acadêmicos passou a ser a reorganização do quadro social e a recuperação do prédio da Academia.

Na década de 1990 a academia promoveu inúmeros concursos literários, publicou anuários, livros, artigos, poesias, crônicas, contos e atividades culturais. Em 7 de abril de 2002, após oito anos, a Academia voltou ao seu antigo prédio e, em 2003, lançou a primeira edição da revista Água da Fonte, órgão oficial da APL. Ao longo de sua história a Academia congregou e foi dirigida por personalidades que marcaram a história de Passo Fundo, envolvendo historiadores, poetas, romancistas, cronistas, cientistas e jornalistas. Entrar numa Academia de Letras não torna ninguém melhor escritor, não transforma ninguém em gênio.

A Academia reúne pessoas que desejam superar suas próprias limitações, pessoas que querem construir, que querem fazer de nossa cidade um lugar melhor para se viver, que querem melhorar a educação e a cultura, que querem construir um lugar em que todos possam ter uma existência digna e justa, livres da barbárie do pensamento único que a cultura de massas quer impor. Pessoas que querem mostrar a beleza das artes, das delícias de ler um romance ou uma poesia. São pessoas apaixonadas pelo que fazem, e exatamente por serem apaixonadas é que levam a cabo obras verdadeiramente duradouras e fecundas. Parabéns ao presidente Osvandré Lech e a todos os integrantes da Academia pelos seus 75 anos de atividades.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 05/04/2013 às 07:15

Data : 12/04/2013

Título : A morte do presidente João Goulart

Categoria: Artigos

Descrição: João Goulart morreu em 1976, na cidade argentina de Mercedes, onde também viveu durante o exílio. Ainda hoje, passados 37 anos, pairam dúvidas sobre as causas da sua morte.

por José Ernani de Almeida

João Goulart morreu em 1976, na cidade argentina de Mercedes, onde também viveu durante o exílio. Ainda hoje, passados 37 anos, pairam dúvidas sobre as causas da sua morte. A Comissão Nacional da Verdade, recebeu dias atrás um pedido formal da família do presidente para esclarecer o que realmente aconteceu. A família acredita que foi assassinado pela ditadura militar. A certidão de óbito, assinado por um pediatra, diz que o presidente foi vítima de um ataque cardíaco. A família e amigos, entretanto, suspeitam das circunstâncias da morte de Jango, pelo fato de que o presidente estava se organizando para voltar ao Brasil com o intuito de atuar contra o regime militar. Na época, segundo o historiador Jorge Ferreira, no livro João Goulart, uma biografia, “acreditando que a “distensão” de Geisel se aprofundava, Goulart passou a examinar a situação em cada estado, visando à reorganização do PTB para quando voltasse, contando, para isso, com políticos locais.No entanto, sem maiores articulações, não convocava ninguém à sua fazenda, apenas recebia aqueles que o procuravam (...)naquele momento – fins de 1976 – Goulart estava indeciso sobre o que fazer de sua vida. A ideia de voltar ao Brasil não o abandonava”.

Jango chegou mesmo a solicitar a um amigo que transmitisse a uma pessoa de sua confiança em Buenos Aires, Almino Afonso que havia sido ministro da Justiça em seu governo, a decisão de regressar ao Brasil.O ex-ministro da Justiça de Jango foi favorável à ideia, mas concordava que ele deveria primeiro encontrar-se com o Papa Paulo VI e com o senador Edward Kennedy. A seguir, de Nova York, com amplo conhecimento público, pegaria um avião e desembarcaria no Rio de Janeiro. As coisas pareciam seguir um caminho positivo para Jango em 1976.}

Com o processo de abertura anunciado pelo general Ernesto Geisel, o consulado brasileiro em Montevideu deu-lhe finalmente o tão sonhado passaporte, em junho daquele ano, embora com uma série de ressalvas contraditórias e obscuras. O documento era válido para a França, unicamente, também para a Inglaterra, Irlanda do Norte e Estados Unidos da América.No livro Jorge Ferreira revela também que, “no fim de novembro de 1976, um coronel do Exército vinculado ao SNI procurou um amigo de Jango, em Porto Alegre, apresentava-se como emissário do general-presidente Geisel, propondo que Jango retornasse ao Brasil em 25 de dezembro, desembarcando em Brasília. Jango teria todas as garantias, desde que se limitasse a viver em São Borja.Diante da proposta, Goulart não demonstrou entusiasmo”. Na verdade, ao que tudo indica, tratava-se de um plano da ditadura para prendê-lo. As oposições da época viam no retorno de Jango um fato político da maior importância.

Afinal ele era popular e bom de voto. Era um fazendeiro rico com grande sensibilidade social. Um homem que havia tentado promover reformas básicas para que o Brasil se tornasse mais justo e encontrasse o seu futuro. Também foi

o responsável por ter evitado o derramamento de sangue de milhares de brasileiros em duas ocasiões, em 1961 e em 1964, quando o país esteve à beira da guerra civil, crimes que o condenaram ao exílio. A determinação de voltar ao Brasil em 1976 era evidente. Entretanto, o problema estava nas próprias contradições do regime militar. Ao que tudo indica, mesmo que Geisel estivesse disposto a garantir seu retorno, o ministro do Exército, general Sylvio Frota, havia confidenciado a segmentos da oposição que a volta de Jango ao Brasil era impossível. Se retornasse, seria processado e preso.

A verdade é que Jango não conseguiu retornar ao seu país vivo. Foi o único dos nossos presidentes a morrer no exílio. Para a família, Jango foi vítima de envenenamento, como parte da Operação Condor, ação coordenada entre os regimes militares de países sul-americanos contra seus opositores, com o aval dos Estados Unidos. A Comissão Nacional da Verdade recebeu o pedido no sentido de que seja feita uma autópsia, o que não foi permitido na ocasião da morte de João Goulart. Também a coleta de testemunhos e documentos, além de consultas oficiais a autoridades dos Estados Unidos, do Paraguai, Chile, Uruguai e Argentina, estão sendo feitas, visando esclarecer a verdadeira causa da morte de João Goulart. Este mistério que persiste desde 1976, talvez, esteja às vésperas de ser finalmente elucidado.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 12/04/2013 às 07:19

Data : 19/04/2013

Título : Os 90 anos da Revolução de 1923 (Part I)

Categoria: Artigos

Descrição: Revolução. A palavra tão conhecida e tão cara aos gaúchos, voltou, enfim, a ser pronunciada em 1923.

por José Ernani de Almeida

Revolução. A palavra tão conhecida e tão cara aos gaúchos, voltou, enfim, a ser pronunciada em 1923. Como em 1835 e em 1893, os gaúchos pegavam em armas. Em setembro de 1922, Borges de Medeiros iniciou uma consulta aos municípios do Rio Grande do Sul para saber se seus correligionários apoiariam, pela quinta vez, sua reeleição à presidência do Estado. O nosso estado era o único no país onde a Constituição garantia a reeleição do Presidente – assim era

chamado o governador – toda a vez que obtivesse $\frac{3}{4}$ dos votos. Este polêmico dispositivo fora um dos motivos determinantes da sangrenta Revolução Federalista de 1893. A resposta à consulta de Borges foi positiva: apenas o general Antônio Neto e Armando Ferreira, genro do falecido Júlio de Castilhos, lhe negaram seu apoio. A proporção que a data da eleição se aproximava, os adversários se eriçavam: “ Não é um pleito que se aproxima é uma revolução que começa; não é um escrutínio entre dois nomes, é um duelo entre a ditadura e a liberdade”, bradou em plenário, o deputado federalista Artur Caetano”, segundo registrou o jornal Correio do Povo.

É importante destacar que, na época, o Rio Grande do Sul, vivia um verdadeiro colapso econômico, reflexo da crise mundial do pós-guerra e dos empréstimos tomados pelo governo estadual, que provocaram uma atmosfera de insatisfação coletiva. Estudantes, operários, comerciantes, empresários, produtores rurais, todos clamavam por mudanças urgentes. Os ruralistas, sem crédito, alarmados pela concorrência do gado platino, viam-se às voltas também com um surto de febre aftosa que dizimava seus rebanhos já maltratados por um inverno rigoroso, seguido de longo período de seca e de uma praga de gafanhotos. Os criadores rurais, reunidos em uma comissão de emergência, passaram a exigir de Borges de Medeiros uma medida de “salvação pública”, que consistiria na concessão de um crédito especial à categoria. O dinheiro, propuseram, podia vir de uma fatia dos gordos empréstimos internacionais destinados originalmente às obras de infraestrutura. Borges recusou, o que selou a ruptura definitiva com o governo, evocando o princípio positivista de que o Estado jamais deveria intervir na economia, a não ser em casos relacionados aos serviços públicos. Amparar os pecuaristas, no seu entender, significaria patrocinar um privilégio de classe.

Diante da recusa, a oposição começou a se articular: antigos federalistas, que iam desde os partidários do liberalismo de Silveira Martins, até os conservadores monarquistas, somando-se aos republicanos dissidentes. Quando faltavam menos de dois meses para a data marcada da eleição, o embaixador Joaquim Francisco de Assis Brasil, depois de calculada relutância inicial, aceitou disputar o governo rio-grandense. “Vamos à ação. Contai comigo”, respondeu Assis Brasil aos estudantes que haviam escrito um manifesto, em forma de apelo, para que concordasse em ser o candidato de consenso das oposições. “ Quando pego a rabiça do arado, vou até o fim do rego”, prometeu, segundo narra Glauco Carneiro, em Lusardo, o último caudilho. Assim, fica claro que razões econômicas e sociais, muito mais que as políticas, foram os fatores determinantes da Revolução de 1923. O Brasil vivia um novo momento e suas estruturas sociais eram arcaicas. O operariado estava ganhando consciência de classe, influenciado pelo anarquismo.

A mecanização na lavoura promovia uma migração do campo para a cidade. Os centros urbanos não ofereciam casas nem escolas para a grande massa que passou a ocupar a periferia das cidades, e o analfabetismo, atingia 64% da população gaúcha da época. Mesmo com este quadro dramático a reação dos governistas, entre eles João Neves da Fontoura, foi de desdém. “Estávamos convencidos de que iríamos pôr o adversário em nocaute, no primeiro round, ”escreveria ele em suas memórias. “ Ou como se dizia na gíria de carreiras, o cavalo contrário não daria para a saída”, comparou. Não foi, porém, o que se verificou durante a campanha. A candidatura de Assis Brasil, teve por toda a parte uma grande acolhida. No próximo artigo vamos abordar a eleição e seus

desdobramentos, que acabaram levando á eclosão de uma nova guerra civil entre os rio-grandenses.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 19/04/2013 às 09:54

Data : 26/04/2013

Título : Os 90 anos da revolução de 1923 (Part II)

Categoria: Artigos

Descrição: As eleições de 25 de novembro de 1922 transcorreram calmamente. Com o resultado eleitoral, no entanto, começaram os incidentes.

por José Ernani de Almeida

As eleições de 25 de novembro de 1922 transcorreram calmamente. Com o resultado eleitoral, no entanto, começaram os incidentes. Em dezembro, o governo e a oposição publicaram resultados eleitorais diferentes. O jornal A Federação afirmou que Borges de Medeiros obtivera 109.620 votos e Assis Brasil, 35.216. Já a oposição garantiu que o primeiro conquistara 107.738 votos e o segundo, 37.982. De acordo com o art.9 da Constituição estadual, a reeleição só poderia ocorrer se o candidato conseguisse mais de $\frac{3}{4}$ dos votos. Em torno da existência ou não desses $\frac{3}{4}$ se deu a discussão entre as duas facções políticas. Utilizando o mesmo argumento que a Reação Republicana e o próprio Borges de Medeiros levantaram contra a posse de Arthur Bernardes, que havia vencido a eleição para a presidência, na disputa com Nilo Peçanha, em 1922, Assis Brasil sugeriu a formação de um “tribunal de honra”, para apurar o resultado eleitoral. Os partidários de Assis Brasil, antes de pegar em armas, haviam tentado a solução legal.

O próprio Borges de Medeiros nomeou uma comissão para apurar a fraude eleitoral, que contava apenas com correligionários, quanto aos da oposição, simplesmente não foram incluídos. No plenário da Assembléia, contestaram o parecer da Comissão de Constituição e Poderes que, presidida por Getúlio Vargas, recontou os votos e proclamou a vitória dos republicanos. O documento foi exaustivamente discutido durante duas semanas. Quando o texto afinal conseguiu ser aprovado, com a abstenção sob protesto dos oposicionistas, já se estava nas primeiras horas da madrugada do dia 25 de janeiro. A posse de Borges de Medeiros estava marcada para a tarde, às catorze horas. O jornalista

Lira Neto, no livro Getúlio, dos anos de formação à conquista do poder, revela que o deputado oposicionista Alves Valença, falando sobre a apuração, disse: “Esse processo, que está sendo apontado por Sua Excelência o presidente do estado como um modelo de rigor e insuspeição está se assemelhando à orgia do governo nas urnas”, ao que Vargas repeliu, “ nós, membros da comissão, não iríamos enxovalhar o nosso nome fraudando o resultado da eleição”. O texto final do parecer, assinado por Getúlio Vargas, Ariosto Pinto e José de Vasconcelos Pinto, reconheceu que a eleição fora marcada por fraudes, coação de eleitores, falsificação de listas e adulteração das atas eleitorais. Mas atribuiu tudo isso não ao governo, mas à própria oposição.

”Havia títulos falsos, títulos nulos, títulos verdadeiros apresentados por falsos eleitores e eleitores verdadeiros que votavam em duplicata na mesma ou em diversas mesas e até em municípios diferentes”, revelou o parecer. Historiadores contam que houvera casos de defuntos que, não se sabe como, levantaram de suas tumbas e compareceram às urnas para votar. Segundas vias de títulos eleitorais, expedidas a rodo, foram utilizadas por terceiros. No seu parecer Vargas alegou que a comissão havia expurgado todos os votos suspeitos, a maioria concedidos à oposição, o que na prática ampliava ainda mais a vitória de Borges. Assis Brasil procurou o apoio do presidente da República que se esquivou, afirmando que “não me é dado ceder (...) porque, como presidente da República, a Constituição me confere atribuições que me impõe deveres, cujo exercício pode colidir com aquela elevada incumbência”. Sem arbitragem, Borges de Medeiros tomou posse no dia 25 de janeiro de 1923.

Todos sabiam que a revolução estava mesmo prestes a estourar. Todos, menos Borges. “Revolução? Com quê?”, teria indagado Borges a João Neves da Fontoura, quando este lhe advertiu que era melhor preparar a reação, pois a insurreição se tornara inevitável. À tarde, enquanto Borges de Medeiros tomava posse, suando dentro da casaca preta naquele dia de calor infernal, típico do verão porto-alegrense, os rebeldes já haviam lançado o grito de guerra no interior do estado. Sabedores disso, tão logo terminou a cerimônia, os deputados tiraram a roupa de gala, vestiram suas bombachas e correram em massa para os municípios de origem, a fim de sondar a situação local. Aqui em Passo Fundo, a mobilização foi imediata. Em Palmeira, se daria o combate inaugural e se derramaria sangue pela primeira vez no confronto. Na próxima semana vamos falar do desenrolar da Revolução Libertadora na qual os coronéis armaram seus peões para lutar contra o governo.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 26/04/2013 às 01:06

Data : 03/05/2013

Título : Os 90 anos da Revolução de 1923 (Final)

Categoria: Artigos

Descrição: No momento em que Borges de Medeiros assumiu o cargo em Porto Alegre, pela quinta vez consecutiva, em janeiro de 1923, os opositores iniciaram o movimento armado...

por José Ernani de Almeida

No momento em que Borges de Medeiros assumiu o cargo em Porto Alegre, pela quinta vez consecutiva, em janeiro de 1923, os opositores iniciaram o movimento armado, que teve início na serra, liderado pelo deputado Artur Caetano. Logo foi seguido pelos caudilhos Felipe Portinho, Leonel Rocha, Zeca Neto e Honório de Lemes. Despreparado para enfrentar a revolução, o governo mobilizou os contingentes da Brigada Militar e procurou formar os “Corpos Provisórios”, que foram chefiados por Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Paim Filho e Firmino de Paula, entre outros. As forças legalistas, segundo relatos da época, não abraçaram a causa com muito entusiasmo. Afinal, era grande a simpatia do povo para com os rebeldes. Certa vez, segundo uma piada corrente na época, o coronel Francelísio Meireles, chefe legalista de Encruzilhada, tentou organizar um “Corpo Provisório”. Reuniu os oficiais e sargentos e lhes deu ordem de arremataram a tropa. Uma noite depois, chegou um dos argonautas e disse: “Coronel, os voluntários estão aí fora”. “Mande-os para o pátio da Prefeitura, que amanhã providenciaremos o engajamento”. E o sargento perguntou: “Desamarro os homens ou os deixo mesmo amarrados?”.

Diante do pouco empenho das tropas gaúchas, Borges de Medeiros contratou o caudilho uruguaio Nepomuceno Saraiva e quinhentos mercenários. A participação dos “orientais” como legalistas aumentou o ódio da oposição, que denunciou nacionalmente: “A pata do cavalo castelhano viola o solo riograndense”. A animosidade contra os uruguaios chegou a tal ponto que, quando um soldado de Nepomuceno era preso, os revolucionários o obrigavam a falar a palavra “pausito”. Se o soldado saísse gutural, com a pronúncia castelhana, o prisioneiro era degolado. Assim de janeiro a julho, os rebeldes fizeram uma grande ofensiva. Cidades do interior, como Piratini, Canguçu, Camará, Alegrete, Pelotas e Passo Fundo caíram nas mãos dos libertadores. Aqui em Passo Fundo Borges tinha grandes aliados.

Entre eles, Nicolau de Araújo Vergueiro e Armando de Araújo Annes. O primeiro foi chefe político e intendente de Passo Fundo no período em questão. Seu grande prestígio pode ser confirmado nas páginas de O Nacional da época. O jornal, em várias edições, noticia a atuação do político. Numa delas, encontramos a notícia da visita do presidente eleito Washington Luís (1926) a Passo Fundo, como agradecimento pelo apoio recebido de Nicolau Vergueiro na região. Aqui as vitórias do PRR sempre foram esmagadoras. Aliás, o norte gaúcho foi a região responsável pela manutenção do poder do Partido Republicano Riograndense no Estado. O governo federal, embora oficialmente

tenha tomado uma posição de neutralidade, às escondidas repassou armamentos e munições aos legalistas.

Os historiadores são unânimes em afirmar que a revolução de 1923 não repetiu o barbarismo que houve na de 1893. Havia um pacto de respeito e as famílias eram poupadas quando os maragatos tomavam uma cidade. Ao tomarem uma cidade, empossavam um novo intendente, queimavam todos os documentos e tiravam da parede o retrato de Borges de Medeiros. Prefeituras de vários municípios do estado ficaram sem nenhum registro anterior a 1923. Em outubro de 1923, aproveitando-se da situação favorável aos revolucionários, o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, viajou a Porto Alegre, a fim de conseguir que as partes beligerantes fizessem um acordo de paz.

O que acabou acontecendo no dia 14 de dezembro de 1923, quando na fazenda de Pedras Altas, residência de Assis Brasil, chefe dos libertadores, foi assinado um tratado que reformou o artigo 9 da Constituição Estadual, proibindo a reeleição do presidente para o período seguinte. Assim, mesmo sem vencer militarmente, os libertadores conseguiram impor todas as suas exigências, exceto a demissão imediata de Borges de Medeiros. Nem todos os revolucionários ficaram satisfeitos com a barganha. Sabia-se que Zeca Neto, líder revolucionário no sul do estado, deixara crescer a barba e as unhas, e assim como ele outros rebeldes haviam feito o mesmo juramento de não mais se barbear enquanto Borges não renunciasse ao governo. Com o pacto, tiveram de rever a promessa. As especulações sobre quem seria o próximo presidente do estado começaram em seguida. Getúlio Vargas logo se destacou no topo da lista dos aspirantes ao cargo, o que acabou se confirmando.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 03/05/2013 às 07:15

Data : 10/05/2013

Título : A questão indígena

Categoria: Artigos

Descrição: Dias atrás ouvindo uma entrevista em uma de nossas emissoras de rádio, cujo tema era a situação das terras indígenas na região...

por José Ernani de Almeida

Dias atrás ouvindo uma entrevista em uma de nossas emissoras de rádio, cujo tema era a situação das terras indígenas na região, fiquei assustado com as colocações do entrevistado, que apontou os índios como verdadeiros entraves ao progresso e ao desenvolvimento da região. Aliás, é uma visão que vem se mantendo há muito tempo. Eles são vistos como empecilhos ao desenvolvimento nacional. Fui dormir temendo pelo crescimento do país, pela necessidade da criação de novas hidrelétricas, pela construção e pelo asfaltamento de estradas que atravessam as terras indígenas, por projetos de mineração e pela expansão do agronegócio que os índios, com esta mania de atrapalhar o desenvolvimento, acabam prejudicando o crescimento do PIB. No mesmo sonho, entretanto, lembrei-me de Darcy Ribeiro, que alertava que os índios eram atingidos por algumas frentes de expansão e colonização do território: a extrativista, a agrícola e a pecuária. Que entre projetos de mineração, fazendas de gado, hidrelétricas e grandes plantações de monocultura, o Brasil sacrifica sua diversidade ecológica, biológica, social e cultural, e, que os índios, via de regra, são apresentados como os bandidos desta história.

Ao acordar busquei elementos para escrever alguma coisa sobre a questão. Encontrei um farto material na edição 91 da Revista de História da Biblioteca Nacional. No artigo assinado pela antropóloga Clarice Cohn, da Universidade de São Carlos, ela trata sobre qual deve ser o status dos primeiros habitantes das terras brasileiras. Seria o de cidadão de segunda classe, condição semelhante à os órfãos no século 19, onde ambos necessitam de um responsável perante a lei. O Estado tutor decide pelos índios e, sob pretexto de cuidar deles, os mantém sob controle. Aquele, explica a antropóloga, era o tempo em que se começava a pôr em prática a ideia de territórios indígenas, nos quais poderiam dar continuidade a seus modos de vida sob a proteção (ou o controle) do Estado. Era este também responsável por definir quem é índio ou não. A Constituição de 1988 mudou tudo. Reconhece o direito dos índios às suas terras e à cidadania plena. Esse avanço jurídico só pôde ocorrer por conta da mobilização indígena e de sua atuação junto a aliados na Assembleia Constituinte. A professora assevera que “o direito a terra, reconhecido como originário, evita um antigo dilema dos índios: tendo sido muitos deles obrigados pela colonização, a se embrenharem cada vez mais para o interior, nem sempre era fácil comprovar sua ocupação histórica e tradicional.

Agora se deixa de procurar vestígios da ocupação milenar para se estudar seu território atual, designando-lhes uma porção suficiente para sua sobrevivência física e cultura, o que é da maior importância, e precisa ser respeitado. “Os críticos alardeiam que há muita terra para pouco índio. Outros dizem eles estão tomando conta do território brasileiro. A primeira acusação, segundo a antropóloga, não merece crédito, em um país de latifundiários. Quanto a segunda, é importante destacar, algo que é muitas vezes omitido: os territórios indígenas demarcados pelo Estado brasileiro são terras alienáveis da União, cedidas aos índios em regime de usufruto, ou seja, eles não têm a posse das terras; ganham o direito de nelas residir e fazer uso das riquezas do solo e das águas para viver. É preciso lembrar que incorporados aos sistemas nacionais de educação escolar e saúde, os índios passaram a compartilhar direitos universais de todos os cidadãos. Os índios, portanto, são brasileiros, já estavam aqui antes de todos nós e vão ficar.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 10/05/2013 às 07:45

Data : 17/05/2013

Título : Achados e perdidos

Categoria: Artigos

Descrição: No ano de 1979, Luiz Gonzaga Jr., compôs e gravou uma de suas mais contundentes canções, Achados e Perdidos, em cuja letra ele diz:

por José Ernani de Almeida

No ano de 1979, Luiz Gonzaga Jr., compôs e gravou uma de suas mais contundentes canções, Achados e Perdidos, em cuja letra ele diz: “Quem me dirá onde está/aquele moço fulano de tal/(filho,marido,irmão,namorado que não voltou mais)/insiste o anúncio nas folhas de nossos jornais/achados perdidos morridos saudades demais/mas eu pergunto e a resposta é que ninguém sabe/ ninguém nunca viu/só sei que não sei quão sumido ele foi/sei é que ele sumiu/ e quem souber algo acerca do seu paradeiro/ beco das liberdades/estreita e esquecida/uma pequena marginal/dessa imensa avenida Brasil”.Hoje, passados 34 anos da gravação da canção, os Achados e Perdidos, começam a ser revelados pela Comissão Nacional da Verdade que vai, lentamente, cumprindo sua missão de trazer à tona aquele período negro da nossa história. O trabalho da Comissão – que está completando um ano – é um sinal inequívoco da maturidade da própria República. Não se trata de revanchismo ou desejo de vingança. Conhecer a História não tem este objetivo.

Soterrar a História é negar as novas gerações uma base indispensável para a formatação do caráter republicano e constitucional de um presente e futuro que não se afirmam sem passado.Da leitura dos jornais das últimas semanas pincei alguns dos perdidos que foram achados pela Comissão Nacional da Verdade.O coronel reformado Brilhante Ustra, acusado de torturas e mortes durante a ditadura militar afirmou que, “lutamos contra o terrorismo. Eles atacaram os quartéis,roubaram armas,incendiavam radiopatrulhas e explodiram dezenas de bombas”.Segundo ele, “quem deveria responder pelos atos é o Exército Brasileiro, já que nunca foi assassino”. Já o ex-servidor do DOI-Codi de São Paulo e ex-sargento Marival Chaves assegurou que Ustra, então capitão, comandava as torturas e repressão, e, era um verdadeiro ‘senhor da vida e da morte’, escolhia quem iria viver ou morrer”.Outro caso emblemático foi o quase etnocídio dos índios waimiri atroari, que habitavam terras próximas a Manaus.

Apenas quatro anos após o governo militar tomar o poder, foi anunciada a construção da BR-174, rodovia que liga a capital do Amazonas a Boa Vista, em Roraima, e que cortava ao meio o território desse povo.

Depois de tentativas de aproximação com os indígenas e a morte de expedicionários, o DNER entregou às Forças Armadas a realização das obras. Houve, então, enfrentamento do exército com os índios e logicamente os waimiri atroari saíram perdendo. Várias aldeias desapareceram e a população estimada em 1.500 pessoas em 1971 foi reduzida a 374 (!) em 1976. A Comissão Nacional da Verdade recebeu um relatório que denuncia os abusos cometidos contra os índios. A Guerrilha do Araguaia também começa a ser revelada. É preciso destacar que a resistência do Araguaia ganhou uma grande dimensão, uma vez que foi uma luta que durou quase 3 anos – foi a jornada de resistência de maior duração na época da ditadura militar, organizada pelo PC do B, e contribuiu efetivamente para debilitar o regime militar e fortalecer o ânimo da oposição democrática, com o apoio da população local.

A guerrilha defendia a liberdade ,os direitos do povo – e, no caso concreto, direitos do povo do interior. Agora, um relatório militar indica que as Forças Armadas podem ter usado Napalm – mistura de gasolina com resina – com mais frequência no embate psicológico contra os guerrilheiros do Araguaia, no começo da campanha, possivelmente em 1972. Um estudo divulgado pela Comissão Nacional da Verdade, destaca que a bomba que marcou a ação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, naqueles anos, teria sido utilizada também em três áreas do sul do Pará. Outro achado importante é sobre o atentado do Riocentro de 1981. Para a Comissão Nacional da Verdade, o atentado, foi arquitetado por militares que objetivavam incriminar grupos de oposição.

A conclusão foi divulgada após análise dos documentos que estavam com o coronel reformado do Exército Júlio Molina Dias, assassinado em Porto Alegre no ano passado. A operação levou os militares ao centro de convenções Riocentro quando 20 mil pessoas se reuniam para um show musical do Dia do Trabalho. A ação frustrada terminou com a explosão de duas bombas, sendo que uma detonou dentro do carro em que estavam dois militares. O acervo de Molinas descreve como o Exército tentou ocultar a trama. O atentado foi concebido para ser apresentado como ato terrorista insano a ser atribuído aos opositores do Estado Ditatorial Militar. Na verdade, uma grande farsa. Assim, os achados e perdidos começam a reescrever nossa história. A Comissão Nacional da Verdade vai deixar uma densidade democrática legitimadora para as novas gerações.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 17/05/2013 às 07:34

Data : 24/05/2013

Título : O que o dinheiro não compra

Categoria: Artigos

Descrição: O Iluminismo foi em geral favorável ao homem de negócios independente, o empresário. E não houve ninguém mais a favor do que Adam Smith...

por José Ernani de Almeida

O Iluminismo foi em geral favorável ao homem de negócios independente, o empresário. E não houve ninguém mais a favor do que Adam Smith, cujo livro Riqueza das Nações chegou a ser uma espécie de bíblia para os que consideravam a atividade capitalista como totalmente meritória, não devendo sofrer restrições de qualquer regulamentação. Entretanto, nem Adam Smith imaginaria a que ponto chegaria a liberdade de mercado no século 21. No livro O que o dinheiro não compra, o filósofo americano Michael Sandel, demonstra que hoje o dinheiro compra quase tudo nos Estados Unidos e no mundo, em função da globalização do capitalismo. A mercantilização chegou a tal ponto que está corrompendo a moral e os relacionamentos entre as pessoas. Tudo, hoje, tem seu preço. Este pode ser explícito, como no caso dos carros, das torradeiras e da carne de gado.

Ou será implícito, como no caso do sexo, do casamento, dos filhos, da educação das atividades criminosas, da discriminação racial, da participação política, da proteção ambiental e até da vida humana. Enfim, a lei da oferta e da procura reina soberana sobre todas essas coisas. Sandel traz exemplos concretos para provar a sua tese. Na Califórnia, os infratores não violentos podem pagar por acomodações melhores – uma cela limpa e tranqüila na prisão, longe das celas dos prisioneiros não pagantes. Para tentar diminuir o congestionamento do trânsito, Minneapolis e outras cidades estão permitindo que motoristas desacompanhados usem as pistas reservadas ao transporte solidário, a taxas que variam de acordo com a intensidade do tráfico. Na Índia, casais ocidentais, em busca de uma mãe de aluguel recorrem cada vez mais à terceirização, onde a prática é legal e o preço corresponde a menos de um terço das taxas em vigor nos Estados Unidos. Embora o preço não seja divulgado, funcionários de certas universidades de primeira linha disseram ao Wall Street Journal que aceitam alunos não propriamente brilhantes cujos pais sejam ricos e suscetíveis de fazer doações financeiras substanciais. Alugar espaço na testa (ou em outra parte do corpo) para publicidade comercial. Perder seis quilos em quatro meses, no caso de um obeso.

Empresas seguradoras oferecem incentivos financeiros à perda de peso e outros tipos de comportamento saudável, o prêmio é de US\$ 378. Comprar a apólice de seguro de uma pessoa idosa ou doente, pagar os prêmios anuais enquanto ela está viva e receber a indenização quando morrer: potencialmente, milhões de dólares (dependendo da apólice). Esse tipo de aposta na vida de estranhos transformou-se numa indústria de US\$ 30 bilhões. Quando mais cedo o estranho

morrer, mais o investidor ganhará (!). Médicos, denominados de “butique”, oferecem acesso ao seu telefone celular e consultas para o mesmo dia a pacientes dispostos a pagar taxas anuais que variam de US\$ 1.500 a US\$ 2.500. Portanto, os valores de mercado desempenham um papel cada vez maior na vida social. Tudo está submetido às leis do mercado. Outro exemplo da ação do mercado é no sistema escolar. Sandel conta que em várias partes dos Estados Unidos, escolas passaram a tentar melhorar o desempenho acadêmico com a remuneração das crianças para estimulá-las a tirar boas notas ou obter boa pontuação em testes de avaliação. A ideia, segundo ele, de que os incentivos em dinheiro podem resolver os problemas de nossas escolas surge como um pano de fundo do movimento pela reforma educacional.

Cada vez mais, os incentivos financeiros são considerados um elemento-chave do melhor desempenho educacional, especialmente no caso de alunos de escolas em centros urbanos com resultados medíocres. A revista Time, segundo o livro de Sandel, realizou uma reportagem de capa, perguntando: “Cabe às escolas subornar as crianças?”. Para os defensores da idéia, o suborno é justificável desde que aumente o aprendizado. E o limite moral, onde fica? Na verdade, nesta sociedade de mercado, as diferenças tendem a se tornar maiores. Tudo é marquetizado, tudo é passível de ser comercializado. Em meados do século 18, os teóricos esclarecidos de toda a Europa haviam decidido que o interesse pessoal era a base de todas as ações humanas e que o governo deveria, sob todos os aspectos, ajudar as pessoas a expressar seus interesses e, com isso, a encontrar a verdadeira felicidade. Está na hora de o Estado promover o encontro e a convivência de pessoas de posições sociais diferentes, e, assim, incentivar o respeito às diferenças e cuidar do bem comum. Existem bens cívicos e morais que jamais poderão ser comprados. O mercado ironiza o Estado colocando por toda a parte os impostômetros, mas, segundo o professor da PUC-SP, Ladislau Dowbor, autor de mais de 40 livros, não vemos em nenhum lugar um lucômetro.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 24/05/2013 às 07:20

Data : 06/06/2013

Título : O panfleto de Lobão

Categoria: Artigos

Descrição: Definitivamente, estamos no tempo de valorização do lixo colocado como se fosse cultura. Ninguém mais vê mal algum em que a cultura possa ser associada a algo como lixo ou que haja lixo como cultura.

por José Ernani de Almeida

Definitivamente, estamos no tempo de valorização do lixo colocado como se fosse cultura. Ninguém mais vê mal algum em que a cultura possa ser associada a algo como lixo ou que haja lixo como cultura. Para a doutora em filosofia Marcia Tiburi, da Universidade Mackenzie, “é certo que toda cultura de massa vive da alimentação que eruditos e populares fornecessem às massas, verdade que a construção da ideologia que alimenta as massas vem de cima pra baixo e, por isso, se falar que cidadãos comuns chafurdam na lama da cultura não é nada de mais, muito menos dizer que se lambuzam na cultura de massas. Assim, que lixo seja cultura é normal e aceitável. Em vez de recriar temos que reciclar. Toda cultura torna-se pastiche”. Estou utilizando a explicação acima para falar sobre o livro (?) “Manifesto do Nada na Terra do Nunca”, que o ex-músico Lobão está lançando. Aliás, músico, na verdade, Lobão nunca o foi.

Sua contribuição para a cultura musical nacional foi um verdadeiro nada. Hoje, entretanto, como a indústria cultural substitui a totalidade daquilo que antigamente chamávamos de arte, escrotos como Lobão e outros subprodutos culturais se atrevem a lançar verdadeiros compêndios de baboseiras e ataques gratuitos a políticos e figuras do meio artístico nacional. Lobão chama Luiz Gonzaga Jr. e Edú Lobo de figuras insuportáveis da MPB. Se ele tivesse feito metade de uma canção com a qualidade das que Gonzaguinha deixou, ou, uma, entre as dezenas já compostas por Edú, poderia se dizer um músico realizado. Roberto Carlos é chamado no panfleto de Múmia Deprimida. Apenas esquece que a “múmia deprimida” é responsável por algumas das mais belas músicas do cancionário popular brasileiro em todos os tempos. E ele, Lobão, o que compôs? Você lembra de alguma composição de Lobão? Talvez uivos de frustração e de raiva diante do nada de sua obra. Lobão também ataca de crítico literário.

A Semana de Arte Moderna de 1922 não foi poupada pela extraordinária capacidade intelectual do Lobão-nada. Descobriu que a Semana foi de caráter nacionalista. Só ele não sabia! Vou levar o livro para a minha colega Nara, doutora em Literatura e professora do pré-vestibular MediSchool para comentar com nossos alunos. Momentos de humor muitas vezes são necessários para aliviar a tensão nos dias que antecedem as provas. Ao destilar seu ódio contra a intelectualidade nacional, Lobão chama o Brasil de “pocilga”, sem perceber que sua “obra” sim, é a mais perfeita tradução do termo. Lobão é pretensioso, ao afirmar que seu livro é honesto, forte e bem escrito. Ele deveria se debruçar sobre “Verdade Tropical” de Caetano Veloso. Aprenderia muito sobre a cultura musical nacional e sobre o que é um livro honesto, forte e bem escrito.

A bem da verdade, Lobão assume a honestidade em dois capítulos: “ O reacionário” e “Confesso a vocês: eu sou uma besta quadrada”. A Lobão, como a muitos artistas nacionais, falta a capacidade de exprimir a experiência cotidiana mais simples com a profundidade dos sinceros. Gilberto Gil, Roberto Carlos, Tom Jobim, Chico Buarque, Caetano, Villa-Lobos, os sertanejos da velha geração estão neste panteão. Nomes como estes são alguns dos alvos do rancor do Lobão-nada. O panfleto também traz clichês manjados contra a esquerda e contra o comunismo. No capítulo “Vamos assassinar a presidenta da

República?”, Dilma é acusada de torturadora. Sobre o regime militar (1964-1985) ele afirma que a ditadura não foi nada de mais.

O autor deve ser leitor assíduo da revista Veja que, aliás, já colocou o seu livro na lista dos 10 mais vendidos. Nada de se estranhar, depois que a citada revista, na edição de 22 de maio, publicou um artigo, atribuindo ao comunismo, o início da prática do canibalismo em terras do continente americano! O maior argumento de Lobão é a chulice contra artistas consagrados, que, em conjunto, deram uma contribuição maiúscula para a cultura nacional. Certamente seus argumentos encontrarão eco entre os reacionários de plantão que confundem clichês com visão crítica.

Do Jornal

O Nacional

Quinta-Feira, 06/06/2013 às 23:50

Data : 14/06/2013

Título : O ano da Alemanha no Brasil

Categoria: Artigos

Descrição: Começou no mês de maio o ano da Alemanha no Brasil, que se estenderá até maio de 2014. Neste período, os laços entre Brasil e Alemanha serão estreitados.

por José Ernani de Almeida

Começou no mês de maio o ano da Alemanha no Brasil, que se estenderá até maio de 2014. Neste período, os laços entre Brasil e Alemanha serão estreitados. Aliás, nossa história se confunde com a presença alemã. Vindos para cá inicialmente como soldados e colonos, extremamente empobrecidos os alemães venceram grandes dificuldades e marcaram de maneira muito significativa a história do Brasil. Com muito trabalho, eles se firmaram entre nós e sua tradição está presente nos mais diversos aspectos da vida brasileira. A vinda dos alemães para o Brasil está vinculada às condições sócio-econômicas reinantes na Alemanha no início do século 19.

Na época não só a Alemanha, mas toda a Europa respirava aliviada com o fim do flagelo napoleônico. A situação da Alemanha, tanto nas cidades como no campo, era péssima. No campo reinava o minifúndio e sucessivas divisões hereditárias haviam tornado as propriedades em frações de terras muito reduzidas. Pela contínua exploração as terras tornaram-se pouco produtivas e

subsistia ainda a estrutura de trabalho baseada no regime feudal. Mas de nada resolvia o abandono do campo pelos camponeses, pois estes não encontravam emprego nas cidades. A indústria manufatureira havia criado novas profissões para as quais os camponeses não tinham habilitação, pois eram, na maioria, ex-servos desqualificados. Nas cidades, a situação não era diferente. A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, provocou profundas alterações na estrutura sócio-econômica. A industrialização trouxe efeitos negativos para os artesãos.

Uma única máquina passou a fazer o que várias pessoas produziam. A competição levou-os à ruína. Já a vacinação em massa da população, determinada por Napoleão, acelerou o crescimento populacional. Não havia empregos para ocupar tanta gente. O mercado de trabalho não se ampliava na mesma proporção do crescimento populacional. Havia, igualmente, a constante ameaça de uma convocação para integrar as forças militares, diante de um novo conflito. Assim, para os agricultores e artesãos, restava apenas uma saída: a imigração e, em razão disso, em 1824 aportou no Rio Grande do Sul um grupo de alemães, recrutados pelo major Jorge Antônio Schäffer e encaminhados para o atual município de São Leopoldo. Tiveram que construir suas próprias casas, receberam sementes para a plantação e gado para o próprio sustento. De início, não houve crescimento. Porém, com a chegada de novos imigrantes São Leopoldo cresceu.

A partir desta colônia, os imigrantes se deslocaram para outras regiões da Província, como Ijuí (1890), Sobradinho (1901) e Erechim (1908). Estas já não eram exclusivamente alemãs, pois agregavam imigrantes de outras nacionalidades. Nos primeiros 50 anos de imigração, vieram para o Rio Grande do Sul entre 10 e 28 mil alemães e, quase todos, se dedicaram à colonização agrícola. Essa colonização alterou a ocupação de espaços, levando gente para áreas até então desprezadas. Introduziu também outras grandes modificações. Até aquele momento, a classe média brasileira era insignificante e se concentrava nas cidades.

Os colonos alemães acabaram formando uma classe de pequenos proprietários e artesãos livres em uma sociedade dividida entre senhores e escravos. Eles também contribuíram para que o trabalho braçal fosse visto com outros olhos no Brasil, onde havia um verdadeiro preconceito em relação ao mesmo, já que era feito por negros escravos. Em Passo Fundo, segundo o historiador Ney d'Ávila, "o primeiro alemão a fixar-se foi Johann Adam Schell, oriundo da aldeia de Bosen, principado de Birkenfeldt, grão-ducado de Oldenburgo, no território da atual República da Alemanha, que chegou ao Brasil em 1828 tendo como destino a colônia Alemã de São Leopoldo.

Em 1834, Adão e sua esposa Ana Christina Hein vieram para Passo Fundo, onde fundaram uma pequena casa de comércio, que faliu em função da Revolução Farroupilha. Adão deixou Passo Fundo indo para Montevidéu, retornando posteriormente. (...) Entre 1840 e 1845 mais três ou quatro casais de alemães (e alguns solteiros) estabeleceram-se no povoado e arredores". Desde a fundação de São Leopoldo, aproximadamente 300 mil alemães vieram para o Brasil. Depois de colonizar o Rio Grande do Sul, ainda no século 19, eles subiram para Sta. Catarina, que atualmente tem a maior população de descendência alemã – mais de 20% do total. Ao longo destes 189 anos, além de semearem uma cultura marcante, deixaram descendentes e grandes lideranças em todas as áreas da vida nacional.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 14/06/2013 às 13:12

Data : 21/06/2013

Título : O BIG BROTHER OBAMA

Categoria: Artigos

Descrição: Ao afirmar que: “Não se pode ter 100% de segurança e também 100% de privacidade e zero de incômodo. Como sociedade, temos de fazer certas escolhas”.

por José Ernani de Almeida

Mestre em História e professor

Ao afirmar que: “Não se pode ter 100% de segurança e também 100% de privacidade e zero de incômodo. Como sociedade, temos de fazer certas escolhas”. O presidente norte-americano Barack Obama confirmou que seu governo, em nome da segurança nacional (nós, brasileiros, que vivemos os tempos da ditadura militar, conhecemos bem esta alegação), está autorizado a quebrar o direito à privacidade. É bem verdade que o governo dos EUA não está cometendo nenhuma ilegalidade. Os programas de vigilância são secretos, mas têm ordem judicial, ou base legal e são supervisionados pelas comissões do Congresso.

A questão é a legitimidade da ação de bisbilhotice monitorando as ligações telefônicas de milhões de norte-americanos clientes da Verizon, uma das maiores empresas de telecomunicações dos Estados Unidos e, igualmente, os servidores centrais das maiores companhias de internet do país, entre elas Google, Facebook, Apple, Microsoft, Yahoo!, Youtube. Na sua famosa conferência, A Política como Vocaçao, Max Weber, o maior sociólogo do século 19, analisou os êxitos e fracassos dos políticos no afã de modificar o curso das coisas. As dez últimas páginas da conferência expressam à perfeição as angústias dos políticos conscientes de seu papel.

O tema da ética da responsabilidade e da ética de convicções é exposto magistralmente pelo mestre alemão: “Se fizermos qualquer concessão ao princípio de que os fins justificam os meios, não será possível aproximar uma ética dos fins últimos (de convicções) e uma ética da responsabilidade, ou decretar eticamente que fim deve justificar que meios”. Este parece ser o dilema

de Barack Obama, que emocionou a todos nós ao ser eleito como o primeiro presidente negro dos Estados Unidos, o que representou a quebra de um paradigma num país marcado pelo racismo e pelo profundo preconceito contra a comunidade negra. Ao cometer estas ilegalidades, Obama se insere na afirmação de Weber de que “a violência é instrumento decisivo na política”. Esta característica, segundo ele, “obriga o político a lidar com as ‘forças demoníacas’.

Também os primeiros cristãos sabiam muito bem que o mundo é governado pelos demônios e quem se dedica à política, ou seja, ao poder e força como um meio, faz um contrato com as potências diabólicas, e pela sua ação se sabe que não é certo que o bem só pode vir do bem e o mal só pode vir do mal, mas que, com frequência ocorre o inverso. Quem deixar de perceber isso é, na realidade, um ingênuo em política”. O mesmo Weber tinha desprezo pelo político que dá de ombros para as consequências de seus atos – segundo Fernando Henrique Cardoso, em seu livro *A Arte da Política, a História que Vivi* –, jogando a culpa na mesquinhez dos outros ou do mundo, resguardando-se em sua moral íntima, com as mãos limpas.

Ao contrário, respeitava o homem maduro (não importa se jovem ou velho) que, em determinada circunstância, decide: “não posso fazer de outro modo” e assume a respectiva responsabilidade”. O problema é que o governo de Obama demorou para assumir a autoria das bisbilhotices, aumentando as críticas. Nestes primeiros anos do século 21, a posição dos Estados Unidos no cenário mundial é cada vez mais paradoxal. Por um lado, pousado no topo do mundo, o país não encontra rivais à altura de seu abrangente poderio global. Por outro, a dinâmica da mudança social e o conteúdo de valor da mensagem norte-americana para o mundo ameaçam solapar o papel especial do país como líder mundial. Atualmente, nenhum outro estado chega sequer perto de equiparar-se aos Estados Unidos em prestígio e poder global. Entretanto, fatos como os acima narrados deixam os defensores das liberdades civis estarecidos.

Já, os sistemáticos ataques dos “drones” contra alvos terroristas, na medida em que demonstram ser extremamente eficientes, igualmente, desafiam a ética, ao matar centenas de inocentes em cada uma de suas ações. A história nos ensina que uma superpotência não consegue manter por longo tempo seu domínio se não projetar – com uma boa dose de confiança sustentada por uma autoimagem muito favorável – uma mensagem de relevância mundial. Essa foi a experiência vivenciada por romanos, franceses e britânicos. Porém, a menos que essa mensagem derive de um código moral íntimo que defina um padrão de conduta comum como exemplo para os outros, a imagem própria favorável da nação dominante pode degenerar e se transformar em vaidade nacional destituída de atrativo para outros povos. Ela acabará sendo rejeitada pelos demais. É o caso atual dos Estados Unidos.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 21/06/2013 às 13:36

Data : 28/06/2013

Título : É TEMPO DE MUDANÇAS

Categoria: Artigos

Descrição: “Eu vou à luta com essa juventude, que não corre da raia a troco de nada. Eu vou no bloco dessa mocidade, que não tá na saudade e constrói a manhã desejada”

por José Ernani de Almeida

“Eu vou à luta com essa juventude, que não corre da raia a troco de nada. Eu vou no bloco dessa mocidade, que não tá na saudade e constrói a manhã desejada”. Os versos de Luiz Gonzaga Jr., de uma canção de 1979 (E vamos à luta), traduzem, com perfeição, as manifestações que acontecem por todo o país, numa espécie de Primavera Brasileira, a exemplo do que aconteceu no mundo árabe recentemente. A lição que fica é de que algo precisa mudar. Também é preciso tratar como será feita a mudança. As técnicas que estão sendo usadas para levar as pessoas às ruas não podem ser usadas para negociar a mudança. Caso contrário a frustração será muito grande. No Egito, por exemplo, o que se viu foi que as mudanças que vieram depois da rebelião não beneficiaram as pessoas que estiveram mais engajadas durante a revolta mas as que estavam mais organizadas para a política, como a Irmandade Muçulmana. Aqui, igualmente, é bem provável que as pessoas que mais se beneficiarão serão as que estiverem em melhor posição para conseguir uma nova negociação política.

Aí é que entram os partidos os mesmos partidos que foram rechaçados pelos manifestantes. Ora, sabemos que na democracia não se pode subestimar o papel político do Congresso e dos partidos. Sem estes últimos, o risco de nos encaminarmos para um fascismo seria muito grande. Se estes jovens pretendem ter alguma resposta concreta às suas reivindicações – por mais decepcionante que isso possa ser – precisam entender que estar nas ruas, talvez seja suficiente para mudar o sistema atual, mas não é o suficiente para direcionar quais serão essas mudanças. Democracia, lembrando Fernando Sabino, “ é oportunizar a todos o mesmo ponto de partida. Quanto ao de chegada, depende de cada um”. Cabe agora, aos partidos, repensar com urgência sua atuação. As manifestações dos jovens trazem uma mensagem didática e clara: a rejeição do atual sistema. A direita radical está refestelada, pregando o Armagedon do governo Dilma, como se ela também não fizesse parte do sistema. Ela que sustentou o neoliberalismo, provocador do encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado sob os imperativos da nova forma de acumulação de capital por ele ditada.

Um dos efeitos dessa situação foi a transformação de direitos econômicos e sociais em serviços definidos pela lógica do mercado e a transformação do

cidadão em consumidor. Se os direitos, segundo Marilena Chauí, “conquistados nos embates do espaço público e na luta de classe, são privatizados ao se transformar em serviços vendidos e comprados como mercadorias, o cerne da democracia é ferido mortalmente e a despolitização da sociedade é uma decorrência necessária. O recuo da cidadania e a disponibilização produzem a substituição da crítica ao existente pela proliferação ideológica dos receituários para viver bem”. Talvez esta despolitização seja a causa do atual movimento que, ao contrário dos protestos dos anos 1960-1970 que possuíam uma clara identidade política, uma identidade de esquerda, possui uma identidade mais diluída, mais social e civil. O movimento não quer ser visto como de direita ou de esquerda. São cidadãos contra o sistema. Também não existe uma liderança aparente, nenhum nome como o qual estejamos familiarizados.

Não existe um líder carismático no estilo de Daniel Cohn-Bendit, o líder dos protestos de 1968, na França. O que existe é um desejo coletivo de mudança. São pessoas que administram as páginas do Facebook e do Twitter. Outro fator interessante é que o movimento começou com um pequeno aumento das tarifas de ônibus, mas que se tornou em um símbolo de tudo o que está errado no sistema. Uma questão individual que se transformou em ímã para outras. Os protestos trazem novas questões de valores e identidades e estão promovendo uma grande mudança que é cultural. Eles demonstram o fato de que muitas pessoas não estão satisfeitas com o seu governo e que, igualmente, acreditam que o capitalismo contemporâneo e neoliberal não está funcionando. Vem de longa data a noção de que o Brasil como nação organizada é fruto mais da ação do Estado do que da sociedade, do povo. Agora, ao que tudo indica, o povo assume o papel de agente transformador.

A agenda mostrada nas ruas é ampla, começando pelo combate à corrupção, mudanças no sistema político, meio ambiente, igualdade de gênero, melhores condições na educação, segurança, saúde, questionamentos à mídia conservadora e parcial. O próximo passo será a construção de um trabalho com base nesse movimento e ter um resultado que afete as estruturas a longo prazo.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 28/06/2013 às 07:44

Data : 05/07/2013

Título : O plebiscito é mais democrático

Categoria: Artigos

Descrição: As manifestações que tomaram conta de todo o Brasil nas últimas semanas, evidenciaram uma característica “nunca antes vista na história deste país”: elas possuem uma liderança coletiva...

por José Ernani de Almeida

As manifestações que tomaram conta de todo o Brasil nas últimas semanas, evidenciaram uma característica “nunca antes vista na história deste país”: elas possuem uma liderança coletiva – as pessoas que administram as páginas do facebook e do twitter. Elas constroem o discurso do movimento. Portanto, não se trata do discurso de uma liderança carismática. É o coletivo que constrói o seu discurso. Entretanto, é preciso que se diga que caminhadas novas requerem líderes. Líderes inovadores, democráticos, líderes morais. Pessoas capazes de apontar caminhos e dar exemplos. Num passado não muito distante tivemos figuras como Ulysses Guimarães que foi um desses líderes na luta pela democratização. O cardeal Paulo Evaristo Arns, que teve a coragem de falar contra a tortura, mostrando o caminho da luta pelos direitos humanos. Teotônio Vilela, quando entrou à força em uma prisão para pregar a anistia, demonstrou a força de sua liderança. Betinho ao proclamar a prioridade para o tema da fome.

Até mesmo Lula, antes de se envolver nas paixões partidárias e de se perder nos escaninhos entre o poder e suas facilidades, mostrou aos trabalhadores como podiam resistir ao regime autoritário. Talvez a ausência de lideranças confiáveis seja a causa deste fenômeno em que o coletivo se sobressai. Outra questão para a análise, é que movimento significa coisas que se mexem, que se espalham e depois desaparecem. Todos os movimento são assim. É onde novas questões de valores e identidades aparecem para o público. Esses movimentos proporcionam uma grande mudança que é cultural. Divulgam, por exemplo, o fato de que em Porto Alegre, é fundamental ter árvores do que uma avenida para acolher mais automóveis. É a comunidade dizendo que a qualidade de vida é importante, que existe o direito à cidade, a um espaço público, onde as pessoas possam dividir suas vidas.

Portanto, esses movimentos resultaram em uma grande mudança cultural. A próxima tarefa será a da construção de um trabalho efetivo sobre os mesmos, e, ter um resultado que afete a estrutura a longo prazo. Mudanças econômicas, políticas, jurídicas, etc. O governo acena com a convocação de um plebiscito. Nossa Constituição prevê, em seu art. 14, que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I-plebiscito; II-referendo; III-iniciativa popular. Podem ocorrer mudanças constitucionais mediante plebiscito porém, só o Congresso Nacional pode convocá-lo (o Executivo pode, no máximo, enviar mensagem ao Parlamento propondo sua convocação, mas é o Legislativo que decide se convoca ou não). O plebiscito é uma consulta ao povo antes de uma lei ser constituída, de modo a aprovar ou rejeitar as opções que lhe são propostas; o referendo é uma consulta ao povo após a lei ser constituída, em que o povo ratifica (“sanciona”) a lei já aprovada pelo Estado ou a rejeita.

O plebiscito é uma manifestação direta da vontade do povo que delibera sobre um determinado assunto, enquanto que o referendo é mais complexo, em que o povo delibera sobre outra deliberação (já tomada pelo órgão do Estado respectivo). Num momento em que a confiança na política e nos políticos está

profundamente abalada, o plebiscito, me parece, ser o mais recomendável. Que o povo, após um longo e elucidativo debate, para a tomada de consciência sobre os temas que serão decididos, se manifeste de forma soberana. É evidente que isto não se faz de forma açodada. Os temas propostos pelo governo são da maior importância: financiamento público ou privado das campanhas eleitorais; voto proporcional ou distrital; e a continuidade ou não do voto secreto no Congresso, da suplência para senador e de coligações partidárias. Nossos jovens que já devem andar cansados de passeatas, agora, serão chamados ao debate sobre tais temas. Eles demonstraram que querem participar, influenciar, serem ouvidos. Conseguiram. Agora chegou a hora de colocar em prática o discurso que alimentou as manifestações. Nada melhor do que o plebiscito.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 05/07/2013 às 07:55

Data : 12/07/2013

Título : Egito, Dádiva dos militares

Categoria: Artigos

Descrição: Nas primeiras aulas de história sobre a antiguidade todos nós aprendemos que o Egito, sobressaiu-se entre as primeiras civilizações orientais, como uma das mais grandiosas e a mais duradoura.

por José Ernani de Almeida

Nas primeiras aulas de história sobre a antiguidade todos nós aprendemos que o Egito, sobressaiu-se entre as primeiras civilizações orientais, como uma das mais grandiosas e a mais duradoura. O regime de cheias do rio Nilo possibilitou o desenvolvimento da civilização egípcia ao garantir as práticas agrícolas, justificando a frase do historiador grego Heródoto: “o Egito é uma dádiva do Nilo”. Marcada pelas grandes obras hidráulicas, fundamentais para a agricultura, a civilização egípcia contava com um Estado despótico que controlava a estrutura socioeconômica e administrativa, graças às instituições burocráticas, militares, culturais e religiosas que controlavam e subordinavam toda a população. Esta tradição de governos despóticos se tornou uma das características do Egito.

O militarismo, sempre foi outra de suas características. Os militares, em função dos constantes atritos com Israel, sempre exerceram um papel de destaque na sociedade egípcia. Em conflitos, como a Guerra do Canal de Suez, reluzentes

lideranças militares ascenderam politicamente, tornando-se pontos referenciais para a própria política do país. Anwar El Sadat foi um deles. Ele tornou-se um símbolo do militarismo egípcio o que não evitou o seu assassinato, por extremistas islâmicos, em 1981, depois de ter celebrado um acordo de paz com Israel em 1979. Com sua morte ascendeu ao poder Hosni Mubarak, que com a justificativa de conter o terrorismo, adotou medidas cada vez mais restritivas às liberdades políticas e civis. Ele também foi reeleito sucessivas vezes em eleições fraudulentas e com o apoio de potências ocidentais. Os Estados Unidos sempre sustentaram o regime egípcio.

Durante décadas, os egípcios toleraram a falta de liberdade em troca de estabilidade econômica. O crescimento da população mais jovem e mais instruída, que reivindicava democracia, usando a internet e as redes sociais para praticarem ativismo político, foi o fator decisivo para a derrubada de Mubarak em 2011, num dos mais importantes episódios da chamada Primavera Árabe, que derrubou vários governos naquela região. A derrubada de Mubarak foi aceita pelos EUA, que acabaram considerando mais útil o seu sacrifício, mas, evidentemente, não renunciaram em salvar o essencial: o sistema militar e policialesco. Assumiu, então, o Conselho Militar do Egito, que dissolveu o Parlamento e o gabinete ministerial. Uma eleição foi realizada, aliás, a primeira eleição democrática no Egito que foi comemorada em todo o mundo. O resultado apontou a vitória de Mursi Mohamed, candidato da Irmandade Muçulmana, movimento de caráter religioso e influente entre as camadas mais pobres.

Seu lema é “o islã é a solução”. No decorrer do seu governo Mursi, com o apoio da cúpula militar, adotou de forma crescente, medidas consideradas autoritárias e antidemocráticas. No final de 2012, chegou a colocar seus poderes acima do controle judicial, voltando atrás depois. Também determinou a elaboração de um texto constitucional trazendo o cerceamento das liberdades e a islamização do Estado. Agora, em função de novas pressões populares Mursi foi afastado do país, e, o Egito, corre o sério risco de entrar numa guerra civil, cujos primeiros sinais já apareceram, na forma de massacres, violações de mulheres e assassinatos. Os militares assumiram o controle do país, com um discurso de reabertura do processo democrático, uma vez que o mesmo havia sido corrompido pelo presidente derrubado. Uma nova eleição, prometem os militares, deverá ser convocada.

A história do Egito é a de um país que tenta emergir desde o começo do século 19, que foi derrotado por suas próprias deficiências, mas, sobretudo, pelas agressões exteriores repetidamente sofridas. Ele é o mais populoso e influente país árabe, com 80 milhões de habitantes. O militarismo é recorrente. Agora mesmo os militares voltaram a desempenhar um papel decisivo no afastamento do governo eleito em 2012. O futuro do Egito que parecia primaveril voltou a ser incerto. A tutela militar se consolida demonstrando que, hoje, o Egito é uma dádiva dos militares.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 12/07/2013 às 07:11

Data : 19/07/2013

Título : Os últimos dias de Getúlio

Categoria: Artigos

Descrição: Sepultar a Era Vargas, foi o que Fernando Henrique Cardoso prometeu em 1994, após ser eleito presidente da República, ao se despedir do Senado.

por José Ernani de Almeida

Sepultar a Era Vargas, foi o que Fernando Henrique Cardoso prometeu em 1994, após ser eleito presidente da República, ao se despedir do Senado. No próximo ano serão lembrados os 60 anos do suicídio de Vargas, com um tiro no peito, em 24 de agosto de 1954, e a herança getulista teima em adiar sua morte anunciada. Resistiu às Constituições de 1945, 1967 e 1988. Na década de 1990, sofreu os mais fortes ataques com a tentativa de flexibilização das leis trabalhistas e a política das privatizações adotadas por FHC.

Ao contrário do seu criador, que tombou morto em seu quarto no Palácio do Catete, o legado de Vargas permanece vivo, com seus erros e acertos, desafiando os historiadores e os analistas políticos. A ideia caricata de Getúlio como defensor de um estado onipresente na economia ou criador de estatais inúteis não resiste à análise mais acurada. Na verdade, ele criou poucas estatais, e a maioria com grande êxito. Quem multiplicou a quantidade de empresas do governo foi o regime militar. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional, financiada pelos norte-americanos em troca de apoio, afinal dado aos aliados na Segunda Guerra Mundial, a Vale do Rio Doce e a Petrobrás, são um atestado da visão estratégica de Vargas, e, a intenção clara de investir no setor energético (minério e petróleo) como polos fundamentais do encadeamento da atividade econômica. O caso da Petrobrás, criada há 60 anos, em 1953, derruba a imagem de nacionalista radical, apregoada tanto por defensores como por detratores de Getúlio. Analistas mais atentos afirmam que o presidente tinha preferência por uma empresa de capital não puramente estatal e havia, inclusive, aberto negociações com a multinacional Standard Oil para compor parcerias. Getúlio sabia que o Brasil não tinha tecnologia nem recursos para explorar petróleo sozinho, como queria ou deveria.

A proposta econômica da equipe de governo de Vargas, entretanto, foi vetada pela radicalização política da época. PTB, PCB e parte da UDN se uniram no Congresso para impor a formação de uma estatal com controle total do petróleo. Os primeiros tinham razões ideológicas para isso, em um tempo de guerra fria, enquanto os últimos temiam que Getúlio usasse os recursos da Petrobrás para financiar sua plataforma política. Como resultado, o monopólio do mercado e das reservas do petróleo permaneceu por décadas nas mãos da estatal. E foi

exatamente o debate sobre a criação da Petrobrás um dos motivos que acirrou a oposição a Vargas nos primeiros anos da década de 1950. Ele, como um hábil articulador, havia criado um sistema político que suportou bem o período democrático até 1953, quando as complicações ideológicas da época inviabilizaram as negociações. A UDN não tinha acesso ao poder devido às dificuldades para formar coalizões e ganhar as eleições, e, assim, através de Carlos Lacerda, passou a fazer uma oposição feroz e sistemática contra Vargas.

É sobre este período que se acirrou em agosto de 1954, que o diretor João Jardim está filmando, no Rio de Janeiro, Os Últimos Dias de Getúlio, um longa-metragem, cuja tensão dramática transcorre entre dois fatos que convulsionaram o Brasil naquele mês de agosto. O primeiro foi a tentativa de assassinato contra Carlos Lacerda, opositor implacável do presidente, que acabou matando o major Ruben Vaz, da Aeronáutica. O segundo, o suicídio de Vargas, acuado pela crise política deflagrada pelo episódio e pela ameaça de ser tirado do poder. O filme tem o Getúlio amado pelo povo, que modernizou o país que somos hoje, e tem o ditador.

Tendo Tony Ramos no papel de Vargas, ele é praticamente todo ambientado no Palácio do Catete, no Rio, antiga sede do governo brasileiro que abriga hoje o Museu da República. No ano passado tive a oportunidade de visitá-lo, e, entrar no quarto em que Getúlio desferiu o tiro no peito. Tudo está lá como no fatídico 24 de agosto de 1954. Não há como não se emocionar. Agora, este filme, com lançamento previsto para o próximo ano, quando se completam 60 anos da morte de Getúlio, resgata os últimos dias de um grande estadista acuado tentando se defender contra inimigos que estavam o acusando de envolvimento no atentado contra Lacerda, e, exigindo sua saída do governo. A resposta de Vargas foi um certeiro tiro no coração que o transformou em verdadeiro mito que permanece até hoje.

José Ernani de Almeida

Mestre em História e professor

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 19/07/2013 às 07:20

Data : 26/07/2013

Título : Jango, a vida e a morte no exílio

Categoria: Artigos

Descrição: Na próxima quarta-feira, dia 31 de julho, estará aqui em Passo Fundo para autografar e falar sobre seu novo livro, Jango: a vida e a morte no exílio, o jornalista, escritor e historiador Juremir Machado da Silva.

por José Ernani de Almeida

Na próxima quarta-feira, dia 31 de julho, estará aqui em Passo Fundo para autografar e falar sobre seu novo livro, Jango: a vida e a morte no exílio, o jornalista, escritor e historiador Juremir Machado da Silva. A sessão de autógrafos e a palestra acontecerão na Faculdade de Medicina, Campus 2, em frente ao Hospital São Vicente de Paula, à partir das 18h30. É uma promoção da Prefeitura Municipal, do pré-vestibular MediSchool e da Livraria Nobel. Acabei de ler o livro de Juremir. Trata-se de uma extraordinária reportagem investigativa que busca detalhar os anos de exílio de Jango e elucidar os mistérios que envolvem a sua morte.

Foram três anos de pesquisa, dezenas de entrevistas com pessoas que conviveram com o ex-presidente, a leitura de mais de 10 mil páginas de documentos, processos, investigações, relatórios de CPs, sentenças das justiças brasileira, argentina e uruguaia sobre o caso da morte do Presidente, além de informações dos serviços de espionagem dos países onde Jango viveu. Juremir teve acesso a cartas inéditas de Jango trocadas com o general Serafim Vargas, visitou prisões de segurança máxima no Rio Grande do Sul para conversar com supostos protagonistas dos fatos e leu a obra inédita e arquivos de Mario Neira Barreiro, réu confesso e figura decisiva na possível trama que teria envenenado, com a troca intencional de medicamentos, João Goulart.

Também as ações políticas que levaram Jango a renunciar são esmiuçadas no livro, passando por sua gestão, com a proposta arrojada de promover uma Reforma Agrária; a realização da Marcha com Deus pela Família sendo financiada pelos Estados Unidos; os diálogos entre John Kennedy, então presidente dos EUA, e seus assessores, tramando a derrubada de Jango, através daquela que ficou conhecida como “Operação Brother Sam”, apoiando os golpistas de 1º de abril de 1964; o papel da imprensa e seu apoio aos militares; as tramas feitas pela direita e a preparação do Golpe; e a Operação Limpeza, em 1964, com 50 mil detidos, sendo centenas os que sofreram torturas prolongadas. Juremir também expõe a intimidade de Goulart, sua personalidade pacífica, seu fraco por bebidas e jogos, sua paixão pela esposa, o que não o impedia de ter amantes.

Também descreve o pesar do presidente pela situação do Brasil e sua vontade de voltar ao país, mesmo com a vida ameaçada. Juremir revela que a morte misteriosa de Jango atrairia outras mortes. O jornalista uruguaio Roger Rodrigues publicou uma lista montada por Foch Diaz, o primeiro a suspeitar do assassinato de Jango, e que teve os exemplares de depósito do seu livro “O Crime Perfeito” eliminados da biblioteca de Montevideu. Segundo a lista de Diaz, 18 pessoas que sabiam detalhes sobre o fim de Jango morreram do coração, do seu cozinheiro e mordomo Tito a cinco dos seus pilotos de avião, entre eles Ruben Rivero, que faleceu dentro de um barco, indo da Argentina ao Uruguai para depor no mesmo dia na Justiça, sobre a morte do ex-presidente brasileiro.

A maleta que carregava desapareceu. Até o médico Rafael Ferrari, que examinou o corpo de Jango, em Mercedes, e assinou o atestado de óbito, marcando “

infarto do miocárdio”, morreu de um ataque cardíaco. Mario Neira Barreiro era um agente que acompanhava todos os passos de Jango e sua família no exílio. É dele o seguinte relato que o livro de Juremir traz: “conhecedor de detalhes do cotidiano dos Goulart no Uruguai, descreve a produção de uma substância, por um certo Dr. Carlos Milles, a partir de um composto fornecido pela CIA, para eliminar inimigos. Consistia em desidratar um líquido transparente semelhante à água, no rótulo estava impresso ‘uso exclusivo hospitalar’, com letras vermelhas; eram duas ampolas grandes, oito das pequenas. Esse líquido era colocado num recipiente de vidro especial e introduzido numa espécie de forno de micro-ondas chamado autoclave;(…)o processo demorava mais ou menos alguns minutos para desidratação do líquido de dez ampolas e só ficava uma camada sólida no interior do vidro que era raspada com uma lâmina de bisturi, transformando-a em pó de cor branca que não chegava a pesar meio grama.

Segundo o doutor, essa quantia era suficiente para matar um cavalo. (...) chegou um momento em que nós pensávamos que aquele veneno era ineficiente, que o Jango já tinha trocado de remédio, já não estava mais tomando aquele remédio do Liberty”. Agora, a exumação dos restos mortais de Jango poderá comprovar ou não a tese do assassinato. Entretanto, segundo Juremir Machado, “havia certamente projetos para matar Jango, ou o desejo de fazer isso”. Na próxima quarta-feira, o escritor e historiador, irá discorrer sobre todos estes detalhes em sua palestra na Faculdade de Medina, às 18h30.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 26/07/2013 às 07:22

Data : 02/08/2013

Título : Os 156 de Passo Fundo

Categoria: Artigos

Descrição: Os início de nossa história em pouco difere do ocorrido em toda a história do Norte e Nordeste do estado do Rio Grande do Sul...

por José Ernani de Almeida

Os início de nossa história em pouco difere do ocorrido em toda a história do Norte e Nordeste do estado do Rio Grande do Sul onde vasta regiões permaneceram para os luso-brasileiros como terra de ninguém, uma vez que

para aqueles, os indígenas existentes na região significavam mais obstáculos que deveriam ser usados ou dominados do que gente.

Apenas no início do século 19 o território passo-fundense foi sendo definido em função da ordenação político-administrativa da Capitania depois província do R.G. do Sul. Desde então, passou a existir um território passo-fundense legal. Data também dessa época a chegada dos primeiros moradores, cujo assentamento em caráter definitivo gerou o surgimento de algumas das atuais cidades da região, entre as quais Passo Fundo. Um fato, entretanto, identifica bem os primórdios do que viria a ser mais tarde o município: era a sua condição de terra de passagem – o próprio significado do nome Passo Fundo –, elo de ligação usado pelos tropeiros paulistas para o acesso ao Centro e ao Sul do estado, caminho obrigatório das tropas. Foi o corredor de passagem utilizado tanto para ocupação e povoamento da região quanto para deslocamento de tropas militares na Guerra dos Farrapos. Muito embora o distrito de Passo Fundo (que pertencia ao município de Cruz Alta) não tivesse importância política maior sentiu os estragos e os prejuízos acarretado pelas lutas. Já na segunda metade do século 19 o Brasil passou a viver mudanças na sua fisionomia.

Lentamente, o país foi se encaminhando para o que se considerava modernidade. Foi a época da extinção do tráfico de escravos e aparecimento das primeiras indústrias e bancos, com as conseqüente expansão das atividades de negócios. Neste contexto histórico surgiu Passo Fundo como município em 7 de agosto de 1857. Esboçou-se em todo o Império, mudanças no sentido de uma modernização capitalista, ou seja, nasciam as primeiras tentativas para se criar um mercado de trabalho, da terra e dos recursos disponíveis, sendo que o café continuava sendo o grande produto de exportação do país.

Em nosso estado, começaram a ser vendidos lotes de terras aos colonos imigrantes, que formariam a base econômica do estado mais tarde na agricultura. Entre nós, além do comércio de tropas e da pecuária, na época da instalação do município, havia outra importante atividade econômica: a produção da erva-mate. Aliás, de tudo que era produzido pela região, a forma de comercialização estava na exportação: mulas para Sorocaba, erva-mate para os mercados do Prata e pedra ágata para a Alemanha. As dificuldades econômicas que surgiram no período, tiveram entre uma de suas causas o recrutamento de quase todos os homens para a Guerra do Paraguai, além da desvalorização da erva-mate, provocada pela falsificação do produto e a devastação dos ervais pela exploração desenfreada.

Lentamente a economia se recuperou e, logo, as atividades comerciais e industriais começaram a se desenvolver no município. Nestes 156 anos, ele passou por várias etapas de crescimento. Hoje, conta com diversos setores fortes, que alavancam e dão suporte à economia e ao desenvolvimento da cidade. Além disso, a realização de grandes eventos leva o nome do município para todo o país.

Da mesma forma, acolhe quem aqui busca serviços de saúde, educação ou procura no comércio e na indústria produtos e diferenciais, fazendo com que Passo Fundo se destaque, sendo sempre considerada a capital do Planalto Médio.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 02/08/2013 às 07:30

Data : 09/08/2013

Título : O Príncipe completa 500 anos

Categoria: Artigos

Descrição: Já se passaram 500 anos do lançamento do livro O Príncipe de Nicolau Maquiavel, no qual o filósofo italiano, descreveu como um governante pode chegar e se manter no poder.

por José Ernani de Almeida

Já se passaram 500 anos do lançamento do livro O Príncipe de Nicolau Maquiavel, no qual o filósofo italiano, descreveu como um governante pode chegar e se manter no poder. Apesar dos cinco séculos que o famoso tratado de Maquiavel completa neste ano, em muitos aspectos, ele continua atual. O livro passou de proscrito a célebre. Seu autor, de renegado, passou a ser reverenciado. Na verdade, O Príncipe não era um livro propriamente dito. Era um manuscrito. Na época do seu lançamento poucos sabiam ler, portanto, ele não foi destinado ao público em geral. Livros, há 500 anos eram coisa rara e cara, em uma época em que a palavra impressa engatinhava. Ele foi dedicado a uma pessoa em particular, o governante de Florença, Lorenzo, chefe dos Médici, rica e poderosa família que havia retomado o domínio sobre a cidade, afastado seus adversários, dando fim à república e iniciado uma espécie de principado. No momento em que escreveu seu famoso livro, Maquiavel tinha poucas chances de ganhar projeção. Como literato, nunca seria um Dante, o autor de “A Divina Comédia”.

Entre seus contemporâneos havia o célebre Américo Vespucci, que desfez a ideia de que as terras achadas por Colombo seriam as costas da Ásia, sendo na verdade um Novo Mundo. O Príncipe só ganhou publicidade em 1532, quando seu autor já havia morrido. Não tardou a se tornar um livro proibido pela igreja católica – sempre as igrejas –, uma vez que Maquiavel atribuía a Roma e ao Papa uma péssima influência sobre a Península Itálica, um fator de divisão, e citava o Papa Alexandre VI, como exemplo de como um baluarte da moral e dos bons costumes era capaz de usar a violência, o dinheiro e a manipulação para manter-se no poder. Para os especialistas na obra de Maquiavel, três elementos essenciais ajudaram a manter sua obra viva até os dias atuais. Ela contribuiu para que a política passasse a ser tratada como um objeto de investigação

específica, isto é, tornou-se uma verdadeira certidão de nascimento de uma ciência política. Maquiavel, tem uma visão filosófica e histórica, e por suas mãos a política ganhou vida própria e regras particulares.

Outro atributo do livro foi ter cravado o conceito de Estado e ter estabelecido uma distinção que, por muito tempo, foi decisiva para explicar a grande diferenças entre regimes políticos. O terceiro atributo, foi de ter sido o pioneiro na análise do poder como exercício da representação. A permanência no poder dependia de que o líder fosse a encarnação de uma vontade coletiva. Só conquistaria grandeza se seus projetos fossem ousados o suficiente para angariar respaldo entre suas elites e, mais relevante, apoio popular, inclusive contra elites que abrigavam seus adversários em potencial. A atualidade do pensamento de Maquiavel está na sua compreensão realista da política. O povo, para Maquiavel, é o ator político fundamental, em torno do qual orbitam todos os demais. A sorte (ou fortuna) dos contendores depende de sua capacidade de dar voz e sentido às aspirações populares. Partindo dos protestos de junho em todo o Brasil, concluímos que um de seus principais conselhos aos governantes foi esquecido: estar atento ao povo. “A um príncipe é necessário ter o povo ao seu lado”, asseverava ele. “De outro modo, ele sucumbirá às adversidades”.

Maquiavel foi influenciado por grandes filósofos, entre eles Cícero, do qual ele toma a talvez mais famosa frase de O Príncipe. Cícero denunciou aqueles que agiam com violência e fraude, reclamando que este tipo de comportamento é apropriado apenas aos animais, não aos homens. Agir com violência, diz Cícero, não é fazer melhor do que um leão; agir de forma fraudulenta é ser não mais do que uma raposa. Maquiavel inverte satiricamente a denúncia de Cícero, nos dizendo que um príncipe verdadeiramente virtuoso é alguém que sabe como imitar o leão e a raposa, acrescentando que isto é uma rota segura para o sucesso. Seu grande embate não era com os clássicos, e sim com seus contemporâneos, principalmente, com o moralismo e a pregação religiosa. Os mandamentos de “não roubar”, “não matar”, “não usar o santo nome em vão”, “ não levantar falso testemunho” eram bons para a imagem, mas não eram as regras da política. Aliás, tais mandamentos eram descumpridos por todos na luta pelo poder, a começar pela própria igreja. Analisando a nossa realidade social, política, religiosa e econômica chegamos à conclusão de que O Príncipe, sem dúvida, continua muitíssimo atual.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 09/08/2013 às 14:49

Data : 16/08/2013

Título : A música brasileira no século 20

Categoria: Artigos

Descrição: Nesta sexta-feira vou proferir a aula inaugural do Programa Tô Dentro – Curso de Preparação para o ENEM, ação da Prefeitura Municipal...

por José Ernani de Almeida

Nesta sexta-feira vou proferir a aula inaugural do Programa Tô Dentro – Curso de Preparação para o ENEM, ação da Prefeitura Municipal, por meio da coordenação da juventude e coordenação da Universidade Popular. O tema será “ a música brasileira no século 20”. O escolhi para mostrar aos estudantes que nossa música já viveu fases extraordinárias, de grande qualidade e criatividade, ao contrário da verdadeira indigência que observamos hoje, onde predominam o “leque, leque”, Luan Santana, Michel Teló, os tchês e outras nulidades. Vou começar mostrando que, no início do século 20, o choro era a música dos salões, da elite, enquanto o samba era cantado nos terreiros, pelas pessoas mais humilde. Em 1917 aconteceu a gravação daquele que é oficialmente considerado o primeiro samba em disco: Pelo Telefone, de Donga, uma verdadeira criação coletiva dos frequentadores da casa da Tia Ciata, onde os sambistas se reuniam. Na década de 1930, o tratamento dado à música, que ganhou terreno através do rádio, ocupou o Estado Novo de Vargas, com a intenção de desmobilizar a concepção de mundo que valorizava a malandragem.

A ideia era promover na música uma imagem ufanista do Brasil. Neste período surgiu um grande compositor: Noel Rosa que retratou o crescimento das grandes cidades e sua modernização. Ele foi um crítico atento das mazelas sociais do Brasil da época. Já o ufanismo ficou por conta do chamado samba-exaltação que teve em Ary Barroso o seu mais notável representante. A bossa-nova foi na música o grande acontecimento do início da década de 1960. Surgida nos restritos círculos de Copacabana, o movimento tornou-se o foco de um grande debate nacional. Por trazer influências do jazz a bossa-nova foi frontalmente criticada pelos puristas. Entretanto, ela conquistou o mercado mundial e revelou nomes como João Gilberto, Tom Jobim, Carlos Lyra, Vinicius de Moraes, entre outros.

Paralelamente à bossa-nova surgiu em São Paulo outro movimento musical, denominado de Jovem Guarda, tendo à frente Roberto e Erasmo que se identificaram com as angústias e alegrias do jovem de classe média. Já os festivais de MPB surgiram por volta de 1965 e revelaram talentos como Chico Buarque, Caetano, Gil, Vandrê, Edú Lobo, MPB-4, Elís Regina, Nara Leão, etc. Depois veio o tropicalismo de Gil, Caetano e Tom Zé; as canções de protesto contra a ditadura militar que havia imposto uma feroz censura contra tudo que a criticava; compositores como Chico, Gonzaguinha, Aldir Blanc, João Bosco que ousaram enfrentar o arbítrio com suas canções carregadas de metáforas. Finalmente nos anos 1980 surgiram as gerações pós-bossa nova e pós-festivais. Escolhi este tema para a aula inaugural porque, como Herbert de Souza, acredito muito nas formas culturais de educação política. Muitas vezes uma música educa muito mais que trinta aulas de história, quarenta discursos, dez passeatas.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 16/08/2013 às 00:59

Data : 23/08/2013

Título : A banalização da violência

Categoria: Artigos

Descrição: A violência, não sei se o prezado leitor já percebeu, incorporou-se ao nosso cotidiano. Jornais, televisão e rádios relatam diariamente assaltos

por José Ernani de Almeida

A violência, não sei se o prezado leitor já percebeu, incorporou-se ao nosso cotidiano. Jornais, televisão e rádios relatam diariamente assaltos, sequestros relâmpagos, assassinatos, agressões no trânsito, etc. Ainda esta semana, O Nacional noticiou a atuação de dois indivíduos que criaram um tumulto em vários estabelecimentos comerciais no centro da cidade, agredindo pessoas e provocando quebra-quebra. Todos nós nos sentimos vulneráveis, e, conseqüentemente, predispostos até a atacar primeiro. O clima de insegurança e o vivido persecutório generalizam-se.

Os assaltantes e agressores tornam-se mais ferozes e audazes, procurando surpreender as vítimas antes de serem surpreendidos; os agredidos tornam-se mais favoráveis a conceber a resposta imediata, isto é, o uso da violência na mesma proporção. Assim, os apelos humanitários caem no vazio. A lógica da brutalidade nivela por baixo os sentimentos. Termos como compaixão, consideração, culpa ou responsabilidade diante do semelhante desaparecem do vocabulário. A expectativa do perigo iminente faz com que as vítimas potenciais aceitem facilmente a sugestão ou a prática da punição ou do extermínio preventivo dos supostos agressores potenciais. Passa a valer a máxima, segunda a qual, "bandido bom, é bandido morto". Nessas circunstâncias a cultura da violência, valorizando a utilização da força, constrói uma nova hierarquia social.

Tudo fica simplificado entre fortes e fracos. O agressor passa a ser objeto de temor e ódio por parte da vítima e quem ocupa posição de vítima é objeto de desprezo e indiferença por parte do agressor. Na montagem violenta, pouco importando as características físicas, psíquicas ou sociais dos sujeitos, o que conta é a força ou a fragilidade de quem ataca ou se defende. A violência, ao se tornar corriqueira, faz com que a lei deixe de ser concebida como instrumento de escolha na aplicação da justiça. A indiscriminada proliferação da agressividade,

mostra que as leis perderam o poder normativo e os meios legais de coerção, a força que deveriam ter. Cria-se, assim, um vácuo, no qual os indivíduos e grupos passam a arbitrar o que é justo ou injusto, segundo decisões privadas, totalmente dissociadas de princípios éticos válidos para todos.

Há, então, uma relativização do crime, em seu valor de infração. A imoralidade da cultura da violência consiste justamente na disseminação de sistemas morais particularizados e irreduzíveis a ideais comuns, condição prévia para que qualquer atitude criminosa possa ser justificada e legítima. Para o psicólogo Juremir Freire Costa, “não existe ‘moral relativa’, do ponto de vista de quem a professa. Crença ética é aquela que exige do sujeito uma posição quanto ao certo e ao errado. No momento em que duvidamos da ‘bondade’ ou da ‘maldade’ de certa ação estamos alterando nossos sistemas de crença. Ou seja, o justo e o injusto; o violento e o não violento; o humano e o desumano dispensam fundamentos racionais para determinar o modo como agimos e avaliamos nossas ações”.

Assim, fica muito difícil convencer indivíduos adeptos da violência de que o recurso aos meios legítimos da justiça ainda é o melhor meio que temos de eliminar conflitos. Como uma verdadeira entidade onipotente e onipresente, a violência, nos dias atuais, parece incoercível e imbatível. Torcidas organizadas agem como vândalos, gangues de adolescentes picham a cidade; proprietários de casas de diversão burlam as normas de segurança; motoristas desobedecem aos sinais de trânsito, são algumas formas de violência. Outras, mais cruéis, também nos incomodam, como o tráfico de drogas, a lesão ao Erário; políticas salariais injustas, sonegação de grandes empresas, etc. Portanto, não é apenas e tão-somente o assalto a mão armada.

Todos estes fatos sociais díspares, uma vez unificados na palavra violência, ganham o ar fantasmagórico de um problema indissolúvel. Às vezes nos parece que mais nada pode ser feito. Dessa perspectiva, tudo anuncia o caos; tudo parece ultrapassar a capacidade humana de enfrentar a violência. É um verdadeiro determinismo criminoso e inconsequente. Na verdade, a questão pode ser resolvida com uma boa dose de firmeza e reafirmação da autoridade, o que requer, acima de tudo, discussões amplas e acordos consentidos pela maioria dos cidadãos, e, igualmente, programas sociais concretos e bem organizados.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 23/08/2013 às 07:00

Data : 30/08/2013

Título : Os médicos cubanos

Categoria: Artigos

Descrição: Superficialidade, ideologia, e, um bom grau de incompetência. É assim que vejo as manifestações de grande parte da nossa imprensa sobre a vinda dos médicos cubanos para o Brasil.

por José Ernani de Almeida

Superficialidade, ideologia, e, um bom grau de incompetência. É assim que vejo as manifestações de grande parte da nossa imprensa sobre a vinda dos médicos cubanos para o Brasil. Comentaristas, articulistas têm se limitado a repetir as críticas das associações corporativas dos médicos e da oposição política ao governo Dilma.

O caráter ideológico conservador de direita é notório. Já li texto em que o autor se manifestou preocupado com um possível primeiro passo para um assalto comunista ao país. Não vai demorar muito e estarão pedindo ajuda ao governo americano, através da CIA, para organizar uma nova operação “Brother Sam”, para salvar o país e nossa democracia do perigo comunista, como aconteceu em 1964. Para acalmar os que estão em pânico é bom dizer que médicos cubanos já trabalharam no Brasil, atendendo a comunidades pobres nos estados de Tocantins, Roraima e Amapá.

Os cubanos demonstraram grande competência e, igualmente, o idioma não foi nenhum entrave para o seu trabalho. Também é preciso destacar que médicos cubanos (mais de 30 mil) trabalham em 69 países da América Latina, da África, da Ásia e da Oceania. No Haiti, há 1.200 médicos cubanos, país onde a população fala francês e o dialeto creole. Como são profissionais com alto nível de educação formal, aprendem rapidamente línguas estrangeiras. Sobre a formação profissional dos cubanos o IDH saúde da ilha diz tudo. Ele é de 0,94, atrás apenas do Canadá que é de 0,96.

No item mortalidade infantil, Cuba ganha de todo mundo, inclusive dos Estados Unidos, com menos de seis mortes por mil habitantes/ano. Sobre a questão da forma de pagamento dos médicos cubanos que vem provocando tanta polêmica é preciso considerar que Cuba é um país socialista e por isso, queiram ou não, as coisas não funcionam exatamente como em um país capitalista. No socialismo a preocupação é de manter baixos os índices de desigualdade econômica e social. Em função disso, nenhuma empresa ou governo estrangeiro contrata trabalhadores cubanos diretamente, em Cuba ou no exterior.

A contratação é resultado de um acordo entre estados, como acontece agora entre Brasil e Cuba. O governo dos Estados Unidos tem um programa especial para atrair médicos cubanos que trabalham no exterior. Eles são persuadidos, através de inúmeras vantagens, para “desertar”, como visto de entrada, passagem gratuita, permissão de trabalho e dispensa de formalidades para exercer a atividade. Uma das condições para serem aceitos no programa é que critiquem o sistema político cubano e digam que os médicos no exterior são oprimidos e mantidos quase como escravos.

Os que aceitam as ofertas dos Estados Unidos, os que emigram para outros países ou ficam no país que os recebe depois de terminado o contrato representam cerca de 3% dos efetivos. Assim, se for mantida a média por aqui, pode-se esperar que cerca de 120 dos 4 mil médicos cubanos também “desertem”. Em Cuba, segundo o New England Journal of Medicine, “ todo mundo tem um médico de família. Tudo é gratuito. Apesar do fato de que Cuba dispõe de recursos limitados, seu sistema de saúde resolveu os problemas que o nosso (dos EUA) não conseguiu resolver ainda.

Cuba dispõe agora do dobro de médicos por habitante do que os EUA”. Os médicos cubanos se formam após seis anos de graduação, incluindo um de internato, e mais três ou quatro anos de especialização. Os generalistas, que atendem ao sistema Médico da Família (um médico e um enfermeiro para 150 a 200 famílias, e que moram na comunidade que atendem) são preparados pra atuar em clínica geral, pediatria, ginecologia-obstetrícia e fazer pequenas cirurgias. Dos quatro mil que estão chegando ao Brasil, todos têm especialização em medicina de família, 42% já trabalharam em pelo menos dois países e 84% têm mais de 16 anos de atividade. É óbvio que os interesses corporativos devem ser considerados e discutidos.

Os médicos cubanos estão chegando para prestar serviços médicos onde não há qualquer tipo de assistência de saúde aos moradores dos 701 municípios selecionados pelo governo federal. Todos têm o direito de receber assistência médica, seja de um brasileiro ou de um estrangeiro.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 30/08/2013 às 08:00

Data : 06/09/2013

Título : As diferentes faces de Dom Pedro I

Categoria: Artigos

Descrição: O Brasil se tornou um país independente ainda sob o signo de uma sociedade tradicional, patrimonialista, latifundiária, conservadora e escravista.

por José Ernani de Almeida

O Brasil se tornou um país independente ainda sob o signo de uma sociedade tradicional, patrimonialista, latifundiária, conservadora e escravista. Nos anos que se seguiram, entre 1822 e 1840, o país viveu em permanente instabilidade

política e praticamente não se fizeram sentir mudanças de alcance significativo no plano social e econômico. Na primeira década da nossa vida independente, destacou-se a figura do proclamador da independência, D. Pedro I, um homem, segundo muitos historiadores, “ambíguo em um mundo de referências ambíguas”. Pedro tinha 23 anos quando liderou o processo de independência do Brasil.

Formado em uma corte exilada, com pais que nutriam mútua suspeição e em meio a grandes disputas, jamais se submeteu a uma autoridade política. Desobedeceu ao Parlamento brasileiro, às Cortes de Lisboa, às determinações de seu pai, D. João VI, e aos seus conselheiros mais próximos. Nutria uma profunda desconfiança em relação aos que o rodeavam. Seus atos na vida pública ou privada eram, via de regra, resultado de algum sentimento de responsabilidade. As disputas em torno do seu legado, fizeram com que fossem pintados retratos que, ou o apresentavam como vilão ou como herói. Sua imagem pública, ainda hoje, divide os historiadores que se debruçam sobre sua biografia. De todo o material emerge uma figura controversa.

Ora aparece como valoroso liberal, lutando pelos princípios constitucionais, ora como monarca absolutista, incapaz de compreender opiniões e reivindicações dos súditos. D. Pedro, em muitas biografias, é apresentado como um homem de impulsivas paixões, de espírito romântico, volúvel e sem uma educação refinada. É, igualmente, apresentado como um homem dividido entre duas pátrias: a de nascimento, Portugal, e aquela em que viveu entre 1808 e 1831, o Brasil. Isto fez com que ele criasse raízes profundas de um e de outro lado do Atlântico. Daí o grande simbolismo que adquiriu a repartição de seus restos mortais entre os dois países.

Desde 1835, seu coração está depositado em relicário na Igreja de Nossa Senhora da Lapa, na cidade do Porto. E a partir de 1972, por meio de acordo diplomático luso-brasileiro, os demais restos mortais foram trasladados para a cidade de São Paulo e colocados na cripta do Monumento do Ipiranga, às margens do famoso riacho. Também é preciso lembrar do D. Pedro autoritário, político personalista e incapaz de superar o ranço absolutista. Isto fez com que ele adotasse medidas de força, atuando como um monarca autoritário, disposto a impor suas posições e seu poder. Após a declaração de Independência e da coroação como imperador, teria ordenado que tropas sob seu comando fechassem a Assembleia Constituinte em 1823, outorgando uma Carta Constitucional, no ano seguinte, que contrariava reivindicações de vários segmentos da sociedade.

Na verdade, entre uma memória que exalta e outra que só deprecia, segundo a historiadora Cecilia Helena Salles Oliveira, “perde-se a possibilidade de compreender D. Pedro como político, que muitas vezes atuou de modo incoerente, movido por razões, pressões e sentimentos múltiplos, vendo-se diante de decisões cujas consequências não podiam ser previamente determinadas, pois estavam inseridas no movimento revolucionário – aberto pela independência das 13 colônias da América e pela Revolução Francesa.” É preciso considerar, portanto, que D. Pedro viveu e morreu em um mundo que se transformava profundamente. No início do século 19, com a derrocada de Napoleão Bonaparte, a Europa se reorganizava politicamente, e não havia unanimidade sobre os caminhos a serem seguidos. De um lado, os setores tradicionais derrubados pela Revolução Francesa e pela expansão napoleônica

procuravam restaurar seus antigos privilégios, agora chamados de “absolutistas”. Era o caso da monarquia austríaca, de onde veio sua esposa, e da portuguesa.

De outro lado, setores médios e forças políticas que ganharam espaço na nova ordem, estimulados ainda pela novidade do nacionalismo, tentavam assegurar suas liberdades por meio da implantação de regimes constitucionais ou de guerras de independência – caso dos liberais lusos e espanhóis e dos independentistas gregos. Também é necessário resgatar que D. Pedro foi um homem que se envolveu com as letras e as artes. Leu Voltaire, Benjamin Constant e Edmund Burke, nomes fundamentais da filosofia política entre os séculos 18 e 19. Portanto, estava longe do estereótipo de ignorante, degenerado e doente que lhe coube. Mais interessante do que condenar, absolver e fazer uma caricatura de um personagem histórico é certamente tentar compreendê-lo em sua densidade, divisando nuances e contornos que o tornam fascinante. Assim é que construímos a base e a consciência crítica de uma nação. Não transformando personagens da história em mitos inatacáveis, coisa comum nestes pagos.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 06/09/2013 às 07:15

Data : 13/09/2013

Título : O centenário de Vinícius de Moraes

Categoria: Artigos

Descrição: No próximo mês de outubro serão lembrados os 100 anos do nascimento de Marcus Vinicius de Melo Moraes, o inesquecível poetinha.

por José Ernani de Almeida

No próximo mês de outubro serão lembrados os 100 anos do nascimento de Marcus Vinicius de Melo Moraes, o inesquecível poetinha. Com ele a poesia moderna brasileira deixou de ser privilégio de aficionados para atingir o grande público. A partir de 1958, Vinicius entregou-se a outra grande paixão: a música. Daí em diante, a crônica, a poesia e a canção alternaram-se, ocupando todo o seu tempo e energia criadora. Ao optar pela carreira de letrista, levantou uma certa polêmica atingindo os puristas da literatura. No entanto, o poeta soube manter sempre um alto nível de criatividade e, no fundo, seguiu uma vocação

delineada desde sua adolescência. Sua atividade como letrista da bossa-nova, além de ter enriquecido a música popular com obras-primas, fez com seus livros de poesia fossem procurados pelos que deliciavam com canções como Garota de Ipanema, Minha Namorada, A Felicidade, Chega de Saudade, Samba do Avião, Insensatez, Eu sei que vou te amar e tantas outras verdadeiras preciosidades eu enriqueceram o nosso cancioneiro popular.

Como caudaloso letrista não escolheu parceiros. Mas os músicos básicos de suas letras formam um quarteto com poucas variações: Tom Jobim (canção e bossa-nova românticas), Carlos Lyra (regionalismo participante e romantismo urbano), Baden Powell (afro-sambas) e Toquinho, com quem revisitou todas essas vertentes. Diante de um trabalho tão vasto quanto heterogêneo, exercido com assiduidade apenas a partir da parceria com Tom Jobim, pode-se defini-lo como alguém que demoliu a barreira numa via de mão dupla: tanto popularizou essa poesia culta quando possibilitou a eruditos chegarem ao assobio de rua. Para Vinicius, segundo conta seu parceiro Toquinho, no livro “Toquinho 40 anos de música”, “o cotidiano era a ferrugem da vida”. Vinicius odiava esse lado massacrante da vida, e, ao mesmo tempo procurava harmonizar-se com isso tudo.

Falando sobre ele, Drummond disse: “Vinicius foi o único poeta que viveu como poeta”. O itinerário poético de Vinicius foi do espiritualismo sublimado dos primeiros livros à força erótica de obras como “Cinco Elegias” e “Poemas, sonetos e baladas”. Um deles, o Soneto da Fidelidade, é um dos mais belos: (...) E assim, quando mais tarde me procure. Quem sabe a morte, angústia de quem vive. Quem sabe a solidão, fim de quem ama. Eu possa me dizer do amor (que tive): Que não seja imortal posto que é chama. Mas que seja infinito enquanto dure. Sua relação com as incontáveis musas e amadas – Vinicius casou-se nove vezes – teve sempre um molejo de amor machucado. O poeta sabe que vai sofrer a “eterna desventura de viver”. Sua temática abriu-se também para o campo social, onde deixou um poema exemplar pelo seu equilíbrio entre conteúdo participante e perícia formal: O operário em construção. Agora, para comemorar os 100 anos do seu nascimento está sendo lançada uma caixa com 20 CDs. A proposta foi de inventariar, boa parte da obra do poetinha. A coleção passa em revista as mais conhecidas criações do poeta, do compositor, do diplomata, do boêmio ao lado de nomes com os quais ele semeou a mais brilhante era da MPB.

Os CDs trazem raridades como a trilha sonora composta em português para o musical Jesus Cristo Superstar, as canções infantis, duas coletâneas inéditas de gravações garimpadas feitas entre 1960 e 2000, com os mais destacados intérpretes dos versos de Vinicius como Pery Ribeiro, Chico Buarque, Tom Jobim, Miúcha, Elís Regina, Caetano Veloso, Secos e Molhados, Nara Leão, Maria Bethânia, Elizeth Cardoso, Jair Rodrigues, entre outros. Para aqueles que apreciam a boa música, tão rara nos dias atuais, é uma oportunidade de resgatar o legado de Vinicius de Moraes, que segue eterno com sua extraordinária e vasta obra.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 13/09/2013 às 07:56

Data : 27/09/2013

Título : MPB-4: criatividade, sensibilidade, musicalidade e qualidade

Categoria: Artigos

Descrição: Nada melhor para fugir do estresse do dia-a-dia do que uma boa música. Principalmente, quando ela é ouvida ao vivo, diante dos seus criadores.

por José Ernani de Almeida

Nada melhor para fugir do estresse do dia-a-dia do que uma boa música. Principalmente, quando ela é ouvida ao vivo, diante dos seus criadores. Isto eu faço com frequência indo a Porto Alegre para assistir a bons espetáculos de música popular brasileira. Recentemente tive o privilégio de assistir ao show Contigo Aprendi do quarteto vocal MPB-4.

Este grupo transformou, ao longo de uma carreira de quase cinco décadas, algumas de suas interpretações em verdadeiros marcos da música brasileira contemporânea. Minha geração cresceu ouvindo o seu canto. Desde os anos 1960, o quarteto vocal esteve presente em todos os movimentos culturais e políticos, enfrentando com sua voz a censura e a repressão política. Lembro tê-los ouvido pela primeira vez acompanhando Chico Buarque no Festival de Música Popular Brasileira da TV Record, de 1967, cantando a antológica Roda Viva, um verdadeiro clássico de nossa música. Na verdade, o grupo surgiu em meados de 1964, no Centro Popular de Cultura, ligado à União Nacional de Estudantes, com o nome de Quarteto CPC, formado por Ruy, Aquiles, Magro e Miltinho.

Suas influências musicais foram grupos vocais como Os Cariocas, Trio Irakitan, Tamba Trio e The Platters. Desde o início, tornaram-se ativistas de uma nova proposta, a de uma música brasileira mais popular para todos os que a escutassem, de forma que fossem exaltados o povo brasileiro e seus costumes e, principalmente, a crítica à situação política do país, imerso na Ditadura Militar. Desta maneira, entraram em seu repertório as músicas de protesto e sambas. A parceria com Chico Buarque vem daí e durou aproximadamente 10 anos. Durante este período o MPB-4 firmou sua musicalidade e acompanhava-o em suas apresentações como escudeiro musical. Roda Viva e Quem te viu, quem te vê, ambas de 1967, foram os maiores destaques da época. Além disso, ganharam espaço também nos famosos festivais de música, produzidos pela Rede Record. Em 1968 o quarteto passou por dificuldades com a saída de Chico Buarque do país que, perseguido pela ditadura, foi para a Itália. Seus espetáculos eram encerrados a qualquer tempo pela censura.

Resistiu e, em 1970, lançou um de seus maiores sucessos “Amigo é pra’ essas coisas”, de Aldir Blanc e Silvío Silva Jr. Depois veio “ Pois é, pra que” de Sidney Miller. Lentamente, o repertório passou a ser marcado por composições de personalidades da música brasileira de todas as épocas como Noel Rosa, Milton Nascimento, João Bosco, Paulo César Pinheiro, Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Toquinho, Kleiton e Kledir, entre outros. Em 2004 Ruy deixou o grupo e foi substituído por Dalmo. Em 2012 o MPB-4 perdeu o seu diretor musical e maestro Magro Waghabi, vitimado por um câncer. Apesar da dor pela perda do amigo de mais de cinquenta anos, o grupo resolveu continuar. Magro foi substituído por Paulo Malagutti, ex-integrante do grupo vocal Céu da Boca. O novo projeto do quarteto está sendo lançado agora. Trata-se do CD “Contigo Aprendi”, no qual o grupo interpreta onze boleros que marcaram época, em versões inéditas. As versões foram feitas por alguns dos melhores letristas brasileiros como Abel Silva, Paulo César Pinheiro, Herminio Bello de Carvalho, Caetano Veloso, Celso Viáfóra, Vitor Ramil, Paulo Frederico, Carlos Colla e Fernando Brandt. No repertório do disco aparecem O Relógio (El Reloj), Sabe Deus (Sabrás Dios), Sabor de Mim (Sabor a Mi), Tu me Acostumaste (Tu me Acostumbraste) e outros boleros famosos. Com harmonias requintadas e arranjos vocais impregnados de extrema modernidade o MPB-4 oferece aos seus fãs um CD de alta qualidade e de grande sensibilidade musical e poética.

Um disco, sem dúvida, obrigatório na coletânea dos que apreciam boa música. Ainda neste ano deverá ser lançado um livro denominado Vozes do Magro, que trará centenas de comentários deixados gravados pelo músico sobre o repertório do grupo, além de algumas histórias curiosas. Imperdível.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 27/09/2013 às 07:30

Data : 04/10/2013

Título : O agitado ano de 1963

Categoria: Artigos

Descrição: O ano de 1963, há 50 anos, foi um dos mais agitados daquela década, só superado em grandes acontecimentos pelo histórico 1968.

por José Ernani de Almeida

O ano de 1963, há 50 anos, foi um dos mais agitados daquela década, só superado em grandes acontecimentos pelo histórico 1968. Na América Latina foi o ano dos golpes militares, via de regra, apoiados na Doutrina Truman dos EUA. Assim, em março, no Equador uma junta militar depôs Carlos Arosemena (eleito em 1961) por ter proferido um discurso contra os Estados Unidos e “por simpatizar com os comunistas; também em março, na Guatemala, o gen. Ydíguas Fuentes, eleito pelo Congresso em 1957, considerado um “extremista de direita” pela revista Newsweek, foi deposto pelos militares, sob a alegação de que “não usava mão de ferro contra o comunismo”.

O líder dos golpistas, cel. Enrique Peralta Azurdía, suspendeu a Constituição; em setembro, na República Dominicana, uma junta militar depôs Juan Bosch, eleito em 1962. Apesar de moderado – era avesso a reformas radicais, mantendo-se alinhado aos EUA – Bosch encontrou a oposição dos conservadores, que o taxavam de “comunista” por permitir a liberdade de imprensa; em Honduras, em novembro, militares depuseram o presidente Ramón Villeda Morales, que chegara ao poder em 1957, também por meio de um golpe militar. Segundo a imprensa norte-americana, Morales foi deposto porque defendia “reformas de base”. O New York Times acusou as companhias United Fruit e Standart Fruit de “participarem da conspiração”.

Em breve, em abril de 1964, chegaria a vez do Brasil. Aqui, 1963, começou com o plebiscito popular sobre a permanência do parlamentarismo. Quase 10 milhões de pessoas votaram “ não”, manifestando-se favoráveis a que fossem dados plenos poderes ao presidente João Goulart. Assim, Jango recuperava seus legítimos poderes, que lhe haviam sido retirados pelo golpe parlamentarista de 1961. O ministério por ele escolhido era bem indicativo de sua estratégia. Buscou enfrentar os problemas econômico-financeiros com seriedade através de figuras da chamada “esquerda positiva”, como era o caso de San Tiago Dantas, no Ministério da Fazenda, e do ministro do Planejamento, Celso Furtado. Tratava, ao mesmo tempo, de reforçar o que na época se chamava de “dispositivo sindical” e “dispositivo militar”, como bases de sustentação de seu governo.

Para o Ministério do Trabalho foi escolhido Almino Afonso, um nome com boa receptividade na esquerda do PTB e entre os comunistas. No Ministério da Guerra, permaneceu o general moderado Osvino Alves, comandante do I Exército, com sede no Rio de Janeiro, e Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, com sede no Rio Grande do Sul, reforçaram aparentemente o dispositivo militar. A situação financeira que Jânio anunciara ser terrível continuou a piorar. Houve uma escalada da inflação, cujo índice anual passou de 26,3% em 1960 para 33,3% em 1961 e 54,8% em 1962. Para enfrentar esse e outros problemas, o governo de Jango lançou o Plano Trienal, que pretendia combinar o crescimento econômico, as reformas sociais e o combate à inflação. O Plano Trienal era um conjunto coerente de medidas, que buscavam resolver problemas de longo e de curto prazo. Pela sua abrangência, distinguia-se dos planos anteriores, lançados nos governos de Juscelino e Jânio.

Previa a reforma agrária, que se acreditava necessária não só no aspecto social mas para ampliar a produção agrícola e outras reformas no setor administrativo, fiscal etc. A curto e médio prazo propunha um programa semelhante aos anteriores para reduzir a inflação e manter a capacidade de importação do país. O plano econômico dependia da colaboração dos setores que dispunham de voz na sociedade. Essa colaboração mais uma vez faltou. Os beneficiários

da inflação não tinham interesse no êxito das medidas; os inimigos de Jango desejavam a ruína do governo e o golpe; o movimento operário se recusava a aceitar restrições aos salários; a esquerda via o dedo do imperialismo em toda parte. Em meados de 1963, tornou-se claro que o plano tinha fracassado. O desenho do que viria em 1964 estava definido. Fechando 1963, em novembro, John F. Kennedy (35º presidente dos EUA) morreu assassinado em Dallas, no Texas, durante uma visita oficial. O assassino, Lee Oswald, disparou três tiros de fuzil, da janela de um prédio localizado no trajeto do cortejo presidencial. Provavelmente, agiu a mando de um setor racista de extrema direita, descontente com a política do presidente. Este foi 1963, um ano, sem dúvida, marcante.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 04/10/2013 às 01:08

Data : 11/10/2013

Título : A Juventude transviada e o existencialismo

Categoria: Artigos

Descrição: Este artigo foi inspirado na indagação de uma aluna que, durante uma aula sobre os anos 1950, me questionou a respeito da “juventude transviada”, da qual ela lera algo em um jornal.

por José Ernani de Almeida

Este artigo foi inspirado na indagação de uma aluna que, durante uma aula sobre os anos 1950, me questionou a respeito da “juventude transviada”, da qual ela lera algo em um jornal. “Nós somos da juventude./Da juventude transviada./O lema da nossa escola/É a lambreta e a Coca-Cola./Elvis é o nosso mestre./E Pat Boone, o diretor./Na nossa primeira aula/Nós aprendemos o rock-and-roll”. Este era o hino da juventude transviada dos anos 1950, há sessenta anos. Naquela década, começou a nascer um novo herói: mal barbeado, cabelos em desalinho, irreverente, rebelde, problemático.

Eram os anos da Guerra Fria e o mundo descobria um novo medo: o da guerra atômica. Os EUA viviam uma época de “caça às bruxas”, sob o comando do senador Joseph Raymond MacCarthy, e Hollywood descobria um novo filão: a violência da juventude do pós-guerra. Surgiram, então, Marlon Brando e James Dean, os dois grandes símbolos da rebelião nos anos 1950. Mas será James

Dean, com o filme *Juventude Transviada*, quem sintetizará a insegurança e a violência vividas por essa geração. *Juventude Transviada*, foi um filme profético e hipnótico, no qual foram encenados com lirismo e fúria temas novos para a sociedade repressiva da época – a rebeldia juvenil, a androginia, a sexualidade reprimida, a solidão em família.

Em setembro de 1955, James Dean morria ao bater sua Porsche Spyder contra um caminhão, na autoestrada 466, perto de Hollywood. Desaparecia o “rebelde”, mas surgia uma maneira diferente e chocante de encarar a vida: “Viver o mais intensamente, arriscar sempre. Se eu tivesse 100 anos para viver, eu não teria ainda tempo para fazer tudo o que eu quero fazer”, foi uma das frases deixadas por James Dean, que se transformou em verdadeira mito da juventude transviada. Em 1954, Bill Haley e seus Cometas, combinando o rhythm and blues (música popular negra) com o country e o western (músicas rurais do meio-oeste norte-americano), lançou o *Rock Around the Clock*, usada como trilha sonora do filme *Sementes de Violência*, com Sidney Poitier e Glenn Ford. O filme, com sua barulhenta trilha sonora, chegou a induzir jovens a explosões de violência nos lugares onde era exibido.

No Brasil, outro filme, *Ao Balanço das Horas*, com Bill Haley, provocou a depredação de cinemas, como em São Paulo. Uma rebeldia ingênua, um desejo de “viver intensamente” brotou na juventude ocidental. Em 1956, com *Heartbreak Hotel*, surgiu o maior ídolo do rock: Elvis “The Pelvis” Presley. Cantando à maneira dos negros americanos e requebrando sensualmente os quadris, ele enlouqueceu a juventude. Ao lado de Elvis surgiram outros grandes astros como Paul Anka, Jerry Lee Lewis, Little Richard e Chuck Berry. Mas a revolução do rock era ainda mais radical. Para o crítico e escritor Nelson Motta, “mais que um gênero musical, nasceu uma nova forma de comportamento para a juventude, com blusões de couro, as motos, os topetes, as camisas coloridas, os jeans. A música de Elvis, suas roupas coloridas, sua dança enérgica e sensual se transformaram na linguagem comum de todos os jovens rebeldes dos anos 1950. Pela primeira vez um gênero musical consegue se transformar em agente e veículo de uma violenta transformação no modo de vestir, pensar e agir de milhões de jovens”. Era, enfim, a juventude transviada que ganhava espaço em todo o mundo.

É preciso lembrar, também, que o impacto das guerras mundiais havia gerado, na França, uma filosofia que se tornou moda entre os jovens da época: o Existencialismo, cujo papa era Jean-Paul Sartre, influenciado por algumas correntes do pensamento alemão. Segundo Sartre, a condição humana não dependeria da natureza, mas sim da situação histórica. O homem seria um “ser-no-mundo”, “condenado à liberdade” de decidir os rumos de sua vida. Desse fato decorreria a noção de liberdade com responsabilidade e o engajamento político. A existência de um homem ganharia sentido na medida em que ele levasse em conta os outros homens e agisse para a construção de um mundo melhor. Paralelamente, o Existencialismo procurava desvendar o mundo interior do ser humano, a angústia, a solidão, o sentimento de revolta. Jovens vestidos displicentemente, com casaco de couro preto, passaram a identificar essa maneira de encarar a vida. A denúncia da guerra e o pacifismo eram os temas dessa “geração existencialista”, que, para os conversadores era, na verdade, uma “geração transviada”.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 11/10/2013 às 07:45

Data : 18/10/2013

Título : Vinícius de Moraes

Categoria: Artigos

Descrição: Meus caros leitores, hes peço desculpas, mas, novamente, este espaço é dedicado à Vinicius de Moraes. Afinal de contas, amanhã, dia 19, serão lembrados os 100 anos do nascimento do grande poeta.

por José Ernani de Almeida

Meus caros leitores, hes peço desculpas, mas, novamente, este espaço é dedicado à Vinicius de Moraes. Afinal de contas, amanhã, dia 19, serão lembrados os 100 anos do nascimento do grande poeta. Vinicius foi o poeta brasileiro mais traduzido no mundo, admirado e festejado pela sua geração e pelas seguintes, a máxima de sua vida foi a paixão pelas mulheres, que ele externou de forma genial em poesia e em letra de música. Segundo Drummond “entre nós (poetas), Vinicius foi o único que viveu como poeta”.

Vinicius nunca soube viver sem poesia, e viveu como poeta. Ser poeta é uma coisa. Mas viver como poeta é dilacerante porque, segundo Drummond, arreventa o homem por dentro. Na rapidez do cotidiano quase sempre não cabe a poesia, e Vinicius não conseguia viver longe dela. A Melancolia, paixão, euforia, despojamento presentes em seus versos traduziam sua própria maneira de viver. Múltiplo a partir do nome (fosse uma criatura só e seria Vinicius de Moral, brincava Sérgio Porto), Vinicius também se multiplicou em obras musicais. Para mostrar o seu lado letrista está sendo lançado o livro “História de Canções – Vinicius de Moraes” de Wagner Homem e Bruno de La Rosa. A obra oferece um passeio histórico pela trajetória musical do poeta.

Os autores reúnem neste trabalho, imagens, depoimentos e registros que ajudam a ilustrar algumas das histórias vividas por Vinicius de Moraes com suas famosas canções e parcerias. Fica-se sabendo, por exemplo, que Vinicius sempre esteve muito próximo da música. Com quinze anos fez a letra de uma canção que seria gravada antes da publicação de seu primeiro livro de poesias. Ganhou o primeiro dinheirinho de direito autoral na execução de outra música, também em parceria com os irmãos Paulo e Haroldo Tapajós. Muitos anos depois, em seu posto diplomático em Los Angeles, aproximou-se intimamente do jazz. Freqüentava os bares onde se apresentavam os maiores nomes do

gênero, tinha coleções de discos e acompanhava de perto a produção musical do jazz tocado pelos negros segregados. Admirador de Pixinguinha, Noel Rosa, Ary Barroso, enfim, de “todos os sambistas do Brasil branco, preto, mulato”, Vinicius já tinha intimidade com a música brasileira e nela descobriu o meio de comunicação de que necessitava.

E foi atrás. Uma das mais extensas discografias da MPB é sua: perto de trezentas músicas gravadas – algumas, como Garota de Ipanema, mais de cem vezes. Diante de trabalho tão vasto quando heterogêneo, exercido com assiduidade apenas a partir da parceria com Tom Jobim, pode-se defini-lo como alguém que demoliu o muro que separava a dita poesia culta da música popular, transformando a barreira numa via de mão dupla: tanto popularizou essa poesia culta quanto possibilitou a eruditos chegarem ao assobio de rua. O livro de Wagner e Bruno mostra que como caudaloso letrista não escolheu parceiros. Mas os músicos básicos de suas letras formam um quarteto com poucas variações: Tom Jobim (canção e bossa nova românticas), Carlos Lyra (regionalismo participante e romantismo urbano), Baden Powell (afro-sambas) e Toquinho, com quem revisitou todas essas vertentes. A maior parte de suas letras, antítese da dor-de-cotovelo convencional, prosaica, deixam sempre a porta aberta à musa infiel, dentro do preceito estabelecido no célebre soneto que resguarda o amor efêmero como a chama mas “infinito enquanto dure”.

A palavra de Vinicius na música popular foi definitiva, influenciando, a partir da bossa nova, todas as gerações posteriores. O livro também revela os problemas trazidos por suas canções mais famosas como Garota de Ipanema, Samba de uma nota só, Meditação. Muitas pensam que elas tornaram os autores milionários. Mas não foi o que aconteceu. Até hoje os herdeiros de Vinicius e Tom Jobim lutam na justiça americana para reaver os direitos de algumas canções, uma vez que elas foram vendidas a editoras americanas que se adonaram dos direitos autorais, pagando uma verdadeira ninharia por gravação. Wagner Homem, um dos autores de “História de Canções – Vinicius de Moraes” estará em Passo Fundo durante a Feira do Livro. Ele é também autor de outros três volumes da coleção História de Canções: Chico Buarque, Toquinho e Tom Jobim. Assim, teremos uma ótima oportunidade de ouvi-lo contando as histórias das canções dos grandes nomes da MPB.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 18/10/2013 às 00:04

Data : 25/10/2013

Título : Demarcações das terras indígenas

Categoria: Artigos

Descrição: Está em curso uma grande estratégia visando o desmonte dos direitos conquistados pelos índios nas últimas três décadas.

por José Ernani de Almeida

Está em curso uma grande estratégia visando o desmonte dos direitos conquistados pelos índios nas últimas três décadas. O que está acontecendo hoje só é comparável em termos de espoliação e violência ao período do regime militar. A bancada que defende os interesses dos ruralistas no Congresso Nacional conta com o apoio de Evangélicos, cuja bancada reza pela cartilha ruralista, do ministério da Agricultura, do ministério da Justiça e da Casa Civil. Sem contar, é claro, com o conservadorismo tradicional de nossas elites políticas. O noticiário dos jornais, das emissoras de televisão e das rádio nos permite fazer uma leitura clara e óbvia: o que se está buscando é, simplesmente, acabar com o processo de demarcação de novos territórios e limitar o alcance das leis ambientais. Especialistas no tema afirmam que essa estratégia é, perversamente coerente com a política desenvolvimentista do governo, já que há interesse em disponibilizar esses territórios para grandes obras de infraestrutura e de mineração sem que os índios tenham direito de opinar.

A comprovação desta tese está na Portaria 303 da Advocacia Geral da União, que foi publicada em julho de 2012 e, depois de fortes protestos de indígenas, temporariamente suspensa. A medida, uma vez em vigor, permitirá intervenções militares e empreendimentos hidrelétricos, minerais e viários em terras indígenas sem consulta prévia aos povos, além de prever a revisão dos territórios já demarcados e homologados. Existem também, em tramitação no Congresso, outros projetos, como Projeto de Lei Complementar 227, considerado como a legalização da grilagem e, que até agora não avançou, em função da mobilização dos índios. O próprio executivo tem instrumentos que pretendem agilizar os procedimentos administrativos para a construção de empreendimentos que afetam as terras indígenas. A PEC 237 está em tramitação. Ela prevê a concessão de terras indígenas para a União, permitindo o uso comercial delas por produtores rurais – e o PL 1.610, que regulamenta a atividade mineradora em terras indígenas.

O jornal “Extra Classe” revela que existe uma comissão de reforma da Constituição, com a relatoria do deputado Romero Jucá, cujo objetivo é reformar o parágrafo que fala da mineração. É algo que está sendo feito na surdina, em nome de grandes corporações. Da leitura da matéria do jornal, percebe-se que existe uma possibilidade muito grande de um retrocesso histórico em termos de legislação. A saída será a mobilização da sociedade, dos índios e quilombolas. A grande mídia está comprometida com os grandes grupos, com o agronegócio. O motivo é muito simples: os índios não compram tratores, insumos e equipamentos agrícolas das grandes empresas que encham as burras dos jornais, rádios e emissoras de TV através de generosos patrocínios. Estamos vivendo hoje o mesmo contexto dos anos 1970, quando houve uma grande investida contra os territórios indígenas. Era a época do “milagre brasileiro” que tudo justificava em nome do desenvolvimentismo. Com a Constituição de 1988

aquele ímpeto foi contido, através de uma grande articulação democrática dos movimentos sociais, incluindo os indígenas. A Constituição garantiu direitos a estes movimentos. Apenas, cometeu o equívoco que ir adiante constantemente a solução dos problemas existentes. Foi o caso das demarcações em estados onde existem áreas em disputa como o Rio Grande do Sul. O prazo acabou em 1993, portanto há dez anos, e, nada foi feito. Esta omissão deu origem a um problema que hoje ganhou grandes dimensões. Na verdade, o descaso transformou agricultores e índios em verdadeiras vítimas da irresponsabilidade do governo. Em meio a esta polêmica opiniões estapafúrdias são emitidas. Quando da marcha dos agricultores aqui em Passo Fundo, na última semana ouvi, em uma de nossas emissoras de rádio, um deputado estadual afirmar que “se os índios querem terras para caçar e pescar que vão para a Amazônia”. Trata-se de um absurdo desconhecimento antropológico e histórico de parte do parlamentar sobre as origens, raízes e tradições de nossos índios. Depois da citada afirmação só me restou ouvir no carro Caetano Veloso cantando “Um índio descerá de uma estrela colorida, brilhante/ De uma estrela que virá numa velocidade estonteante/e pousará no coração do hemisfério sul/ Na América, num claro instante/Depois de exterminada a última nação indígena/E o espírito dos pássaros das fontes de água límpida/Mais avançado que a mais avançada das mais avançadas tecnologias/Virá impávido que nem Muhammad Ali/Virá que eu vi/Apaixonadamente como Peri/Virá que eu vi/Tranquilo e infalível como Bruce Lee”.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 25/10/2013 às 00:24

Data : 01/11/2013

Título : É tempo dos livros

Categoria: Artigos

Descrição: O primeiro livro publicado no Brasil foi “Marília de Dirceu”de Tomás Antônio Gonzaga.

por José Ernani de Almeida

O primeiro livro publicado no Brasil foi “Marília de Dirceu”de Tomás Antônio Gonzaga. Na verdade, o movimento editorial começou no Brasil à partir de 1808, com a fundação da imprensa régia por D. João. Quando da publicação de “Marília de Dirceu” a imprensa sofria a censura do Imperador. Assim, somente na

década de 1930 houve um crescimento editorial, após a fundação da Companhia Editora Nacional pelo escritor Monteiro Lobato, em outubro de 1925. Se buscarmos as origens do livro vamos descobrir que os textos impressos mais antigos foram orações budistas feitas no Japão por volta do ano 770. Entretanto, foi na China, que apareceu o primeiro livro, no ano de 868. Na Idade Média, livros feitos à mão eram produzidos por monges que usavam tinta e bico de pena para copiar os textos religiosos em latim. Um pequeno livro levava meses para ficar pronto e os monges trabalhavam em um local chamado “scriptorium”.

A imprensa em série foi criação de Johannes Gutenberg, que inventou a prensa tipográfica, onde colocava as letras que eram cunhadas em madeira e presas em formas para compor uma página. Essa tecnologia sobreviveu até o século 19 com poucas mudanças. Por volta de 1456, foi publicado o primeiro livro impresso em série: a Bíblia de 42 linhas. A obra tinha 642 páginas e 200 exemplares, dos quais existem apenas 48 espalhados pelo mundo hoje em dia. A invenção de Gutenberg marcou a passagem do mundo medieval para o Idade Moderna: a era da divulgação do conhecimento. Desde então o livro transformou-se no que podemos chamar de uma invenção tecnologicamente perfeita. Não por acaso, atravessou mais de quinhentos anos de história, como o mais simples e prático instrumento para o registro e a transmissão de ideais. O livro nos proporciona buscar o projeto perfeito para um passo sólido ao futuro, através de obras construtivas, viagens a um destino enriquecedor traçado por palavras que nos levam ao exercício da imaginação. Hoje, quando vivemos a era da alta tecnologia, onde o mundo é movido por informações tecnicamente prontas, o livro é o refúgio para a criatividade e a não aceitação da mais pura comodidade. O livro é o grito contra a globalização padronizante que leva ao uso cada vez mais limitado da imaginação.

No passado o livro nos estimulava a imaginação. Hoje, a alta tecnologia, faz com que o trabalho do pensar, de criar, seja transferido para outros instrumentos, como a internet. A maioria prefere a limitação da massificação daquilo que encontra pronto. É bem verdade que os avanços de hoje, são fruto dos conhecimentos desenvolvidos pelos havidos leitores do passado. São o fruto dos imaginativos leitores que se escondiam e, ainda de escondem, atrás das páginas que incentivaram e incentivam o criar, o pensar, o mudar. Com o tema “A leitura que abre portas à arte” a partir de hoje e até o próximo dia 10, na 27ª. Feira do Livro, nossa gente terá a oportunidade de conviver intensamente com o livro que nos traz conhecimento e além de tudo exercita a imaginação. Com o tema a feira pretende relacionar a arte da leitura com as artes visuais. A leitura nos leva para o mundo dos sonhos, da fantasia, nos dá prazer, informação, nos torna mais humanos e críticos. Pintamos o imaginário com as cores que a leitura nos oferece. Na Feira encontraremos de um lado a realidade atual, calcada no extraordinário avanço das novas tecnologias que já produziram até o leitor digital de textos.

De outro lado a questão mais humana, transcendental que só a leitura pode proporcionar, abrindo as portas à arte, independentemente de ser nos moldes digitais ou convencionais, isto é, do insuperável livro de papel. Eu ainda prefiro este último. É aquilo que Caetano Veloso fala em uma das suas canções de “o amor tátil”. Nada como o prazer de virar as páginas, segurar o livro debaixo do braço, sentir seu cheiro, sua textura, fazer as anotações, fichamentos, abri-lo, fechá-lo, encontrá-lo nas prateleiras da feira ou das livrarias. E tem mais. Ele

dispensa bateria e suporta quedas.É óbvio que o comportamento das novas gerações em relação ao livro poderá ser diferente.O importante,como faz a feira, é mostrar aos novos leitores, que ler traz muitas emoções.A feira deste ano tem como seu patrono o escritor, historiador,membro da Academia Passo-fundense de Letras, Paulo Monteiro, um verdadeiro animador e provocador cultural da cidade. Há muitos anos ele vem desenvolvendo um grande trabalho em benefício da literatura local. Como educadora emérita, a professora Selina Dal Moro, verdadeiro referencial na educação do Município. A Amiga do Livro é a escola municipal de ensino fundamental Daniel Dipp, com seu projeto “viagem da leitura – biblioteca itinerante”. Portanto, à partir de hoje e até o próximo dia 10, na praça Mal. Floriano, é tempo dos livros. Vamos degustá-los, porque a leitura torna o homem completo.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 01/11/2013 às 14:50

Data : 08/11/2013

Título : A MORTE DE JOÃO GOULART

Categoria: Artigos

Descrição: Está marcada para o próximo dia 13, a exumação do corpo do ex-presidente João Goulart, falecido na Argentina, em 1976, em circunstâncias até hoje não muito bem explicadas.

por José Ernani de Almeida

Está marcada para o próximo dia 13, a exumação do corpo do ex-presidente João Goulart, falecido na Argentina, em 1976, em circunstâncias até hoje não muito bem explicadas. Os mistérios que envolvem a morte de Jango poderiam ser muito bem retratados em um romance policial e de espionagem. Artigos, livros, programas especiais na televisão, ao longo destes anos, buscaram explicar a verdadeira causa da morte do presidente deposto pelo golpe militar de abril de 1964. As dúvidas continuam. São muitos os elementos que amparam a suspeita de que ele foi assassinado. O historiador, escritor e jornalista Juremir Machado da Silva em seu livro “Jango: a Vida e a Morte no Exílio”, traz as denúncias de Mario Neira Barreiro – em liberdade condicional atualmente no Brasil, depois de vários anos de prisão por crimes comuns – que se apresenta como ex-agente secreto uruguaio, tenente Tamuz, tendo sido encarregado de espionar Jango durante anos e de gravar suas conversas. Neira afirma que

participou da Operação Escorpião, montada pelo delegado Fleury, a pedido da ditadura militar brasileira, em conluio com o governo uruguaio para matar Jango. Uma troca de medicamentos para o coração teria provocado a sua morte.

No livro de Juremir o ex-agente secreto revela que “havia uma equipe do serviço secreto uruguaio com a missão especial de vigiar Goulart. Ele explica, igualmente, que um “composto químico” foi incluído dentro dos medicamentos que Goulart tomava normalmente... Por fora era tudo igual, mas o conteúdo dos remédios foi trocado. Não existia modo de diferenciar, pelo aspecto, entre o verdadeiro e o adulterado. De cada embalagem, um só comprimido fora trocado... Poderia ser o primeiro que tomasse ou ser o último... Era questão de esperar e iria acontecer! Apenas um comprimido foi trocado, uma vez que existia a possibilidade de que, perante a morte tão repentina de Jango, alguém desconfiasse de que pudesse ter sido envenenado e, se os comprimidos restantes fossem analisados à procura de veneno, poderia ser detectada a presença de um composto totalmente diferente e de efeito contrário à medicação prescrita.

Para maior tranquilidade, foram enviados três agentes para recuperar os medicamentos, depois de confirmado o óbito. Saíram de madrugada, às pressas, em um automóvel Aero Willys, da Chefatura de Polícia, que foram apreendido e estava aos cuidados do inspetor Rigaud e à nossa disposição”, detalha o espião. Outro elemento estranho no caso do falecimento de Goulart, foi a morte de 18 pessoas que sabiam detalhes sobre o fim de Jango: todos morreram do coração, do seu cozinheiro e mordomo Tito a cinco dos seus pilotos de avião. Até o médico Rafael Ferrari, que examinou o corpo de Jango, na Argentina, e assinou o atestado de óbito, marcando “infarto do miocárdio”, morreu de um ataque cardíaco. Um dos pilotos de Jango, faleceu dentro de um barco, indo para a Argentina para depor sobre a morte do ex-presidente. A maleta que continha documentos sumiu. Todos os agentes que teriam participado da missão de eliminar Jango morreram, ou, “foram eliminados”. Assim, tínhamos o quadro do crime perfeito, segundo revelou o agente Neira ao historiador.

Em um deles deram um tiro de 9mm dentro da própria Chefatura de Polícia. Escapou, para acabar sofrendo meses depois, ao tomar uns drinques de “algo químico”, um enfarto. Morreu anos mais tarde do coração. Os outros dois, que eram irmãos, morreram no mesmo local, na Chefatura de Polícia, por projéteis de calibre 38, em circunstâncias muito estranhas. O quarto elemento misteriosamente jogou-se do 1º. Andar de um edifício, motivado por uma briga com sua namorada! Jango tinha problemas de saúde e não era um bom paciente. Não tomava os remédios com a regularidade necessária e, igualmente, não tinha cuidados com sua alimentação. Para o historiador Juremir Machado, ao que tudo indica, Jango morreu de morte natural mas, acredita, que realmente houve um plano para assassiná-lo. O processo de exumação do corpo do ex-presidente, que acontecerá no próximo dia 13, poderá desvendar esse mistério.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 08/11/2013 às 07:11

Data : 15/11/2013

Título : Os 124 anos da República

Categoria: Artigos

Descrição: A ideia republicana no Brasil estivera presente em todos os movimentos de rebeldia ocorridos no país, antes e depois da independência: na Inconfidência Mineira...

por José Ernani de Almeida

A ideia republicana no Brasil estivera presente em todos os movimentos de rebeldia ocorridos no país, antes e depois da independência: na Inconfidência Mineira, na Conjuração Baiana, na Revolução de 1817 em Pernambuco, na Confederação do Equador, na Revolução Farroupilha. A instalação da República representou um ajustamento do nível político – mudança do regime – às novas necessidades geradas pela economia e na sociedade brasileira. A República, proclamada em 15 de novembro de 1889, surgiu menos de uma consciência coletiva do que das dificuldades enfrentadas pelo Império e que ele não teve como resolver, perdendo, gradativamente, apoios e simpatias. Enfim, a República resultou da combinação do desgaste de um regime e da virtual falta de outra opção. É evidente que isso teria de criar problemas quando se tratou de consolidar o novo estado de coisas. Os cafeicultores desejavam o Federalismo como um meio de conseguir o poder: para eles, a República era principalmente o instrumento jurídico para conseguir tal fim.

Os militares desejavam maior chance de ascensão social e vieram a ser o braço armado na implantação do regime republicano. O Império os remetera a uma condição secundária, negando-lhes cargos e prestígio. Assim, como grupo formado numa fase adiantada da Monarquia, não teriam porque apoiar D. Pedro II. A única exceção foi Caxias: sua fidelidade ao Imperador contrastou vivamente com o pensamento dos militares mais ativistas do seu tempo. Para muitos historiadores, D. Pedro II acreditava mesmo era no regime republicano. Imperador desde os 5 anos de idade, era fã da democracia. Imperador cidadão, abolicionista num país escravocrata, intelectual num mar de analfabetos, este era o perfil do Imperador que foi derrubado pela aliança entre militares e cafeicultores. O latifúndio tradicional e o clero, quando da implantação da República, omitiram-se. Tendo à frente Saldanha Marinho, foi elaborado o projeto que deu origem à Constituição de 1891, que veio a ser a legitimação jurídica do golpe que depusera D. Pedro II em 1889.

A característica dominante do documento promulgado evidenciou a preocupação em assegurar os postulados liberais herdados do Império, a despeito da introdução do estado de sítio como instrumento repressivo para uso do Poder Executivo. A Carta foi um instrumento estritamente político, indicando que o

Estado não precisava interferir para tranquilizar os interesses da classe dominante ou para arbitrar conflitos, isto é, ainda não era necessária uma legislação social, mecanismo jurídico conciliatório imprescindível quando as contradições ameaçam tornar-se incontroláveis para um sistema que deseja manter-se. Diante de tal omissão, nos primeiros tempos de nossa República, a questão social passou a ser vista “como caso de polícia”, na definição de um ilustre político da época, Washington Luiz, que viria ser eleito presidente em 1926. A ausência de legislação social na Constituição de 1891 foi a demonstração de que a economia de base agrária tradicional ainda imperava e que, portanto, no campo, o latifundiário ainda podia contar com os processos habituais de controle para assegurar a continuidade de sua dominação.

A hegemonia do setor latifundiário, segundo Bóris Fausto, foi sempre uma realidade incontestável. Juridicamente, a inexistência da Justiça Eleitoral, o voto aberto e a falta de mecanismos eficazes de controle asseguraram a mais absoluta impunidade para a dominação política do latifundiário, invariavelmente o chefe da política local. Esta autoridade política do proprietário territorial estabeleceu, entre nós, um laço entre o poder público e o poder privado, herança que ainda hoje persiste no modelo republicano brasileiro. Nossa República ficou longe da concepção de Montesquieu para o qual “a virtude numa república é o amor às leis, o devotamento à coletividade, o sentido de igualdade, enfim, o regime no qual os homens vivem pela e para a coletividade, e no qual se sentem cidadãos, o que implica que sejam e se sintam iguais entre si.” A virtude na República não é uma virtude moral, mas política: consiste no respeito às leis e no devotamento do indivíduo à coletividade. Esta República, passados 124 anos de sua proclamação pelo Marechal Deodoro da Fonseca, ainda está em construção entre nós.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 15/11/2013 às 07:44

Data : 29/11/2013

Título : Os 50 anos da morte de J. Kennedy

Categoria: Artigos

Descrição: Foi no dia 22 de novembro de 1963, há cinquenta anos, que os norte-americanos viveram um de seus maiores dramas políticos.

por José Ernani de Almeida

Foi no dia 22 de novembro de 1963, há cinquenta anos, que os norte-americanos viveram um de seus maiores dramas políticos. Naquela data, em Dallas, no Texas, o presidente John Kennedy, do Partido Democrata, foi assassinado por Lee Oswald, que disparou três tiros de fuzil da janela de um prédio localizado no cortejo presidencial, acertando Kennedy na cabeça. Logo começaram as especulações – que continuam até hoje – sobre os motivos do assassinato do presidente, e, sobre quem estaria por trás do crime. Muitos suspeitos apareceram: os militantes pacifistas, temerosos pelo aprofundamento da participação norte-americana na Guerra do Vietnã; os refugiados cubanos radicados em Miami, indignados pela fracassada tentativa da invasão da ilha na Baía dos Porcos. Eles acusavam Kennedy por não ter lhes dado apoio aéreo para a invasão; o complexo industrial-militar, preocupado com a linha pacifista adotada por Kennedy; a CIA e o FBI; os comunistas; os sindicatos, etc.

O solitário atirador era ligado a um setor racista da extrema direita, descontente com a política do presidente. O mundo vivia naquele início dos anos 1960 um acirramento na chamada Guerra Fria entre EUA e URSS. Ao assumir o poder, Kennedy teve de enfrentar a questão da vitória de Fidel Castro em Cuba, em 1959. Hostil aos norte-americanos, a Revolução Cubana anulou a tradicional hegemonia norte-americana na ilha, grande produtora de açúcar e charutos e apreciado local turístico para os norte-americanos. Desejando reaver a supremacia perdida, Kennedy colocou em prática, em 1961, um plano de invasão à ilha para derrubar o governo revolucionário cubano, elaborado pela CIA durante a administração Eisenhower. A invasão da Baía dos Porcos terminou em fracasso, e Kennedy teve de assumir pessoalmente a responsabilidade da ação, desgastando-se politicamente.

Em janeiro de 1961, os norte-americanos conseguiram a exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), por se tratar de nação comunista. Em outubro descobriu-se que a URSS vinha instalando secretamente em Cuba bases para lançamento de mísseis. Kennedy ordenou, então, o bloqueio econômico da ilha (que persiste até hoje) e anunciou que os EUA se preparavam para invadir Cuba, caso a URSS não retirasse seus mísseis. Krushev, presidente soviético, reconheceu, em carta, a existência dos foguetes em Cuba e, após a interferência da ONU, tiveram curso os entendimentos para retirada daquelas armas de guerra total. Os EUA, em contra partida, retiraram armamentos da Turquia. Na América Latina, diante do latente descontentamento político causado pelo subdesenvolvimento e das graves dificuldades econômicas da região, Kennedy temia novos exemplos de rebeldia e buscou conter movimentos revolucionários.

Estabeleceu, então, um programa de ajuda econômica aos vizinhos do continente, a Aliança para o Congresso, intensificando empréstimos e investimentos, de modo que garantisse a supremacia das idéias, os valores e interesses de seu país no continente. No plano interno, Kennedy dinamizou medidas de bem-estar social nas áreas de educação e saúde e tornou ilegal a discriminação racial, ganhando de um lado imensa popularidade e de outro a forte oposição dos mais conservadores. Em alguns estados do sul dos EUA, ainda havia muita resistência das autoridades ao fim da discriminação vigente entre brancos e negros em lugares públicos. Para o presidente tal postura era uma verdadeira indignidade arbitrária. Por outro lado, ele próprio autorizou o FBI a grampear o telefone do líder negro Martin Luther King, na época, a grande

liderança pelos direitos civis dos negros nos EUA. John Kennedy, ao ser assassinado, entrou para o panteão dos mitos, onde só são exaltadas as qualidades daqueles que assim são vistos e, os erros, minimizados. Kennedy gostava muito de pronunciar discursos apoteóticos, nos quais trazia frases de grande efeito. Eis algumas delas: “A vitória tem mil pais, mas a derrota é órfã”; “Eu não sei o caminho para o sucesso; mas, sem dúvida, o caminho para o fracasso é agradar a todo mundo”; “ São precisos dois para fazer a paz”; “ O fracasso não tem amigos”; “.. o conformismo é carcereiro da liberdade e o inimigo do crescimento”; “ Perdoe seus inimigos, mas não esqueça seus nomes”.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 29/11/2013 às 07:33

Data : 30/11/2013

Título : Academia Passo-Fundense de Letras, 75 anos incentivando a cultura

Categoria: Artigos

Descrição: Num domingo, 7 de abril de 2013 ,a Academia Passo-Fundense de Letras comemorou os seus 75 anos de fundação.

JOSÉ ERNANI DE ALMEIDA

Num domingo, 7 de abril de 2013 ,a Academia Passo-Fundense de Letras comemorou os seus 75 anos de fundação. Na verdade, sua história começou como Grêmio Passo-Fundense de Letras, iniciativa do pastor metodista Sante Uberto Babieri tendo como sede o salão da Prefeitura Municipal, onde hoje está o Museu Ruth Schneider.

Era o ano de 1938, período do chamado Estado Novo de Getúlio Vargas, que se estendeu até 1945, marcado pelo autoritarismo e a censura. No plano mundial os totalitarismos avançavam a passos largos: o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália. O resultado foi a explosão da Segunda Grande Guerra em 1939. O Grêmio Passo-Fundense também sofreu as agruras daquele período de exceção como registra a sua história: “em 30 de julho de 1943, o secretário do Grêmio Passo-Fundense de Letras foi chamado à Delegacia de Ordem Política e Social, poucas horas depois de uma palestra de Erico Verissimo, patrocinada pela instituição”.

O registro atesta a atuação da estrutura de repressão que havia sido criado pela ditadura varguista como forma de impedir críticas ao regime vigente.

Diante do quadro nacional e internacional o Grêmio de Letras suspendeu suas atividades no ano de 1945, só voltando a atuar em 1946. É importante salientar que o período de 1946 a 1960 pode ser identificado como o momento áureo do crescimento da indústria cultural no Brasil, no qual a presença direta do Estado como elaborador e fomentador de políticas culturais era bastante restrita. Assim, na década de 1950, no embalo dos chamados “anos dourados”, marcados pela bossa-nova e o cinema-novo, os “gremistas” passo-fundenses, influenciados pelo que estava ocorrendo no país, estiveram envolvidos em importantes projetos como estudos sobre os nomes das ruas de Passo Fundo, criação da Universidade local, da Escola de Belas Artes, do Instituto Histórico, inauguração da Biblioteca Ambulante e com colocação de estantes de livros nas estações rodoviárias de Coxilha, Sertão e Tapejara.

O início da década de 1960 carregava promessas de mudanças profundas, tanto na política como nos campos das linguagens artísticas e das práticas culturais. Por um lado, havia a cultura de massa com o rádio e a televisão invadindo os lares e transformando hábitos cotidianos; o cinema hollywoodiano criando mitos e novas práticas de consumo; as revistas O Cruzeiro e Manchete criando uma nova estética editorial; e as fotonovelas alimentando sonhos com seus contos de amor.

Entre nós, em 7 de abril de 1961 era instalada a Academia Passo-Fundense de Letras. Foi o ano marcado pela renúncia de Jânio Quadros, pela tentativa de impedir a posse de João Goulart e pela Campanha da Legalidade, que garantiu a ascensão de Jango ao poder. Em 1964 um golpe militar derrubaria Goulart e o país passaria a viver um longo período de ditadura. Na nossa academia os registros históricos demonstram a influência do regime militar, já que em seus anais figuram com frequência palestras e discursos proferidos pelos comandantes militares locais. Fica claro que a academia também foi obrigada a se adaptar aos novos tempos.

Com o fim do regime militar na década de 1980, a preocupação dos acadêmicos passou a ser a reorganização do quadro social e a recuperação do prédio da Academia.

Na década de 1990 a academia promoveu inúmeros concursos literários, publicou anuários, livros, artigos, poesias, crônicas, contos e atividades culturais. Em 7 de abril de 2002, após oito anos, a Academia voltou ao seu antigo prédio e, em 2003, lançou a primeira edição da revista Água da Fonte, órgão oficial da APL. Ao longo de sua história a Academia congregou e foi dirigida por personalidades que marcaram a história de Passo Fundo, envolvendo historiadores, poetas, romancistas, cronistas, cientistas e jornalistas.

Entrar numa Academia de Letras não torna ninguém melhor escritor, não transforma ninguém em gênio. A Academia reúne pessoas que desejam superar suas próprias limitações, pessoas que querem construir, que querem fazer de nossa cidade um lugar melhor para se viver, que querem melhorar a educação e a cultura, que querem construir um lugar em que todos possam ter uma existência digna e justa, livres da barbárie do pensamento único que a cultura de massas quer impor. Pessoas que querem mostrar a beleza das artes, das delícias de ler um romance ou uma poesia. São pessoas apaixonadas pelo que

fazem, e exatamente por serem apaixonadas é que levam a cabo obras verdadeiramente duradouras e fecundas. Parabéns ao presidente Osvandré Lech e a todos os integrantes da Academia pelos seus 75 anos de atividades.

(José Ernani de Almeida, Mestre em História e professor, é membro da Academia Passo-Fundense de Letras e secretário de Desporto e Cultura de Passo Fundo.)

Data : 06/12/2013

Título : O novo sepultamento de Jango

Categoria: Artigos

Descrição: Agora, quando estamos às vésperas de relembrar os 60 anos do Golpe Militar de 1964, o novo sepultamento do presidente deposto naquele ano, João Goulart...

por José Ernani de Almeida

Agora, quando estamos às vésperas de relembrar os 60 anos do Golpe Militar de 1964, o novo sepultamento do presidente deposto naquele ano, João Goulart, que ocorrerá nesta sexta-feira, em São Borja corrige uma grande injustiça. Jango que em 1976 foi sepultado às pressas, terá, hoje, um sepultamento digno de um verdadeiro estadista. Este fato é um convite para o resgate do que aconteceu naquele malfadado período, “página infeliz da nossa história”, como já definiu Chico Buarque no antológico samba Vai Passar. Naquele 1º. de abril, quando militares e seus tanques avançaram sobre as principais cidades do Brasil, foram saudados por muitos como verdadeiros defensores da ordem nacional frente à ameaça comunista. E como o criador batiza sua criatura como bem entende, chamaram de Revolução Democrática a deposição sumária do presidente eleito.

Vivíamos o período da Guerra Fria. As pessoas tinham muito temor, muito medo. Tinham medo das anunciadas reformas que preconizavam, entre outras coisas, acabar com o latifúndio e a presença dos capitais estrangeiros, conceder o voto aos analfabetos (então, quase 45% dos adultos) e aos soldados, proteger os assalariados e os inquilinos, mudar radicalmente os padrões de ensino e aprendizado, alterar o sistema bancário e estimular a chamada cultura nacional. Se aplicadas, as reformas revolucionariam o país. De um lado entusiasmavam muita gente, ao mesmo tempo em que metiam medo em outras tantas. Iriam abalar e subverter tradições consagradas, questionar hierarquias de saber e de poder. Como ficaria a religião ? Seria negada? O Brasil se transformaria em uma grande Cuba? O comunismo seria implantado? Para a

maioria comunismo, estava associado a tudo de que mal existia – miséria, doença, destruição da família e dos valores éticos. Na verdade, sequer sabiam o significado da palavra.

É preciso que se diga, 60 anos é tempo suficiente para percebermos que a “subversão” do presidente Jango consistia na vontade de realizar profundas reformas estruturais e institucionais no Estado brasileiro, que até hoje não aconteceram; que sua “omissão” de reação ao golpe de Estado foi um ato humanitário que evitou uma guerra civil – coisa que ele já tinha feito em 1961, aceitando o golpe do Parlamentarismo. Jango, acusado de “fraco” na verdade foi de uma coragem extraordinária para enfrentar o imperialismo americano, com o claro objetivo de consolidar um país mais justo para todos os brasileiros. Em seu livro “ Jango a vida e a morte no exílio”, o historiador e jornalista Juremir Machado, traz diálogos entre o presidente norte-americano J. Kennedy e o embaixador dos EUA no Brasil na época, Lincoln Gordon. Este enviou um telegrama ao seu presidente indagando : “O fundamental é organizar as forças políticas e militares para reduzir o seu poder e, em caso extremo afastá-lo? ” Entre os diálogos alguns são reveladores da ação dos EUA para desestabilizar o governo Goulart. “Temos uma organização chamada IPES, que é progressista e precisa de alguma ajuda financeira. Acho que temos de ajudá-los – observa Gordon. Quanto vamos colocar nisso? – pergunta Kennedy, calculando mentalmente os benefícios do golpe. – Isso é coisa de poucos milhões de dólares.

Afinal, você sabe, para uma campanha presidencial aqui você gasta em torno de 12. Mas não podemos correr riscos, fixa Gordon”. Lincoln Gordon, em seu livro “Uma segunda chance para o Brasil”, admite que o governo americano endossou a sugestão da CIA de que fornecesse dinheiro a candidatos amigáveis. Na verdade os EUA intensificaram sua inteligência e mantiveram contato, discretamente, com elementos militares e políticos, preparando um possível afastamento de Jango do governo, coisa que se efetivou em abril de 1964. A verdade sobre a derrocada de Jango está em livros como o de Juremir Machado e, igualmente, no magistral documentário O Dia que Durou 21 Anos, de Camilo e Flávio Tavares. Ao contrário do que a memória da ditadura sugere hoje, 1964 só foi possível por uma conjunção de forças que iam além das armadas, com a conivência e o apoio de parcelas importantes da sociedade. Golpe ou revolução? Na dúvida quanto ao nome mais adequado, talvez as palavras do escritor inglês George Orwell deem uma pista: “Não se estabelece uma ditadura com o fito de salvar uma revolução: faz-se a revolução para estabelecer a ditadura”.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 06/12/2013 às 09:04

Data : 13/12/2013

Título : Nelson Mandela

Categoria: Artigos

Descrição: “Há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis” (Bertold Brecht).

por José Ernani de Almeida

“Há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis” (Bertold Brecht). Nelson Mandela, sem dúvida, figurou entre estes últimos: aqueles que lutam toda a vida e são imprescindíveis. Ícone da luta contra o apartheid, de forma pacífica, com sua inteligência e o poder da argumentação, Mandela derrubou um dos mais odiosos regimes racistas do século 20, o da África do Sul, onde, em lugar nenhum do mundo a segregação racial foi tão violenta, oficial e aberta. A origem da questão racial na África do Sul, pode ser encontrada na Conferência de Berlim de 1885. Esta estabeleceu a norma, segundo a qual, um país europeu tinha de ocupar efetivamente um território para reivindicá-lo.

Isso provocou uma corrida louca para o interior da África; fase proveitosa para os exploradores e os soldados. Os europeus, nessa corrida para reivindicar territórios, ignoraram as fronteiras, tanto naturais quanto culturais. O mapa da África mostra, ainda hoje, muitas linhas de limites retas, traçadas com uma régua, ao invés de linhas irregulares e fronteiras naturais, com rios e montanhas. Enfim, a África foi “loteada” entre as potências da época, sem nenhuma consulta aos africanos. Na África do Sul a presença maior era de ingleses e portugueses, estes já de longa data. Os ingleses dominaram a região do Cabo e de Natal. Em seguida, tiveram problemas com os bôeres, que habitavam o Transvaal e Orange. Os bôeres eram africanos descendentes de holandeses, que tentavam impedir que os ingleses explorasse o ouro e os diamantes de Orange. A Guerra dos Bôeres (1899-1902) determinou a vitória inglesa, formando-se a União Sul-Africana. Um tratado de paz foi firmado fazendo concessões aos africanos, inclusive o direito de usar o africâner, a língua dos bôeres. Mas a paz, que parecia justa e generosa entre inimigos, representou um mal para outros povos que dela não participaram.

Justiça, igualdade e autonomia para os bôeres e nada para a população negra da África do Sul. Assim, lentamente o apartheid começou a ser instalado na África do Sul. Na década de 1940 surgiu o Partido Nacional, cujos líderes foram influenciados pela ideologia nazista. A ideia de superioridade branca estava intrinsecamente relacionada à história dos africanos, descendentes dos holandeses, que se achavam escolhidos por Deus e, portanto, superiores as outras raças. Na década de 1960, na luta pela derrubada do apartheid, Mandela considerado um subversivo, foi preso permanecendo encarcerado por 27 anos. Em 1994, depois de libertado, tornou-se no primeiro presidente negro da

África do Sul. Imediatamente tratou de consolidar a recém-conquistada democracia.

Com um extraordinário espírito de reconciliação saiu da cadeia e passou a pregar a paz e a integração entre os sul-africanos. Isto é algo que, sem dúvida, contraria todos os extintos políticos que conhecemos. Como um verdadeiro estadista buscou incessantemente, de todas as formas possíveis a reconciliação. Habilmente, usou o rúgbi, o grande esporte nacional dos sul-africanos, para aproximá-los. No filme *Invictos*, o diretor Clint Eastwood, mostra-o em toda a sua generosidade, retratando-o como um obcecado pela paz e apresentando-o como capaz de superar eventuais desejos de vingança em nome do bem-estar das gerações futuras.

O partido de Mandela, o Congresso Nacional Africano (CNA), suprimiu as barreiras raciais e conseguiu fazer emergir uma classe média urbana multirracial capaz de pagar escolas de qualidade para seus filhos. Hoje a situação econômica é difícil, com 52% da população na linha de pobreza e as tensões sociais aumentando. Mandela vai fazer falta. Ele era um referencial para os sul-africanos. Sua generosidade, seu espírito de conciliação construíram o símbolo da nova África do Sul. A convivência pacífica entre negros e brancos foi sua fundamental contribuição para a construção da democracia sul-africana. O sepultamento de Mandela será um dos maiores já realizados em todo o mundo. Isto demonstra como ele estava entre os imprescindíveis, ou, como diz um dos versos de uma canção da luta contra o apartheid, “ake kho o fana naje: ele era único”.

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 13/12/2013 às 07:54

Data : 20/12/2013

Título : Fim de ano

Categoria: Artigos

Descrição: Final e início de ano é época de renovações de propósitos, de fazer um balanço do que passou e do que poderemos fazer nos próximos 12 meses.

por José Ernani de Almeida

Final e início de ano é época de renovações de propósitos, de fazer um balanço do que passou e do que poderemos fazer nos próximos 12 meses. É época de

doçuras e reconciliações. É tempo de soerguimento de ânimo e afirmação de propósitos. No plano individual, creio que vale a pena o compromisso de sermos mais fraternos e menos egoístas. Nossa natureza é naturalmente inclinada ao egoísmo e se quisermos dar espaço para os outros, se quisermos limitar nossa liberdade às condições de sua integração com a dos outros, então será preciso muito esforço, até mesmo que nos violentemos, em nome de uma nova ordem de coexistência.

Precisamos, urgentemente, encontrar uma maneira de viver em harmonia com os outros. Respeitar nossas diferenças como seres humanos, nossas culturas, nossas religiões e nossos tiques individuais. Para o filósofo Luc Ferry, “ser sábio, por definição não é amar ou querer ser amado, é simplesmente viver sabiamente, feliz e livre”. Liberdade e felicidade, eis o que o Iluminismo do século 18 nos prometeu. Libertar os espíritos, emancipar a humanidade dos grilhões da superstição e do obscurantismo medieval. A razão sairia gloriosa do combate contra a religião e, geralmente, contra todas as formas de argumentos de autoridade. Entretanto, o que vemos ainda hoje é o crescimento dos fundamentalismos religiosos de caráter violento, caracterizados por guerras e ataques terroristas. Um dos grandes problemas destes primeiros anos do século 21 é a falta generalizada de respeito mútuo que o mundo atravessa. É um mundo de puro cinismo, comandado pelas leis cegas do mercado e da competição globalizada. No cerne da ideia de progresso, esteve/está a liberdade e a felicidade.

O desenvolvimento das ciências é/seria o caminho para a civilização. Entretanto, o que estamos observando é aquilo de Heidegger chama de “mundo da técnica”, um universo no qual a preocupação com os fins, como os objetivos últimos da história humana, vai desaparecer totalmente em benefício único e exclusivo da atenção aos meios. A noção de progresso, nessa atual perspectiva da globalização, muda totalmente de significado: em vez de se inspirar nos ideais transcendentais, o progresso vai, pouco a pouco, se restringir a ser apenas o resultado mecânico da livre concorrência em seus diferentes componentes. Para Luc Ferry. “a economia moderna funciona como a seleção natural de Darwin: de acordo com uma lógica de competição globalizada, uma empresa que não progride todos os dias é uma empresa simplesmente destinada à morte”. O progresso não tem outro fim além de si mesmo, ele não visa a nada além de manter no páreo com outros concorrentes. Assim, o poder dos homens sobre o mundo é cada vez maior. Tornou-se um processo incontrollável e cego, ultrapassando as vontades individuais conscientes.

A emancipação e a felicidade dos homens que o Iluminismo prometia, estão cada vez mais distantes. A técnica tornou-se um processo em propósito, desprovido de qualquer espécie de objetivo definido. Tomara que em 2014 possamos resgatar o que, no século 19, podia se chamar de “res publica”, isto é, “causa comum”. Aqui em Passo Fundo 2013 foi marcado pelo início de um novo governo, tendo à frente dois jovens políticos com uma proposta arrojada para mudar os destinos do município, Luciano Azevedo e Juliano Roso. Os programas lançados, ao longo do ano, demonstram um comprometimento com o homem, com a natureza, com os ideais de felicidade e liberdade. Certa vez o poeta maior Carlos Drummond de Andrade escreveu, “pois de amor andamos todos precisando, em dose tal que nos alegre, nos reumanize, nos corrija, nos dê paciência e esperança, força capacidade de entender perdoar, ir em frente. Amor

que seja navio, casa, coisa cintilante, que nos vacine contra o feio, o triste, o mau, o absurdo e o mais que estamos vivendo e presenciando”.

Desejo a todos que em 2014, como diz aquela linda canção de Ivan Lins e Vitor Martins, “com força e com vontade/a felicidade há de se espalhar/com toda a intensidade. Há de molhar o seco/de enxugar os olhos/de iluminar os becos/antes que seja tarde. Há de assaltar os bares/de retomar as ruas/de visitar os lares/há de rasgar a trevass/e abençoar o dia/e de guardar as pedras/há de deixar sementes/do mais bendito fruto/na terra e no ventre/há de fazer alarme/e libertar os sonhos/da nossa mocidade/há de mudar os homens/antes que a chama apague/antes que a fé se acabe/antes que seja tarde”. Boas Festas !

Do Jornal

O Nacional

Sexta-Feira, 20/12/2013 às 07:44

Data : 07/01/2014

Título : Apartheid a moda brasileira

Categoria: Artigos

Descrição: O recente passamento de Nelson Mandela, cuja despedida durou aproximadamente uma semana, fez o mundo lembrar seu extraordinário legado pela pacificação e o respeito individual da pessoa humana, independente de cor de pele, religião e classe social.

por José Ernani de Almeida

O recente passamento de Nelson Mandela, cuja despedida durou aproximadamente uma semana, fez o mundo lembrar seu extraordinário legado pela pacificação e o respeito individual da pessoa humana, independente de cor de pele, religião e classe social. Nelson Mandela, um negro, assumiu a presidência da África do Sul (1994 a 1999), quando estava em vigor o Apartheid, sistema racista institucionalizado em 1948, à segregação do negro naquele país. Um desrespeito absoluto à dignidade da pessoa humana. Poderia ter assumido o governo e literalmente expulsado os brancos ou submetido os brancos a mesma perseguição sofrida pelos negros durante tantos anos. Ao contrário, fez um governo pela igualdade de direitos de todos os habitantes da África do Sul. Por isso, merecedor do Prêmio Nobel da Paz em 1993. Criou em seu governo uma “Comissão da verdade e reconciliação”, para apurar os fatos, mas, sem

poder de punição. Para fazer um governo democrático, não racista, não recorreu a nenhuma política de cotas raciais.

O negro no Brasil

Depois dos portugueses e espanhóis, os negros foram trazidos para trabalhar no Brasil, nos serviços pesados. Mas, não vieram livres e sim como escravos, possivelmente, a página mais negra da história brasileira. E, somente foram libertados da escravidão pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. Os afrodescendentes representam mais de 53% da população brasileira, pois segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2010, 97 milhões de brasileiros se declararam negros e 91 milhões se declararam brancos. E, não se pode deixar de reconhecer que os negros não tem a mesma participação como alunos de curso superior, cargos executivos, legislativos e judiciários, etc. Esses fatos denotam, que o negro não tem os mesmos direitos e oportunidades. E, a principal razão é que os negros são mais pobres e, portanto, estudam na escola pública. E, com a queda da qualidade de ensino da escola pública, com raras exceções, não tem condições para disputar as vagas do ensino superior, especialmente, as Universidades públicas, pela maior concorrência. E, não tem dinheiro para pagar o ensino nas universidades privadas.

O apartheid brasileiro

Não há a menor dúvida de que o Brasil tinha uma dívida com os negros. Criou-se o sistema de cotas pela cor de pele para ingresso na universidade e para vagas em concursos públicos. E, na minha opinião, o governo federal instala um apartheid contra o branco no Brasil. A solução era o governo ter investido maciçamente na melhoria da escola pública. Assim, brancos e negros, ricos e pobres, urbanos ou ruralistas, teriam a mesma oportunidade. De outro lado, o governo federal, estadual ou municipal, compra vagas nos melhores cursos pré-vestibulares para negros e brancos. Desta maneira, todos os jovens, independente de cor de pele, classe social ou outras características, estaria competindo igualmente pelas vagas no vestibular, pelas notas do Enem, ou pela disputa de vagas em concursos públicos. Pois, de forma populista, criou-se um injusto sistema de cotas, um apartheid contra os brancos e não pobres. E, o ensino fundamental e médio não recebe os investimentos necessários, em recursos em pessoal (qualificação e com salário justo) e de recursos materiais, a exemplo dos investimentos nas escolas privadas. Mas, investe enormes recursos em ensino superior, sem que os jovens tenham preparo para cursar o ensino superior. Vagas em curso superior e emprego devem ter como único critério o preparo intelectual. Portanto, as políticas devem oportunizar as mesmas oportunidades. O contrário, é um erro histórico. Num justo pagamento de uma injustiça histórica ao negro, comete-se uma injustiça ao branco. Portanto, o emocionado discurso da presidente Dilma, nas cerimônias fúnebres de Mandela, nada tem a ver com as políticas brasileiras em curso. Ao invés de pacificação, oportunidades igualitárias, no Brasil se estimula a luta de classes sociais e econômicas, brancos contra negros, agricultores contra indígenas e assim por diante.

Do Jornal

O Nacional

Terça-Feira, 07/01/2014 às 07:54

Data : 01/02/2014

Título : Indigência Musical

Categoria: Artigos

Descrição: Nas férias é que aproveitamos para fazer aquilo que mais gostamos. No meu caso é curtir uma boa leitura e ouvir rádio.

por José Ernani de Almeida

Nas férias é que aproveitamos para fazer aquilo que mais gostamos. No meu caso é curtir uma boa leitura e ouvir rádio. Neste mês de janeiro, no Balneário de Piçarras, em Santa Catarina, aproveitei para colocar algumas leituras em dia, e, ouvir as emissoras catarinenses de AM e FM. Como durante muitos anos trabalhei como programador, presto muito atenção na qualidade do repertório musical. A constatação foi triste.

Estamos vivendo, sem dúvida, uma verdadeira indigência musical. Com exceção de duas FMs (Itapema e Antena1), as demais oferecem ao público uma verdadeira poluição sonora, formada por uma turma de massa encefálica oca, onde se destacam: Luan Santana, Michel Teló, Deize Tigrana, Mc Buiú, Bonde do Lambe Lambe, Naldo, Anitta, MC Leozinho, Tati Quebra Barraco, Bonde do Tigrão, Claudinho Nervoso, MC Alex, Os Magrinhos, Latino, MC Cris, João Lucas e Marcelo, Tchês disto e daquilo, Oba Oba Samba, João Neto e Frederico, Pixote, Banda Calypso, Calcinha Preta, Mateus Caetano, Munhoz e Mariano, João Bosco e Vinicius, Fernando e Sorocaba, Gabriel Valim, Thalles Roberto, NX Zero, Netinho de Paula, Exalta Samba, Belo, etc., enfim, música de quinta categoria.

As letras são sofríveis, de uma imbecilidade amazônica, machistas, que, via de regra, tornam os jovens mais alienados e violentos. A maioria, quando não exalta a truculência e o sexo gratuito, é na base do “tchê, tchê, rerê, tchê, tchê, tchu, tchã, parapapá, perê pepê”. Eis algumas pérolas: “Coisinha da mamãe na coisinha do papai, nove meses depois nasceu eu”; “As mina curte e bebe/as mina cai na farra/no meu som/ e curte e bebe/ se não agüenta pra’ que veio/curte, curte, curte e bebe”; “Meu carro é 3 em 1/é carro, bar e cabaré”; “Patati, Patatá, não sou palhaço não/ Patati, Patatá eu vou te dar um balão”; “Eu gosto de você, você, você/ eu e a minha namorada/ a gente estava agarradinhos/ até que meu amor bebeu um copo de vinho/ ela perde o controle/ ela fica animadinha/ tá todo mundo olhando a minha patricinha/ tá chapada, tá doidona/ tá descendo até o

chão/ eu to pagando mico/olha a situação/ e vai descendo, descendo/ e vai subindo, subindo”; “Nas baladas eu me perco/ eu não sei falar direito/ e quando eu to afim/timidez é meu defeito/vai ser melhor assim/trocou olhar ,pegou na mão, beijou na nuca, puxa, agarra e chupa”.

Os sertanejos são um capítulo à parte. O chamado “universitário” é uma verdadeira praga. As letras seguem o estilo “cervejada” e “cornice”. O título das músicas diz tudo: Fernando e Sorocaba: Mô. João Bosco e Vinciús: Um lugarzinho na sua cama; João Lucas e Marcelo: Se beijar na boca dá sapinho; Ricardo e João Fernando: Bala Perdida. Agora, surgiu a música gospel para a alegria dos “obreiros”. Thalles Roberto, compôs uma pérola chamada Filho Meu. Um trecho da letra é de arrepiar os responsáveis pela balada segura e a Polícia Rodoviária: “Você tá dirigindo cego em alta velocidade/ daqui de cima eu vejo a pancada que vem/Então passa sua vida pro meu nome/Que eu assumo tudo, tudo, tudo”.

No final dos anos 1980 a música dos Titãs dizia: “A gente não quer só comida, quer também diversão e arte”. Infelizmente, a arte musical entrou em decadência, em seguida, nos anos 1990. Pagode de baixa qualidade, sertanejo, funk-brega, os tchês, caracterizados pela falta de criatividade, senso crítico, alienação. É um verdadeiro período de miséria na música brasileira. Qual a razão? A indústria cultural que substituiu aquilo que antigamente era chamado de arte. Afinal, o que não vira mercadoria? A música é uma mercadoria, e, como tal, necessita ampliar o seu mercado consumidor. Portanto, passamos a ter uma música descartável. No capitalismo, esta cultura descartável, faz parte da necessidade de lançar novos “produtos” com a maior rapidez. Assim, a transformação da música em algo descartável, apenas mostra que a lógica do lucro domina tudo, inclusive, a produção cultural, e isto explica a razão de seu progressivo e assustador empobrecimento.

Tanto a indústria cinematográfica quanto a musical ou literária, têm o mesmo propósito. Atingir a aura do capital ,servir ao seu valor de culto, afinal não há nada que escape (salvo exceções que confirmam a regra) da religião do capital. Será que alguém ainda pode ser romântico diante da Indústria? Quem conseguir se salvar do ideal do lucro é o único que terá vivido uma vida justa como artista. Para a minha geração que aprendeu ouvir Chico Buarque, Caetano, Gil, Gal, Milton Nascimento, Mutantes, Tom Jobim, Viniciús, MPB-4, Beth Carvalho, Raul Seixas, Martinho da Vila, Belchior, Gonzaguinha, Roberto Carlos, Elis Regina, João Bosco, Toquinho, Baden Powell, Noel Guarany, entre outros, é impossível suportar estes verdadeiros poluidores sonoros.

Não é,como já cantou Paulinho da Viola, no samba Argumento, “mania de passado, ou de não querer navegar”, é ,simplesmente, uma questão de sensibilidade, de estética e de bom gosto.

Do Jornal

O Nacional

Sábado, 01/02/2014 às 11:20

Data : 08/02/2014

Título : Os 50 anos da Ditadura Militar

Categoria: Artigos

Descrição: No próximo mês de abril serão lembrados os 50 anos do Golpe Militar de 1964.

por José Ernani de Almeida

No próximo mês de abril serão lembrados os 50 anos do Golpe Militar de 1964. Naquele 1º de abril, quando militares e seus tanques avançaram sobre as principais cidades do Brasil, foram saudados por muitos como verdadeiros defensores da ordem nacional frente à ameaça comunista. Revolução Democrática, foi o nome que os articuladores deram a deposição sumária do presidente eleito, João Goulart. Como se sabe, o criador sempre batiza sua criação como bem entende. Ainda hoje, por incrível que pareça, qualquer evento que venha a tirar da letargia a memória coletiva sobre a ditadura brasileira causa alvoroço.

Neste espaço que denominamos de Memória, vamos resgatar ao longo das próximas semanas as causas, os personagens, a mobilização militar, os acontecimentos no país, no Rio Grande do Sul, e, aqui em Passo Fundo. A participação da mídia e de forças externas no golpe, a resistência da sociedade civil e, igualmente, as consequências do “dia que durou 21 anos”, como o denomina o documentário recém lançado sobre aquele nefasto período de nossa história. Para muitos tratou-se de uma revolução, para outros de um golpe. Na dúvida quanto ao nome mais adequado, talvez as palavras do escritor britânico George Orwell (1903-1950) deem uma pista: “Não se estabelece uma ditadura com o fito de salvar uma revolução; faz-se a revolução para estabelecer a ditadura”.

Neste primeiro artigo vamos lembrar de alguns nomes que foram decisivos em 1964. Um deles, Carlos Lacerda, apelidado de “O Corvo”, por seu nariz adunco e sua participação na crise que levou ao suicídio de Getúlio em agosto de 1954. O velho conspirador via em 1964 chegada a hora do acerto de contas com seus inimigos políticos. Em sua avaliação, a situação do país tinha atingido o ponto de não retorno. Outras duas figuras fundamentais no contexto de 1964, foram os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, militares que estiveram na origem do golpe de 1964 e no centro do primeiro governo constituído após sua vitória. Curiosamente, os dois voltariam ao poder dez anos depois, com o intuito de desmontar a ditadura.

No livro “A Ditadura Envergonhada”, Elio Gaspari diz que “Geisel, o Sacerdote, foi um crente na evolução dos seres, das sociedades e da vida em geral. Defensor quase religioso da instituição militar, trazia da caserna o sentido de ordem e uma visão prática da atividade pública capaz de levá-lo, com frequência,

ao anti-intelectualismo. Golbery, o Feiticeiro, foi um curioso. Cético e irônico, não acreditava em quase nada, muito menos em si mesmo. Sua frase predileta, tomada de Ivan Karamazov, revelava esse ceticismo que ele chamava de 'rebeldia': 'Deus morreu, tudo é permitido'. Na verdade, ambos mandaram no Brasil como poucas pessoas o fizeram. Suas trajetórias deixam claro como é fácil chegar a uma ditadura e como é difícil sair dela.

Sobre as maquinações políticas praticadas pelos militares no poder, muita coisa ficou escondida. Os analistas arriscam uma explicação da razão do temor que os militares tem de falar do passado e do metabolismo da política militar. Eles procuram preservar a própria mística segundo a qual, em quase todos os idiomas, as Forças Armadas, por suas virtudes, colocam-se acima dos partidos e da política dos civis. A política dos militares, ao contrário da política dos civis, envolve uma corporação burocrática fechada que precisa acima de tudo preservar alguma forma de coesão.

João Goulart foi a figura, em torno da qual, tudo aconteceu. Pela primeira vez em sua vida política Jango tomou a ofensiva no meio de uma crise militar. Ele fora abatido duas vezes por pronunciamentos militares. Em fevereiro de 1954 um manifesto de coronéis o tirou do Ministério do Trabalho. Em 1961, quando Jânio Quadros renunciou, era o vice-presidente e viu-se vetado pelos ministros militares. Só assumiu, depois de uma crise em que o país esteve perto da guerra civil, porque aceitou uma fórmula pela qual se impôs um humilhante regime parlamentarista cuja essência residia em permitir que ocupasse a Presidência desde que não lhe fosse entregue o poder. Tolerante e introvertido, era um homem sem inimigos. Os ódios que despertou vieram todos da política, nunca das pessoas. Sua força política estava na máquina da previdência social e nas alianças com a esquerda no controle dos sindicatos.

Quando recuperou os poderes em 1963, através de um plebiscito, tentou decretar o estado de sítio, o que fez com que a esquerda dele se afastasse e repelisse sua manobra. Buscou reaproximar-se da esquerda através das chamadas "reformas de base". Assinou decretos desapropriando terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais e encampando refinarias particulares de petróleo. Esta definitiva inflexão à esquerda dividiu o país, e foi decisiva para o desfecho do golpe de 1º de abril.

Do Jornal

O Nacional

Sábado, 08/02/2014 às 10:00

Data : 15/02/2014

Título : Os 50 anos do Golpe Militar

Categoria: Artigos

Descrição: Temperamental, impulsivo, combativo, de linguagem franca e dura, acessível à gente simples, Leonel Brizola encarnava toda a tradição do caudilhismo gaúcho.

por José Ernani de Almeida

Temperamental, impulsivo, combativo, de linguagem franca e dura, acessível à gente simples, Leonel Brizola encarnava toda a tradição do caudilhismo gaúcho. Ele foi uma figura de destaque no contexto político de 1964.

Brizola, que governou o Rio Grande do Sul de 1959 a 1962, granjeou a antipatia dos segmentos conservadores, aliados ao capital estrangeiro, ao encampar os serviços de eletricidade que eram explorados por uma filial da Bond and Share, subsidiária da Americana Foreign Power, que produzia apenas 18% e abocanhava os lucros pela distribuição dos restantes 82% gerados nas hidrelétricas estatais. Brizola, por decreto, “encampou os serviços de eletricidade” pelo valor do acervo constante nos balanços da empresa. Para o pagamento, no entanto, descontou do valor declarado os lucros ilegais enviados ao estrangeiro, além de terrenos, fiação de redes e postes doados por prefeituras, comunidades do interior ou pelo Estado, indenizações trabalhistas, casas de lazer para os diretores, multas ou impostos atrasados, e a depreciação do velho e obsoleto equipamento.

Ou seja, descontou o que não era investimento real e concreto. Com o novo cálculo, a Bond and Share passava a devedora do Estado. Assim, o governo estadual depositou, em juízo, a quantia de um cruzeiro (padrão monetário da época), em “pagamento simbólico” pela aquisição do acervo e pediu a “emissão de posse”, concedida pelo juiz da Fazenda Pública. Um ato ousado, mas “juridicamente perfeito”, salientaram até mesmo juristas mais conservadores, adversários do governador. Daí em diante, Brizola passou a conhecer toda a força da influência norte-americana na política do Brasil da época.

Em 1961, Brizola, através da Campanha da Legalidade, garantiu a posse do cunhado Jango na Presidência, após a renúncia intempestiva de Jânio Quadros. Assim, passou a ser um líder de expressão nacional. Para fazer frente ao centrismo de Jango e à burocracia da bancada do PTB, Brizola fundou a Frente de Mobilização Popular, em torno da qual aglutinou os nacionalistas mais radicais (CGT, UNE, UBES e a Frente Parlamentar Nacionalista). Apoiou o Comando Nacional dos Sargentos, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e as organizações camponesas. Esses setores formariam parte da corrente brizolista, organizada no Grupo dos Onze, que, criados em 1963, reuniram mais de 40 mil pessoas.

A derrubada de Jango foi planejada e realizada com o acompanhamento da embaixada dos EUA. O embaixador Lincoln Gordon teve um papel relevante na articulação do golpe. Ele chegou ao Brasil em 1961, enviado pelo governo de J. Kennedy. Pela primeira vez desde 1945, desembarcou no Rio de Janeiro um embaixador dos Estados Unidos que sabia ler português. A costura militar do embaixador começou antes mesmo do plebiscito que devolveu os poderes

presidenciais a Jango e se baseava no receio de que se estivesse caminhando para uma “ditadura pessoal e populista”. Gravações de conversas de Gordon com Kennedy de 1962, revelam que o embaixador alertou o presidente dos EUA que a hipótese de um golpe militar não poderia ser descartada.

Os americanos temiam uma guerra civil prolongada no Brasil. Assim, a embaixada elaborou dois planos de apoio à facção antijanguista. O primeiro consistiria no fornecimento de petróleo, pois temia-se que os trabalhadores da Petrobrás danificassem as refinarias. O segundo seria o envio de uma força-tarefa naval para as costas brasileiras. No dia 31 de março, uma reunião em Washington deliberou também o fornecimento de armas e munições. Uma esquadra, liderada pelo porta-aviões Forrestal e com destróiers de apoio, recebeu ordens para partir de Norfolk, na Virgínia, no dia 1º de abril, trazendo um carregamento de armas para os rebeldes.

O general Olympio Mourão Filho foi a figura que iniciou o levante militar em Juiz de Fora, na madrugada do dia 1º de abril. Mourão, em 1937, como aluno da Escola do Estado-Maior e chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira, fora o redator de um hipotético esquema de subversão comunista. O exercício de ficção fora batizado de Plano Cohen e, dado por autêntico, servira para justificar o golpe do Estado Novo, diante da pretensa “ameaça comunista”. Naquela madrugada de 1964, o general combatia mais uma vez com o fantasma do Plano Cohen. Estes foram mais alguns dos personagens do golpe de 1964.

Do Jornal

O Nacional

Sábado, 15/02/2014 às 10:02